



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(Territorial)

JOSÉ CLÁUDIO MONTEIRO MASCENA

**A JUVENTUDE E TRABALHO NO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE
JOVENS ASSENTADOS EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO
AÇAILÂNDIA-MARANHÃO**

SÃO PAULO

2017

JOSÉ CLÁUDIO MONTEIRO MASCENA

**A JUVENTUDE E TRABALHO NO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE
JOVENS ASSENTADOS EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO
AÇAILÂNDIA-MARANHÃO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Território, Educação e Cultura”.

Orientadora: Prof^ª Dr.^a Silvia Aparecida de Sousa Fernandes

SÃO PAULO

2017

JOSÉ CLÁUDIO MONTEIRO MASCENA

A JUVENTUDE E TRABALHO NO CAMPO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS DE JOVENS ASSENTADOS EM ÁREAS DE REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO AÇAILÂNDIA-MARANHÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Território, Educação e Cultura”.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Silvia Aparecida de Sousa Fernandes

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Silvia Aparecida de Sousa Fernandes (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof^a Dr^a Mirian Cláudia Lourenção Simonetti (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Prof^a Dr^a Lucilea Ferreira Lopes Gonçalves (Universidade Estadual da Região Tocantina do Maranhão)

São Paulo, 27 de novembro de 2017

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Mascena, José Cláudio Monteiro.

M395 A juventude e trabalho no campo : desafios e perspectivas de jovens
assentados em áreas de reforma agrária no município Açailândia-MA /
José Cláudio Monteiro Mascena. – São Paulo, 2017.
223 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Silvia Aparecida de Sousa Fernandes.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações
Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento
Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2017.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Trabalhadores
rurais – Brasil. 4. Juventude rural. 5. Assentamento Califórnia (Açailândia,
MA). 6. Assentamento Nova Conquista (Açailândia, MA). 7. Movimento dos
Trabalhadores Rurais sem Terra. I. Título.

CDD 301.350981211

Dedico este trabalho a todos os que não se cansam da luta pela construção de uma sociedade, em que os que constroem as riquezas do país sejam verdadeiramente respeitados, principalmente aos povos do campo, que produzem o bem mais necessário para a sobrevivência da humanidade: o alimento.

AGRADECIMENTOS

Para o MST Maranhão, que me proporcionou momentos de luta e de formação.

À companheira Simone Silva que me motivou para encarar esse desafio.

À minha família pelo apoio, em especial a Maria Monteiro, minha mãe e aos meus filhos Lucas e Gabryella.

À Rita Araújo por toda amizade, companheirismo e compreensão.

Aos camaradas da turma de mestrado Heider, Galvão, Solange, Maritânia, Ricardo Cassundé, Fernanda, Tábata, Eloisa, Camilo e Sammy, pelos momentos de estudo, discussão e construção coletiva dos conhecimentos.

À Escola Nacional Florestan Fernandes, que me proporcionou o momento de tempo estudo muito satisfatório para o aprendizado

Aos companheiros dos assentamentos Califórnia em especial os companheiros Andrade, Edileusa, Zé Luís e Ozias.

Aos companheiros da Nova Conquista nas pessoas de Deuzinha e Luís Antônio.

Aos companheiros do Partido dos Trabalhadores Jonas Alves e Aurélio Gomes no apoio estrutural.

A todos os professores que passaram pela turma Orlando Valverde e aos outros do programa que indiretamente participam do processo.

À companheira Zaira pelo apoio às leituras dos trabalhos e participação na banca de qualificação.

A minha orientadora Dr^a Silvia Aparecida de Sousa Fernandes, que não mediu esforços em nenhum momento na leitura e discussão dos textos.

A todos aqueles que me deram força para seguir em frente, sendo difícil nominar aqui.

Como nossos pais

Não quero lhe falar meu grande amor, das coisas que aprendi nos discos
Quero lhe contar como eu vivi, e tudo o que aconteceu comigo
Viver é melhor que sonhar, eu sei que o amor é uma coisa boa
Mas também sei que qualquer canto, é menor do que a vida, de qualquer pessoa
Por isso cuidado, meu bem, há perigo na esquina, eles venceram e o sinal, está fechado
para nós, que somos jovens.
Para abraçar seu irmão e beijar sua menina na rua, é que se fez o seu braço, o seu lábio
e a sua voz
Você me pergunta, pela minha paixão, digo que estou encantado, como uma nova
invenção
Eu vou ficar nesta cidade, não vou voltar pro sertão, Pois vejo vir vindo no vento,
cheiro de nova estação.
Eu sinto tudo na ferida viva, do meu coração
Já faz tempo, de vi você na rua, cabelo ao vento, gente jovem reunida
Na parede da memória, essa lembrança, é o quadro que dói mais
Minha dor é perceber, que apesar de termos feito tudo o que fizemos
Ainda somos os mesmos, e vivemos. Ainda somos os mesmos e vivemos, como os
nossos pais
Nossos ídolos, ainda são os mesmos, e as aparências, não enganam não
Você diz que depois deles, não apareceu mais ninguém
Você pode até dizer, que eu tô por fora, ou então, que eu tô inventando
Mas é você, que ama o passado e que não vê, é você, que ama o passado, e que não
vê, que o novo sempre vem
Hoje eu sei que quem me deu a ideia, de uma nova consciência e juventude
Tá em casa, guardado por Deus, contando o vil metal
Minha dor é perceber, que apesar de termos feito tudo, tudo o que fizemos
Nós ainda somos os mesmos e vivemos, ainda somos os mesmos e vivemos
Ainda somos os mesmos e vivemos, como os nossos pais

(Belchior)

RESUMO

A Questão Agrária Brasileira é resultado da forma como a terra foi apropriada ao longo da história do país. A luta pela Reforma Agrária tem colocado em pauta a discussão sobre a grande concentração de terras e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nasce no bojo da luta pela terra, nos anos 1980. A formação do território que se transformou no Estado do Maranhão é fruto de disputas entre os detentores de capital, os trabalhadores camponeses, os escravos e os indígenas, bem como da população pobre das cidades, sendo que muitas das situações que o campo enfrenta na atualidade podem ser entendidas como fruto de um processo histórico desigual. Os poucos recursos disponíveis e de infraestrutura coloca os agricultores numa situação de pobreza no campo, é nesse contexto que surge a discussão sobre a juventude do campo. Diante das dificuldades de sobrevivência no campo os jovens se veem impelidos a buscarem alternativas nas cidades. Nos dois assentamentos pesquisados já houve um avanço no sistema educacional, através da luta da comunidade juntamente com o MST, porém no que diz respeito ao trabalho e a renda ainda é um grande desafio. O presente trabalho teve como objetivo, analisar as dificuldades de permanência e continuidade da juventude do campo nos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista, no município de Açailândia, estado do Maranhão, no tocante as questões da geração de trabalho, emprego e renda, dentro do que se entende por uma proposta de Reforma Agrária defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra identificando os desafios e perspectivas da juventude e a sua inserção no processo produtivo. Acredita-se que esta pesquisa contribuiu para o avanço da discussão sobre a Reforma Agrária no país e principalmente perceber os entraves dentro da lógica capitalista no Estado do Maranhão, que ainda é um território agrário, mas nem por isso tem políticas condizentes com a situação de extrema pobreza que a população do campo enfrenta. Os resultados da pesquisa mostram que há por parte da juventude camponesa uma dicotomia entre o desejo de ficar e o sair do assentamento, pois a grande maioria demonstra pertencimento ao seu lugar, porém a ausência de políticas específicas e as condições de sobrevivência os impele a deixarem sua comunidade em busca, principalmente, de trabalho e de capacitação profissional.

Palavras-Chave: Juventude do Campo. Reforma Agrária. Trabalho. Educação. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

ABSTRACT

The Brazilian Agrarian Question is a result of the way the land was appropriated throughout the history of the country. The struggle for agrarian reform has put into question the discussion about the great concentration of land and the Landless Rural Workers Movement is born in the midst of the struggle for land in the 1980s. The formation of the territory that has become the state of Maranhão is a result of disputes between the holders of capital, peasants, slaves and indigenous people, as well as the poor population of the cities, and many of the situations that the field faces today can be understood as the outcome of an uneven historical process. The few available resources and infrastructure put the farmers in a situation of poverty in the field, it is in this context that the discussion about rural youth arises. Faced with the difficulties of survival in the countryside, young people are forced to seek alternatives in the cities. In the two settlements surveyed, there has already been a breakthrough in the educational system, through community struggle together with the *Movimento Sem Terra – MST* (Landless Rural Workers Movement), but in terms of work and income, it is still a great challenge. The objective of this study is to analyze the difficulties of permanence and continuity of rural youth in the Califórnia and Nova Conquista Settlements, in Açailândia county, in the state of Maranhão, regarding the generation of work, employment and income, within which it is understood by a proposal of Agrarian Reform defended by the Movement of the Landless Rural Workers identifying the challenges and perspectives of the youth and their insertion in the productive process. It is believed that this research contributed to the advancement of the discussion about Agrarian Reform in the country and mainly to perceive the obstacles within the capitalist logic in the State of Maranhão, which is still an agrarian territory, but does not have policies that are consistent with the situation of extreme poverty that the rural population faces. The results of the research show that there is a dichotomy between the desire of the peasant youth to stay and leave the settlement, since the vast majority show their belonging to their place, but the absence of specific policies and conditions of survival impels them to leave their community in search of, mainly, of work and of professional qualification.

Keywords: Youth of the Field. Land reform. Job. Education. Movement of Landless Rural Workers (*Sem Terra Movement*).

RESUMEN

La cuestión agraria brasileña es resultado de la forma en que la tierra fue apropiada a lo largo de la historia del país. La lucha por la Reforma Agraria ha puesto en pauta la discusión sobre la gran concentración de tierras y el Movimiento de los Trabajadores Rurales *Sem Terra* nace en el seno de la lucha por la tierra en los años 1980. La formación del territorio que se transformó en el Estado de Maranhão es fruto de las disputas entre los tenedores de capital, los trabajadores campesinos, los esclavos y los indígenas, así como de la población pobre de las ciudades, siendo que muchas de las situaciones que el campo enfrenta en la actualidad pueden ser entendidas como a través del surgimiento de un proceso histórico desigual. Los escasos recursos disponibles y de infraestructura pone a los agricultores en una situación de pobreza en el campo, es en ese contexto empieza la discusión sobre la juventud del campo. Ante las dificultades de supervivencia en el campo los jóvenes se ven impulsados a buscar alternativas en las ciudades. En los dos asentamientos investigados ya hubo un avance en el sistema educativo, por medio de la lucha de la comunidad junto con el MST, pero en lo que se refiere al trabajo y la renta sigue siendo un gran desafío. El presente trabajo tuvo como objetivo, analizar las dificultades de permanencia y continuidad de la juventud del campo en los Asentamientos California y Nueva Conquista, en el municipio de Acailândia, estado de Maranhão, en lo que se refiere a las cuestiones de la generación de trabajo, empleo y renta, dentro de lo que se entiende por una propuesta de Reforma Agraria defendida por el Movimiento de los Trabajadores Rurales *Sem Terra* identificando los desafíos y perspectivas de la juventud y su inserción en el proceso productivo. Se cree que esta investigación contribuyó al avance de la discusión sobre la Reforma Agraria en el país y principalmente percibir los obstáculos dentro de la lógica capitalista en el Estado de Maranhão, que aún es un territorio agrario, pero no por ello tiene políticas que concuerden con la situación de la extrema pobreza que enfrenta la población del campo. Los resultados de la investigación muestran que hay por parte de la juventud campesina una dicotomía entre el deseo de quedarse y salir del asentamiento, pues la gran mayoría demuestra pertenencia a su lugar, pero la ausencia de políticas específicas y las condiciones de supervivencia los impulsa a dejar su comunidad en busca, principalmente, de trabajo y de capacitación profesional.

Palabras clave: Juventud del Campo. Reforma agraria. Trabajo. Educación. Movimiento de los Trabajadores Rurales *Sem Terra*.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01	–	Processo de Ocupação das terras maranhenses.....	46
Quadro 01	–	Projetos agropecuários em áreas da Pré-Amazônia.....	51
Mapa 02	–	Localização Geográfica do Município Açailândia-MA.....	59
Mapa 03	–	Regionais do MST no estado do Maranhão.....	72
Quadro 02	–	Quadro síntese dos programas e ações da SAF.....	117
Quadro 03	–	Ações da Secretaria de Juventude.....	123
Figura 01	–	Vista Lateral da Entrada do Assentamento Califórnia.....	135
Mapa 04	–	Localização geográfica do assentamento Califórnia.....	136
Figura 02	–	Vista frontal da Escola Assentamento Califórnia.....	138
Figura 03	–	Vista interna da Escola Assentamento Califórnia.....	138
Figura 04	–	Vista Frontal do Posto de Saúde Assentamento Califórnia.....	140
Figura 05	–	Ruas do Assentamento Califórnia.....	142
Gráfico 01	–	Perfil das Atividades Econômicas Principais das Famílias Assentadas	144
Mapa 05	–	Localização Geográfica do Assentamento Açaí.....	145
Figura 06	–	Ruas do Assentamento Nova Conquista.....	148
Figura 07	–	Vista externa e interna da Escola Assentamento Nova Conquista.....	150
Figura 08	–	Vista frontal e interna do posto de saúde da Nova Conquista.....	154
Gráfico 02	–	Perfil das Atividades Econômicas Principais das Famílias Assentadas	155
Gráfico 03	–	Perfil etário das famílias participantes da pesquisa - Assentamento Califórnia.....	160
Gráfico 04	–	Perfil etário das famílias participantes da pesquisa – Assentamento Nova Conquista.....	161
Gráfico 05	–	Jovens inseridos no processo educacional Assentamento Nova Conquista.....	162
Gráfico 06	–	Jovens inseridos no processo educacional Assentamento Califórnia....	162
Gráfico 07	–	Atividade desenvolvida para obtenção de renda – Jovens do Assentamento Califórnia.....	164
Gráfico 08	–	Atividade desenvolvida para obtenção de renda – Jovens do Assentamento Nova Conquista.....	165
Gráfico 09	–	Percepção das famílias sobre o querer ficar dos jovens no Assentamento Califórnia.....	168

Gráfico 10	–	Percepção das famílias sobre o querer ficar dos jovens no Assentamento Nova Conquista.....	168
Quadro 04	–	Motivação da juventude em ficar ou sair de acordo com a opinião das famílias dos Assentamentos.....	169
Quadro 05	–	Opinião das famílias sobre o que motivo os jovens a deixarem a comunidade.....	173
Gráfico 11	–	Nível de atendimento as demandas da juventude nos Assentamento...	177
Quadro 06	–	Atividades desenvolvidas pelo MST para a Juventude dos Assentamentos.....	182
Quadro 07	–	O que deve melhorar no Assentamento para a Juventude.....	184
Quadro 08	–	Importância do Pronera para a vida dos jovens.....	194
Quadro 09	–	A relação entre os cursos do Pronera e a inserção dos jovens no mercado de trabalho.....	199

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	– Situação dos Jovens que informaram não possuir renda.....	167
Tabela 02	– Intenção de formação profissional da juventude.....	179
Tabela 03	– Aonde os jovens pretendem morar e trabalhar no futuro.....	180
Tabela 04	– Participantes de Cursos do Pronera do Assentamento Nova Conquista...	188
Tabela 05	– Participantes dos cursos do Pronera no Assentamento Califórnia.....	189

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATAM	Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAS	Country Assistance Strategy
CELMAR	Celulose Maranhense
CENTRU	Centro de Educação do Trabalhador Rural
CEPAL	Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina
CFR	Casa Familiar Rural
CNH	Carteira Nacional de Habilitação
CNJ	Coletivo Nacional de Juventude
COMARCO	Companhia Maranhense de Colonização
COOMARA	Cooperativa Mista dos Assentados na Reforma Agrária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
EFA's	Escolas Familiares Agrícolas
EFC	Estrada de Ferro Carajás
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
ESF	Estratégia Saúde da Família
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IMESC	Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERMA	Instituto de Terras do Maranhão
JEC	Juventude Estudantil Católica
JK	Juscelino Kubistchek
JOC	Juventude Operária Católica
JUC	Juventude Universitária Católica
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIJ	Organização Ibero-americana de Juventude

OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PEE	Plano Estadual de Educação
PGC	Programa Grande Carajás
PJ	Pastoral da Juventude
PRA	Plano de Recuperação do Assentamento
PROCERA	Programa de Crédito Especial
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino e ao Emprego
PRONERA	Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
SAF	Secretaria de Agricultura Familiar
SEEJUV	Secretaria Estadual Extraordinária de Juventude
SINAJUVE	Sistema Nacional de Juventude
SNJ	Secretaria Nacional de Juventude
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STRI	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDEMA	Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UDN	União Democrática Nacional
UDR	União Democrática e Ruralista
UEMA	Universidade Estadual do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICAMP	Universidade de Campinas
USAID	Agência Americana para o Desenvolvimento

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICAS DE TERRAS NO MARANHÃO E NO BRASIL.....	34
2.1	O processo de ocupação das terras maranhenses.....	39
2.2	A lei de terras e a territorialização do latifúndio no Maranhão.....	47
2.3	Desenvolvimento socioeconômico e conflitualidades no município Açailândia-MA.....	55
2.4	O MST na luta pela terra no Maranhão.....	65
2.5	Atualidades da luta pela terra no Maranhão.....	74
2.6	As políticas de Reforma Agrária no Brasil: breves apontamentos.....	77
2.7	A organização do trabalho no campo a partir dos grandes projetos no Maranhão e em Açailândia.....	80
3	AS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE DO CAMPO.....	91
3.1	Quem são os jovens do campo?.....	93
3.2	Políticas Públicas para a juventude: intervenções históricas.....	95
3.3	As diretrizes do Banco Mundial para a juventude do campo.....	99
3.4	As políticas do MDA e do INCRA para a juventude do campo.....	103
3.4.1	Políticas de acesso à terra.....	103
3.4.2	O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.....	106
3.4.3	O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural.....	108
3.5	As políticas para a Juventude do campo no Maranhão.....	111
3.5.1	A Política de Educação do Campo.....	111
3.5.2	As Políticas de Fomento à Agricultura Familiar.....	115
3.5.3	A Política para a Juventude no Maranhão.....	122
3.6	Pensamento do MST sobre a Juventude.....	125
4	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS CALIFÓRNIA E NOVA CONQUISTA NO MUNICÍPIO AÇAILÂNDIA-MARANHÃO.....	132
4.1	O processo inicial de ocupação.....	132
4.2	Caracterização socioeconômica do Assentamento Califórnia.....	134
4.3	Caracterização socioeconômica do Assentamento Nova Conquista.....	145

5	JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO: A COMPLEXIDADE DA PERMANÊNCIA NO CAMPO.....	158
5.1	O olhar da família sobre o cotidiano da juventude.....	159
5.2	Juventude e identidade camponesa na contraposição do ficar ou sair: o que pensam os jovens estudantes.....	175
5.3	O Proneiro e a formação de jovens para o mundo do trabalho: As experiências dos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista.....	186
5.4	A problemática do trabalho, do emprego e da renda com impulsionadora da migração campo-cidade.....	201
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	208
	REFERÊNCIAS.....	214
	APÊNDICE I – Questionário aplicado às famílias Assentadas dos Assentamento Califórnia e Nova Conquista.....	220
	APÊNDICE II – Questionário aplicado as lideranças dos Assentamento Califórnia e Nova Conquista	221
	APÊNDICE III – Questionário aplicado aos representantes da Escola dos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista.....	222
	APÊNDICE IV – Questionário aplicado aos alunos do Ensino Médio nas escolas dos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista.....	223

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que realizamos neste mestrado e iremos detalhar nesta introdução, é fruto de todo um processo de militância social que foi iniciado a partir do envolvimento nos movimentos da Igreja Católica durante a década de 1980 junto a Pastoral de Juventude (PJ). Essa década foi um momento forte do movimento de juventude da Igreja Católica no estado do Maranhão, pois este movimento passava a beber na fonte dos intelectuais de esquerda e se contrapunha ao que chamávamos de Igreja Conservadora.

A Teologia da Libertação propunha uma Igreja mais presente nas causas populares e na formação do Cristão como um todo, e não apenas em sua espiritualidade individual. Então, baseamos nossa vida cristã a partir dessa filosofia. Na PJ participamos de diversas atividades de cunho paroquial, diocesano e estadual. As atividades variavam desde a organização interna do grupo do qual participávamos, até a coordenação diocesana.

O grupo de que fizemos parte envolveu-se na luta pela melhoria das condições de vida da população do bairro em que residíamos e na luta por transformações sociais. Na segunda metade da década de 1980 as discussões envolviam a luta pela terra, que se tornara forte na região. Começamos a nos envolver com essas discussões e ações. Após participarmos de diversas atividades ligadas aos movimentos populares da cidade, no ano de 1988, começamos a participar da militância do Partido dos Trabalhadores (PT). Pela primeira vez, nos envolvemos numa luta político-eleitoral, visto que a cidade sempre fora comandada por grupos ligados aos detentores do poder político e econômico na região e no estado. Essa iniciativa abriu caminhos para compreendermos a política brasileira, de que forma poderíamos, nós jovens, ajudarmos na luta por uma sociedade diferente.

Devido à nossa vinculação aos movimentos de trabalhadores rurais, de início no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz (STRI), pela ocasião da retomada do mesmo, uma vez que há muito tempo encontrava-se nas mãos de pessoas vinculadas aos latifundiários da região, fomos convidados a para prestar assessoria técnica no campo profissional para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nessa época, 1996, acompanhamos a crescente organização dos trabalhadores rurais que passavam a ocupar cada vez mais latifúndios improdutivos e constituíam projetos de assentamentos por todo o estado do Maranhão.

Passamos então a nos dedicar ao trabalho junto aos técnicos que prestavam assessoria aos projetos de assentamentos ligados ao MST na parte de informática e digitação de projetos.

Naquele momento iniciamos um novo ciclo de militância, agora ligada especificamente à questão agrária, o que foi de extrema importância para minha formação acadêmica e profissional. No MST desenvolvemos diversas atividades, que vão desde a organização interna nos espaços de secretaria, até a participação em coordenações de setores estaduais e nacional.

Participamos da construção do coletivo de Comunicação e Cultura Nacional do MST, pois devido à nossa vinculação artística, passamos a fazer parte do coletivo de músicos que acompanhavam as atividades do MST por todos os estados do país. No coletivo de cultura, fizemos parte, com muito orgulho, da organização do primeiro CD do movimento em nível nacional, além de gravarmos uma de suas faixas, a canção “Luz da América” de Ademar Bogo.

Nossa formação profissional e acadêmica, comum aos jovens filhos de trabalhadores, foi eivada de sacrifícios. Cursamos o ensino médio foi profissionalizante, que na década de 1980, era o mais ofertado em nossa região. Essa formação não garantiu as condições de lograr êxito em exames vestibulares, pois o que era cobrado não tinha sido estudado com profundidade na educação escolar. Para não ficarmos parados, fizemos alguns cursos de informática visando o aperfeiçoamento necessário ao acesso ao mercado de trabalho.

A militância no MST é que vai dar efetivamente a guinada necessária ao intento de ingressar na universidade. Participando de debates, encontros, reuniões, descobrimos a necessidade de aprofundamento teórico maior para participar adequadamente dos debates e realizar análises de forma mais profunda e adequada a cada contexto, e esse aprofundamento se dá através da leitura, estudos e discussões. Um dos grandes legados do MST será a intensa provocação em sua militância sobre a necessidade de aprimoramento intelectual, pois seu inimigo está sempre preparando em todos os campos, seja financeiro, seja intelectual, seja político.

Neste sentido, participamos de dois cursos que viriam a ser a base de sustentação daquilo que definiríamos para a vida: o de ser Geógrafo. O primeiro curso foi o de Formação de Professores de Economia Política, curso destinado a militantes de movimentos sociais, principalmente do MST, que tinham como objetivo a formação de militantes para atuarem em cursos de formação de base em escolas de formação do MST em todos os níveis. O segundo curso, fruto de uma parceria entre o MST e a Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, foi sobre a realidade brasileira. Este curso teve por objetivo fortalecer a análise da realidade do país entre os participantes. O curso configurou-se como uma experiência exitosa, e em função disso, foi disseminada por diversos estados do país.

O curso sobre a realidade brasileira despertou-nos para o papel da Geografia na construção de uma sociedade mais humana. Posto isto, decidimos realizar o vestibular para a Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão, sendo aprovados no ano de 2004.

Já como acadêmico de Geografia, começamos a desenvolver um trabalho na área do magistério como professor desta disciplina. Em 2006 havíamos iniciado o curso de Técnico em Saúde Comunitária fruto de uma parceria entre MST, PRONERA e UFMA para filhos de assentados e assentadas. Aquele foi então nosso primeiro momento como professor de Geografia. Trabalhamos a disciplina, que pelo programa, era dividida em módulos durante todo o curso. A experiência seguinte foi na Casa Familiar Rural (CFR) localizada em uma área adquirida na Zona Rural do município Açailândia-MA e coordenada por um grupo de profissionais, sendo esta escola, uma alternativa para os jovens do campo que não tinham o ensino médio em suas comunidades, e que não podiam estudar na cidade e trabalhar no campo. A casa funciona a partir da proposta da pedagogia da alternância, em que os jovens estudam quinze dias na casa e passam quinze dias em suas comunidades. Na CFR, já com um contrato formalizado com o governo do estado do Maranhão, passamos três anos (2007 a 2009) como professor da disciplina Geografia.

Em 2009, após a formatura, decidimos nos afastar das atividades orgânicas do MST e dedicar especificamente ao magistério. Desse período em diante, desenvolvemos trabalho na Secretaria de Municipal de Educação em Imperatriz como professor contratado para a Educação de Jovens e Adultos e para um programa do governo federal, o Pro-Jovem Urbano, que tinha como meta, a alfabetização, a escolarização e a formação profissional dos jovens. Daí em diante, foram diversos os espaços de trabalho: escolas da iniciativa privada, contrato como professor substituto na UEMA, aprovação no concurso público da Secretaria de Educação de Imperatriz, contrato na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), dentre outros.

O trabalho desenvolvido nas duas universidades, aliado aos anseios por uma melhor capacitação, começaram a ampliar o desejo de prosseguir os estudos. Já conhecíamos o Programa de Mestrado do Territorial através de relatos de alguns de seus educandos, o que nos levou a encarar este novo desafio.

A realização do mestrado era um sonho antigo que cultivávamos desde antes de concluir a graduação, pois muitos professores na UEMA nos animavam a continuar os estudos. Além disso, o mestrado representava a possibilidade de deixar a condição de professor substituto e realizar um concurso que permitisse a efetivação como professor titular. Assim, Em setembro

de 2015, realizamos o processo seletivo para uma das vagas no curso de mestrado em desenvolvimento territorial na América Latina e no Caribe. Aprovados, juntamente com mais dez colegas, iniciamos o curso em outubro de 2015.

Realizamos o tempo escola divididos em duas etapas de quatro semanas cada. Foram oito disciplinas cursadas: na primeira etapa foram as disciplinas de Metodologia Científica; Reforma Agrária na América Latina e no Caribe; Práticas de Saúde e Representação Social e Formas de Organização da Produção e do Trabalho. Na segunda etapa, tivemos aulas das disciplinas Estado e Políticas Públicas na América Latina e no Caribe; Cultura, Identidade e Território; Economia Política; Educação do Campo na América Latina e no Caribe. Essas disciplinas, nos ajudaram a construir uma ideia sobre a fundamentação teórica de nossa dissertação.

Sabemos que a questão agrária brasileira é resultado da forma como a terra foi apropriada ao longo da história do país desde o período colonial. A concentração da terra no Brasil tem sua origem nas capitanias hereditárias, e a intensa concentração de terras nas mãos de poucos tem sido debatida entre as diversas classes sociais do cenário político brasileiro, principalmente entre os detentores do grande capital, usuários das terras para a especulação e/ou exploração indiscriminada dos recursos naturais, bem como pelos movimentos sociais do campo que organizam as famílias de agricultores em busca de alternativas de geração de trabalho e de renda. A lógica e os interesses dos grupos são antagônicos e comportam diferentes concepções que podem ser observadas no papel da agricultura na sociedade brasileira.

É no contexto do debate sobre a necessidade de democratização da terra, que surge a discussão sobre a reforma agrária, cujo objetivo central é organizar a redistribuição das terras. A reforma agrária se constitui, portanto, de um conjunto de medidas jurídico-econômicas que visam à desconcentração da propriedade privada de terras cultiváveis, a fim de torná-las produtivas. Sua implantação deve ter como resultado, o aumento da produção agrícola, a ampliação do mercado interno do país e a melhoria do nível de vida das populações rurais. É a partir da luta de classes que se coloca a discussão sobre a reforma agrária no Brasil, e é no bojo dessa luta pela terra que nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Pode-se afirmar antecipadamente, respaldados em vários estudiosos e pesquisadores (MST, 2001; FERNANDES, 2000; STÉDILE, 2000; MORISSAWA, 2001), que o surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil está intimamente ligado ao processo de desenvolvimento da agricultura adotado pelo governo militar a partir da década de 1970. Ele nasce, também, como símbolo da resistência do movimento de luta pela terra no

país. O governo, com a implantação do Estatuto da Terra, tinha todas as condições para adotar uma política agrária diferenciada das existentes até então, porém sua inclinação foi a favor dos grandes grupos latifundiários e das grandes empresas agrícolas.

Na concepção do MST, a luta pela reforma em seu âmbito, a luta por melhoria das condições de vida no campo, isto é, a elaboração e implantação de políticas públicas de Estado, tais como saúde, educação, crédito para agricultura, habitação, transporte, estradas, energia elétrica e água. De acordo com o MST (1994, p. 9),

[...] há necessidade de desenvolver uma [...] reforma agrária que signifique amplas mudanças estruturais no modelo de desenvolvimento atual da agricultura, modificando não somente a estrutura da posse e uso da terra, mas dos meios de produção [...].

Para o Movimento, a vida no campo deve ser entendida como parte integrante de toda a sociedade, e dessa maneira, as populações que vivem e trabalham no meio rural devem ter acesso a todas e quaisquer conquistas e direitos conquistados pelas populações urbanas.

A população camponesa é composta de homens e mulheres, crianças, jovens e adultos, e nessa conformação etária que se processam também diversas problemáticas. É neste sentido que surge a discussão da juventude do campo, que em princípio, é inserida no processo de reforma agrária por intermédio de seus familiares (pais, tios, avós), e estes são atingidos pela falta ou baixa qualidade da educação, pela falta de formação profissional, de lazer e saúde; a ausência de políticas sociais por parte dos governos federal, estadual e municipal, e do acesso ao mundo do trabalho, favorece a busca de alternativas em outros locais, principalmente, nas cidades.

A discussão sobre a juventude no mundo vem se dando desde que a ONU propôs a *Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos*, no ano de 1965 e, posteriormente, muitas iniciativas são adotadas, visando a compreensão deste tema tão complexo. Porém, a discussão sobre a juventude do campo, principalmente no Brasil, ainda é muito recente e só se consolida com a participação das organizações juvenis ligadas aos movimentos camponeses e às comunidades tradicionais.

É nesta perspectiva que surge a discussão da juventude dentro do MST, mesmo este ainda estando em um processo de elaboração de suas linhas políticas de atuação com este público, foi a partir de lideranças jovens que sua história é foi construída.

Dentro das linhas políticas gerais dos setores de atuação do Movimento, podemos

perceber a intenção da organização com a articulação da juventude, sendo os jovens beneficiários da luta política da organização. Para o MST, a juventude precisa se articular para ter, além de uma inserção na luta política, a construção de sua vida como integrante das comunidades, tanto no que diz respeito à sua formação pessoal e profissional, quanto à busca de sua sustentabilidade. Neste sentido, o objeto da pesquisa são as políticas públicas para a juventude do campo, com o foco na questão do trabalho, emprego e a renda, tendo em consideração as propostas de reforma agrária defendidas pelo MST.

Consideração o exposto, uma pergunta moveu-nos no intuito da elaboração do projeto inicial desta pesquisa: se os jovens não tiverem oportunidades em seu local de moradia, em seu assentamento, o que será de suas comunidades em um futuro próximo? Neste sentido o presente trabalho toma como tema a juventude em assentamentos da reforma agrária e tem como objetivo geral, analisar as políticas públicas para a juventude do campo como impulsionadoras da permanência e continuidade desta no campo, a partir da análise sobre os assentamentos Califórnia e Nova Conquista, no município Açailândia, Estado do Maranhão.

Como objetivos específicos, a pesquisa se propõe: fazer um levantamento das políticas públicas relativas à demanda da juventude do campo, com destaque para o trabalho e a educação; identificar os desafios e perspectivas da juventude dos assentamentos em relação a sua inserção no processo produtivo; verificar se o modo de vida urbano influencia os jovens a deixarem suas comunidades em busca de estudo e emprego; identificar nos assentamentos estudados, de que forma são planejadas ações que possibilitem a permanência e continuidade dos jovens no campo e analisar propostas para a juventude dos assentamentos de reforma agrária defendida pelo MST.

A escolha deste tema, como já destacado no início desta introdução, é fruto de nosso processo de militância. Iniciando o trabalho com a juventude na PJ e desenvolvendo as atividades da cultura, comunicação e formação no MST, tivemos contato com a realidade dos assentamentos e acampamentos. Observamos, então, um grande fluxo migratório de jovens das áreas de assentamento para as cidades próximas ou até mesmo distantes. Nossa primeira inquietação, então era entender se a busca de outros “horizontes” se dava pela falta ou pela pouca possibilidade de educação e trabalho, ou se havia outras questões que perpassavam esta situação. Fomos ampliando as observações, e na conclusão da licenciatura em Geografia, desenvolvemos um texto que trabalhou alguns aspectos sobre a juventude do Assentamento Califórnia.

É importante destacar, de antemão, o porque da escolha dos assentamentos Califórnia e

Nova Conquista. Em primeiro lugar, esses dois assentamentos são frutos da mesma luta pela terra no município Açailândia desde o ano de 1996, sendo que a primeira ocupação foi na área destinada à implantação do Projeto de Assentamento Califórnia. Como o número de famílias que se organizaram era bastante expressivo, nem todas poderiam ser colocadas no território em disputa, e por isso, houve a necessidade de garantir outra área onde seria instalado o Projeto de Assentamento Açaí, que é composto de cinco agrovilas, e dentre eles a agrovila Nova Conquista.

Em segundo lugar, esses dois assentamentos são frutos da mesma luta e se localizam territorialmente em relação à sede do município de forma diferenciada: o Assentamento Califórnia na beira da BR-010, a 13 quilômetros da cidade, portanto, o acesso à sede do município, ficou facilitada. Quanto ao Assentamento Nova Conquista, fica há a 50 quilômetros, sendo que para chegar na BR-010, são 30 quilômetros de estrada de carroçável, e os outros 10 pela rodovia, ou seja, o acesso é mais difícil. Esta situação nos confere a possibilidade de análise sobre o que é oferecido em termos de política pública para as duas comunidades, e de igual forma, e sobre o comportamento dos jovens com relação à vida no campo e à vida na cidade.

O Assentamento Califórnia foi formado pela desapropriação das áreas das fazendas Califórnia, Califórnia I, Califórnia II e Divisor IV no dia 24 de janeiro de 1997. Sua área total compreende 4.150,0908 hectares de acordo com o PRA (2008). De início, o assentamento comportou em sua primeira divisão populacional 186 famílias. Cada família teve direito a um lote de 34 hectares para produção, bem como um lote para construção de moradia na agrovila¹, medindo 600m². Atualmente convivem nesta comunidade, mais de 250 famílias entre as que se efetivamente são beneficiárias da reforma agrária, além dos filhos dos primeiros assentados que já constituíram família e permanecem na comunidade, bem como pessoas que vieram da cidade para trabalhar nas proximidades do Assentamento e permaneceram como moradores.

O Assentamento Açaí, foi criado a partir da desapropriação da área da Sudam, no dia 27 de setembro de 1996, cuja área de 23.324,0700 hectares, de acordo com o PRA (2008). Por ser uma área muito extensa, foi dividida em cinco Agrovilas (Nova Conquista, Nova Vitória, Sudelândia, Conquista da Lagoa e Macaúba) tendo cada uma, dinâmica e organicidade completamente diferentes. A parte destinada à comunidade Nova Conquista, comportou um

1

Agrovila é o espaço destinado à organização da comunidade. No Maranhão, assim como em diversos outros estados existe a divisão entre o lote de produção e o espaço para a reprodução social da vida em comunidade. Muitos assentados têm sua residência na agrovila e constroem outra casa no lote de produção individual.

número de 165 famílias, tendo na sua divisão territorial, para os lotes de moradia na agrovila, cada família, uma área de 600m² e uma área para produção agrícola de 41,5 hectares. Atualmente convivem neste território, em torno de 150 famílias, sendo que a dinâmica populacional aqui é mais complexa devido à localização da comunidade. Essa dinamicidade é relacionada ao foco desta pesquisa, pois questões de trabalho e educação fazem com que muitas destas não se fazem presente diariamente na agrovila, tendo que se dividir em estar na cidade e na comunidade.

Considerando este processo de luta e constituição dos Assentamentos Califórnia e Açaí, é que escolhemos estes dois territórios como objeto de estudo. A definição da agrovila Nova Conquista, se deu pelo fato de atualmente ser a comunidade em que ainda há um trabalho consistente do MST, pois as demais há muito tempo, não comungam com as diretrizes do movimento.

Pensar e discutir sobre a juventude no campo tem sido, nos últimos anos, tema recorrente em diversos trabalhos monográficos, de especializações, de dissertações de mestrados e de teses de doutoramento, pois essa parcela da sociedade, compreendida no âmbito da faixa etária dos 15 a 29 anos, o que para o campo é um grande espaço temporal, pois a juventude do campo tem uma variabilidade quando se trata das regiões no país devido sua inserção no processo produtivo se dar de formas diferentes, e esse “tempo jovem” ser muito menor em face das condições de desenvolvimento que são também são menores. Neste sentido, a partir da leitura de diversos trabalhos, observamos que as análises realizadas, trabalham a juventude do campo por diversos ângulos de investigação, pois, como já foi dito, essa juventude camponesa, está em constante transformação, seja nas mudanças de comportamento e de perspectiva, seja nos seus aspectos culturais, dentro de sua região de vivência, e mais especificamente, de sua pertença à classe camponesa, como um agente político de transformação de sua realidade.

As diversas organizações sociais do campo têm trabalhado na perspectiva de proporcionar aos jovens do campo, as condições de permanência em seu local de moradia, para que esses jovens deem continuidade à existência do mundo camponês, procurando inserir essa juventude como protagonista da reforma agrária. Porém, os jovens enfrentam, assim como seus familiares, uma série de dificuldades proporcionada pelo modo de condução da política agrária nacional, que os estimula, entre outras situações, a deixarem o campo.

O tema da pesquisa – juventude no campo – é o foco central desta discussão, visto que essa juventude “busca” melhores condições de sobrevivência, fato este que a impele a uma

2
dinâmica expressamente dialética² no processo de inserção nas atividades cotidianas de suas comunidades, porém, não abriremos mão de discutir o que dá base a toda essa complexidade que é a questão agrária no Brasil.

Para realização da pesquisa, definimos como percurso metodológico, a análise documental e a investigação em campo, por meio de questionários e entrevistas, como será detalhado nesta seção.

Do ponto de vista das análises, a partir das categorias geográficas, priorizamos o território e lugar, obviamente, as relações existentes nessas duas categorias estão balizadas numa categorização maior, que é o estudo da apropriação do espaço geográfico, pois, esta é a materialidade do processo do trabalho (MOREIRA, 1985, p. 86).

Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usado sem critério, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privaram de distinções úteis e necessárias [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

A análise do território, sendo este entendido como relações de poder, será a abordagem primordial neste trabalho, pois concordando com Santos “o território pode ser entendido a partir de categorias de formação socioespacial” (SANTOS, 2011, p. 21). Neste sentido, analisar as relações econômicas e sociais de um determinado lugar, pressupõe compreender uma amplitude muito maior, a forma como a sociedade tem-se apropriado desse território. Desta forma, a análise partirá de uma concepção de territorialidade, compreendida aqui como a apropriação do espaço

[...] a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas as relações são de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta disso, se automodificam também. O poder é inevitável e, de modo algum inocente. Enfim, é impossível manter uma relação que não seja marcada por ele. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

2

O termo dialética será aprofundado mais à frente, pois fundamentará a pesquisa.

A territorialidade, no sentido prático deste trabalho, se dá a partir do momento em que os trabalhadores sem terra, disputam, conquistam e transformam o território, antes ocupado por apenas um “dono” e o transforma em uma comunidade, agora de diversos “donos”, que terão, devido à própria lógica de funcionamento da sociedade capitalista, de enfrentar os problemas inerentes ao desenvolvimento dessa sociedade, seja escala local, nacional ou mundial, a depender de qual situação se está falando. Aqui, compreendemos a territorialidade “como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence” (SANTOS, 2011, p. 19)

A análise da categoria lugar, partirá da concepção de pertencimento a um espaço, construído a partir da luta social, que se inicia na luta pela terra e irradia nas diversas lutas por condições dignas de vida. É neste sentido, que de acordo com o Programa Agrário do MST, deve ser a luta contra o modelo do capital para a agricultura brasileira (MOVIMENTO SEM TERRA, 2014, p. 31), e ainda mais contra as concepções clássicas burguesas, que privilegia a política de distribuição de terras em detrimento das políticas públicas que inserem esta sociedade na divisão social da riqueza produzida no país.

Esta análise será de fundamental importância, pois é o elo central entre a teoria e a pesquisa que fundamentará o trabalho, pois,

Dizer que os jovens querem permanecer no campo soa como poesia, ficção, utopia. Dados estatísticos, estudos de casos, têm validado ou negado essa afirmação. Na minha pesquisa, não tomei os números como comprovação científica...existem muitos jovens que sonham com a cidade, que querem sair do campo, mas também há jovens que desejam ficar, e ainda aqueles que querem permanecer, mas se sentem empurrados a migrar pelas suas condições de vida e os que ficam porque não tiveram ainda oportunidade de sair. (SALES, 2006, p. 144).

Então, para que isto que seja fundamentado, buscamos na pesquisa, em primeiro plano, a revisão da literatura sobre o tema, que é essencial para efetivação da análise pretendida. Para isso, enfatizamos o estudo das concepções clássicas e contemporâneas sobre a questão agrária, sobre o processo de ocupação de terras no Maranhão e sobre as políticas públicas para a juventude do campo, a partir das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), dando ênfase também às análises sobre o avanço do capitalismo na região em estudo, o município de Açailândia, onde se concentram grandes projetos minerários, de monocultivo do eucalipto e da produção de gado leiteiro e de corte.

Como impulsionadores das lutas no campo, a categoria movimentos sociais também é analisada no estudo. O MST, que é a organização articuladora da conquista da terra no território estudado, será analisado, a partir da temática da luta pela terra e como este propõem que deve

ser compreendida a inserção das políticas públicas destinadas às áreas de assentamentos e a juventude do campo.

Foram realizadas pesquisas documentais com o intuito de construir um diagnóstico dos programas e projetos desenvolvidos por órgãos governamentais, tais como: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), Secretaria de Estado da Juventude (SEEJUV) e Secretaria de Estado da Educação (SEE). Para além da análise documental, utilizamos como técnicas de pesquisa a realização da coleta de dados através de questionários abertos e entrevistas, além de conversas realizadas durante o período de presença nas comunidades, as quais ajudaram a entender o processo. Destacamos abaixo como se deu esta coleta de dados.

O primeiro questionário foi aplicado a 100 famílias assentadas no Assentamento Califórnia e 65 no Assentamento Nova Conquista. Este questionário teve como objetivo obter dados sobre a realidade das famílias e verificar como os jovens se encaixam nesta realidade, principalmente no que diz respeito à educação e ao trabalho, além de perceber como as famílias veem o cotidiano desses jovens.

O segundo questionário foi aplicado a representantes das escolas nos dois Assentamentos, por entendermos que este é um espaço onde a juventude tem uma presença importante, e ainda porque a luta pela educação é um dos grandes legados nestas duas comunidades. Por isso, a necessidade de compreender de que forma o processo educacional tem contribuído para que a juventude construa sua relação de pertencimento à comunidade e à classe camponesa. Para fortalecer os dados captados junto a representantes das escolas, elaboramos outro questionário que foi aplicado aos alunos do ensino médio que frequentam as escolas dos Assentamentos em estudo. A escolha deste público se deu no sentido de, primeiro, eles estarem num período em que as determinantes do futuro se fazem presentes, e então, a importância de entender para onde querem ir, no sentido de escolha dos caminhos para a vida pessoal e profissional, e segundo, para perceber como estes jovens estudantes se veem dentro da comunidade, tanto como o sujeitos pertencentes a ela, como a seu pertencimento como filhos e/ou filhas de camponeses se apresenta na perspectiva de continuidade nas comunidades.

Realizamos em seguida, a busca de informações através de entrevistas com duas lideranças de cada Assentamento, concernentes à vida dos Assentamentos do ponto de vista estrutural e social, além de suscitar destes, a visão que têm sobre o papel que compete à juventude nas comunidades. Realizamos também uma entrevista com uma liderança regional

do MST com a finalidade de compreender a relação entre a luta dos assentados, as melhorias conquistadas através da luta pelas comunidades e os desafios que enfrentam os povos do campo, no que concerne ao município de Açailândia devido aos grandes projetos de monocultivo e como todo esse processo tem atingido a juventude dessa região.

Outro momento de coleta de dados se deu a partir de uma entrevista com os representantes do posto de saúde. Ali conhecemos a luta pela saúde na comunidade, os entraves enfrentados durante o processo de consolidação dos Assentamentos e os desafios que se tem para efetivamente se dar um atendimento satisfatório aos moradores das comunidades Califórnia e Nova Conquista.

Aplicamos também um questionário com um membro da direção estadual do MST que representa o coletivo de juventude e também faz parte do coletivo nacional de juventude do MST. Nesta entrevista, buscamos compreender o papel do coletivo estadual de juventude, como ele se articula com os jovens dos assentamentos no estadual, e em particular, nos Assentamentos objeto desta pesquisa, além de diagnosticar os principais desafios apontados para a juventude camponesa no Maranhão.

Por último, elaboramos e aplicamos um questionário junto aos jovens egressos dos cursos do Programa Nacional de Educação em Área de Reforma Agrária (PRONERA). O foco, foi relacionar a importância e a pedagogia deste Programa com a vivência desses estudantes, agora profissionais, com a realidade de sua comunidade, além de buscar perceber de que forma esses jovens egressos dos cursos, tanto de formação técnica profissional, como superior, têm se inserido no processo de trabalho nas comunidades. A ideia básica nesta busca de informação, é perceber se a formação desses jovens garante sua continuidade nas comunidades, ajudando na construção e no desenvolvimento das mesmas.

A partir da coleta dos dados, definimos que essa pesquisa terá uma abordagem qualitativa, sendo a dialética e o materialismo histórico, a base de todo o seu processo de desenvolvimento, seja no tocante à revisão bibliográfica, seja na coleta de informações e de dados, seja na análise documental e na produção dos resultados.

A escolha do método, entendido como materialismo histórico e dialético, deu-se em primeiro lugar, por ser a Geografia, uma ciência que comporta uma diversidade de possibilidades de análises dos fenômenos, sejam eles sociais ou naturais e, segundo, por compreender ao longo de nosso percurso como profissional da área, que a Geografia tem um papel fundamental na explicação de fenômenos inerentes à territorialidade, percebida como

apropriação do espaço. Compreendemos que, como afirma Rodrigues (2008, p. 16), o “método científico consiste em um conjunto de atividades racionais e sistemáticas que possibilita alcançar determinado objetivo. É um caminho planejado que se segue na investigação”

No sentido do que se explicita a citação acima, nosso grande objetivo neste trabalho é saber como as relações sociais no recorte espacial e temático definido para a pesquisa, se correlacionam com as relações sociais mais amplas. Por isso, abrir mão da dialética, entendida como modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação (KONDER, 1981, p. 8), é fundamental, pois vamos partir de uma visão particular para uma visão geral e voltarmos a uma nova visão particular, compreendendo o objeto como pertencente a uma totalidade. Afinal

Qualquer objeto que o homem possa perceber ou criar é parte de um todo. Em cada ação empreendida, o ser humano de defronta, inevitavelmente, com problemas interligados. Por isso, para encaminhar uma solução para os problemas, o ser humano precisa ter uma visão de conjunto deles: é a partir da visão do conjunto que a gente pode avaliar a dimensão de cada elemento do quadro. Foi o que Hegel sublinhou quando escreveu: ‘a verdade é o todo’. Se não enxergarmos o todo, podemos atribuir um valor exagerado a uma verdade limitada (transformando-a em mentira), prejudicando a nossa compreensão de uma verdade mais geral. (KONDER, 1981, p. 37).

A Geografia crítica marxista que se consolida ao longo da segunda metade do século XX, proporcionada pelo movimento de renovação da Geografia que advém do rompimento de grande parte dos geógrafos com relação à perspectiva tradicional (MORAES, 2007, p. 103) é o pano de fundo desta pesquisa, no que concerne à compreensão dessa realidade, pois,

Não é a predominância dos motivos econômicos na explicação da história que distingue decisivamente o marxismo da ciência burguesa: é o ponto de vista da totalidade. Somente o ponto de vista da totalidade, segundo Lukács, permite à dialética enxergar, por trás da aparência das ‘coisas’, os processos e inter-relações de que se compõe a realidade. Somente o ponto de vista da totalidade permite que se veja no real um ‘jorrar ininterrupto de novidade qualitativa. (KONDER, 1981, p. 67-68)

Nesse sentido, o que propomos neste trabalho é uma análise da juventude no campo, a partir de lógicas inerentes a seu espaço e aos diversos espaços que se inter cruzam, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista político, seja do ponto de vista da materialidade de sua existência como ser social pertencente a um grupo e a uma comunidade. O trabalho está desenvolvido em cinco capítulos, sendo esta introdução, entendida como a primeira seção.

Desenvolvemos na segunda seção, discussão sobre a questão agrária no Brasil por entender que ela é a base para todo o processo de ocupação da terra no país e nos deixa uma

herança histórico-cultural de uso e posse das terras por todo o território nacional; fazemos uma análise de como foi a apropriação do território maranhense e a forma como se deu a ocupação paulatina do que vem a ser hoje a composição dos seus limites territoriais, destacando a luta entre os detentores do capital, o governo e a população camponesa e indígena, principalmente. Apontamos como se deu o processo inicial de ocupação das terras que hoje compõem o município de Açailândia e a consolidação de grandes projetos nessa região, a partir da década de 1970 devido o projeto desenvolvimentista brasileiro. Destacamos também, neste capítulo o surgimento do MST no estado, a partir das lutas pelo país e como essa luta vai consolidar e organizar um movimento que irá propor uma nova concepção de reforma agrária, e para isso, fazemos uma diferenciação de algumas concepções do que venha a ser a Política de Reforma Agrária.

Na terceira seção, intitulada As Políticas Públicas para a Juventude do Campo, abordamos diferentes aspectos que são importantes para entender a complexidade da discussão sobre a juventude do campo. Assim, discutimos sobre a importância da juventude rural, momento em que se defende a ideia da reforma agrária como um instrumento de política pública e a consequente criação dos assentamentos como o *locus* de implantação desta política, porém, a mesma ainda requer atenção por parte do poder público no sentido de conferir maior organização às questões sociais e econômicas para que as famílias possam viver com mais dignidade. Apontamos, no primeiro item, a discussão sobre quem são os jovens do campo, pensando as diferentes categorias de jovens, e as diferenças a partir das realidades onde estes estão inseridos.

Fazemos um aprofundamento nesta seção sobre o processo de início da discussão sobre a juventude no mundo, tendo como base, documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) que foram aprofundados por diversos organismos internacionais e pelos governos dos países ao longo dos últimos setenta anos; destacamos ainda a participação do Banco Mundial e sua reorganização como financiador de políticas econômicas, principalmente para os países subdesenvolvidos, e neste sentido, fomentador de políticas que sejam voltadas para o empoderamento juvenil.

A terceira seção, aborda também, três políticas adotadas pelo governo federal: Política de Acesso à Terra, o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária e o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, que fazem parte da política para o campo no Brasil e que podem ajudar a refletir sobre as políticas públicas para a juventude do campo.

Ainda na terceira seção, apresentamos as políticas públicas para a juventude

desenvolvidas no estado no Maranhão pelos órgãos governamentais: 1) as políticas de educação, através do Plano Estadual de Educação, e como estão descritas as especificidades para a educação do campo; 2) as políticas de fortalecimento à agricultura familiar, observando o que se propõe para os jovens do campo; e 3) as políticas específicas para a juventude maranhense, através da SEEJUV. Neste sentido, procuramos obter informações pertinentes ao tema objeto do trabalho que apontassem quais políticas públicas no Maranhão são efetivadas no sentido de promover a melhoria da qualidade de sobrevivência da juventude no campo maranhense.

Apresentamos também, na terceira seção, a concepção do MST sobre a juventude do campo, especificamente os jovens filhos e filhas de camponeses beneficiários da reforma agrária, analisando documentos históricos e atuais da organização que possam mostrar a forma como foi entendida essa questão, ao longo do processo de construção do movimento.

Finalizamos a seção, fazendo uma análise sobre o mundo do trabalho no estado do Maranhão, correlacionando o que já havíamos apontado nos tópicos anteriores com o que se percebe desta dinâmica no sistema produtivo, através dos grandes projetos, especificando como esta relação tem se dado no município de Açailândia, tanto na cidade como campo. Ao desenvolvermos este tópico, nos deparamos com a falta de dados mais atuais para o aprofundamento da análise, o que pode ter gerado um aprofundamento superficial, neste sentido.

A quarta seção, traz uma contextualização socioeconômica dos territórios em que se realizou a pesquisa: as áreas dos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista. A escolha destas duas comunidades camponesas para o estudo, se deu devido o processo de luta pela terra terem sido comuns nos anos de 1996. O processo de ocupação inicial da fazenda Califórnia, o despejo realizado pela polícia, o acampamento provisório à beira da BR-010 em frente ao assentamento Itacira, o retorno para a fazenda Califórnia, as negociações para garantir o assentamento das mais de 800 famílias que se encontravam acampadas, a divisão e criação dos dois projetos dos Assentamentos Califórnia e Açai, são alguns dos momentos que os assentados nestes dos projetos de assentamento vivenciaram conjuntamente.

Apesar da luta ter sido conjunta, houve o desmembramento, e a criação dos dois projetos de assentamento a realidade passou a ser diferenciada, pois o Assentamento Califórnia tem uma localização privilegiada, facilitando o acesso à área urbana do município, por isso é uma comunidade de camponeses que se articulam com a realidade urbana facilmente. Na criação do assentamento Açai, devido à grande quantidade de famílias 650, foram criadas cinco

comunidades que possuem vida própria, e por isso, são considerados, na organização interna, assentamentos distintos, e neste caso, entra em discussão a comunidade Nova Conquista. Este Assentamento fica a 30 quilômetros da BR-010 e mais 12 quilômetros de Açailândia, o que dificulta o acesso à vida urbana, e por isso, tem uma dinâmica camponesa muito mais presente.

Na quinta seção, analisamos a relação entre o desenvolvimento dos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista, e de que forma esse desenvolvimento foi introduzindo as demandas inerentes aos jovens destas comunidades. Apontaremos a partir dos questionários que foram aplicados à comunidade junto às lideranças, aos coordenadores das escolas e aos estudantes do ensino médio, aos egressos do PRONERA, e ao representante da juventude do MST, quais as principais dificuldades e as perspectivas que os jovens veem para eles em relação ao trabalho e à renda neste momento da história de cada localidade e buscando fazer um cruzamento destes com a própria localização geográfica em que cada comunidade se encontra dentro do município de Açailândia. Constituem esta quinta seção, quatro subseções que apresentamos a seguir.

Na subseção 5.1 trazemos um apanhado sobre as questões que foram colocadas no questionário elaborado especificamente para as famílias, como segue: Quantidade de pessoas da família (mesmo os que estavam fora do Assentamento); Faixa etária de pessoas da família; com relação à Educação Escolar, os jovens entre 15 a 29 anos estudam: sim ou não; se não estudam, porque; se estudam, em que nível estão: fundamental, médio ou superior; onde estudam: no assentamento ou fora do assentamento; se estudam fora do assentamento, por quê?; com relação ao trabalho: qual a atividade principal desenvolvida pela família para obtenção da renda; qual a atividade desenvolvida pelos jovens entre 15 a 29 anos para obtenção de renda; se os jovens não tem renda, qual o motivo; a atividade para obtenção de renda desenvolvida pelos jovens é dentro ou fora do Assentamento. As duas últimas questões foram de cunho pessoal e perguntava sobre a satisfação dos jovens em estar assentamento e a última sobre o que mais têm contribuído para que os jovens deixarem a comunidade. Para facilitar a interpretação dos dados, fizemos uso de gráficos e quadros.

Na subseção 5.2, que denominamos de “juventude e identidade camponesa na contraposição do ficar ou sair: o que pensam os jovens estudantes”, procuramos relacionar as questões que foram postas para os jovens das três séries do ensino médio. Como o trabalho diz respeito apenas aos beneficiários da reforma agrária, nos reportamos apenas às respostas vindas dos filhos de assentados, visto que a escola recebe alunos de outras comunidades próximas.

A primeira questão para análise foi sobre o que os jovens pensam sobre a vida no campo,

se é satisfatória ou não, e porque; na segunda questão perguntamos quais são suas intenções ou planos para a vida profissional; a terceira questão destaca a relação com o local de moradia: se pretendem continuar trabalhando e morando no Assentamento, se pretendem continuar somente morando no Assentamento e trabalhando fora e/ou se pretendem ir embora do Assentamento em busca de outras alternativas; continuando, perguntamos que projetos eles conhecem e que são desenvolvidos para a juventude do Assentamento pelos três níveis de governo (federal, estadual ou municipal); outra questão tratou sobre atividades que eles conhecem que são desenvolvidas para a juventude do Assentamento pelo MST; a penúltima questão diz respeito ao que eles acham que poderia melhorar na comunidade para a juventude, e a última questão, foi apresentada de forma aberta para que eles escrevessem sobre aspectos do cotidiano do Assentamento que achassem importantes. Nesta subseção, trabalhamos também com gráficos, tabelas e quadros, por entender que esses recursos nos ajudam na interpretação mais objetiva, possibilitando a argumentação comparativa das duas realidades que estamos abordando.

Na subseção 5.3, trabalhamos, especificamente o PRONERA, compreendido como uma política pública que tem sido colocado para todos os camponeses das áreas de reforma agrária pelo país, e em especial, aos camponeses maranhenses e das duas comunidades pesquisadas. O tópico intitulado “O Pronera e a formação de jovens para o mundo do trabalho: As experiências dos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista”, traz uma leitura de como este Programa foi implementado no estado do Maranhão, e particularmente, como ele tem atingido os jovens e também os adultos dos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista.

Neste sentido, buscamos através dos questionários aplicados aos jovens para que nos respondessem as seguintes questões: 1) qual a importância do PRONERA para a juventude assentada?; 2) qual sua opinião sobre a pedagogia adotada nos cursos do PRONERA?; 3) Qual a importância da sua formação educacional para sua vida pessoal e profissional?; 4) Você acha que os cursos do PRONERA conseguem criar uma identidade camponesa nos jovens?; e 5) Como seu assentamento tem absorvido a juventude que sai dos cursos, do ponto de vista do trabalho, da renda e da militância?

Foram aplicados os questionários a quatro jovens no assentamento Califórnia e seis jovens no Assentamento Nova Conquista. Essa quantidade diferenciada se deve à própria diferença no quantitativo de pessoas atingidas pelo Programa nas duas comunidades. A partir das respostas, fizemos o cruzamento dos resultados, e na última questão, que é de fundamental para o trabalho em desenvolvimento, destacamos a opinião de todos no sentido de perceber a diferenciação das opiniões.

A subseção 5.4 apresenta os dados sobre a relação entre o trabalho e a obtenção de renda para a juventude nas duas comunidades, seja como empregada ou no trabalho dentro da unidade produtiva familiar – o lote, e relacionamos isso com os desafios que são apontados pelas lideranças dos Assentamentos, pelos próprios jovens e pelas lideranças da escola e do coletivo de juventude.

Nas considerações finais, que se configuram como a seção 6, abordamos sobre a importância da luta pela reforma agrária, como uma política pública de inclusão e de retorno dos camponeses para seu lugar de origem, que é o campo, porém apontamos as críticas e as observações sobre o futuro dos Assentamentos estudados, visto que, se não forem construídas alternativas de sobrevivência, grande parte dessa população tende a retornar para as cidades. Neste sentido, a juventude precisa de uma atenção especial.

O trabalho, como uma atividade humana é desenvolvido por todos os membros da família, seja no processo produtivo, seja nos afazeres domésticos, porém o trabalho como gerador de renda, ainda é um desafio para a juventude do campo, mesmo aquela que teve a oportunidade de se capacitar para desenvolver uma atividade produtiva e geradora de renda.

Neste sentido, a mudança de paradigma no sistema produtivo no campo maranhense, e neste particular, nos assentamentos Nova Conquista e Califórnia, deve ser uma das premissas básicas para que sua juventude tenha as possibilidades de escolher entre o permanecer e o sair, pois sem trabalho que gere renda, é muito difícil para quem vive numa situação de extrema fragilidade social.

2 QUESTÃO AGRÁRIA E POLÍTICAS DE TERRAS NO MARANHÃO E NO BRASIL

Para se discutir a questão agrária é importante considerar a existência de várias concepções que conferem diferentes aspectos à realidade agrária. As diferentes áreas do conhecimento expressam uma visão em consonância com as teorias que lhe dão suporte, afinal,

Na literatura política, o conceito “questão agrária” sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político. Na sociologia, o conceito “questão agrária” é utilizado para explicar as formas como se desenvolvem as relações sociais, na organização da produção agrícola. Na Geografia, é comum a utilização da expressão “questão agrária” para explicar a forma como as sociedades, como as pessoas vão se apropriando da utilização do principal bem da natureza, que é a terra, e como vai ocorrendo a ocupação humana no território. Na história, o termo “questão agrária” é usado para ajudar a explicar a evolução da luta política e a luta de classes para o domínio e o controle dos territórios e da posse da terra. (STÉDILE, 2005, p.15).

Ou seja, entender a questão agrária pressupõe a compreensão, em princípio, do processo de ocupação e colonização do território brasileiro, quando se deu a institucionalização do “monopólio da terra” (VINHAS, 2005, p. 137), o que pode ser compreendida por diversos ângulos.

Historicamente, a luta pela terra foi sempre uma questão de extrema tensão entre os povos, mas foi a partir da ruptura do feudalismo que os problemas agrários se afluíram, visto que a terra deixou de ser somente um bem de produção e passou a constituir uma mercadoria, dentro do capitalismo. Essa conflitualidade é que gerou o que chamamos de questão agrária, sendo utilizado, segundo Stédile (2012, p. 641) “para designar uma área do conhecimento humano que se dedica a estudar, pesquisar e conhecer a natureza dos problemas das sociedades em geral relacionados ao uso, à posse e à propriedade da terra”.

No Brasil, foi a partir de 1534, quando se inicia a escassez do pau-brasil, época em que já haviam sido realizadas diversas expedições pelo território, e por necessidade de Portugal se manter como detentor do território ocupado, que se aplica como forma para a exploração das terras brasileiras o regime de Capitanias Hereditárias. Neste regime, a Coroa Portuguesa dava a concessão de uso de grandes extensões de terra a donatários, amigos e prestadores de serviço à Coroa. Essa foi a principal forma de controle do monopólio da terra pela Coroa em todo o período colonial, pois devido a “troca de favores à Coroa, ou pelo fato de possuírem títulos de nobreza, os mesmos recebiam extensões de terra em concessão de uso para exploração”.

(STÉDILE, 2000, p. 174). Porém,

O sistema de capitanias, que fora adotado com êxito nas ilhas do Atlântico [...] não teria, no Brasil, o sucesso esperado, em virtude da grande extensão territorial, da resistência indígena e das dificuldades de adaptação dos colonizadores ao mundo tropical. As quinze capitanias tiveram destinos bem diferentes, e um grupo delas não chegou a ter iniciada a sua ocupação. (ANDRADE, 1995, p. 30)

Mas, apesar das dificuldades para a ocupação territorial, durante todo o período colonial e até o final do século XIX, conforme Stédile,

[...] a terra continuou sendo um bem privado da Coroa Portuguesa, mesmo esta sendo concessão de uso e exploração para quem pudesse explorá-la, isto é, possuir recursos para a compra de escravos e ferramentas de trabalho e demais utensílios para a produção. (STÉDILE, 2000, p. 175)

Com a imposição, durante o período da colonização, do regime de Capitanias Hereditárias, houve o impedimento do acesso à terra para a grande maioria da população. Essa forma de divisão das terras no país nos trouxe uma herança histórica, que é o latifúndio³, que constituiu a principal forma de organização agrária no Brasil até os dias atuais, mesmo com toda a luta dos movimentos sociais do campo se fortaleceu na segunda metade do século XX.

Segundo Stédile (2000, p.177), a institucionalização do latifúndio no país foi deflagrada em 1850, quando da promulgação da primeira lei de terras, que,

[...] determinava que somente poderia ser considerado proprietário de terra quem legalizasse suas terras em cartórios oficiais, pagando à Coroa certa quantia em dinheiro. Essa lei discriminou os pobres e impediu que os escravos, ao serem libertos, pudessem ter acesso às terras públicas, que eram imensas extensões, e que as legalizassem como propriedade, pois nem os pobres nem os negros tinham recursos para comprá-las (STÉDILE, 2000, p.177).

Essa lei de terras foi decretada devido à grande insatisfação por parte dos escravos, que já se rebelavam havia bastante tempo, fugindo para os quilombos e também porque em âmbito internacional a pressão para que se acabasse o escravismo no Brasil era pública. Nessa época, a escravidão havia sido abolida na maioria dos países americanos e a Inglaterra se apresentava como uma das maiores interessadas na libertação dos negros no Brasil, pois estes libertos lhe garantiriam um mercado consumidor ainda maior do que o existente até então.

³ A palavra latifúndio já era utilizada na Roma Antiga para designar “uma grande área de terra sob a posse de um único proprietário”. No caso brasileiro, o nome foi classificado em lei pelo Estatuto da Terra, de 30 de novembro de 1964, para designar as grandes propriedades improdutivas.

Como a lei de terras determinava o exposto acima, os pobres, negros, índios, mestiços, não teriam condições de compra, pois viviam de forma precária, sendo que seriam, na verdade, os futuros assalariados no campo. Esse acontecimento selou o casamento em terras brasileiras do capital com a propriedade privada. A partir de então a terra, que é um bem da natureza e por isso não deve ser considerada como mercadoria, passou a ter preço, e conseqüentemente valor de troca.

A terra em nossa sociedade se transformou numa falsa mercadoria. Pelo conceito da economia política sabe-se que a terra não é um meio de produção. Ela não é fruto do trabalho humano, ela não é trabalho acumulado. No entanto, como a terra é um bem escasso da natureza, ela não se multiplica nem se recria, o homem instituiu a propriedade privada da terra, não como uma mercadoria, mas como uma forma de garantir para si o direito de auferir os lucros, do resultado da força de trabalho que seria aplicada sobre ela. (STÉDILE, 2000, p. 167-168)

Assim, o latifúndio tendeu a crescer com a implantação da nova lei mantendo as mesmas características predominantes na estrutura fundiária, a exploração voltada para a metrópole. Houve algumas mudanças nas relações de produção e nas estruturas das classes e camadas sociais, mas nada que viesse a ser uma evolução na concepção agrário-exportadora brasileira.

De 1850 até 1964, quando da promulgação do Estatuto da Terra, lei que disciplinará a partir de então a forma de concessão e uso da terra no Brasil, o regime adotado para o controle fundiário brasileiro foi sempre embasado na Lei 601, de 1850; quem possuísse condição financeira e prestígio político poderia possuir infinitos hectares de terras.

Para se ter uma ideia da elasticidade do latifúndio no Brasil, e de como a estrutura agrária se assenta exclusivamente no monopólio da terra,

Segundo o Anuário Estatístico, em 1960, 33 mil proprietários concentraram em seus estabelecimentos 126 milhões de hectares de terra. Ao mesmo tempo, mais de 10 milhões de trabalhadores não possuíam qualquer nesga de chão e 1,5 milhão de lavradores pobres que tinham menos de 10 hectares dispunham de apenas 6 milhões de hectares de terra (VINHAS, 2005, p. 136).

Foi a partir das lutas de classe que se conseguiu colocar em pauta a discussão sobre a Reforma Agrária no Brasil. “A luta de classe constitui, pois, o fio condutor através do qual poderemos chegar tanto à compreensão teórica dos nossos problemas agrários, quanto às soluções práticas desses mesmos problemas”. (GUIMARÃES, 2005, p. 92).

O Estatuto da Terra, considerado como a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, foi fruto da luta dos pobres do campo e da cidade desde o período colonial até a sua efetivação, e

neste sentido não podemos esquecer a luta dos indígenas pela posse e sobrevivência na terra, dos escravos negros pela abolição da escravatura e busca da autoestima como ser humano, dos migrantes europeus pela libertação do jugo dos coronéis, do proletariado que via na distribuição da terra uma saída para o crescimento exorbitante das cidades ainda nas décadas iniciais do século XX.

Particularmente, no que se refere à sua importância “o Estatuto da Terra veio legislar sobre aspectos ligados ao conceito de reforma agrária e introduziu novos elementos acerca da compreensão sobre os diferentes tipos de propriedade da terra no Brasil” (MITSUE, 2001, p. 99). Conceitos de minifúndio⁴, módulo rural⁵, empresa rural⁶, latifúndio por exploração⁷, latifúndio por dimensão⁸, desapropriação⁹ e função social da terra¹⁰, foram expressos pela primeira vez numa lei do país.

Mas, apesar do Estatuto ter sido fruto das lutas populares, não conseguiu dar respostas ao mais emblemático problema agrário brasileiro, que é a concentração da terra. Mesmo assim, as conquistas obtidas através dele foram de certa forma colocadas de lado, em função da hegemonia da classe burguesa latifundiária. Na análise de Vinhais (2005, p. 135), o Estatuto foi um “faz de conta” para resolver as pressões do campesinato naquele momento, pois para o autor,

O estudo objetivo e desapaixonado do referido diploma leva à conclusão de que, não obstante às contribuições positivas da emenda constitucional e da lei da reforma agrária propriamente dita, o “Estatuto” não alterará, em essência, a estrutura fundiária do país. Isto porque não enfrentou o aspecto fundamental da estrutura agrária brasileira, ou seja, o monopólio de imensa extensão de terra, por uma minoria de latifundiários, que explora a grande massa de lavradores sem, ou com pouca terra. O referido “Estatuto” ignorou tal problema. Não chegou sequer a caracterizar de forma clara o que é latifúndio. As referências que faz ao assunto são apenas para garantir a continuidade do mesmo e para manter os privilégios de uma minoria ínfima de proprietários. De outro lado, o “Estatuto” consagra a permanência de zonas com milhões de “sem-terra”, aqueles a quem tudo é negado. Ele exprime apenas uma tributação territorial um tanto melhorada, uma “distribuição” de plagas devolutas

⁴ Propriedade de tamanho e menor que o necessário para o sustento e progresso de uma família.

⁵ Área mínima de terra para uma família sustentar-se e progredir econômica e socialmente.

⁶ Propriedade que não excedesse o equivalente a 600 vezes o módulo da região e fosse explorada racionalmente, ocupando mais de 50% da área total agricultável. Isso não significa que a propriedade pertencesse a uma empresa ou atuasse como empresa capitalista.

⁷ Toda propriedade rural que não excedesse o tamanho admitido como máximo (o da empresa rural), mas fosse mantida inexplorada em seu todo. É o que se chama normalmente de latifúndio improdutivo.

⁸ Toda propriedade rural que, independentemente do grau de utilização dado a ela ultrapasse 600 vezes o módulo regional.

⁹ Forma de penalização aos latifúndios e minifúndios que estivessem em desacordo com o que impunha o Estatuto, sem direito de contestação judicial pelo proprietário, a não ser em termos de valores indenizatórios.

¹⁰ Forma de utilização da terra com respeito ao meio ambiente, racionalmente e adequadamente, cumprindo a legislação trabalhista, produzindo para o desenvolvimento da população e do país. (MITSUE, 2001, p. 99)

mediante vendas e financiamentos. Visa ainda à colonização. Todas estas providências são superficiais, que não alteram o *status quo* da estrutura fundiária. (VINHAS, 2005, p. 135)

O principal obstáculo para a implementação do Estatuto veio da classe latifundiária, que se organizara em instituições para pressionar o governo e mantê-lo encurralado. Os latifundiários e os seus aliados não são apenas simples opositores da Reforma Agrária, na medida em que suas ações são respaldadas por suas entidades e são organizadas, a exemplo do que ocorre na Sociedade Rural Brasileira e na Federação das Sociedades Rurais. Além disso, dispõem de grande poder econômico-financeiro e se utilizam dos instrumentos institucionais de forma hábil, de modo a garantir os seus interesses. Concretamente,

Atuam de forma organizada no aparelho estatal, por intermédio de seus representantes, como se revelou por ora da elaboração e legislação do “Estatuto da Terra”. Operam judicialmente, financeiramente, policialmente, e em particular politicamente; usam o poder econômico e extra econômico para corromper partidos políticos e até mesmo quando possível subvencionar, visando aos seus interesses, instituições religiosas, gastando somas enormes arrancadas da exploração desumana dos trabalhadores para enganar a opinião pública e comprar a grande imprensa. (VINHAS, 2005, p. 162)

A partir do golpe militar em 1964, começa no Brasil uma nova fase no tocante à estrutura fundiária e à agricultura; esta fase conhecida como modernização da agricultura, faz acirrar no campo brasileiro o processo ainda maior de concentração da terra e do êxodo rural, bem como relega aos sem-terra apenas a possibilidade de ir em busca de terra para trabalhar nas fronteiras agrícolas, através dos projetos de colonização, principalmente no Norte e Nordeste do país.

A política de terras adotadas durante todo o regime militar, bem como as que iniciaram no período da redemocratização brasileira, foi baseada no que podemos chamar de modernização da agricultura, mais particularmente na agricultura comercial que dentre outras iniciativas acirrou o processo de concentração de terras, ao que pese a luta dos trabalhadores rurais, principalmente com a formação do MST, a partir dos anos de 1984.

[...] a modernização da agricultura brasileira não pode ser compreendida sem a indução do Estado, pois ele criou as condições para a internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura [...] a modernização da agricultura brasileira acompanha o movimento de difusão da REVOLUÇÃO VERDE pelo mundo, seja na acepção ideológica que contrapõe a modernização à Reforma Agrária, seja na acepção prática da utilização crescente de máquinas, insumos químicos e sementes melhoradas, que faz do Brasil, nos dias de hoje, o maior consumidor mundial de agrotóxicos [...] (ALENTEJANO, 2012, p. 478).

Com o surgimento do MST a luta pela terra toma outro caráter e a democratização do

acesso a ela passa a ser ponto de discussão em todos os setores da sociedade, porém, ainda em pleno 2016, o Brasil repete a mesma forma injusta de concentração de terras do seu início colonial, onde quem podia ter acesso à mesma era quem detinha poder e *status* na sociedade em formação. Essa herança da forma como se deu a questão agrária, entendida esta como a forma como se distribui a terra no país, faz com que o Brasil continue sendo o país com grande desigualdade na posse e uso das terras agrícolas. A questão fundiária no país assume, na verdade, uma dimensão não conhecida, na medida em que

Devemos reconhecer a possibilidade de a concentração da terra no Brasil ser ainda maior do que o verificado nos números, pois vários proprietários possuem mais de um imóvel rural. Em 2003, o índice de Gini para o Brasil era de 0,816, o que indica grande concentração, já que quanto mais próximo de um maior é o grau de concentração da terra. A evolução entre 1992 e 2003, de apenas -0,100, confirma que as políticas de reforma agrária no período não tocaram na concentração geral da estrutura fundiária brasileira. (GIRARDI, 2014. p. 251).

A concentração fundiária no Brasil, juntada à priorização da agricultura comercial de monocultura, favorece o surgimento de dois problemas: o primeiro é o inchaço das cidades oriundos dos trabalhadores sem-terra que têm de deixar o campo em busca de melhorias de vida e; o segundo, o aumento do desemprego tanto no campo como nas cidades.

De certo modo o processo que se apresentou até o momento na formação do espaço agrário brasileiro, se dará em todas as unidades federativas do Brasil, sendo que em cada uma, algumas particularidades são pontuais e importantes de se destacar, como é o caso do Estado do Maranhão, o que passaremos a abordar no próximo tópico.

2.1 O processo de ocupação das terras maranhenses

Nesta seção discutiremos a questão agrária no Estado do Maranhão, tentando relacioná-la ao processo de apropriação de terras no Brasil e no Nordeste, em particular. Podemos afirmar que este processo é resultado de políticas que priorizaram, a partir de uma visão colonizadora, o abastecimento do mercado externo, principalmente a metrópole, não tendo a preocupação de dar ao território ainda em formação o caráter de construção de uma sociedade, mas de um espaço de exploração, pois,

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 9).

É de suma importância perceber o que nos diz Prado Júnior, pois só a partir de uma leitura sistemática de um processo é que podemos entender o objeto em discussão ou estudo. O próprio “sentido da colonização” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 9) nos aponta uma configuração econômica que iria privilegiar sempre os detentores do poder em detrimento da grande maioria da população que ainda estava em formação, em condição de subserviência, pois de acordo com Prado Júnior (2000, p. 120) “Não é o trabalhador, o simples povoador; mas o explorador, o empresário de um grande negócio. Vem para dirigir: e se é para o campo que se encaminha, só uma empresa de vulto, a grande exploração rural em espécie e em que figure como senhor [...]”

Neste sentido, todo o processo de desenvolvimento do território brasileiro, bem como do território que a *posteriori* virá a ser transformado no estado do Maranhão teve como base três características fundamentais que se completam, “a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo” (PRADO JÚNIOR, 2000, p. 120).

A contextualização anterior faz-se necessária na perspectiva da análise da ocupação e povoamento do território maranhense em que pese a sua pouca participação nos primeiros anos da colonização brasileira como um espaço de produção para colônia, pois além do processo de disputa desse espaço amazônico entre outras potências europeias que perduraram por mais de cem anos além da sua localização de ocupação inicial, não possibilitou a produção açucareira que representava no termo da história colonial a principal base econômica do Brasil (PRADO JÚNIOR., 1999).

O processo de ocupação interior a partir da região Norte do Maranhão se dá, principalmente, pelas economias de subsistências de arroz, mandioca e algodão, este último, sendo o responsável pelo crescimento econômico da província maranhense, mesmo sendo em princípio uma cultura extremamente incipiente como descreve Gaioso (1970, p. 168)

Erão as produçoens da capitania muito insignificantes no seu princípio, e pequeno, ou nenhum o seu commercio. Reduzião se as primeiras à cultura de hum pouco de arrôs vermelho, farinha de mandioca, milho, mamona, algum café, que quazi tudo se consumia no paiz. Havia também sua pequena produção de algodão que os naturaes fiavão, e reduzido a novelos, e rolos de pano, formavão o representativo da moeda [...]

Como a economia brasileira no transcorrer de seu desenvolvimento, sempre foi subordinada à conjuntura do mercado internacional que apontava quais produtos poderiam ser mais favoráveis à produção nas colônias americanas, o açúcar firmou-se como produto de primeira ordem durante os séculos XVI e XVII. A partir daí, passou a ser substituído por outros produtos. É neste particular que se insere a economia maranhense por volta de meados do século XVIII com a política de reorientação da economia baseada agora na produção do arroz, do

couro, e principalmente o algodão, como uma mercadoria de exportação, como descreve Prado Júnior (1999, p. 149)

A primeira remessa de algodão brasileiro para o exterior data ao que parece de 1760 [...] provém do Maranhão [...] é no Maranhão que o progresso da cultura algodoeira é mais interessante, porque ela parte aí do nada, de uma região pobre e inexpressiva no conjunto da colônia. O algodão lhe dará vida e a transformará, em poucos decênios, numa das mais ricas e destacadas capitanias.

Como podemos perceber a inserção do Maranhão como produtor de matérias-primas para exportação dar-se-á concomitante ao processo conjuntural na Europa, porém outras regiões do mundo também estarão sendo propulsoras para esta mudança de foco, como é foi o caso da guerra de independência nos Estados Unidos.

Entre os tradicionais abastecedores da matéria-prima para este setor estavam os Estados Unidos, e a guerra da independência deste país, com a desarticulação decorrente para seu sistema produtivo, prejudicou o abastecimento. Foi esta uma das principais causas que propiciaram o grande avanço da organização produtiva do Maranhão, que, da agricultura de subsistência, passa para a monocultura de exportação, organizada em grande propriedade, tornando-se um dos principais fornecedores de algodão para o Velho Mundo. (ARCANGELI, 1987, p. 95).

O processo de inserção do estado na economia mundial, vai ser o primeiro propulsor da ocupação territorial, visto que o território ora denominado Maranhão, ainda em fase de constituição, demorará alguns anos para ser constituído oficialmente. Vai ser a produção algodoeira que dará o caráter de ocupação litoral Norte às terras mais ao centro do estado, baseada na propriedade latifundiária e no trabalho escravo.

A grande propriedade monocultora consolidou o povoamento do vale do Itapecuru, especialmente aquela dedicada à cultura do algodão, que, partindo do litoral, adentra-se pelo interior até concentrar-se na região de Caxias (cerrado). Dado o estágio de desenvolvimento das forças produtivas, entravado pela relação de produção escravagista, esta atividade também se caracterizou por elevada mobilidade, devido ao progressivo esgotamento dos solos, causado pela ausência de tecnologia apropriada ao seu aproveitamento permanente. (ARCANGELI, 1987, p. 96).

Este processo foi determinante para o surgimento das primeiras vilas e cidades mais ao centro do estado, bem como em direção leste/oeste que ficará conhecido com a corrente de ocupação litorânea, que teve como influência principal, a agricultura algodoeira, bem como a agricultura de subsistência. A agricultura de subsistência funcionava de forma complementar à produção monocultora, e posteriormente a crise da produção do algodão, como a única saída para o estado se manter. Abre-se então uma nova realidade territorial, advinda especialmente da luta dos escravos, pois estes, libertos pela “Lei Áurea”, “dada à existência de muitas terras

livres, preferem fugir das fazendas e estabelecer atividades autônomas de subsistência” (ARCANGELI, 1987, p. 99).

Ao mesmo tempo em que se desenvolve o processo de ocupação da região norte do estado, passa a existir a ocupação também do sul maranhense, que só será reconhecido e reivindicado pelo governo após décadas de sua ocupação inicial. Esse processo, denominado de corrente do gado, foi patrocinado pela Casa da Torre, um grande latifúndio baiano, que precisava expandir sua área para criação do gado e se fazia necessária o desbravamento das terras, a partir da Bahia, em direção ao sertão nordestino, pois o gado era criado no sistema extensivo, requerendo muita terra e pastos naturais para sua criação. É então nessa marcha em direção leste/oeste do Nordeste que se vão encontrar em terras maranhenses bons pastos, fato que originou em princípio a região denominada de Pastos Bons, sendo que,

Somente a partir do surgimento da povoação de Pastos Bons, originada das entradas dos sesmeiros da Casa da Torre no território do Piauí, que afugentavam e aprisionavam índios para alargar as áreas de criação de gado, foi dado início ao processo de povoamento do Sul do Maranhão. Depois de tomar as terras dos indígenas do Sul do Piauí e instalar diversas fazendas, os sesmeiros da Casa da Torre [...] cruzaram o rio Parnaíba e ocuparam as belas pastagens do lado maranhense, território a que se denominaram “pastos bons”. A vila de Pastos Bons tornou-se o centro de irradiação do povoamento do Sul da Província. Lá eram organizadas as “bandeiras” de guerra aos índios e as “entradas” para ocupação da nova fronteira a ser colonizada. Instalaram novas fazendas e fizeram surgir, nas primeiras décadas do século XIX, as povoações de São Pedro de Alcântara (atual Carolina), Riachão e Chapada (hoje Grajaú). (FRANKLIN, 2005, p. 12).

Para consolidar esta ocupação, a organização produtiva ocorre de forma diferente daquela observada ao norte do estado. Na região que ora está sendo ocupada, ao sul do estado, vai existir uma relação de exploração junto aos vaqueiros, pois sendo estes os responsáveis pela criação e aumento do plantel animal, se desenhou uma nova modalidade de prestação de serviço, onde o dono da criação não tendo as condições de permanecer junto à sua manada, dá ao segundo como forma de pagamento uma recompensa pelo seu trabalho e cuidado com os animais, “possibilitando” a estes últimos uma “ascensão” social.

Segundo Franklin (2008, p. 36),

A criação de gado tinha larga vantagem em sua disseminação, por não ter dependente da mão de obra escrava, como o foi à indústria açucareira. Reproduzindo o método da Casa da Torre, os criadores avançaram sertão adentro, conquistando terras e plantando fazendas, deixadas aos cuidados dos vaqueiros que, com suas famílias, assumiam todo o árduo labor exigido, animados pela vantajosa paga de uma rês a cada quatro nascidas, o que poderia transformá-los, também, em fazendeiros.

Esse processo de ocupação foi uma luta vigorosa entre a população autóctone e os desbravadores. Os donos e ocupantes dessas terras resistiram bravamente a esse processo, porém por não possuírem as condições de armamentos não conseguiam derrotar os colonizadores. O avanço sobre as terras indígenas foi um período de crueldade por parte dos colonizadores e bravura das populações residentes e donas das terras.

Para “limpar” aquela terra de homens aos quais negavam identidade humana, por não terem recebido água de batismo, nem ser possível que descendessem dos míticos Adão e Noé, o comandante Manoel José de Assupção e seus auxiliares, Elias de Barros e outros, fizeram honrosas matanças nos macamecrans, poremeocrans, xavantes e caracatigês, tratando paz e atacando-os de surpresa com superioridade de armas e de número, surpreendendo-os descuidados, guerreando-os como aliados de uma nação contra a outra e em seguida aniquilando os aliados da véspera. Nesse extermínio, degolavam e sangravam sem dó, sem piedade, sem consideração a sexo e idade. A insídia e a perfídia foram sempre meios suaves para conseguirem o aniquilamento dos autóctones. (CARVALHO, 2011, p. 107).

Ao mesmo tempo em que se dá a ocupação ao sul do estado, inicia-se a crise da cultura do algodão e do arroz associadas à falta de terras para a expansão da grande agricultura, devido a presença de indígenas nas áreas mais centrais. Isto, aliado ao preço da compra e sustento dos escravos, o ínfimo preço em que se achava o algodão devido o monopólio criado por uns poucos fazendeiros e o novo sistema de cobrança de tributos, dificultou a formação de novas fazendas (GAISOSO, 1970, p. 227). Posteriormente, a “Lei de Terras” de 1850 e a “Lei Áurea” de 1888, impulsionarão uma nova realidade no campo maranhense no que diz respeito ao território norte do estado.

O grande proprietário de terras, que tinha por base o trabalho escravo e a monocultura, passa a construir uma nova estratégia para garantir seu poder econômico. É em um novo produto que surge a saída para a exploração da população do campo, o coco babaçu, uma palmeira que se dá abundantemente nas regiões centro-norte do estado. Essa variedade de fruto torna-se essencialmente importante para uma nova relação com o mercado internacional, visto sua importância na produção do óleo. A coleta desse fruto era (e é) realizada essencialmente pelas mulheres, e se dava (e dá) nas terras dos grandes proprietários, pois necessitavam de muitos cocos para a produção de uma quantidade significativa de amêndoas. Isto levou os proprietários de terra a um novo sistema de exploração, agora, não mais sendo o dono do escravo, porém extraindo destes, a renda fundiária, a partir da coleta, da quebra e da venda do coco.

A produção obtida pela coleta e quebra do coco, normalmente a cargo de força de trabalho feminina, das mulheres de arrendatários em grandes latifúndios, é obrigatoriamente vendida ao dono da terra, através de comerciantes locais a seu serviço (...). A obrigatoriedade da venda ao proprietário aos preços por este estabelecido, a cobrança da renda e a subordinação ao pequeno comerciante local

preposto do ‘patrão’ que, via de regra, compra a amêndoa pagando com produtos de primeira necessidade a preços majorados, tornam-se poderosos mecanismos de exploração da força de trabalho nos latifúndios do Maranhão. (ARCANGELI, 1987, p. 103).

Esse sistema produtivo junto às lavouras de gêneros de primeira necessidade foram os responsáveis durante várias décadas do século XIX e início do século XX pela economia agrária no estado, ao que pese a diferenciação das diversas regiões de ocupação.

Um novo processo de ocupação se inicia a partir do início do século XX, e o Estado do Maranhão passa a ter uma nova configuração de ocupação territorial, que se faz conhecida com a corrente dos nordestinos, adentrando os limites entre Piauí e Maranhão pela parte leste do estado. Estes imigrantes nordestinos são empurrados à ocupação maranhense por diversos fatores, porém dois deles são de maior relevância e importância: o primeiro é a própria decadência da agricultura no Nordeste brasileiro devido à falta de incentivos e da grande exploração da mão-de-obra e o segundo é o *boom* da borracha na região amazônica.

Essa nova frente de ocupação dará fôlego aos latifundiários que passaram a enxergar uma nova forma de exploração. “A demanda camponesa por terra aumenta, eleva o preço dos aforamentos e gera maior poder de barganha para o latifundiário” (GISTELINCK, 1988, p. 12). Verifica-se o aumento da exploração da renda da terra através do arrendamento, da comercialização dos produtos necessários à sobrevivência dos camponeses, pois detinha o comércio dos produtos, era o proprietário e da venda dos produtos oriundos da produção dos camponeses. Esse processo, juntamente à exploração dos camponeses já fincados nas regiões centrais do estado será o fomentador dos primeiros processos de luta e resistência mais organizadas no território maranhense, sobre o que discutiremos mais à frente.

Para se consolidar o território maranhense, como o conhecemos atualmente, será necessário o surgimento das vilas a Sudoeste do estado do Maranhão que irá fechar o ciclo de ocupação e de definição das fronteiras. Este período vai ser conduzido pela frente paraense de ocupação das terras do alto rio Tocantins; esse processo inicia-se ainda no século XVII com as expedições que irão navegar até a confluência do rio Tocantins com o rio Araguaia, limites hoje entre Pará, Maranhão e Tocantins, onde, por muitos anos as missões não obtiveram sucesso.

A intenção do governo paraense era conquistar e demarcar suas terras e para isso foi criado o programa de aldeamento. Sobre este processo, segundo o historiador Adalberto Franklin (2008, p. 25)

No século XVIII, diversas expedições paraenses de reconhecimento e exploração do

Araguaia e Tocantins foram realizadas. No final da primeira metade do século XIX, o governo do Pará estabeleceu um programa de aldeamento ou “missões”, confiado a militares e religiosos experientes no trabalho com indígenas. Uma dessas, sob o comando do tenente-coronel João Roberto Ayres Carneiro, tendo como capelão o jovem frade carmelita baiano frei Manoel Procópio do Coração de Maria, composta de onze embarcações e aproximadamente duzentos colonos, seguiu incumbida de fundar uma colônia do Remansão para facilitar a navegação. Mesmo fracassada, dessa expedição resultou, dois anos depois, em 1852, a fundação da povoação de Santa Teresa do Tocantins, hoje Imperatriz.

Desta forma, com a fundação da povoação de Santa Tereza, logo nos primeiros anos houve um crescimento rápido, pois, “fazendeiros do Grajaú, do Riachão e de Carolina logo se estabeleceram nesse território de muitas matas, rios, riachos e vegetação mais consistente, as “matas gerais” durante anos cobiçadas (FRANKLIN, 2005). A Vila de Santa Tereza à época obteve a partir das conquistas das terras pertencentes aos timbiras uma extensão territorial de 50.000 quilômetros quadrados.

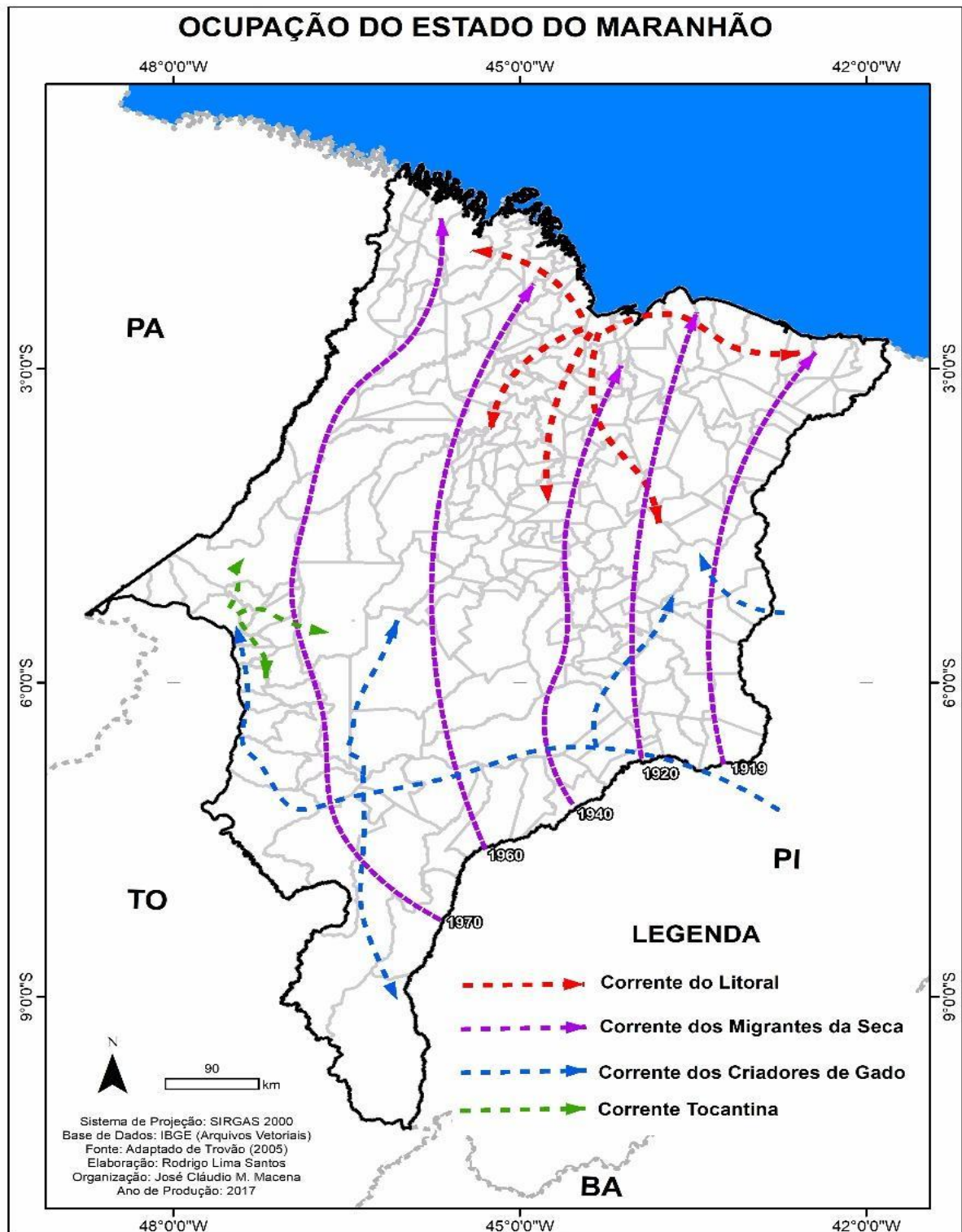
O processo que se desenvolvia a sudoeste do estado, à época pouco conhecido pelo governo da província do Maranhão, a vila de Santa Tereza foi, como descreve Franklin (2008, p. 20)

[...] fundada sob a proteção do governo do Pará, patrocinador da empresa colonizadora de frei Manoel Procópio, em área transferida à jurisdição maranhense por força do Decreto Imperial nº 639, de 12 de junho de 1852, que alargou o território maranhense, ao transferir do rio Turiaçu para o Gurupi os seus limites com o Pará.

Porém, somente após a criação da Vila Nova de Imperatriz e posteriormente com sua elevação à cidade é que Imperatriz vai ser ligada ao restante do Maranhão e do país, “com a abertura de uma estrada ligando-a a Grajaú” (FRANKLIN, 2005, p. 75).

Apresentamos a seguir o mapa ilustrativo desse processo de ocupação do Estado do Maranhão.

Mapa 1 – Processo de Ocupação das terras maranhenses



Fonte: Elaboração – Prof^o Me. Rodrigo Lima, 2017, (Adaptado de FEITOSA & TROVÃO, 2006, p. 40).

O mapa da página anterior, descreve os processos que foram responsáveis pela ocupação territorial do espaço geográfico maranhense. Ressaltamos que e com a última corrente migratória para o estado, deu-se o surgimento da Vila de Santa Tereza, que se transformará no município de Imperatriz. Fecha-se o ciclo de ocupação do território do Maranhão, porém todos estes processos, que vão desde as disputas entre franceses, holandeses e portugueses, sendo os últimos vitoriosos e que conduziram a política através dos governadores nomeados, bem como pelos latifundiários e proprietários agrários a Norte, a Sul, a Leste e a Oeste do estado, não será feita a bel prazer; houve lutas e resistências dos negros, camponeses, indígenas e trabalhadores do campo.

2.2 A lei de terras e a territorialização do latifúndio no Maranhão

Como foi descrito o processo de ocupação das terras maranhenses pode ser resumido em frentes de expansão – litorânea, partindo da ilha de São Luís em direção Leste, oeste e centro; dos nordestinos, adentrando pelo estado do Piauí ocuparam a faixa leste-noroeste; do gado, conduzidas pela política da Casa da Torre na busca de terras propícias para a criação dos animais, ocupam o território pelo sul do Estado; e a dos paraenses, que subindo o rio Tocantins foram edificar novas povoações que passaram a pertencer ao Estado do Maranhão, pela parte oeste-sudoeste, com destaque para o município de Imperatriz.

Essas frentes de expansão foram comandadas, independentemente de suas características peculiares, pelos governos coloniais, imperiais e posteriormente republicanos, a partir do comando da província e se articulavam com os capitães-donatários, os sesmeiros e os grandes latifundiários, sendo desta forma que a população pouco ou nada poderia opinar sobre esse processo, sendo a mesma, violentamente agredida em seus direitos a partir do processo de escravização dos negros e da ocupação das terras de posseiros e dos indígenas.

O processo de ocupação do espaço maranhense vai proporcionar o surgimento de uma nova categoria de trabalhadores camponeses conhecidos como posseiros, que são aqueles trabalhadores que ocupavam as terras que não tinham proprietários e eram chamadas de terras livres ou devolutas¹¹. Esses posseiros foram principalmente oriundos das frentes de expansão

¹¹ [...] as terras devolutas, cuja denominação tem origem nas terras das sesmarias que, por não terem sido utilizadas,

dos nordestinos que se inicia na final do século XIX e se fortalece nas primeiras décadas do século XX. Desta maneira, “provoca um desequilíbrio parcial do modelo vigente de exploração do grande latifúndio tradicional” (GISTELINCK, 1988, p. 12), pois a exploração latifundiária não possibilitou de certa maneira o desenvolvimento social da massa trabalhadora camponesa de toda a região Nordeste do país.

A nova forma de repressão no Maranhão vai se dar contra essa nova categoria por meio do que se convencionou chamar de grilagem, uma forma de se apropriar das terras dos posseiros através da falsificação de documentos de propriedade e da terra e o uso da força para a limpeza da terra.

Os pretensos proprietários, na sua maioria, mineiros, paulistas, goianos, paranaenses e capixabas, além de outros, em menor proporção, chegaram à região e, de posse de títulos “frios” – adquiridos e providenciados nos seus Estados de origem e trazidos ao Maranhão apenas para o registro no Cartório de Imóveis – iniciaram o serviço de “limpeza” da área adquirida. Tudo se conseguiu com a ajuda preciosa de policiais sem escrúpulos que, por vezes, agiram até por determinação de seus superiores e com a proteção de políticos, tanto da região quanto de fora dela. Posseiros, muitos deles, tendo sua família radicada ali, há mais de cem anos, antes mesmo de se pensar nas rodovias Belém-Brasília ou Açailândia-Santa Luzia, foram forçados por jagunços fortemente armados a abandonarem tudo, e quando procuravam um entendimento para proteção do que lhes pertencia por direito, foram impiedosamente abatidos em verdadeiras chacinas. (ASSELIM, 2009, p. 121).

A contraposição a esta situação a qual estavam submetidos os camponeses posseiros foi a luta de resistência com a organização das comunidades, porém o poder do Estado, sempre favorável ao latifúndio cessou qualquer tipo de movimento que pudesse denunciar esta atrocidade. Em todas as regiões do estado existiu a prática da grilagem, porém é na região Mearim e Pindaré, que a luta ganha corpo com a organização dos trabalhadores, “havia uma revolta latente entre os trabalhadores rurais de toda a região” (FRANKLIN, 2014, p 20).

No transcorrer da primeira metade do século XX até os anos de 1965 a disputa se dava de forma quase constante entre latifundiários e camponeses, sendo que os primeiros foram apoiados pelos governos, que faziam vista grossa à realidade agrária do estado e protegiam indiretamente a situação estabelecida no campo.

Algumas associações de trabalhadores rurais foram criadas no estado e, de acordo com

deveriam ser devolvidas à Coroa, mas que acabaram por se tornar sinônimo de terras não distribuídas, públicas, uma vez que praticamente não havia devolução de terras não exploradas pelos detentores das sesmarias. Do ponto de vista legal, o conceito de terra devoluta com o sentido atual foi firmado pela Lei de Terras de 1850 [...] são as pertencentes ao Estado e, portanto, estão fora do mercado de terras [...] o Estado brasileiro tem pouco domínio sobre as mesmas [...] muitas delas são hoje objeto de legítima ocupação coletiva e usufruto por populações camponesas, mas outras tantas são objeto de grilagem. (ALENTEJANO, 2012, p. 741)

Franklin (2014, p. 41),

[...] orientadas pela Associação dos Trabalhadores Agrícolas do Maranhão (ATAM), criada no ano anterior em São Luís sob o patrocínio da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), que, sediada em São Paulo, fomentava a organização de trabalhadores rurais em todo o país. Pregava a necessidade urgente da reforma agrária e incentivava os camponeses a fazerem o enfrentamento aos latifundiários.

Porém, essas formas de organizações políticas não se sustentaram por muito tempo devido o golpe militar de 1964, que extinguiu de modo geral todas as formas de luta dos trabalhadores, tanto do campo como da cidade.

Ao mesmo tempo em que se consolida o golpe militar no Brasil, no Maranhão chega ao poder o jovem político José Sarney, que fazendo oposição a Vitorino Freire, que era a grande liderança política do estado naquele período, se tornou uma liderança política da União Democrática Nacional (UDN) fazendo o discurso de mudanças da política conduzida no estado e a necessidade de melhorias das condições de vida de sua população. José Sarney foi eleito ainda por eleições diretas, visto que segundo Meireles (2008, p. 339),

De princípio, a Revolução só modificou, para indireta, pelo AI nº 1, a eleição para o Executivo Federal, de modo que, e também não alterada a data de 3 de outubro de 1965, já legalmente prevista, nesse dia, por sufrágio ainda universal, direto e secreto, e por esmagadora maioria (51,70 por cento), os drs. José Sarney Costa [...] e Antônio Jorge Dino, o primeiro da UDN, e o segundo do PSP, ambos deputados federais, foram eleitos, respectivamente, governador e vice-governador do Maranhão, tomando posse a 31 de janeiro de 1966.

O golpe militar, como apresentado pela citação acima só veio a fortalecer a então jovem liderança no estado do Maranhão, e neste sentido a importância de citar a eleição de José Sarney como governador do Maranhão num texto que trata da questão agrária se dá pelo fato deste, como mandatário principal do estado, passar a adotar, em contraponto a tudo aquilo que discursava, como a superação das mazelas sociais pelas quais passavam o Maranhão aquela época, uma política desenvolvimentista e que vai acirrar ainda mais as disputas no campo maranhense.

O processo de grilagem que era patrocinado pelos latifundiários como descrito neste texto teve um desfecho extremamente importante, passando a ser institucionalizada com a eleição de José Sarney, eleito com um discurso progressista e extremamente revolucionário, porém suas práticas governistas demonstraram já de início sua intencionalidade em privilegiar os grandes grupos econômicos brasileiros e uma política de entreguismo do território maranhense a grupos econômicos.

Conduzindo um discurso de decadência do maranhão com um discurso de possibilidades geográficas de desenvolvimento, o governo cria e institui aquela que deveria ser o carro chefe do crescimento econômico do estado, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão (SUDEMA) obviamente uma imitação do que já tinha sido feito pelo governo federal nos programas desenvolvimentistas como a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A criação dessa superintendência faz parte do I Programa de Governo do Estado do Maranhão.

O grande objetivo do governo Sarney, de 1966 a 1970, foi dar ao Estado do Maranhão um *status* de estado desenvolvido e neste sentido caminhava irmanado com a proposta advinda dos técnicos burocratas da SUDENE, que

[...] enquanto agência de legitimação do projeto chamado “Maranhão Novo” e o I Programa de Governo do Estado do Maranhão (1968), como produto do campo político, estavam fundamentados no discurso da identidade regional. Ainda assim, prevalece o substrato do caráter de universalidade na dimensão simbólica do efeito do Estado que é imprimido pela constituição do subcampo burocrático, conferindo a essa dimensão um sentido mais público que privado, mais racional que dinástico. (GONÇALVES, 2000, p. 145).

Sendo assim irmanados com as propostas desenvolvimentistas que se desenvolviam no Brasil e no tocante ao tema em discussão com a criação da SUDEMA, vai haver uma reorganização territorial a partir da criação da Lei nº 2.979/69, conhecida e popularizada como a Lei de Terras Estadual do Governo Sarney, que privilegia os grandes grupos econômicos em detrimento dos pequenos produtores rurais, posseiros e arrendatários.

Dois artigos que se seguem demonstram a intencionalidade do governo com o que vem a ser a distribuição de terras no estado:

Art. .12º - As terras do Maranhão que não tiverem destinação especial, poderão ser alienadas ou concedidas em caráter oneroso, mediante requerimento dos interessados ou oferecimento em concorrência ou hasta pública. (Lei nº 2.979/69, in GONÇALVES, 2000. p. 174).

Diz o art. 14, caput, da Lei 2.979/69: “Não serão alienadas nem concedidas terras a quem for proprietário rural no Estado, cuja área ou áreas de sua posse ou domínio não sejam devidamente utilizadas com explorações de natureza agropecuária, extrativa ou industrial. ” (PEDROSA, s/d, p. 19).

Os dois artigos da lei demonstram o interesse premente do governo em dar um caráter comercial à distribuição de terras no estado, privilegiando assim, como foi feito na Lei de Terras de 1850, os detentores de capital. O quadro abaixo é uma demonstração do poder do capital, a partir da consecução desta lei, o que vai obviamente, acirrar o processo de tensão no campo, e

mais especificamente entre posseiros e latifundiários.

Quadro 1 – Projetos agropecuários em áreas da pré-amazônia maranhense

GRUPO EMPRESARIAL	PROJETOS CRIADOS	LOCALIZAÇÃO DO PROJETO	HECTARES/PROJETO
BUNG-BORN (intermediada pela SANBRA)	SANBRA agroindustrial	Km 184 da estrada Açailândia/Santa Luzia: BR 222	25.000
	MARANHENSES S/A		25.000
	AMAZÔNIA S/A		25.000
	NORDESTINA S/A		25.000
CACIQUE	CACIQUE	A partir do km 85 da BR 222	25.000
	TUCUMÃ		25.000
	PINDARÉ		25.000
	GUIARACÁ		25.000
MESBLA	MESBLA	Município de Maracassumé	16.658
	BOM PASTOR		48.440
	FLORESTA MARACASSUMÉ		46.753
	AGROPECUÁRIA TURIAÇU		24.691

FONTE: ALMEIDA (in GONÇALVES, 2000. p. 175).

A criação da Lei de Terras Estadual, em 1969, acirra os conflitos no campo no Maranhão e vão impulsionar novamente a luta pela terra no estado com o nascimento de diversos movimentos e organizações de trabalhadores rurais prontos para enfrentarem o crescente comércio de terras e as tentativas de expulsão de trabalhadores rurais de suas comunidades. O fortalecimento do movimento sindical rural e a presença marcante de lideranças religiosas e de entidades como o Movimento de Educação de Base (MEB) que havia alguns anos já promoviam cursos de formação e de base e reforçava a luta.

O marco desse fortalecimento foi a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975 e que tinha como premissa principal conduzir a discussão e a articulação entre os camponeses que sofriam as mazelas da presença do capital, principalmente nos estados da região amazônica.

A luta pela posse da terra como um dos principais problemas criados pela expansão do capitalismo na Amazônia ocorre sob duas concepções opostas, duas lógicas inconciliáveis de pensar e utilizar a terra: o modo camponês, em que o direito de posse

é gerado pelo trabalho, e o capitalista, baseado na propriedade privada. (FERRAZ, 2000, p. 46)

Se faz necessário esclarecer que o Maranhão por ser considerado um estado de transição entre a região semiárida brasileira e a Amazônia traz consigo características de ocupação das duas regiões brasileiras.

As lutas de resistência às políticas adotadas pelo governo Sarney (1966-1970), principalmente na região central do estado, mais conhecida como região Pindaré, vai agitar o movimento camponês e a partir disso surgem diversas lideranças políticas, que tinham como objetivo principal articular o enfrentamento ao latifundiário, bem como a organização e fortalecimento do movimento sindical. Uma dessas lideranças, que iniciou sua luta contra o latifúndio, ainda na década de 1950 foi Manoel da Conceição que é exemplo vivo deste período histórico. Sua luta contra o governo – representante oficial do latifundiário – e ao mesmo tempo contra o próprio latifundiário lhe rendeu a perda de uma perna e várias prisões antes e durante o regime militar.

A história de Manoel da Conceição se confunde com a luta pela terra no Estado do Maranhão. Descendente de escravos é com 22 anos de idade que ele tem seu primeiro confronto com os jagunços que queriam tomar a posse da terra de uma comunidade chamada Copaíba dos Mesquitas, um povoado pertencente ao município Coroatá. Trabalhadores estavam ali reunidos para a fundação de uma associação dos trabalhadores rurais daquela comunidade. Nesta reunião aconteceu uma grande atrocidade contra os que ali estavam, fato que foi relatado pelo próprio Manoel da Conceição no livro que conta a sua biografia, escrito e editado pelo historiador Adalberto Franklin.

Estavam decididos a reunir na nova associação todos os posseiros ameaçados dos povoados vizinhos e encontrar uma forma de resistência. Enumeravam os casos ocorridos de atentados, mortes e expulsão de lavradores da redondeza [...]. Eram apenas trabalhadores rurais, sem qualquer experiência em conflitos armados. Todos *crentes*, das igrejas Adventista do Sétimo Dia, Batista e Assembleia de Deus. Sequer possuíam armas que pudessem usar em possíveis confrontos. (FLANKLIN, 2014, p. 22-23).

Enquanto discutiam, ouviram o barulho de um caminhão que se aproximava [...] uns vinte homens pularam da carroceria e vários deles invadiram a sala. Eram jagunços, pistoleiros [...]. De armas nas mãos — revólveres, espingardas e facas —, gritavam alto, ameaçavam e humilhavam a todos. Os jagunços, sob o comando de Manacé, não apenas gritavam e ameaçavam. Atiravam e agrediam fisicamente as pessoas; homens e mulheres. Apontavam-lhes as armas — revólveres, espingardas e facas. Davam-lhes empurrões, tapas e socos. Esfaquearam logo três jovens agricultores, irmãos, todos casados [...] (FLANKLIN, 2014, p. 24).

Não satisfeitos, ainda, queriam completar a chacina. Começaram a atirar. Manoel Conceição saiu correndo em disparada, para os fundos da casa. Seguiu ziguezagueando rumo a um mangueiral no quintal até encontrar um amontoado de toras de madeira no meio das árvores, onde se escondeu, deitado, fora da visão dos atiradores, que haviam saído atirando em sua perseguição. Na fuga, uma bala acertara

sua perna esquerda, sem atingir qualquer osso, o que lhe permitiu continuar a fuga e manter-se escondido, sem barulho. Daí saiu e se escondeu depois na mata, bem próxima. Era final da tarde. Escureceu e os jagunços não conseguiram encontrá-lo. Escureceu e os jagunços não conseguiram encontrá-lo. Já noite, percebeu que os malfeitores haviam se retirado e retornou ao local da chacina para conferir o resultado do atentado. Deparou-se com mortos e feridos. O salão estava cheio de moradores da vizinhança, perplexos e revoltados, sem compreenderem tamanha crueldade. Apreensão e pânico tomava conta de todos. (FLANKLIN, 2014, p. 25).

[...]. No meio do salão, em clima de forte comoção e indignação, o jovem Manoel, religioso pacífico e prudente tomou uma atitude exasperada e radical. Diante de todos, ajoelhou-se no chão de terra batida, em trágico cenário de corpos abatidos e ensanguentados, e fez uma promessa solene a Deus e à comunidade ali presente, em voz alta: — A partir de hoje, os latifundiários vão ter um inimigo número um. Enquanto eu tiver vida, juro que vou lutar contra esses latifundiários, e quero que vocês sejam testemunhas deste meu juramento. (FLANKLIN, 2014, p. 25-26).

O trecho que se apresenta é para demonstrar a forma que se dava o processo de grilagem no Estado do Maranhão. Um processo que era de certa forma institucionalizado, quando o poder repressor estava junto ao poder dos grileiros e latifundiários.

A partir deste momento Manoel da Conceição surge como uma liderança que vai ser responsável pela articulação dos trabalhadores rurais durante os primeiros anos da década de 1960 e responsável pela criação de diversos sindicatos nas diversas regiões do Maranhão, além da criação do Centro de Educação do Trabalhador Rural (CENTRU), que juntamente com a CPT vai articular a luta dos trabalhadores na década de 1970, sendo corresponsável pela articulação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra no Estado do Maranhão.

A partir de 1970 o Estado do Maranhão passa a ser um território ambicionado pelos grandes projetos agropecuários e minerais mesmo o estado não sendo importante no cenário econômico mundial até o final da década de 1970, apesar dos grandes grupos agropecuários existentes que só tinham as terras como mercadoria de especulação, e ao mesmo tempo não existindo por parte do governo do Estado do Maranhão o incentivo à pequena produção agrícola nem à melhoria das condições de vida dos camponeses.

Partindo da ideia de desenvolvimento as iniciativas oriundas dos governos federal e estadual, foram para o Programa Grande Carajás (PGC), que se sintetiza num grande projeto minero-metalúrgico e se faz presente em boa parte do estado através da Estrada Ferro Carajás, que desterritorializou diversas comunidades camponesas, ribeirinhas, indígenas e extrativistas para a sua construção; as guzeiras no Município de Açailândia; a monocultura de eucalipto para o abastecimento dos fornos das guzeiras, ocupando toda a região sudoeste do estado; e a construção dos portos de Itaqui e da Madeira em São Luís. Este Programa,

[...] foi instituído pelo Decreto-Lei nº 1813 de 21.11.80. Através deste, estabeleceu-se regime especial de concessão de incentivos tributários e financeiros para empreendimentos localizados numa área de 90 milhões de hectares, compreendendo terras do Estado do Pará (53 milhões de ha), Maranhão (31 milhões de ha) e Goiás (6 milhões de ha). Os empreendimentos integrantes do Programa Grande Carajás englobam, serviços de infraestrutura (Ferrovia Serra Carajás – São Luís; corredores de exportação; sistema portuário; aproveitamento hidroelétrico) e projetos econômicos produtivos (Albrás/Alunorte; Ferro Carajás; Alcoa). Os serviços de infraestrutura foram assumidos pelo Governo, tendo ficado, o período de implantação dos empreendimentos produtivos, condicionado ao aporte de recursos de iniciativa privada. O Programa estabeleceu como objetivos: - alcançar um crescimento harmônico e equilibrado das regiões do País; - promover a descentralização industrial; - propiciar pela geração de empregos, o redirecionamento dos fluxos migratórios internos e; - aumentar a capacidade de pagamento externo via aumento das exportações. (AMPARO & PINTO, 1987, p. 51).

Sendo considerado o maior programa já instituído no âmbito da região Amazônica para exploração dos recursos naturais e que para isto contrastou com a realidade dinâmica dos povos da região. Caracterizaremos mais à frente alguns dos impactos socioterritoriais sofridos pela população.

Outro grande incentivo ao desenvolvimento idealizado pelos governantes do Maranhão foi o incentivo ao agronegócio, principalmente da soja, presente nas regiões sul e nordeste do Estado, que desde a década de 1980 tem aumentado sua área de expansão e é parte integrante do MATOPIBA, área dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia que estão direcionadas para a implantação dos grandes projetos monocultores para exportação.

Região considerada a grande fronteira agrícola nacional da atualidade, o Matopiba compreende o bioma Cerrado dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e responde por grande parte da produção brasileira de grãos e fibras [...]. A área, até pouco tempo considerada sem tradição forte em agricultura, tem chamado atenção pela produtividade cada vez crescente. Nos últimos quatro anos, somente o Estado do Tocantins expandiu sua área plantada ao ritmo de 25% ao ano, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) [...] A topografia plana, os solos profundos e o clima favorável ao cultivo das principais culturas de grãos e fibras possibilitaram o crescimento vertiginoso da região, que até o final da década de 1980 se baseava fortemente na pecuária extensiva [...] Porém a área também é considerada complexa o que torna ainda mais audacioso o desafio de garantir uma agricultura moderna e sustentável. A área reúne 337 municípios e representa um total de cerca de 73 milhões de hectares. Existem na área cerca 324 mil estabelecimentos agrícolas, 46 unidades de conservação, 35 terras indígenas e 781 assentamentos de reforma agrária, segundo levantamento feito pelo Grupo de Inteligência Estratégica (GITE) da Embrapa [...] Tamanha prosperidade levou à oficialização da delimitação do território por meio da assinatura de decreto pela presidenta Dilma Rousseff e ao lançamento da Agência de Desenvolvimento Regional do Matopiba pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nos quatro estados que fazem parte da região. (EMBRAPA, 2010)

Desta forma o decreto presidencial nº 8.447, de 06 de maio de 2015, que “dispõe sobre o “Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba” e a criação de seu comitê Gestor” (BRASIL, 2015) e que teria como sua “finalidade promover e coordenar políticas públicas

voltadas ao desenvolvimento econômico sustentável fundado nas atividades agrícolas e pecuárias que resultem na melhoria da qualidade de vida da população” (BRASIL, 2015, p.01) tem sido bastante questionado pelos movimentos socioterritoriais, devido aos grandes impactos ambientais e sociais que essa região vem sofrendo por ter sido priorizado o agronegócio em detrimento da agricultura familiar e camponesa.

Porém é de certa forma importante compreender que as ações determinadas dentro do território maranhense, se coadunam com o que descreve SANTOS (2002, p. 233), onde diz que

A ação das sociedades territoriais é condicionada no interior de um dado território por: a) o modo de produção dominante à escala do sistema internacional, sejam quais forem as combinações concretas; b) o sistema político, responsável pelas formas particulares de impacto do modo de produção; c) mas também pelos impactos dos modos de produção precedentes e dos momentos precedentes ao modo de produção atual.

Então neste contexto, a forma e o conteúdo da ação, tanto governamental, como empresarial sempre estiveram a serviço do movimento do capital internacional, o que suscita no seio da sociedade as diversas conflitualidades e disputas territoriais. Desta forma em praticamente todas as regiões no estado do Maranhão serão atingidas – em graus diferenciados – pelos grandes projetos desenvolvimentistas adotados pelos governos militares a partir da década de 1970. A região onde se encontra o município de Açailândia, começa a sua ocupação devido a diversas iniciativas em escala federal e estadual.

2.3 Desenvolvimento socioeconômico e conflitualidades no município Açailândia-MA

O processo de ocupação das terras que hoje fazem parte do município Açailândia no Estado do Maranhão é fruto de três fatores iniciais específicos e que são interdependentes. O primeiro fator diz respeito à ocupação das terras a sudoeste do estado pela expedição paraense que irá fundar a Vila de Santa Teresa, hoje a cidade de Imperatriz. Quando da fundação da vila de Santa Tereza e sua posterior elevação à cidade, todo o espaço compreendido entre o atual município de Porto Franco até a divisa com o estado do Pará, margeando o rio Tocantins e em direção oeste-leste numa área de cinquenta mil quilômetros quadrados – como já destacado neste trabalho – fazia parte do município Imperatriz.

O segundo fator preponderante para a formação do território Açailândia foi a política adotada em âmbito nacional pelo então presidente Juscelino Kubitschek (JK) – 1956 a 1961 –

no seu Plano de Metas. Iniciou-se no Brasil o que se convencionou denominar de rodoviarismo, que tinha a intenção de desenvolver a indústria automobilística e para isso precisava-se de uma malha rodoviária no país. O presidente JK, ao assumir o poder, propõe a construção da capital do país numa região distante da então povoada e em segundo a construção de rodovias que ligassem a nova capital às demais regiões do país.

Com isso, a construção da rodovia Belém-Brasília foi fundamental para o crescimento econômico e ocupação da região de Imperatriz, pois esta região era de difícil acesso tanto para quem estava ao sul, como ao norte de sua sede.

Imperatriz foi escolhida como base da segunda frente de trabalho da área maranhense, de onde partiriam duas frentes, uma no sentido da divisa do Maranhão com Goiás, em Estreito, onde será construída uma ponte sobre o rio Tocantins, e a outra no sentido inverso, rumo à divisa com o Pará. (FRANKLIN, 2008, p. 115).

A escolha de Imperatriz para sediar a base de uma das frentes de construção da rodovia vai dar uma movimentação estupenda em todo o território do município, sendo que “a derrubada das matas virgens, em direção ao Pará, ocupava centenas de homens, distribuídos em vários pontos do pique demarcado” (FRANKLIN, 2008, p. 116). É neste contexto, que um dos piques demarcados vai ser o primórdio do futuro novo município. De acordo com Mota (1998, p. 16)

Pode-se dizer que Açailândia começou com apenas dez barracos instalados no pé de uma colina, no dia 20 de julho de 1958, que acomodavam uma pequena comunidade. Eram 25 desbravadores [...] pessoas predestinadas a construir uma estrada em plena selva pré-amazônica.

Importante destacar que o termo utilizado por Mota (1998, p.16) ao designar a Floresta Amazônica como selva, não é uma nomenclatura usual para a Geografia, pois o termo em questão relaciona como algo que requer de selvagem, de incivilizado, carente de dominação. A utilização do termo remete às aplicações usuais dos moradores da região amazônica, que por não terem a formação acadêmica necessária, não relacionam os diversos termos, que não são livres de ideologias.

A partir da expansão da rodovia e do anseio por trabalho, muitos trabalhadores de toda parte do país vão se deslocar para o povoamento, tanto para o trabalho nas frentes de construção como para o trabalho também na lavoura.

O terceiro fator que explica a ocupação deste território e o que podemos entender como o principal para a emancipação do município será o Programa Grande Carajás (PGC), já citado anteriormente é “considerado um dos maiores programas de desenvolvimento do mundo”

(GISTELINCK, 1988, p. 54). A política mineral no Brasil abre a possibilidade para as empresas transnacionais em fazer estudos no país de prospecção, principalmente em busca do Manganês e do Ferro – duas matérias-primas essenciais para a indústria de base – que se iniciou em 1966, na região Amazônica.

A identificação de grandes jazidas minerais no Pará em região localizada no sudeste do estado fará uma revolução na estrutura fundiária de toda a região, incluindo o município de Açailândia, pois o PGC é extremamente abrangente mobilizando uma série de ações e construções para a consolidação do mesmo.

Carajás, uma área de aproximadamente 100 km de diâmetro, situada no Sul do Pará a 550 km de Belém, a 150 km de Marabá e a 300 km de Imperatriz, é a maior reserva de minério de ferro encontrada no mundo [...]. Essa área de riquezas minerais imensas, a ferrovia de 890 km e o sistema portuário da Ponta de Madeira em São Luís no Maranhão formam uma artéria, que dará sangue novo, vida nova para a vasta região do Pará, do Maranhão e de Goiás (*atualmente estado do Tocantins*) grifo nosso. (GISTELINCK, 1988, p. 54).

É neste contexto que se introduz a região onde está situado o município Açailândia. Com a descoberta dessa grande reserva mineral e a necessidade de construção tanto da infraestrutura para o escoamento desses minerais como das usinas de beneficiamento do ferro para a transformação em ferro-gusa é que vai haver uma intencionalidade do desmembramento de Açailândia do município de Imperatriz, fato que se consolida em junho de 1981, porém o projeto já vinha sido discutido desde os anos de 1975. De acordo com FRANKLIN (2008, p. 183)

O Maranhão foi diretamente impactado, inicialmente pela construção da Ferrovia Carajás, projetada para o escoamento do minério de ferro desde a mina até o litoral maranhense, no Porto da Madeira, em São Luís [...] O território de Imperatriz seria atravessado por essa estrada de ferro e o distrito de Açailândia, ponto estratégico da ferrovia, foi emancipado logo a seguir, em 1981.

Desta forma Açailândia passa a ser o município que dará suporte para toda mobilização do capital inerente à produção do minério de ferro, dentro do território maranhense, sendo o que receberá a instalação das siderúrgicas para produção de ferro gusa para o escoamento do minério de ferro.

Além da ferrovia, que desterritorializou dezenas de tribos indígenas e comunidades camponesas, a implantação do polo guseiro será responsável por programas de silviculturas para o abastecimento dos altos-fornos destas indústrias o que resultará em curto período no aumento da concentração fundiária e a priorização da monocultura do eucalipto.

Outro fator importante e que se liga com a construção da Belém-Brasília foi a construção da BR-222 que liga esta rodovia com a região central do estado, passando pelos municípios atuais de Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Santa Luzia e Santa Inês, favorecendo a partir da década de 1970 a penetração na região que se fazia isolada do estado.

Como já foi abordado anteriormente a Lei de Terras do governo Sarney, de 1969, foram favorecidos diversos empreendimentos agropecuários que irão ocupar a região pré-amazônica e neste particular adentrar aos limites do município de Imperatriz e consequentemente o de Açailândia. A construção da BR-222 será de fundamental importância para tal intento.

Existiu nessa região um misto entre a ocupação inicial pelos camponeses oriundos principalmente do Nordeste, que constituíam posses de terras devolutas e criavam os “centos”¹² e a grilagem que expulsavam esses camponeses e forçavam os mesmos a mobilidade espacial, ou seja, iam empurrando os camponeses mata a dentro na direção cada vez mais a Oeste do Maranhão.

[...] na direção oeste, foram anos de conflito com grileiros poderosos, pois a área já tinha sido aberta pelos moradores locais, enquanto que, na direção de Santa Luzia, eram terras novas, prosseguindo as aberturas de roças por lavradores. “Atrás da pobreza, seguindo o rumo, vêm os grileiros”, como diz um morador da área. (ASSELIN, 2009, p. 36).

O processo de ocupação inicial, a construção das rodovias, o financiamento de projetos via governo do estado através da Companhia Maranhense de Comercialização (COMARCO), a grilagem de terras e o PGC, e a grande produção de Eucalipto, serão as bases essenciais para que Açailândia hoje seja um município que tem uma grande concentração fundiária, apesar da luta dos trabalhadores rurais, tanto capitaneadas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais como pelo MST.

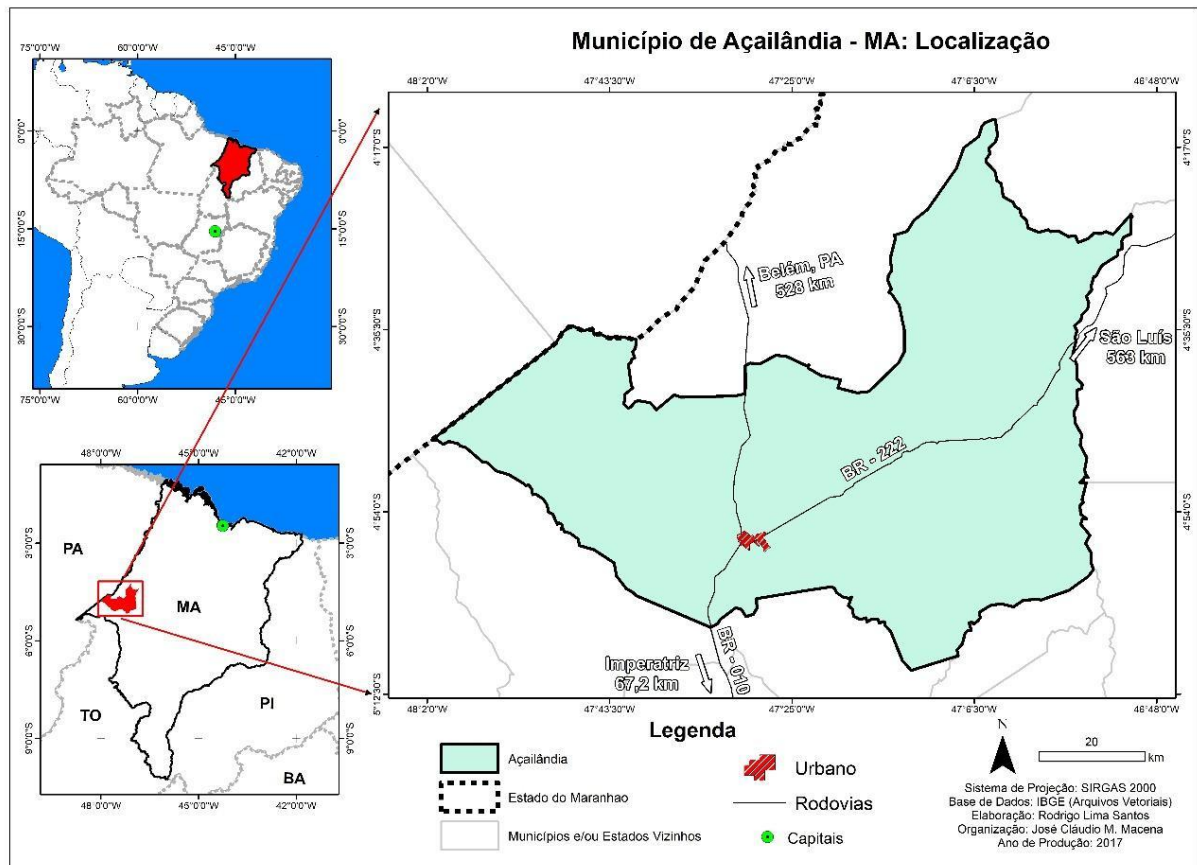
Nos últimos anos houve um grande processo de disputa entre os camponeses, os latifundiários tradicionais e o latifúndio moderno – com a expansão do projeto de silvicultura do eucalipto para o abastecimento dos fornos de guzeiras e para a fábrica da Suzano Papel e Celulose, uma empresa de papel e celulose que tem adquirido terras em toda a região para a ampliação do plantio que já existia quando do início do PGC.

Açailândia então se adensou territorialmente numa região propícia para diversas atividades do setor primário, pois faz uma ligação com a parte Norte do Brasil, numa grande

¹² Essa é uma expressão bastante utilizada na região para se referenciar as pequenas comunidades de lavradores, ou seja, ao núcleo de moradia das famílias.

complexidade paisagística de Floresta, como é demonstrado no mapa a seguir:

Mapa 2 – Localização Geográfica do Município de Açailândia-MA



Fonte: Elaboração – Prof^o Me. Rodrigo Lima, 2017.

A partir da observação da localização geográfica do município Açailândia, pode-se perceber, que este está situado numa região estratégica para o capital, neste sentido, ter recebido uma “atenção” especial pelos grandes grupos empresariais, que de certa maneira tem o controle econômico da região.

De certa forma, descrevemos brevemente o processo de formação do município Açailândia para o entendimento de como se deu a dinâmica de formação deste espaço geográfico e doravante passaremos a relacionar essa formação com a realidade socioeconômica nos dias atuais, que desenvolvemos a pesquisa.

O município Açailândia, que foi emancipado em 1981, então com pouco mais de trinta e cinco anos, se tornou a quarta economia do estado em PIB nominal, e isto se deve ao que já destacamos anteriormente: as iniciativas do PGC (ferrovia, siderúrgicas de produção do ferro-gusa, distribuição de derivados do petróleo), do projeto de Silvicultura e da pecuária.

De acordo o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos (IMESC), o município de Açailândia no tocante a indústria,

...tem como principal atividade econômica a Indústria de transformação (Metalurgia Básica), Construção Civil. Com VA do setor da indústria de R\$ 478,4 milhões em 2014, o município apresentou aumento absoluto de participação no total do estado de 3,39% em 2013 para 3,89% em 2014. As principais atividades que contribuíram para esse resultado foram: a metalurgia básica (produção de ferro gusa); a Construção civil; e em menor intensidade a Indústria de cimento e produtos minerais não metálicos e a Indústria de Alimentos, Bebidas e produtos do fumo. Quanto ao ranking dos municípios, segundo a ordem decrescente de contribuição no setor, Açailândia apresentou mudança de posto de 5º em 2013 para 4º em 2014. (IMESC, 2016, p. 19).

O município Açailândia devido a movimentação do capital, hoje é um o oitavo município maranhense em população absoluta totalizando uma população de 110.543 habitantes, sendo que deste total, 71% vivem na zona urbana.

Com relação ao campo o município se destaca na criação de gado bovino e na silvicultura, neste sentido segundo o IMESC (2016, p. 20), Açailândia

...tem como principal atividade econômica a Pecuária e Silvicultura. Na Pecuária, destaca-se a criação de bovinos que apresentou aumento de 2,0% no seu efetivo de bovinos (saiu de 416.834 cabeças em 2013 para 425.121 cabeças em 2014). Na Silvicultura houve significativa expansão da produção de Madeira em tora de eucalipto para papel e celulose (5.559 m³ em 2013 para 798.662 m³ em 2014), em virtude do início da fabricação de papel e celulose no município em 2014. Em 2013, a fábrica ainda estava em processo de construção. Com isso, o município apresentou ganho de 0,12 p.p. na participação (passou de 1,89% em 2013 para 2,01% em 2014) no setor agropecuário do Estado e subiu uma posição no ranking do setor ocupando a 4ª colocação no ranking dos municípios, segundo a contribuição no VA do setor da Agropecuária do Estado.

Existe uma relação entre a produção de madeira, com destaque para o eucalipto e a indústria siderúrgica, pois na produção de ferro-gusa uma grande quantidade de energia e esta é em parte obtida pela queima do carvão vegetal, que é oriunda do restante da vegetação desmatada para a plantação do eucalipto e num segundo momento pela própria produção desta madeira.

Com relação ao setor terciário da economia o município tem se destacado na arrecadação de impostos e paralelo a isso as atividades que são importantes tanto para a indústria como para a pecuária. Neste sentido de acordo com o IMESC, Açailândia, no setor de serviços,

...tem como principais atividades econômicas a APU – Administração Pública, Comércio, Manutenção e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas e Atividades Imobiliárias e Alugueis. Ocupou o 7º lugar no ranking de 2014, sendo que

não houve mudança em relação ao ano anterior. (IMESC, 2016, p. 24-25).

Além das atividades comerciais que são alavancadas pela indústria e pela agropecuária, o município, também abastece outras cidades próximas, tanto do Estado do Maranhão, como do estado do Pará, como é o caso dos municípios de Itinga-PA e Dom Eliseu-PA.

Mesmo com todo esse *boom* econômico das últimas três décadas o município de Açailândia pode ser considerado o *locus* da dicotomia entre o crescimento econômico e o desenvolvimento econômico, pois “a paisagem criada pelo capitalismo também é vista como lugar de contradição e da tensão, e não como expressão do equilíbrio harmonioso” (HARVEY, 2005, p. 55). Neste sentido apontaremos (não necessariamente em ordem de importância ou cronológica) algumas das principais contradições vivenciadas por sua população, principalmente aquelas ligadas aos camponeses e as comunidades atingidas pelo PGC.

Para a exportação de minério de ferro *in natura* ou beneficiado foi necessário a construção de um grande aparato de transporte no que diz respeito ao transporte terrestre, que é a Estrada de Ferro Carajás e esta impactou, seja no processo de sua construção, seja na dinâmica diária do transporte da mina de ferro em Carajás no Pará, até o Porto de Madeira em São Luís, a vida das comunidades atingidas por este processo. Para entender

A Estrada de Ferro Carajás (EFC) atravessa 23 municípios no Maranhão e 4 no Pará. Possui 829 Km de extensão, em um traçado disposto na direção nordeste-sudoeste em plena planície amazônica. Atravessa um mosaico de territórios formados por unidades de conservação, áreas de proteção permanentes, sítios arqueológicos, territórios quilombolas, terras indígenas...Pela Estrada de Ferro Carajás passam diariamente em torno de 24 trens indo e voltando entre Carajás e São Luís. Cada trem possui 4 Km de extensão e demora em média 4 minutos para passar por qualquer ponto. Mais de 100 povoados são atravessados pela ferrovia. Esses povoados apresentam grupos sociais diversos: camponeses, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos etc. Essa estrada apresenta um histórico de impactos ambientais negativos nos povoados que atravessa. Impactos decorrentes da forma autoritária com que foi implantada no meio de povoados em sua maioria rurais, com modos de vida longe do urbano-industrial, que de uma hora para outra se viram obrigados a conviver com comboios gigantes de vagões...Diariamente, espaço, tempo, identidade, legitimidade, em relação ao território, modos de vida, vidas, entram em disputa...Desde as atividades mais corriqueiras do dia-a-dia, como ir à roça e à escola, até os momentos mais sagrados e reverenciais do existir, como o nascimento e a morte, nesses povoados, dão-se sob os ditames da infraestrutura férrea. (SILVA, 2014, p. 11-12).

É nesta conflitualidade que também se insere o município Açailândia, pois o mesmo recebe, além da presença física da ferrovia, uma estação ferroviária para o embarque no trem de passageiro, o desembarque do ferro *in natura* destinado as siderúrgicas e o posterior embarque do ferro-gusa, que será exportado a partir do Porto da Madeira em São Luís.

No que diz respeito ao processo de produção do ferro-gusa, este, tem sido por demais

impactante na vida cotidiana das comunidades adjacentes ao pólo guseiro no município de Açailândia. O principal exemplo desse impacto ambiental é a comunidade de Piquiá de Baixo, um povoado que fica a 15 km do centro do município, e que ficou conhecido como a Cubatão da Amazônia, em referência à cidade de Cubatão em São Paulo que foi conhecida como região mais poluída do mundo na década de 1980.

A poeira do carvão e do ferro é tão forte que se acumula nos telhados das casas e nos móveis dentro das residências, situação que tem levado as pessoas a desenvolver diversos tipos de doenças, dentre eles, doenças respiratórias e de pele.

Por mês, no posto de saúde do bairro de Piquiá de Baixo, são atendidas em média 120 pessoas. Segundo a médica Karla Brandão, metade delas são pacientes com sintomas decorrentes da poluição das guseiras. A médica relatou ainda que as principais doenças que afetam a população do bairro são respiratórias, como bronquite, renite, câncer de pulmão, além de dermatites, câncer de pele e problemas na visão. (SANTOS & ASSIS, 2016, p. 06).

Tal situação tem sido denunciada pela Organização Não Governamental (ONG) Justiça nos Trilhos a organismos internacionais e reivindicado melhorias na qualidade do ar através de sistemas de filtragem da poluição pelas siderúrgicas e também o reassentamento das famílias em uma área distante das indústrias. Uma área já foi comprada pelas indústrias porém o processo de transferência dos moradores ainda não se deu pelo fato da necessidade de construção de toda a infraestrutura exigida pela comunidade.

Em 2007, a comunidade decidiu, através de consulta pública, pelo reassentamento, ou seja, pelo processo de mudança de Piquiá para outra localidade. Os moradores queriam garantir assim o acesso a melhores condições de vida. Em parceria com o Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos de Açailândia e a Paróquia São João Batista, a Associação de Moradores do bairro apresentou várias propostas para a comunidade. Entre elas, estavam a indenização individual, a realocação por conta própria e o reassentamento coletivo [...] em maio de 2011, o Ministério Público do Estado do Maranhão e a Defensoria Pública impuseram ao município de Açailândia a obrigação de realizar a desapropriação de uma área. Através do mesmo termo de compromisso, o SIFEMA foi obrigado a compensar o município com os valores a serem pagos a título de indenização ao proprietário da área. (SANTOS & ASSIS, 2016, p. 07).

Mesmo com as decisões tomadas o projeto ainda lentamente, pois se exige uma grande complexidade para a transferência das famílias.

A problemática da poluição está associada à outra problemática vivida no município de Açailândia que é grande plantação do eucalipto na região, que teve como principal argumento para o seu início a instalação de uma grande empresa de produção de papel e celulose na região

sudoeste do Estado do Maranhão sendo que

A Celmar iniciou suas atividades de compras de terras e plantio de eucalipto em 1992, projetando a criação de 7.500 empregos. A empresa plantou grandes extensões de terras, expandindo seu território em direção aos pequenos produtores e assentados, que muitas vezes viam-se cercados por paredões de eucaliptos [...] essa expansão da Celmar desencadeou processos de discussões e lutas sociais que questionavam as projeções de criação de empregos, os impactos ambientais, amplamente conhecidos em plantações de monoculturas, comprometendo a biodiversidade, além do uso intensivo de agrotóxicos e do desenvolvimento de projetos sociais que não traziam benefícios às comunidades. (TAVEIRA, 2014, p. 97).

Muitos estudiosos da região já apontavam para o que seria o engodo em relação à presença desta empresa na Região Tocantina, pois o discurso de que seria uma empresa voltada à produção de papel e celulose contrastava com o que vinha sendo exigido pelas indústrias siderúrgicas de Açailândia, que era a necessidade do carvão vegetal para o fluxo da produção do ferro-gusa que exige grande quantidade de energia para sua produção, que se dá ininterruptamente durante as 24 horas do dia.

Durante aproximadamente 20 anos o eucalipto plantado nos municípios da região sudoeste do Maranhão serviu como matéria-prima para a produção do carvão vegetal e somente com a chegada efetiva de uma empresa de celulose que esta produção será destinada para o que foi propugnado no início de sua implantação. De acordo AZAR (2013, p. 271)

Uma grave denúncia feita publicamente pelas organizações sociais é a situação vivenciada pelas famílias do assentamento Califórnia desde a instalação da Empresa Ferro Gusa Carajás - EFGC, controlada pela Vale, em 2005. Localizada cerca de 800 metros distante do assentamento e cerca de 300 metros da rodovia 222, a empresa mantém o funcionamento de 72 fornos retangulares e 7 fornos de formato meia laranja, em uma área de 1.185 m², sendo a capacidade individual de queima de cada forno retangular chega a 102 m³ de madeira, com o resultado de 83 m³ de carvão vegetal, cujo destino é a siderúrgica da Vale em Marabá. (BOSSI, 2010, p.29). Totalizando sua capacidade produtiva, a empresa pode chegar a produzir até 5.976 m³ de carvão vegetal por vez, utilizando para tanto 7.344 m³ de madeira.

Essa realidade vivenciada pelas comunidades perdurou até que a empresa Suzano Papel e Celulose, adquiriu da Vale todo a sua área de produção de eucalipto e tem como objetivo expandir a produção para toda a região sudoeste e sul do Maranhão com novas aquisições de terras, sendo que a sede da empresa para a produção da celulose foi direcionada para a cidade de Imperatriz, pois

[...] aglutina condições estruturais estratégicas para o funcionamento da fábrica, a primeira dessas condições é que Imperatriz fica na área de influência dos grandes projetos. Sua localização privilegiada permite a articulação com a mineração na Serra de Carajás, as extensas plantações de soja na região de Balsas, as indústrias de ferro-gusa de Açailândia e o empreendimento florestal já implantado pela Celmar, além de possuir a abundância de terras agricultáveis e próximas a cidades com condições de

escoar a produção. (TAVEIRA, 2014, P. 101).

O cerco produzido inicialmente pela empresa Celulose Maranhense (CELMAR) e atualmente pela SUZANO, às comunidades rurais, pela plantação do eucalipto tem causado diversos problemas, dentre os quais poderíamos destacar: a grande necessidade de água para o crescimento das árvores e que tem modificado o regime dos lençóis freáticos, a mudança da biodiversidade paisagística e a diminuição de algumas espécies de animais. Do ponto de vista produtivo há uma intensa propaganda da empresa que *vende* a produção de eucalipto como uma saída econômica para os camponeses, pois a empresa arrenda as terras e oferece todo o insumo da produção, cabendo ao camponês apenas acompanhar o processo e este terá ao final a compra da produção garantida pela empresa.

No que diz respeito à outra vertente econômica do município de Açailândia, a criação de gado bovino, esta vem sendo dinamizada dentre todos os segmentos produtivos do município, dos grandes empresários aos camponeses, que também contribuem para a dinâmica econômica deste setor. Podemos dizer que a pecuária no município de Açailândia se articula com o que foi proposto para a região Amazônica desde a décadas de 1970, pois “os grandes empreendimentos agropecuários incentivados na Amazônia seriam peça fundamental no processo de acumulação das empresas do centro-sul do país ou do exterior” (MUELLER, 1987, p. 58) e neste sentido esta ideia de rentabilidade com a criação de bovinos foi se popularizando, e levando até os camponeses a apostarem muito mais na criação do gado do que na agricultura.

A criação de gado bovino no estado do Maranhão, tem sua gênese na própria formação do espaço nordestino e maranhense, principalmente na parte do sul do estado, cuja ocupação se deu em função da fartura de pastos naturais para o gado. Além disso, a criação do gado bovino tem demonstrado, do ponto de vista econômico, alta rentabilidade comercial, pois o Brasil se enquadra dentre as principais economias exportadoras de carne para o mercado europeu e norte-americano, principalmente. Neste sentido

O cenário da bovinocultura maranhense vem, ao longo dos anos, se consolidando no mercado nacional, principalmente pelos constantes avanços experimentados nas técnicas modernas de manejo do rebanho. Constituído de aproximadamente 7.758.352 cabeças (IBGE-PPM, 2014), das quais 90% giram em torno da pecuária de corte, o Maranhão eleva-se ao patamar de segundo maior rebanho do Nordeste, atrás apenas da Bahia [...] Ainda que a atividade seja permeada de fatores pouco favoráveis a um crescimento mais vigoroso, algumas variáveis como as políticas governamentais de desenvolvimento do setor primário no estado, o reconhecimento internacional através da World Organisation for Animal Health (OIE- Organização Mundial de Saúde Animal) como zona livre da febre aftosa com vacinação, a abertura do Porto do Itaqui para exportação de gado em pé e instalação de agroindústrias e empresas do setor agropecuário, têm fortalecido cada vez mais a cadeia produtiva do estado e contribuído para um panorama de vislumbre promissor, mesmo à longo prazo. (SENAR-MA, 2017).

Deste quantitativo de animais produzidos no Estado do Maranhão, 425.121 cabeças estavam no município de Açailândia, o que perfaz um total de 5,47% em relação à produção estadual. A produção do gado bovino envolve todos os segmentos do campo, desde os grandes empreendimentos aos camponeses. As comunidades camponesas que receberam os incentivos do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) tiveram durante a elaboração de seus projetos a inclusão do gado bovino, pois esta era uma das linhas de créditos ofertadas pelas instituições financeiras (Banco do Brasil e Banco do Nordeste) e que de certo modo fazia parte da estratégia governamental de aumento do quantitativo bovino na região, mais que de certo modo não houve resistência da população devido a ter na criação de gado uma visão de rentabilidade maior do que a agricultura tradicional.

Todo esse processo contextualizado neste tópico vem modificando a realidade do trabalho nas comunidades atingidas pelo grande capital, que necessitam de mão-de-obra barata para a condução de suas iniciativas, além de garantia da renda da terra. É neste sentido que discutiremos mais adiante como tem se caracteriza o trabalho na agricultura camponesa, destacando o município de Açailândia e a juventude do campo.

2.4 O MST na luta pela terra no Maranhão

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) é uma organização de camponeses e camponesas, que tem como objetivos estratégicos “a conquista da terra [...]; a reforma agrária, compreendida como terra [...] e como mudanças estruturais [...] na agricultura brasileira e; a transformação da sociedade, caracterizada como uma sociedade sem explorados e exploradores” (MST, 1994. p. 14). Este Movimento atualmente está presente em todas as regiões do país e praticamente em todos os estados da Federação, excetuando os estados do Amazonas, Roraima, Acre e Amapá, segundo informações obtidas juntos a secretaria nacional da organização.

Sua gestação e nascimento são fruto das lutas dos povos do campo, neste sentido,

O Movimento Sem-terra nasceu a partir das lutas pela terra que se multiplicaram por todo país, de forma massiva, a partir de 1978. Apesar de proliferarem como lutas isoladas e localizadas, elas não aconteceram espontaneamente e nem pela simples vontade das pessoas, lideranças ou dirigentes. Seu surgimento tem explicações e causas econômicas, sociais e políticas [...] Os fatores econômicos que determinaram o surgimento da luta pela terra nesse período podem ser resumidos em: avanço do

capitalismo na agricultura brasileira durante os governos militares, a mecanização intensiva da lavoura [...] e a introdução da monocultura [...] Os fatores políticos que influenciaram as lutas foram basicamente: o avanço das lutas operárias e populares nos grandes centros urbanos que passaram a enfrentar a ditadura militar e exigir além de reivindicações econômicas, a democracia e abertura política [...] E do ponto de vista social tem-se dois aspectos importantes que contribuíram para o avanço da luta camponesa: o trabalho pastoral das igrejas progressistas, fundamentadas na teologia da libertação, especialmente através da CPT e da pastoral popular da IECLB. E também o surgimento de um novo sindicalismo rural [...] (MST, 1994, p. 12-13).

A partir desta realidade, três eventos foram fundamentais para a fundação do MST. O primeiro evento foi o Encontro de Goiânia, que

Nos dias 23 a 26 de setembro de 1982, reuniram-se em Goiânia trinta trabalhadores e vinte e dois agentes de pastorais dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará, Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Rondônia. Esse encontro possibilitou o conhecimento das pessoas que vinham construindo a luta pela terra, a troca de experiências e a perspectiva de articulação das lutas. (FERNANDES, 2000, p. 76).

A partir deste encontro, alguns desafios propostos pela “Carta de Goiânia” para a articulação dos povos do campo, que foram divulgados para todo o país. No Encontro de Goiânia “foi constituída uma Coordenação Nacional Provisória dos Trabalhadores Rurais Sem-terra, com a função de preparar o segundo encontro nacional entre setembro de 1983 e janeiro de 1984” (FERNANDES, 2000, p. 76).

Nesta continuidade, o segundo evento importante para o efetivo nascimento do MST foi o encontro nacional realizado na cidade de Cascavel, estado do Paraná. Foi nesse encontro que os sem-terra fundaram o seu movimento. De acordo com Fernandes (2000, p. 79)

O evento representou, antes de mais nada, uma vitória. Após várias conquistas de terras e da caminhada em direção à unificação e formalização das ações das lutas camponesas, os sem-terra fundavam a sua organização. Estiveram presentes trabalhadores dos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e do então Território de Roraima.

Após a realização do encontro que fundou o MST o desafio durante o ano de 1984 era de consolidar a então criada organização e a realizar um grande encontro que pudesse mobilizar trabalhadores de todo o território nacional. Assim em janeiro de 1985, aconteceu o 1º Congresso Nacional¹³ do MST, em Curitiba, estado do Paraná, “do qual participaram cerca de 1.500

¹³ O Congresso Nacional é uma instância de decisão do MST, e é “realizado a cada cinco anos, define as linhas políticas conjunturais e estratégicas do Movimento e promove a confraternização entre os sem-terra e entre

lavradores de 23 estados (RS – SC – PR – SP – MS – RJ – MG – ES – BA – SE – AL – PE – PB – RN – CE – PI – MA – PA – GO – MT – RO – AC e AM)” (FERNANDES, 2000. p. 88).

Lideranças camponesas do Estado do Maranhão, já se articulavam desde a realização do encontro de Goiânia e neste sentido o nascimento e desenvolvimento do MST no Maranhão se dá concomitante ao do movimento em escala nacional. Porém,

A construção do MST no Maranhão começou em 1985. No Primeiro Congresso, participaram diversas lideranças camponesas de trajetória histórica na luta pela terra. Esses trabalhadores eram fundadores do CENTRU (Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural), localizado no município de Imperatriz, no oeste maranhense. O CENTRU era coordenado por Manoel da Conceição, liderança histórica do movimento camponês. (FERNANDES, 2000, p. 121).

O Maranhão, como já explicitado anteriormente, apresentava desde o final da década de 1960 uma política de terras estabelecida pelo governo do estado que privilegiava o grande latifúndio, bem como os grandes grupos econômicos. E esta política foi responsável pela expulsão de um grande contingente populacional do campo para as cidades, principalmente para a cidade de Imperatriz, em se tratando dos camponeses da Amazônia maranhense¹⁴,

Nessa região [...]desde a década de 1970, crescia o número de conflitos fundiários. Os financiamentos da SUDAM para a implantação de vários projetos de extração de madeira e projetos agropecuários viabilizaram a territorialização de empresas capitalistas que expulsaram violentamente os posseiros de suas terras. Muitos posseiros migraram para o oeste em busca de novas terras ou foram trabalhar nos garimpos. Na segunda metade dos anos 80, em Imperatriz e cidades vizinhas, nas periferias concentrou-se um grande número de famílias sem-terra. (FERNANDES, 2000, p.121).

Foi nessa conjuntura que o MST foi gestado no estado e, considerando as diretrizes do I Congresso, a partir de sua palavra de ordem “a ocupação é a única solução” o MST no Maranhão, juntamente com o CENTRU, passou a organizar os trabalhadores para, na perspectiva da luta pela terra, garantir o retorno dos trabalhadores ao seu território de origem, o campo.

Duas ocupações foram fundamentais para que o MST marcasse posição na luta pela terra no estado e mostrasse para a sociedade a razão da sua luta. A primeira foi realizada na Fazenda Pindaré, área resultante da grilagem, com sessenta mil hectares, que devido às falsas

estes e a sociedade” (MORISSAWA, 2001. p. 208)

¹⁴ A Floresta amazônica ocupa aproximadamente 5,4 milhões de Km² e estende-se por oito países na América do Sul. A porção mais oriental do bioma atinge o Estado do Maranhão no Brasil. A Amazônia Maranhense possui 81.208,40 km², representando 24,46% do território do Estado (IBGE, 2002), nela estão localizados 62 municípios. (BRASIL, 2011. p. 10)

promessas de promoção na região de uma Reforma Agrária pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), “estes trabalhadores decidiram esperar a solução através da ocupação como forma de forçar uma reação do poder público” (FERNANDES, 2000, p. 121).

Da mesma forma que os sem-terra se organizavam na região, os proprietários de terra e fazendeiros também se organizavam através da União Democrática Ruralista (UDR), que tinha como objetivo principal conter a luta dos trabalhadores rurais em todo o país bem como participar do processo de discussão na elaboração da Constituição Brasileira, no intuito de garantir seus privilégios no campo brasileiro. A criação desta entidade deu-se em meio a muitos conflitos, pois,

Nas lutas pela resistência na terra e para entrar na terra, os posseiros e os sem-terra enfrentavam os grileiros e seus pistoleiros. Nesse conflito permanente, de mortes anunciadas, no dia 10 de maio de 1996, o coordenador da CPT na região do Bico do Papagaio, padre Josimo Moraes Tavares, foi assassinado na cidade de Imperatriz. No dia do enterro de Josimo, cento e cinquenta latifundiários reuniram-se em Imperatriz para fundar a UDR e estavam determinados a impedir as ocupações de terra. (FERNANDES, 2000, p. 121-122)

Como continuidade do compromisso firmado no seu I Congresso, o MST, que já começava a se fortalecer na região, junto novamente com o CENTRU e membros do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz (STRI), que naquele momento eram oposição à diretoria da entidade, decidiram ocupar uma fazenda neste município de propriedade do Grupo SHARP.

Esta ocupação originou o primeiro assentamento na região onde seria o berço da organização do MST no Estado do Maranhão; na área conhecido como Criminosa, devido aos vários conflitos e assassinatos de posseiros que resistiram à limpeza da área. O acampamento sofreu vários tipos de repressão por parte dos grupos organizados do poder local do município de Imperatriz. A luta pela conquista da terra, hoje denominada Assentamento Itacira, foi de uma envergadura tremenda por parte dos acampados, que resistiram a todo o tipo de ameaças conforme atestam os depoimentos.

As ameaças foram feitas publicamente por meio da rádio local, de modo que muitas famílias abandonaram o acampamento. No dia seguinte à ocupação duas centenas de policiais efetivaram o despejo. As famílias acamparam em uma área do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Imperatriz, e três semanas depois reocuparam a Criminosa. A resistência dos sem-terra, que sofreram novo despejo, durou até a sua desapropriação (FERNANDES, 2000, p. 122).

A partir da ocupação e resistência das famílias do acampamento Criminosa, foram realizadas diversas outras ações dos sem-terra na região, muitas delas sem conhecimento do

movimento.

A partir de 1988, o Movimento Sem-terra inicia seu trabalho visando a realização de mais ocupações, agora com sua própria força e organização. A primeira desta foi a “ocupação da Fazenda Gameleira, de 2.000 hectares” (FERNANDES, 2000, p. 123), no município de Imperatriz, hoje município Governador Edison Lobão. Sendo que,

A luta pela conquista da Gameleira durou vários anos. Nesse tempo, as famílias sofreram vários despejos, ocuparam a sede do Ministério de Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em São Luís, para reivindicar a desapropriação da fazenda. Entre os despejos, as famílias faziam suas roças que eram constantemente destruídas pelos policiais. (FERNANDES, 2000, p. 123).

Porém a luta pela terra prosseguia firme, foram cinco ocupações na região, somente no ano de 1989 e 1990: Fazenda Juçara (Imperatriz) e Fazenda Serafim (Estreito) em 1989; e Fazenda Uberaba (Imperatriz), Fazenda Ferrugem (João Lisboa) e Fazenda Cupuzal (João Lisboa) em 1990. Destas áreas ocupadas, apenas as Fazendas Juçara e Serafim se efetivaram como assentamentos de Reforma Agrária.

A partir de 1989, inicia-se o processo de territorialização do MST no Maranhão. Em junho ocupa a fazenda Diamante Negro/Jutaí, com 500 famílias, no município de Vitória do Mearim, atualmente Igarapé do Meio, na região norte do estado.

Em 1993, surge a necessidade de uma secretaria de apoio aos assentamentos em São Luís, capital do estado, devido a centralização do poder estatal, pois todos os órgãos funcionavam naquele momento na capital, o que dificultava uma maior articulação para resolução dos problemas, porém na região de Imperatriz manteve-se uma secretaria que iria dar suporte aos acampamentos e assentamentos nela existentes.

Nesse período, o MST começava a se consolidar no Maranhão. Havia construído sua autonomia e conquistado cinco assentamentos em duas regiões. Com essas conquistas, os sem-terra tinham que enfrentar novos desafios: continuar territorializando a luta pela terra; organizar os assentamentos e construir novos setores da organização do Movimento. (FERNANDES, 2000, p. 125).

Desafio colocado, o Movimento tende a se mobilizar em todo o estado, realizando diversas ocupações e conquistando vários assentamentos. Em 1996 o MST vai organizar as famílias em conflito no povoado Cipó, município de Coelho Neto no leste maranhense, divisa com o estado do Piauí, consolidando mais uma área de atuação da organização; nasce então o Assentamento Vila de Fátima. Em 1997, acontece a ocupação do Assentamento Conceição Rosa, no município de Itapecuru-Mirim, sendo mais uma região onde o MST vai fincar sua

bandeira e organizar o povo sem-terra.

Em 1997 é realizada a Marcha Estadual por Reforma Agrária, uma atividade ousada e duradoura. Foram 36 dias de caminhada da cidade de Imperatriz à capital São Luís, perfazendo um total de 630 quilômetros. Conforme um dos dirigentes do MST, o principal objetivo dessa marcha foi chamar a atenção das autoridades para o descaso com a questão agrária no estado e mostrar para a sociedade em geral que é necessária a luta, para haver conquistas e mudanças.

Nós caminhamos todos esses dias em busca de melhorias de condições de vida para a população de todos os assentamentos do Maranhão; fomos divulgando a reforma agrária e chamando a atenção da sociedade, que demonstrou interesse pelo recado. A maior decepção durante a marcha foi sua chegada em São Luís, pois após todo esse sacrifício a governadora, apesar de ter sido solicitado, não nos recebeu para ouvir nossos anseios. (Dirigente do MST/MA, depoimento em janeiro de 2016)

A forma de organização do MST no Maranhão é similar à estabelecida nacionalmente. Tem uma coordenação estadual, composta por duas pessoas, de preferência um homem e uma mulher, de cada assentamento e/ou acampamento que o Movimento organiza; desta coordenação é eleita uma direção estadual, que encaminha os pontos discutidos na coordenação estadual e nos diversos setores da organização.

Em relação aos setores há um grupo, denominado de coletivo, responsável por cada setor (educação, saúde, formação, produção, comunicação, frente de massa, gênero, juventude, finanças, direitos humanos, projetos e finanças) que pensa a política do setor e implementa as decisões tomadas também no coletivo nacional.

A cada dois anos são realizados os Encontros Estaduais, com a presença de representantes de todos os acampamentos e assentamentos organizados pelo MST, para discutir a conjuntura e traçar metas para os próximos anos. Este encontro tem também como objetivo promover a confraternização dos sem-terra e trocar experiências.

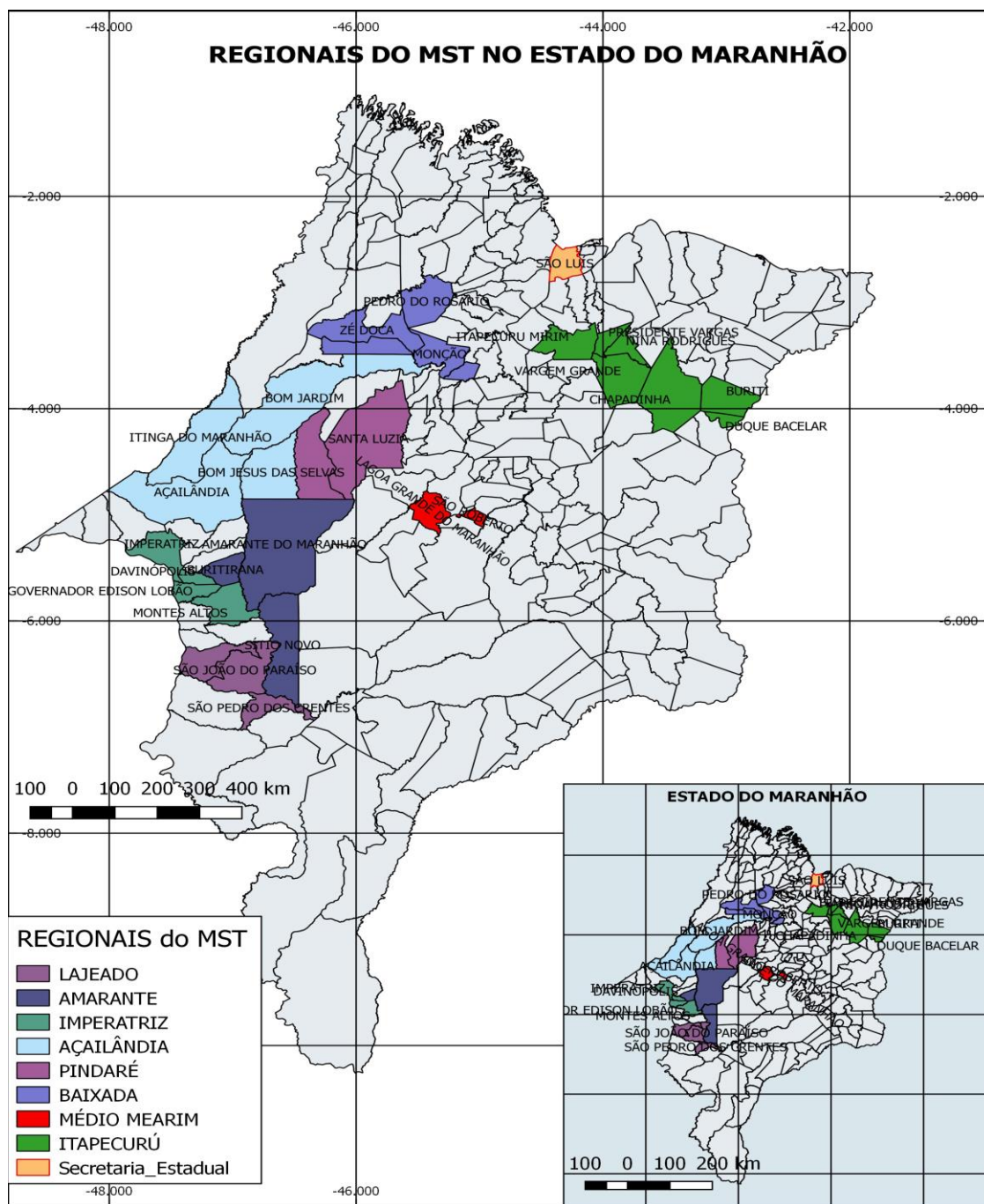
Atualmente, o MST no Estado do Maranhão, está presente em oito grandes regiões, que ele próprio dá a nomenclatura: Regional Lajeado, compreendendo os municípios Porto Franco, São João do Paraíso e São Pedro dos Crentes; Regional Amarante, compreendendo os municípios Sítio Novo, Buritirana e Amarante; Regional Imperatriz, compreendendo os municípios Imperatriz, Montes Altos, Governador Edison Lobão e Davinópolis Regional de Açailândia, compreendendo os municípios Açailândia, Itinga, Bom Jesus das Selvas e Bom Jardim; Regional Pindaré, que atende os municípios Buriticupu e Santa Luzia do Tide; Regional Baixada, atendendo os municípios Igarapé do Meio, Monção, Zé Doca, Newton Belo e Pedro

do Rosário); Regional Médio Mearim, compreendendo o município Lagoa Grande do Maranhão e São Roberto e; Regional Itapecuru compreendendo os municípios Itapecuru Mirim, Nina Rodrigues, Vargem Grande, Presidente Vargas, Coelho Neto e Chapadinha, Buriti e Duque Bacelar¹⁵.

Há de se destacar que dentre as áreas de acampamentos elencadas anteriormente poucas são recentes e algumas com mais de dezoito anos da primeira ocupação o que demonstra o descaso dos órgãos governamentais quanto a dar resolutividade aos processos de tensão no campo. Abaixo temos o mapa com a visão de como se organiza o MST no Estado do Maranhão atualmente.

¹⁵ Dados obtidos em relato pela secretaria estadual do Movimento Sem-terra.

Mapa 3 – Regionais do MST no estado do Maranhão



Fonte: Elaboração Renato Foicinha, março de 2017.

Dos 217 municípios que compõem o Estado do Maranhão o Movimento está organizado com presença sistemática em 30 deles e com articulações em alguns outros que fazem parte na atualidade da incorporação do agronegócio no estado, como os municípios de Carolina, Riachão

e Balsas. De acordo com levantamento junto à secretaria estadual do MST, atualmente são 62 assentamentos, com um total de 7.050 famílias e 21 acampamentos, com um total de aproximadamente 2.900 famílias. Além dos municípios explicitamente com presença da organização, o Movimento irradia suas lutas para municípios vizinhos àqueles onde sua presença é constante e mesmo não sendo o articulador da luta passa a ser para os trabalhadores destes municípios um exemplo a ser seguido tanto no tocante à própria luta pela terra como a luta por políticas públicas.

O movimento mantém também uma secretaria na cidade de São Luís, por estar ali concentrados praticamente todos os órgãos representativos das secretarias de estado do governo do Maranhão além, da superintendência regional do Incra; além de agentes financeiros como o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil. Essa secretaria tem a função de fazer a articulação das lutas em escala estadual com os órgãos governamentais e vice-versa, além de articular as diversas regionais do Movimento.

Devido ao fato de no transcorrer do seu processo histórico o Movimento ter desenvolvido uma pedagogia educacional que junta teoria e prática, sendo reconhecida internacionalmente neste sentido, atualmente no Maranhão uma das atividades desenvolvidas pelo MST é a coordenação e implementação de um projeto de alfabetização, baseado no método Sim Eu Posso, que é um método “concebido pelo Instituto Pedagógico Latino-Americano e Caribenho de Cuba (Iplac) e aliado aos círculos de cultura da pedagogia de Paulo Freire, que alfabetiza em tempo recorde de oito meses, pessoas com idade igual ou superior a 15 anos” (MARANHÃO, 2017, p. 01) que faz parte das iniciativas do Programa Mais IDH, coordenado pela Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria dos Direitos Humanos através do Programa e que tem como finalidade elevar o IDHM’s dos trinta municípios mais pobres do Estado do Maranhão e que estão na lista dos cem municípios com menores IDHM’s do Brasil.

As populações beneficiadas com este programa de alfabetização são dos municípios Água Doce do Maranhão, Aldeias Altas, Governador Newton Belo, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Santana do Maranhão, São João do Caru e São Raimundo do Doca Bezerra. Esses foram os municípios beneficiados com a primeira etapa do programa, onde foram alfabetizadas 7.119 jovens e adultos na primeira etapa do programa que foi realizada no ano de 2016. De acordo com a Coordenação do Programa pelo MST, a segunda fase que se iniciou no primeiro semestre de 2017 tem por meta alfabetizar 20 mil pessoas, nos municípios de Jenipapo dos Vieiras, Itaipava do Grajaú, Aldeias Altas, Água Doce do Maranhão, Governador Newton Belo, Santana do Maranhão, São João do Caru, São Raimundo do Doca Bezerra, Lagoa Grande

do Maranhão, São Roberto, Afonso Cunha, Marajá do Sena, Santa Filomena do Maranhão, Milagres do Maranhão e Belágua.

Com iniciativas deste porte o Movimento cumpre com um papel importante na sociedade maranhense que é o de dar condições objetivas de vida para a população que ainda sofre com muitas necessidades básicas, sendo uma delas o acesso à educação. Essas iniciativas são importantes para consolidar o MST como um movimento que vai além da luta pela terra, mais que não se desvincula desta luta, pois como já foi descrito no corpo deste trabalho, a terra ainda continua sendo apropriada pelos donos do capital e no Maranhão, como veremos a seguir a luta contra essa forma de apropriação tem tomando corpo e formato que possam ir de encontro ao que vem sendo adotado pelos grandes grupos empresariais.

2.5 Atualidades da luta pela terra no Maranhão

O processo de luta pela terra no Maranhão ganha novos significados a partir do fortalecimento pelo comando político do estado das políticas neoliberais e o apoio sistemático aos grandes grupos econômicos, conduzidos pela política massiva de apoio ao Programa Grande Carajás. Parcelas significativas de terras têm sido destinadas ao plantio de eucalipto para o abastecimento das guzeiras no corredor da Estrada de Ferro Carajás e aos produtores do agronegócio em praticamente todas as macrorregiões do estado, mas com grande destaque nas regiões sul e leste maranhenses.

Do latifúndio tradicional ainda existente e com presenças marcante oriunda da política adotada no início da década de 1970, os maiores controladores nos dias atuais do poder agrário são essas duas frentes, capital internacional e política do agronegócio, que tem sido fortemente patrocinado pelos últimos governos estaduais e federal. A presença deste tem imprimido um novo ritmo e dinâmica à luta pela terra no estado e requerendo dos movimentos do campo um novo jeito de pensar. Isto porque,

O agronegócio no Maranhão, consoante com a configuração nacional [...] encontra-se estruturado em grandes extensões territoriais, com a prática de monocultivos, e com a utilização de recursos tecnológicos modernos. Estes três elementos essenciais à acumulação deste setor implicam na expulsão das famílias camponesas, na redução da força de trabalho, assim como na exploração inadequada dos recursos naturais, considerando a exigência do desmatamento para a implantação dos monocultivos. (AZAR, 2011, p. 7).

Esta situação tem gerado no estado do Maranhão, como já foi apontado anteriormente,

conflitos entre as classes sociais do campo visto que a terra tem sido apropriada como reserva de valor e utilizada em grande extensão para a produção de *commodities* e relegado aos camponeses uma situação de extrema fragilidade social e econômica, fato que pode ser observado com o crescente inchaço das principais cidades do estado, como São Luís, Imperatriz, Açailândia, Balsas, Caxias, só para citar algumas, mesmo com toda a luta do MST e demais organizações em defesa dos povos do campo (comunidades tradicionais, quilombolas, camponeses, e até indígenas).

A territorialização do MST no Maranhão foi sendo conduzida pelos conflitos e pelas necessidades de organização dos camponeses e de trabalhadores rurais que viviam nas cidades. Como afirma em entrevista uma das lideranças do MST no Maranhão,

[...] a origem e expansão do MST no Maranhão se deu pela geografia dos conflitos para definir suas ações de luta pela terra. Não sendo possível outro caminho que não a ação de resistência nas terras do oeste maranhense, resistência esta já protagonizada por lideranças camponesas em conflitos isolados e em outros casos articulados pela igreja católica e STRS. O passo seguinte, ou seja, a ida para Tocantina, Mearim, Alto Turi, Médio Mearim e Itapecuru teve a mesma motivação, não sendo difícil identificar nesta trajetória, a ocupação ou a conquista que funda o MST em cada território. A presença em São Luís se dar pela necessidade da representatividade do MST nos espaços de articulação (institucional) e alianças[...] (ARAÚJO. Entrevista realizada em março de 2016.).

Para o mesmo dirigente do Movimento a luta pela terra na atualidade ganha uma nova roupagem, pois segundo ele “as relações arcaicas com o latifúndio estavam mais presentes” (dirigente MST) e a “ocupação de terras era a única saída para os camponeses”. A luta pela terra deve ser pautada mediante as necessidades conjunturais e a ocupação da terra como estratégia principal da luta deve estar relacionada a outros condicionantes. Porém, existem outros elementos que compõem a relação entre sem-terra e latifúndio, conforme depoimento abaixo.

Penso que ainda existe esta necessidade, mas a notável melhoria do acesso à renda mínima, a escola, moradia e trabalho (por precária que seja) alterou a realidade do sujeito Sem-terra. Assim como o Latifúndio e o Estado ganharam uma roupagem nova, enfraquecendo direitos constitucionais e fortalecendo limites em legislação a exemplo do código civil. A sociedade civil organizada que já havia derrotado o latifúndio arcaico hoje está atônita frente ao capital e sem a mesma clareza sobre a importância da reforma agrária como nos anos anteriores. E isso é um dos fatores que dificulta uma correlação de força local em favor da luta pela terra. Este período abre outras frentes de luta, como a do alimento saudável que hoje está inviabilizado pelo latifúndio moderno, o agronegócio. (ARAÚJO. Entrevista realizada em março de 2016.).

O momento da luta pela terra é o da resistência ao modelo concentrador (de capital e de tecnologia) e as formas de degradação ambiental presentes em todas as áreas onde a presença

do agronegócio é forte.

Outro ponto crucial na articulação da luta pela terra no estado, como dito anteriormente, é a luta contra o modelo de reforma agrária defendido pelo Estado Brasileiro e pelos últimos governos do Estado do Maranhão, pois a priorização do agronegócio neste particular e os poucos resultados na consecução das desapropriações têm provocado uma sensação de que a luta pela terra não é mais ponto de pauta na política maranhense, mesmo os conflitos tendo se acirrados nos últimos anos, com a grilagem de terras novamente adentrando os limites das terras devolutas e de áreas que poderiam ser destinadas à desapropriação. Para o dirigente do Movimento esta situação se deu,

Pela ausência de conquistas, e pela banalização do conflito. Atualmente há 450 pedidos de vistorias no INCRA, ou seja, 450 áreas de resistência. Em outro espaço que os camponeses tivessem uma representatividade política séria e a reforma agrária fosse pautada por estes representantes, teríamos uma revolução. Por outro lado, o governo federal sempre entregou o controle do PNRA nas mãos das piores lideranças políticas do MA. Preferiram sempre transferir dinheiro da reforma agrária para empresas e construir base eleitoral para se elegerem deputados. Mas o povo continua resistindo apesar da indiferença das lideranças e da mídia. (ARAÚJO. Entrevista realizada em março de 2016.).

Apesar de toda a ofensiva do grande capital, dos incentivos governamentais ao agronegócio e de uma política de privilégio aos produtores médios, a correlação de força tem sido marcante desde a redemocratização no país que possibilitou a presença de movimentos sociais de luta pela terra no Maranhão, junto às comunidades tradicionais e aos indígenas, inclusive poderia ser dito que o estado poderia estar numa situação mais desastrosa. Entretanto a presença destas organizações tem marcado o divisor nos modelos de desenvolvimento no campo. Esse processo marcante em toda a história da luta camponesa é analisado por Fernandes (2000, p. 179) como “inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato”.

O processo conflitante entre as classes sociais do campo é materializado pelas diferenças e contradições da organização dos espaços agrários e urbanos, com o crescimento desordenado de cidades, mas, também com o avanço das comunidades rurais fruto da luta contra o *status quo*, estabelecidos pelo modelo que privilegia de certa forma o grande negócio em detrimento dos pequenos produtores.

Para Fernandes (2000, p. 179)

A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e consequentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por

diferentes modelos de desenvolvimento. A agricultura camponesa estabelecida, ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamento rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promove conflitos e desenvolvimento. A agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento.

Estão abertas todas as possibilidades de continuidade das conflitualidades, visto que o Maranhão é um grande laboratório, tanto para a luta pela terra como para o grande negócio agrário. Para o dirigente do MST (ARAÚJO, entrevista realizada em fevereiro de 2016), “o momento é de resistir”, pois o modelo do agronegócio não tem dado resposta à pobreza no campo e vem aumentando a demanda nas grandes cidades por emprego.

Por fim, a luta pela terra, como objetivo do Movimento desde a sua formação, vai além dos aspectos referentes à terra em si, mas abrange os direitos da classe camponesa e, neste sentido, três frentes de luta se fortalecem no Maranhão: a primeira diz respeito à luta por um alimento mais saudável através da organização das cooperativas e do trabalho coletivo; a segunda é o fortalecimento da articulação da luta campo-cidade, pois quando o avanço do capital se dá em todas as esferas da sociedade a classe trabalhadora de um modo geral é quem sofre os impactos; e terceira, está relacionada ao processo de formação da classe trabalhadora. Nesse sentido o MST do Maranhão empunha a bandeira da erradicação do analfabetismo, situação que já destacamos como está sendo implementado este processo no Estado do Maranhão.

O avanço da luta do MST no Brasil possibilitou também a discussão do tema da Reforma Agrária, que é abrangente e comporta diversas interpretações. Essas interpretações ou paradigmas do que venha a ser uma verdadeira Reforma Agrária tem um componente histórico e é fruto das lutas dos camponeses de todo o mundo. Para que possamos ter uma visão de como essas propostas foram sendo construídas e como estas ideias se fazem presentes no Brasil, é o que apontaremos no próximo tópico deste capítulo.

2.6 As políticas de Reforma Agrária no Brasil: breves apontamentos

As propostas de Reforma Agrária tiveram sua gênese dentro do processo de mudanças no modelo produtivo mundial a partir da Revolução Industrial europeia do século XVIII que necessitava de mudanças no sistema produtivo que priorizasse o abastecimento das cidades e produzisse matérias primas para as indústrias nascentes. O termo Reforma Agrária define-se

como uma forma de distribuição de terras dentro de um determinado território. Para Stédile (2012, p. 657) reforma agrária “é um programa de governo que busca democratizar a propriedade da terra na sociedade e garantir o seu acesso, distribuindo-a a todos que a quiserem fazer produzir e dela usufruir”.

Diversas tipologias de Reforma Agrária já foram utilizadas em diversos países do mundo. Essas formas e conceitos de Reforma Agrária estão condicionadas também aos momentos históricos e participação das sociedades neste processo. As tipologias conhecidas são: Reforma Agrária Clássica, Reforma Agrária Anticolonial, Reforma Agrária Radical, Reforma Agrária Popular, Reforma Agrária Parcial, Reforma Agrária de Libertação Nacional, Reforma Agrária Socialista. Temos ainda no tocante à questão da distribuição de terras os Projetos de Colonização e a Política de assentamentos rurais.

A discussão sobre a Reforma Agrária no Brasil começa a tomar corpo a partir das lutas populares da segunda metade do século XX, e aparece para a sociedade como uma política de distribuição de terras para superar os problemas advindos da grande contradição existente no meio rural, e sendo então baseada na tipologia de uma Reforma Agrária Clássica, que tinha como objetivo apenas a distribuição de terras. Segundo Stédile (2012, p. 658) esta Política de Reforma Agrária Clássica foi adotada durante o período de fortalecimento da indústria no mundo, sendo a primeira proposta de distribuição de terras dentro do Estado Burguês, principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

O período de ressurgimento dessa discussão é o mesmo em que o Brasil passa por um processo chamado de desenvolvimentista e de substituição de importações, onde a burguesia industrial começa a ser patrocinada pelo capital financeiro internacional e pelas grandes corporações transnacionais e por isso mesmo não há qualquer intencionalidade de valorização da Reforma Agrária, nem mesmo dentro dos critérios clássicos, como foi no caso da instalação do regime militar no país, pois,

Durante o Governo João Goulart (1961-1964) houve uma tentativa de Reforma Agrária clássica, pregada para toda a América Latina pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina (Cepal) e expressa no projeto organizado pelo então ministro do Planejamento Celso Furtado. No entanto, logo após o anúncio do envio do projeto de lei ao Congresso, o governo foi derrubado (1º de abril de 1964). (STÉDILE, 2012, p. 663).

Desta forma, o que aconteceu no Brasil, do ponto de vista de distribuição de terras no período que compreendeu o regime militar foi apenas uma política de colonização que tinha como foco principal a ocupação das terras do Centro-Oeste e da Amazônia Legal, como uma

política de expansão da fronteira agrícola, “distribuindo as terras públicas [...] para camponeses sem-terra e, sobretudo, para grandes fazendeiros e empresas capitalistas do Centro-Sul” (STÉDILE, 2012, p. 663), o que não se caracteriza como Reforma Agrária, considerando, por exemplo, o conceito adotado por Stédile (2012), aqui já abordado.

O processo de desenvolvimento do capitalismo no campo na década de 1960 e 1970, proporcionada pelos militares, que priorizou o grande negócio agrário, baseado na política da Revolução Verde, “que foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso” (PEREIRA, 2012, p. 685), fez ressurgir a luta pela terra no Brasil, organizada por movimentos camponeses, presentes em todas as regiões do país, porém estes movimentos sofreram todo tipo de pressão exercida pelos militares principalmente nos primeiros anos de ditadura.

As lutas dos movimentos camponeses, realizadas pós-ditadura militar provocaram a criação dos programas de distribuição de terras via política de assentamentos rurais, que é uma modalidade dentro da lógica conceitual de reforma agrária, que difere da política de colonização por dar caráter diferenciado ao acesso, que vai desde a forma e atuação dos movimentos sociais como a ruptura com a concentração de terras em algumas regiões do país, porém essa política não tem resolvido o problema fundiário no país, pois, como afirma Stédile (2012, p. 663), a política de assentamentos rurais “são políticas parciais, que atendem aos camponeses, mas não são massivas, e por isso funcionam mais para resolver problemas sociais localizados ou atender populações mobilizadas que pressionam politicamente o governo”.

Na lógica da política de Estado para o cumprimento da função social da terra os projetos de assentamentos rurais são, para o Estado brasileiro, a modalidade mais precisa, pois, segundo documento oficial, Instrução Normativa nº 15 de 30 de março de 2004, o projeto de assentamento deve ser,

[...] um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares. (INCRA, 2004, p. 02).

A contradição existente entre o pensamento do Estado Brasileiro e dos movimentos sociais do campo, principalmente o MST, está no que diz respeito à democratização do acesso

à terra e na concentração fundiária, pois mesmo defendendo os projetos de assentamentos e realizando ações para que os mesmos possam ser fortalecidos dentro dos marcos estatais, o movimento não comunga com as formas de acesso à terra patrocinadas pelo governo brasileiro, pois ao mesmo tempo que desapropria áreas em determinadas regiões contribui para a concentração de capitais nas mãos de “grileiros” que usurparam as terras, principalmente públicas, e agora em consonância com a política de arrecadação de terras definidas na Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004, que diz que a “área destinada à reforma agrária: é o imóvel rural obtido, independentemente de sua forma de aquisição [...]” (INCRA, 2004, p. 2) favorece à especulação.

Para se adequarem à realidade política formada por complexas alianças e disputas de classes pelo território, os órgãos responsáveis pela reforma agrária buscaram estratégias para ir além da política de desapropriação, que é exigida pela constituição, na obtenção de novas áreas, adquirindo terras por outros meios e trabalhando na manutenção dos territórios camponeses já existentes. (COCA; SANTOS; ROCHA, 2014, p. 151)

Essa lógica de criação dos projetos de assentamentos baseada na supervalorização dos proprietários rurais através das políticas de obtenção de terras tem suscitado nos movimentos sociais do campo e neste particular no MST, a luta por uma Reforma Agrária Popular, que priorize e privilegie a luta dos camponeses, indo ao cerne da questão agrária brasileira que é ainda a grande concentração fundiária, mas que também reorienta o acesso às políticas públicas para os assentados rurais possibilitando aos mesmos “usar os bens da natureza, que pertencem a toda a sociedade, na organização da produção e nas relações sociais no campo” (MST, 2014, p. 35).

2.7 A organização do trabalho no campo a partir dos grandes projetos no Maranhão e em Açaíândia

Ao longo da história da humanidade várias formas de trabalho foram sendo organizadas e produzidas pelas sociedades, porém todas elas, ao passo que o humano se organizava, passavam a ser apropriadas por um grupo em detrimento dos demais.

A história do trabalho começa quando o homem buscou os meios de satisfazer suas necessidades – a produção da vida material. Essa busca se reproduz historicamente em toda a ação humana para que o homem possa continuar sobrevivendo. Na medida em que a satisfação é atingida, ampliam-se as necessidades a outros homens e criam-se as relações sociais que determinam a condição histórica do trabalho. O trabalho fica então subordinado a determinadas formas sociais historicamente limitadas e a

correspondentes organizações técnicas, o que caracteriza o chamado modo de produção. (OLIVEIRA, 1995, p. 5-6).

A forma como as sociedades produzem e reproduzem suas existências do ponto de vista produtivo é o que cientificamente chamamos de modo de produção, que está exposto na citação acima. Neste particular alguns destes modos de produção são mais expressivos na história da humanidade e fazem parte de um rol de estudo das áreas das ciências humanas, tais como, o escravismo, o feudalismo e ultimamente o modo de produção aonde contemporaneamente praticamente todo a extensão do planeta terra está assentado, o modo de produção capitalista.

Neste tópico analisaremos o fundamento existencial do modo de produção capitalista e como este se apropria do trabalho em qualquer processo produtivo e particularmente na relação camponesa; para isso faremos uma análise da exploração da força de trabalho a partir de uma leitura marxista da realidade de forma a compreender a sua evolução. Além disso, procuraremos entender as modificações no mundo do trabalho no estado do Maranhão a partir principalmente da introdução dos grandes projetos – que já foram destacados anteriormente – e como estas modificações se apresentam no município de Açailândia e nos dois assentamentos, objeto deste estudo.

Em primeiro lugar se faz necessário nos reportarmos ao conceito de capitalismo, para isso utilizaremos de forma didática o que está definido em Sandroni (2007, p. 81) no seu dicionário de economia do século XXI. Segundo ele, capitalismo é

[...] sistema econômico e social com base na separação entre os trabalhadores juridicamente livres, que dispõem apenas da força de trabalho e a vendem em troca de salário aos capitalistas, que são proprietários dos meios de produção e contratam os trabalhadores para produzir mercadorias (bens dirigidos para o mercado), visando à obtenção de lucro.

Ao afirmar que o capitalismo é um sistema onde os trabalhadores são juridicamente livres isto nos remete a entender que não existe uma prisão entre aqueles que são os donos dos meios de produção e aqueles que são os donos da força de trabalho, diferentemente do que acontecia no modo de produção escravista, onde aqueles que executavam todo o processo de trabalho eram propriedades dos donos dos meios de produção, pois “ser escravo significa que um homem é propriedade jurídica de outro homem” (OLIVEIRA, 1995, p. 30), diferentemente do que se observa no sistema capitalista, pois mesmo o trabalhador tendo sua força de trabalho apropriada pelo dono dos meios de produção, este não tem direito jurídico sobre o mesmo, mais sim somente sobre a sua força de trabalho.

Do ponto de vista econômico, o escravo é realizador do trabalho, o que produz, o produtor direto, mas, como propriedade de outro homem, é também meio de produção, propriedade móvel, que pode ser vendida. A parte que cabe ao escravo do produto de seu trabalho corresponde ao mínimo vital, o suficiente para reproduzir a força de trabalho, excluindo-se dessa condição os escravos prestadores de serviços. (OLIVEIRA, 1995, p. 31).

No modo de produção capitalista, não existe esta condição acima, pois o que se compra e se vende é a força de trabalho que está contida dentro do ser humano, pois por “capacidade de trabalho compreendemos o conjunto das faculdades físicas e mentais existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais ele põe em ação toda vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie” (MARX, 1999, p. 197), neste sentido não é necessário o capitalista ser proprietário do indivíduo, mas, apenas de uma parte sua que é a sua capacidade laboral.

Essa capacidade de produzir é que é na essência o filão apropriado na relação entre o trabalhador e o dono do meio de produção, pois através de sua força de trabalho é que se produz as mercadorias, e contido nesta está a mais-valia.

No espaço de um dia, de uma semana ou de um mês de trabalho, o trabalhador produz muito mais do que o seu salário, e essa diferença – entre o valor do que produz e o valor de seu salário –, chamada *mais-valia*, é apropriada pela classe capitalista e é a substância de toda a sua riqueza. (CATANI, 1994, p. 31).

Ainda, na conceituação do professor Sandroni, há destaque para a relação entre os trabalhadores e os donos dos meios de produção. Neste sentido o capitalismo é o sistema que estabelece diferentes relações dentro da sociedade e cria, por conseguinte, as classes sociais. O capitalismo ao produzir as classes sociais – burguesia e proletariado – a faz ao mesmo tempo em que produz a relação econômica que se estabelece nesta sociedade. Trabalhadores e donos dos meios de produção são classes antagônicas dentro do sistema.

A divisão da sociedade em classes sociais vai proporcionar outra divisão que é a divisão social do trabalho, pois como a cada ser humano dentro da organização e evolução do sistema não é possível prover toda a sua subsistência, estes mesmos sendo trabalhadores necessitam uns aos outros como complementares e interdependentes no processo de reprodução da vida. De acordo com Catani (1994, p. 17)

A divisão social do trabalho é outra condição prévia característica de uma sociedade capitalista. Como nessa sociedade o indivíduo não tem todas as profissões necessárias para satisfazer as suas múltiplas necessidades (de alimentação, de vestuário, de habitação, de meios de produção, etc.), uma vez que ele possui apenas uma profissão, só consegue subsistir se puder simultaneamente adquirir os produtos do trabalho de outrem. Como nessa sociedade cada pessoa tem uma profissão particular, todos

dependem uns dos outros, e isto decorre da divisão do trabalho no seio da produção mercantil.

Esta é outra essência obscura do sistema, pois ao produzirem valores-de-uso e estes se transformarem em valores-de-troca, os trabalhadores dão ao capitalista em dobro o suor de sua exploração, pois ao produzirem mercadorias e ao consumirem mercadorias são expropriados no processo de produção e posteriormente no processo de troca. Mas esta condição que apresentamos até o momento é apenas uma das nuances do sistema capitalista, pois desde as análises realizadas por Marx, na produção de sua obra “O Capital”, veio se reorganizando, e aprimorando a sua forma de exploração sobre o trabalho. Uma das principais condições atuais do sistema é sua presença em todos os territórios, mas não somente a sua presença, também a sua dominação e determinação da vida das diferentes sociedades.

Desde seus primórdios, o capitalismo apresenta uma tendência a se transnacionalizar. Já em 1848, Marx e Engels afirmavam o que os arautos da “globalização” repetem de maneira apoloética: “a necessidade de mercados cada vez mais extensos para os produtos impele a burguesia para todo o globo terrestre. Ela deve se estabelecer em toda parte, instalar-se em toda parte, criar vínculos em toda parte [...] Em lugar da antiga autossuficiência e do antigo isolamento local e nacional, desenvolve-se em todas as direções um intercâmbio universal, uma universal interdependência das nações” (Marx; Engels, 1998. p. 70). (BARBOSA, 2006, p. 17).

A mundialização da economia é o cerne da questão quando se analisa Divisão Internacional do Trabalho – DIT, e como esta veio se aprimorando e dando maior capacidade de transmutação ao sistema capitalista, que não é mais somente um sistema produtivo, mais também um sistema especulativo. Esta condição do sistema afetou e afeta significativamente os trabalhadores do campo, que passaremos a destacar a partir deste ponto. Voltaremos ainda mais à frente neste tema sobre a mundialização da economia, pois como já dito o Maranhão e Açailândia vivem hoje em função desta condição.

Para falarmos do campo é importante de início, lembrar que o “mundo rural” se caracterizou diferentemente do “mundo urbano”, tanto no que tange as relações sociais como principalmente quanto às relações econômicas e às que dizem respeito a este tópico as questões do trabalho, por muito tempo,

Desde o início da colonização portuguesa, a diversidade das relações de trabalho é uma marca do campo brasileiro. De um lado, os portugueses instituíram o trabalho escravo como forma dominante de exploração do trabalho nos latifúndios, onde, reduzidos à condição de mercadorias, índios e, sobretudo negros, trazidos de diversas regiões da África, eram submetidos a condições brutais de exploração e violência. De outro, multiplicaram-se formas de organização do trabalho no campo entre os homens livres e pobres da ordem escravocrata. Surgem, assim, as múltiplas forma de trabalho

camponês no Brasil, seja aquelas marcadas pela subordinação direta dos camponeses aos latifundiários, como agregados – isto é, trabalhadores que em troca do direito de morar e produzir no interior do latifúndio fazem diversos tipos de serviço para os latifundiários, inclusive os de jagunço –, sejam as do campesinato livre, tais como os posseiros, dando origem ao trabalho familiar no campo, mas também a múltiplas formas de trabalho coletivo [...] (ALENTEJANO, 2012, p. 755).

De certo modo foram, a partir destas relações de trabalho no campo que se desenharam novas categorias de trabalhadores, tais como os arrendatários, os meeiros e os assalariados rurais. Atualmente as relações de produção se apresentam na evolução do sistema capitalista no campo, também o faz e o impele a ser produtor de mercadorias, que são direcionadas para a indústria de beneficiamento e de transformação, assim como diretamente ao consumidor. A relação direta entre o acúmulo de capital na indústria e como este acúmulo se traduz no campo está presente em Marx (1999, p. 705)

Supomos assim que o modo capitalista de produção domina, além da atividade fabril, a agricultura, isto é, que esta é explorada por capitalistas que de saída só se distinguem dos demais capitalistas pelo setor em que aplicam o capital e o trabalho assalariado mobilizado por esse capital [...] A suposição de o modo capitalista de produção se ter apoderado da agricultura implica que ele domina todas as esferas da produção e da sociedade burguesa, e que portanto existem em toda a plenitude as condições do sistema [...] Estudamos aqui uma forma histórica específica de propriedade fundiária, em que se transformou por influência do capital e de modo capitalista de produção a propriedade fundiária feudal ou a pequena economia camponesa de subsistência [...] O modo capitalista de produção desapropria o trabalhador das condições de produção e do mesmo modo na agricultura subtrai a propriedade ao trabalhador agrícola e subordina-o a um capitalista que explora a agricultura para conseguir lucro.

Para melhor entendimento desta relação é importante compreender a Renda da Terra que “é uma teoria geral dentro da área da economia política que procura estudar e explicar como funciona a lógica do capital na organização da produção agrícola no modo de produção capitalista” (STÉDILE, 2012, p. 667). As observações que Marx produzira ao comparar o processo de produção e acumulação na indústria e o mesmo processo que o capitalista terá no campo irá lhe induzir a pensar a diferença especial entre os dois espaços de produção, ou unidades de produção, o fabril e o agrícola.

Entendendo que a fábrica produz mercadoria e elas se diferenciam no produto final (calçados, roupas, remédios, eletrodomésticos, etc.) e que cada uma produz um valor de uso específico, e dentro deste valor de uso que se concentra a taxa média de lucro, percebe-se que na agricultura o processo de acúmulo capitalista ou do lucro capitalista não ocorre da mesma forma que na indústria, pois, “a taxa média de lucro não se dava por produto agrícola, mas era

determinada pela utilização de todas as terras na produção de todos os produtos agrícolas colocados no mercado” (STÉDILE, 2012, p. 667).

Os preços dos produtos agrícolas oscilam no mercado, principalmente com o crescente poder do capital financeiro e a determinação dos preços nas bolsas de valores dos bens de exportação que são as commodities agrícolas, e que vão balizar de forma sistemática os demais preços dos produtos agrícolas, pois a produção está ligada a um processo, também, de produção de bens de produção como os insumos agrícolas. Esta oscilação de preço vai afetar de modo particular os pequenos produtores pois os mesmos não tendo a capacidade produtiva dos médios e grandes produtores ficam submetidos ao que se chamou no parágrafo acima de taxa média de lucro.

Enquanto produtores individuais os camponeses estão subordinados a uma lógica empresarial extremamente excludente, onde somente quem tem as condições de investimentos podem obter uma taxa de lucro médio, mesmo porque boa parte de sua produção é vendida a preço de custo para os capitalistas das indústrias de bens de consumo duráveis, como alimentos, roupas e calçados. Desta forma,

[...] o modo de fazer agricultura e de viver das famílias que, tendo acesso à terra e aos recursos naturais que ela suporta, resolvem seus problemas reprodutivos por meio da produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação. (CARVALHO & COSTA, 2012, p. 26).

O grande embate que se dá neste particular sobre a agricultura camponesa é como esta pode não se render ao processo capitalista de exploração do campo, que elimina qualquer chance de se pensar uma relação mais harmoniosa com a natureza, e sair do patamar da agricultura de subsistência e passar para produtora de excedentes, que possam ser colocados no mercado, disputando com os produtos advindos das relações capitalistas de produção no campo.

Importante citar, porém sem o objetivo de aprofundamento, que existem duas expressões ora interligadas e ora interdependentes, no tocante à vida dos camponeses que são Agricultura de Subsistência e Agricultura Familiar. Segundo Carvalho & Costa (2012, p. 29)

A expressão Agricultura de subsistência, presente nos discursos dominantes desde o Brasil colonial, discrimina os camponeses por serem produtores de alimentos – uma tarefa considerada subalterna, ainda que necessária para a reprodução social da formação social brasileira –, contrapondo-os ao modo dominante de se fazer a agricultura, o qual se reproduz desde as sesmarias até a empresa capitalista

contemporânea, mantendo a tendência geral de se especializar no monocultivo e na oferta de produtos para a exportação.

A expressão agricultura familiar traz como corolário da sua concepção a ideia de que a possibilidade de crescimento da renda familiar camponesa só poderá ocorrer se houver a integração direta ou indireta da agricultura familiar com as empresas capitalistas, em particular as agroindústrias.

Destarte estas duas formas de citar o campesinato, consideramos que o grande dilema é como conseguir que estas famílias pertencentes a um modelo geral de agricultura capitalista e dentro de um regime de agricultura de relações capitalistas possam conseguir progredir sem abandonar suas formas elementares de relação com a terra e com a sua sociedade. Isto é, como as famílias que são camponesas e, portanto, pertencentes ao campesinato, que fazem uma agricultura familiar entendido o termo como sendo o núcleo familiar e não empregados que realizam todo o processo produtivo na unidade familiar, pois o modo de “fazer agricultura não está separado do modo de viver da família” (CARVALHO & COSTA, 2012, p. 26), podem conseguir não abstraindo a ideia de agricultura de subsistência também produzir excedentes que serão ofertados no mercado.

Como já destacamos as formas de organizações produtivas no campo a partir do advento do capitalismo tomaram formas diferenciadas no que diz respeito aos diversos espaços apropriados pelas colonizações europeias, sejam elas na África, na Ásia ou na América. No que diz respeito ao continente americano e mais propriamente ao Brasil esta organização vai desde o trabalho forçado – de índios e negros – até a consolidação do trabalho assalariado no campo. Ousamos aqui dividir esta organização da produção no campo em dois grandes grupos, que se subdividem posteriormente.

O primeiro grupo diz respeito à relação entre patrão e empregado, ou melhor, ao dono do meio de produção que é a terra e aquele que lhe presta direta ou indiretamente seu trabalho. Neste grupo podemos colocar os arrendatários, que mesmo não sendo empregados diretos do dono da terra, a alugam para que possam produzir nesta, desta forma são produtores de Renda da Terra; os meeiros, que funcionam como um trabalhador compulsório, no sentido de que sua produção independentemente do tamanho deverá ser dividida com o proprietário da terra; e por último neste grupo colocamos o trabalhador assalariado, que devido à evolução do capitalismo na agricultura e também à gritante concentração de terras, passa a não ter mais a relação econômica especificamente com a terra, mais vender a sua força de trabalho ao proprietário capitalista. Este último grupo pode até estar desvinculado da realidade camponesa, sendo

morador de áreas urbanas próximas aos latifúndios e com o fortalecimento do agronegócio ser um trabalhador especializado (agrônomo, veterinário, zootecnista).

No segundo grupo diz respeito ao mundo camponês e este como proprietário dos meios de produção, neste caso, a terra. A subdivisão neste grupo pode iniciar-se com àquela que já mencionamos acima na organização familiar, ou grupo de trabalho familiar, onde a família participa do processo produtivo na terra, seja direta ou indiretamente.¹⁶ A segunda subdivisão em relação ao processo de trabalho diz respeito ao que podemos chamar de organização comunitária, onde passa a existir a articulação entre as famílias de uma mesma comunidade e/ou região em prol do desenvolvimento mais qualitativo e quantitativo do resultado do trabalho, esta articulação pode se dar de forma geral através dos trabalhos em mutirões, de grupos coletivos de trabalho, do associativismo e do cooperativismo (surgindo aí nesses dois últimos a figura de uma entidade representativa dos trabalhadores).

Da diversidade de relações de trabalho no campo resulta uma diversidade ainda maior de trabalhadores do campo, uma vez que, além das formas que assume o trabalho (assalariamento permanente ou temporário, semiassalariamento, trabalho familiar, coletivo e semicoletivo, etc.) há uma diversidade de formas de apropriação da terra e de relações com a natureza, assim como tradições culturais que resultam num sem-número de denominações dos trabalhadores do campo brasileiro: seringueiros (...), castanheiros (...), quebradeiras de coco (...), cerradeiros (...), geraizeiros (...), retireiros (...), ribeirinhos (...), faxinalenses (...), vazanteiros (...), catingueiros (...), caiçaras (...), *dentre outros* (grifo nosso)

Porém, o que confere unidade a essa enorme diversidade de trabalhadores do campo é o fato de, por diferentes formas é o fato e mecanismos, todos eles estarem submetidos ao controle e à exploração do capital, estando sujeitos à expropriação pelo avanço da concentração fundiária resultante da expansão da dominação capitalista, o que nos permite dizer que são parte da classe trabalhadora, em confronto aberto ou latente com as classes dominantes do campo. (ALENTEJANO, 2012, p. 757-758).

O fato de existirem diversas formas de organização da produção no campo nos impõe a pensar quais as melhores estratégias para os trabalhadores e trabalhadoras rurais e de que forma o mundo do trabalho que se aprofunda a cada dia mais para uma dependência da relação capitalista pode dar melhores condições ao homem e à mulher do campo.

Podemos afirmar que as relações de produção em geral, que discorremos nesta seção, nos permite compreender como as relações de produção ocorrem no estado do Maranhão, pois, como discorremos na seção dois, o Maranhão entra fortemente no processo de mundialização

¹⁶Parece-nos possível pensar que os arrendatários e os meeiros também possam desenvolver (e desenvolvem) este tipo de relação produtiva. O que nos remete a também os coloca neste grupo a partir de outro enfoque.

do capital a partir da década de 1970 e isto faz com que o processo de trabalho, do emprego e da renda esteja subordinado às ações do capital.

No final da década de 1970, o Maranhão passou por mudanças econômicas e sociais, que contribuíram para compor o seu perfil atual. Tais mudanças ocorreram sintonizadas com a economia mundial e, pelo desenvolvimento de uma política regional, conjugada com interesses locais, que aprofundaram a expansão capitalista no estado. (DURANS, 2008, p. 231).

É importante destacar que a passagem de uma sociedade baseada na agricultura, para uma sociedade que se quer baseada na indústria, foi sempre uma relação imbricada no desenvolvimento econômico do estado pois como já vimos, existiu uma indústria no estado baseada no algodão, posteriormente uma indústria baseada no arroz e no babaçu, porém estas iniciativas industriais eram de certo modo voltadas para dentro do território brasileiro, tendo somente a indústria do algodão uma relação com a economia nacional e internacional. Neste sentido, segundo Barbosa (2006, p. 89)

A pesquisa de Feitosa e Ribeiro (1995) sobre a industrialização no Estado indicam quatro fontes de capitais que viabilizaram a industrialização recente no Maranhão: 1. o capital comercial e agroexportador local que financiou as primeiras experiências de industrialização nos ramos de açúcar, algodão, chumbo, calçados, cerâmicas, amêndoa, babaçu e soja; 2. grandes capitais de outras regiões do país operando no setor da construção civil (Camargo Correa, Construtora Brasil e outras do setor madeireiro); 3. capital estatal, no âmbito de atividades específicas de economias mistas (extração e exportação de minério de ferro e manganês – CVRD); 4. capital financeiro industrial, no ramo da extração de processamentos de minérios não renováveis (bauxita).

Desta forma, a inserção do Maranhão na nova Divisão Internacional do Trabalho – DIT, que coloca aos países em desenvolvimento o papel de produtores de *commodities* para os países desenvolvidos se dá como fundamental no que diz respeito à produção mineral numa ponta da indústria e agropecuária, na outra ponta do processo, pois com a introdução dos grandes grupos monocultores em diversas regiões essa produção tem sido significativa no tocante à exportação, principalmente de soja.

O processo de modificação do mundo do trabalho no campo para o mundo do trabalho urbano, fez com que houvesse ainda mais enfraquecimento da produção agrícola dos camponeses, pois estes ainda vivem em relação à modernização produtiva, muito aquém do processo de desenvolvimento no campo e esta condição, faz com que o sonho do emprego, da venda da sua força de trabalho em troca de um salário venha se fortalecendo de forma assustadora nos últimos anos.

O Maranhão ainda é um estado onde grande parte de sua população vive em municípios que têm uma relação muito forte com o campo, porém essa população não consegue avançar devido à disputa com a grande produção agropecuária. De fato, o Maranhão é dentro da nova DIT um exportador de commodities (mineral e agrícola) e isto tem impactado sobremaneira as relações de trabalho, pois todas as cadeias produtivas passam a depender da oscilação do preço dessas commodities nas bolsas de valores. Todo esse processo tem acelerado – mesmo com toda à luta dos movimentos sociais do campo – o processo migratório campo-cidade. De acordo com Barbosa (2016, p. 97-98), quando analisa a implantação e os impactos destes grandes projetos no Maranhão e principalmente o PGC, destaca que

Com a implantação desses projetos, todo o sistema produtivo antes existente no Estado sofreu um profundo processo de reordenamento, face ao que foi denominado de desenvolvimento regional. Segundo o discurso governamental tal projeto transformaria o Estado num polo siderúrgico-exportador. Seriam instalados complexos industriais baseados em novas tecnologias produtivas, com o início de uma nova etapa da industrialização no Maranhão [...] a partir da inauguração da Estrada de Ferro Carajás (1985), intensificou-se a expansão capitalista, bem como as transformações socioeconômicas e ambientais e espaciais determinadas pelos diferentes processos de ocupação como, por exemplo, a grilagem e as disputas pela posse e propriedade da terra [...] as comunidades rurais foram, em larga medida, expropriadas de suas atividades econômicas tradicionais. Desalojadas da pequena produção, esses trabalhadores não conseguem ser absorvidos como força de trabalho assalariada, uma vez que se encontram desqualificados para exercer as tarefas exigidas pela nova dinâmica industrial, e passam a fazer parte da reserva de um amplo exército industrial.

Interessa-nos, aqui, entender as modificações nestas relações de trabalho, pois com a separação do homem com a terra e de sua transformação em trabalhador assalariado, estas relações, como já salientamos anteriormente, passam a ser exclusivamente capitalistas.

Desta forma, Açailândia, por ser um dos municípios onde os grandes projetos minero-metalúrgicos, agropecuários e silvicultores entraram fortemente desde a década de 1980, a realidade tem sido extremamente complexa e isto tem se transformado em um palco de diversas lutas dos movimentos sociais do campo, seja no sentido de territorialização dos camponeses, seja no sentido da busca de novas condições tecnológicas para aqueles que ainda vivem do e no campo. Para o MST (2013, p. 154), na sua proposta de Reforma Agrária Popular,

A reorganização da produção agrícola brasileira deve vir acompanhada por um novo sistema de planejamento e tecnologias orientadas pelo enfoque ecológico e participativo, adequando-se à reforma agrária, às unidades camponesas de produção, buscando aumento da produtividade em equilíbrio com o meio ambiente.

Porém, a realidade dos trabalhadores do campo no município de Açailândia é de um lado manter-se na lógica da agricultura de subsistência, buscando produzir para o seu sustento

e se articulando com os produtores da região na busca da venda de seus produtos, e em alguns casos buscando vender seus produtos, principalmente hortifrutigranjeiros – como é o caso dos assentamentos pesquisados – nas feiras livres de municípios vizinhos e de outro lado, prestando serviços – temporários ou assalariados – para empresas que se instalam próximos as comunidades, e neste particular, para os assentamentos em questão a Suzano, as carvoarias e os laticínios.

Neste contexto da venda da força de trabalho é que se insere a juventude, pois a mesma tem buscado sua sustentabilidade – seja na cidade, seja no campo – como mão-de-obra barata, pois a vida no campo tem se tornado extremamente complexa e sem respostas aos seus anseios. Neste sentido é que discorreremos na seção cinco os desafios e as perspectivas destes jovens com relação ao trabalho, ao emprego e à renda.

3 AS POLÍTICAS PARA A JUVENTUDE DO CAMPO

A Reforma Agrária, como já referido no capítulo anterior “é um programa de governo” (STÉDILE, 2012, p. 657) que vai desde o acesso à terra até as condições de sobrevivência no campo. Essas condições de sobrevivência no campo são definidas através das políticas públicas ou políticas sociais, que também são direitos garantidos a todos os cidadãos do país expressos na Constituição Federal de 1988, a exemplo do direito à vida, à saúde, à moradia, à educação, à cultura, ao trabalho e ao lazer. Essas são trazidas para dentro do estado como políticas públicas, visto que

Elas traduzem formas de agir do Estado, mediante programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais. Entre os direitos constitucionais que se materializam por meio das políticas públicas, estão, principalmente os direitos sociais, definidos no artigo 6º da Constituição Federal brasileira de 1988: educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância e assistência aos desamparados. Pelo fato de as políticas públicas serem formas de atuação do Estado para garantir os direitos sociais, elas também são denominadas, muitas vezes, políticas sociais. (MOLINA, 2012, p. 586).

O entendimento, então, é de que essas políticas públicas devem ser conduzidas como políticas de estado e não de governo, reservando-se a sua continuidade e a sua execução por quem quer que esteja no comando da condução da política num determinado período.

A condução destas políticas pelo Estado, requer então pontuar qual o papel do estado na organização da sociedade. Essa discussão sobre o que é o Estado e a sua função dentro da sociedade se é na atualidade simplificada visto que, de acordo com Mendonça (2012, p. 347) “inúmeras são as formas de definir o Estado, embora no senso comum ele seja identificado ora a uma agência burocrática, ora a uma figura notória ligada à administração pública”.

Essa concepção pela sociedade do que seja o Estado é fruto de todo um processo de elaboração teórica foi incorporada pelas sociedades. De acordo com Mendonça (2012, p. 348)

O pensamento político social contemporâneo é caudatário desse tipo de simplificação, mesmo que suas raízes estejam fincadas nos séculos XVII e XVIII, quando da elaboração de sua matriz mais tradicional e difundida: a liberal (originada de Hobbes, Locke e Rousseau). Ela é também denominada, por alguns especialistas, de matriz jusnaturalista.

Este pensamento liberal tem em sua fundamentação duas ideias básicas: a primeira é a de que o estudo do Estado pressupõe o estudo do direito e o segundo das leis universais da natureza, pois necessita da compreensão dos fenômenos sociais através de leis universais que

consigam comprovar, assim como outras ciências, o comportamento dos seres humanos que se repetem e estão presentes em qualquer espaço e tempo. “Para a matriz liberal, a sociedade era percebida, como um somatório de indivíduos cuja natureza se pautava por condutas egoístas e agressivas, gerando a noção de ‘estado (modo de estar) de natureza’” (MENDONÇA, 2012, p. 348), sendo assim necessário um acordo entre estes indivíduos. Ainda de acordo com Mendonça (2012, p. 348)

Para conter essa tendência, somente um pacto ou contrato social – fundador do próprio Estado – poderia garantir, mediante a sua externalidade, os direitos naturais tido como fundamentais: a vida e a propriedade. Em teoria, os homens abririam mão de sua liberdade e suas prerrogativas individuais em nome de um governante – exterior e acima deles – que refrearia as consequências funestas do “estado natural”. Essa era a explicação para o surgimento do chamado “estado (ou sociedade) civil”, o verdadeiro Estado político, dentro do qual os indivíduos seriam tanto “civilizados” quanto cidadãos, sob o império do Estado e da lei.

É mister destacar, que essa concepção acompanha as sociedades desde a sua elaboração como teoria, porém não conseguiu resolver os principais problemas de ordem sociais e econômicas pois criou um superpoder colocado nas mãos de quem detinha o poderio econômico, através do controle dos meios de produção, que passou também a controlar a condução política. Esse entendimento está presente na teoria marxista do estado, pois a

A maior parte dos escritos iniciais de Marx sobre o Estado se direciona no sentido de refutar o idealismo filosófico de Hegel, mediante a elaboração da interpretação materialista do Estado como “expressão ativa, consciente e oficial (da) atual estrutura da sociedade” [...] essa interpretação materialista do Estado se amplia para uma concepção geral, em que se considera o Estado “uma forma independente”, que surge da “contradição entre o interesse do indivíduo e o da comunidade”. Essa contradição “sempre se baseia” na estrutura social e, em particular, nas “classes, já determinadas pela divisão do trabalho [...] e pela qual uma classe domina todas as outras. A partir disso, segue que “todos os conflitos dentro do Estado [...] são formas meramente ilusórias, nas quais os conflitos reais das diferentes classes lutam entre si. (HARVEY, 2005, p. 79).

Neste sentido, o Estado, que aparece para a sociedade como uma série de instituições e de órgãos de governo, nada mais é do que um “instrumento de dominação de classe” (HARVEY, 2005, p. 80) pois este representa e defende o direito daquelas que em determinados momentos são os concentradores do poder, mais precisamente o poder político, do poder econômico e o poder ideológico. Sendo assim, as políticas públicas ou sociais, estarão sempre em disputas, pois os interesses são antagônicos entre as diversas classes sociais, e mais precisamente entre os donos dos meios de produção ou do capital e a classe trabalhadora.

[...] fica claro que a sociabilidade humana deixa de se limitar ao âmbito do político, conforme os teóricos liberais, como se o político fosse o espaço privilegiado para o

exercício da vontade coletiva consciente. Na nova matriz teórica, o poder do Estado não se explica nele mesmo, deitando raízes nas formas de dominação existentes na vida social (econômicas, sociais, culturais, políticas etc.), dado que o Estado nada tem de “natural” ou de “externo” à sociedade. (MENDONÇA, 2012, p. 350).

Sendo assim, a grande maioria dos direitos e as garantias sociais adquiridos ao longo dos últimos anos no Brasil, que aparentemente são políticas do estado brasileiro, são frutos de lutas das classes trabalhadoras, em particular dos camponeses que têm sido obrigados a lutar por políticas de fortalecimento, de pertença e de continuidade de seus povos em um estado que não valoriza e reconhece os direitos sociais.

A Reforma Agrária, como uma política de mudança estrutural do uso e controle das terras no país deve ser encarada como uma política pública, não apenas pontual, mas que tenha uma definição clara de continuidade a partir de marcos regulatórios como uma Lei de Reforma Agrária até então reivindicada pelo MST, a Via-Campesina e outras organizações do campo no país.

O Assentamento Rural é o núcleo de ação de determinados grupos sociais, mesmo que esta ação se expanda para outras regiões e mesmo para o país. É no núcleo de moradia dos assentamentos, conhecido como agrovila, que se percebe e se articulam as diversas políticas públicas dentro das áreas “emancipadas” e geridas agora pelos camponeses.

A implantação ou a criação de um projeto de assentamento de certa forma resolve um dos problemas dos camponeses que é o acesso à terra, porém diversos são os problemas e necessidades encontradas nestas comunidades e é esta nesta perspectiva que estão inseridas as políticas para a juventude do campo, que *a priori* não são os beneficiários diretos da Reforma Agrária mas que precisam ter acesso ao trabalho e à renda, à educação, ao lazer, à saúde, e até propriamente à terra, como um bem de produção. Para adentrarmos nos aspectos referentes às políticas para a juventude do campo precisamos entender quem são estes jovens.

3.1 Quem são os jovens do campo?

As expressões jovens do campo, juventude rural, juventude camponesa, têm sido foco de estudos e discussões nos últimos anos, pautadas tanto por organismos internacionais, órgãos de governos, universidades (principalmente ligadas aos estudos sociológicos, antropológicos, geográficos e populacionais) assim como por movimentos sociais. Os estudos e as discussões realizadas são no sentido de interpretar o sentido dado ao longo dos últimos anos,

principalmente desde a metade do século XX, aos comportamentos – seja social, econômico e cultural – dessa parcela da sociedade e suas implicações para a construção dessa categoria social.

Jovem é um termo usado pelo senso comum, pelo campo acadêmico e mesmo em espaços políticos desde o século XIX, inicialmente em uma concepção geracional que opunha jovens e velhos, ou jovens e adultos. No final do século XX e neste início do século XXI, vem ocorrendo um grande impulso no debate sobre a juventude. Entretanto, muitos trabalhos tratam a juventude como categoria auto evidente ou autoexplicativa, como se a concepção de juventude fosse consensual, utilizando idade e/ou comportamento como definições metodológicas. Essa concepção de juventude é retomada, nos anos de 1990, tanto pelo campo acadêmico quanto pelas políticas sociais. Muitas dessas construções carregam um olhar em que a juventude é passível de uma definição universalizante, tais como definições de categoria com base em elementos físicos/psicológicos, como faixa etária, mudanças físico-biológicas e/ou comportamentais; definições substanciadas/adjetivadas da categoria; e definições que associam juventude e jovem a determinados problemas sociológicos e/ou a agentes privilegiados de transformação social. (CASTRO, 2012, p. 437).

Se no contexto geral é difícil de propugnar uma forma conceitual da categoria, no particular se torna mais complexo ainda pois a definição de juventude pode tomar sentidos diferentes dependendo do público jovem ao qual estamos nos referindo, por isso a discussão juventude e juventudes tem tomado corpo também dentro dos debates. Isso principalmente devido haver uma diferenciação tanto de percepção como de ação para os determinados públicos, como por exemplo ao que vamos nos reportar neste trabalho que é a juventude do campo.

Juventude é, sem dúvida, mais do que uma palavra. Ao acionar juventude como forma de definir uma população, um movimento social ou cultural, ao usar a palavra jovem para definir alguém ou para se auto definir, estamos, também, acionando formas de classificação que implicam relações entre pessoas e entre classes sociais, relações familiares e relações de poder. (CASTRO, 2012, p. 439).

A juventude do campo se insere numa categoria complexa e particular de análise devido a fatores externos à sua própria condição como tal, pois as análises pertinentes ao “ser jovem” no mundo rural perpassam diversas variantes. No campo, onde as relações sociais se tornam extremamente diferenciadas do meio urbano, a vida de um jovem pode começar ou terminar muito mais cedo do que a expectativa geral para a faixa etária; isso se dá devido a fatores como a inserção no trabalho familiar, no processo de educação formal e no casamento.

A idade entendida como uma construção social aparece sempre no contexto das relações sociais, portanto, ao tomar como referência as sociedades rurais, certamente esta noção terá especificidades diferenciadas das sociedades urbanas. Enquanto as urbanas demarcam essa fase de transição através da escolarização, como preparação ao ingresso no mercado de trabalho, no mundo rural a linha divisória que demarca a superação da infância e da juventude para a vida adulta é o casamento e formação da

prole. (SALES, 2006, p. 120).

O mundo do trabalho camponês impele às famílias a inserirem seus filhos no processo produtivo muito mais cedo do que normalmente acontece no meio urbano, visto que a força de trabalho familiar é a que move a unidade produtiva camponesa. Neste sentido, ainda criança o sujeito já começa a adquirir responsabilidades dentro do seio familiar, seja na ajuda doméstica – o que cabe mais ao sexo feminino – seja na ajuda em serviços mais leves na roça – o que geralmente é destinado aos meninos – como é o caso de colocar água e comida aos animais, buscar comida para o pai, lavar equipamentos, dentre outros.

O jovem do campo é aquele que desde cedo é imbuído de responsabilidades, seja em casa, seja na roça, pois a agricultura camponesa familiar pressupõe a participação de todos os membros da família. Para Carvalho & Costa (2012, p. 26),

As unidades de produção camponesas, ao terem como centralidade a reprodução social dos seus trabalhadores diretos, que são os próprios membros da família, apresentam uma racionalidade distinta daquela das empresas capitalistas, que se baseiam no assalariamento para a obtenção de lucro.

Esse processo de inserção de grupo familiar no processo produtivo sugere diversas influências para o mundo juvenil. Essas influências podem estar ligadas ao casamento precoce, principalmente das mulheres, do acesso irregular no processo educativo (na escola), e na busca por empregos em outros lugares, podendo ser até mesmo dentro da própria comunidade.

De certo modo corroborando com Castro (2012, p. 441) “os problemas enfrentados pelos jovens são antes de tudo, problemas enfrentados pela pequena produção familiar, como as difíceis condições de vida e de produção”.

Em que pese toda essa complexidade, a juventude do Campo tem buscado superar as adversidades no tocante principalmente à educação e ao trabalho. Essa discussão tem sido pautada nas organizações sociais que atuam junto aos camponeses, sejam elas de atuação nas áreas de assentamento rural como é o caso do MST, ou em outras realidades agrárias, como quilombolas, indígenas ou comunidades tradicionais.

3.2 Políticas Públicas para a Juventude: intervenções históricas

É importante entender que as políticas públicas para a juventude do campo vão se dar em consonância com a luta pelos direitos dos jovens de forma geral, pois esta parcela da sociedade

passou a reivindicar direitos que até então estavam espalhados dentro das políticas gerais dos Estados. É com a criação da Organização das Nações Unidas – ONU, pós-segunda guerra mundial e seus organismos multilaterais, a criação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, que houve avanço nas proposições relacionadas à juventude. “O compromisso da ONU para com a juventude data de 1965 quando os Estados-membros assinaram a *Declaração sobre o Fomento entre a Juventude dos Ideais de Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os Povos*” (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009, p. 46).

A inserção da discussão dentro dos órgãos representativos das Nações Unidas, vão suscitar nos Estados-Nações a necessidade de ampliação da temática e a proposição de resolutividade para problemas pontuais dos jovens desses países. Diversas iniciativas foram realizadas em âmbito mundial, como a instituição do Ano Internacional da Juventude em 1985, pela ONU; o Programa Mundial de Ação para a Juventude, criado em 1995; a celebração do Ano Internacional da Juventude (1985 – primeira edição e 2010/2011 – segunda edição); I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens, que resultou na adoção da Declaração de Lisboa sobre a Juventude, e do Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas, o qual deu origem à elaboração do Plano de Ação de Braga. Pela Declaração de Lisboa, os países comprometeram-se a apoiar o intercâmbio bilateral, sub-regional, regional e internacional das melhores práticas nacionais para subsidiar a elaboração, execução e avaliação das políticas de juventude (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009, p. 47); Conferência Intergovernamental sobre Políticas de Juventude na Ibero-América; e a criação da OIJ (Organização Ibero-Americana de Juventude) em 1992, “atualmente, a OIJ é o único organismo multilateral governamental de juventude e promove a cooperação e o diálogo, nesta área, entre 21 países ibero-americanos” (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009, p. 47). Esses encontros, conferências e criação de órgãos para as implementações de políticas direcionadas à juventude no mundo, e na América Latina em especial, vão fortalecer a luta dos movimentos juvenis no Brasil no tocante a constituição de uma política específica para a juventude no país, pois a discussão sobre a juventude se deu sempre de forma tímida e a pauta de discussão em nível governamental foi determinada pelas organizações sociais que começaram a sua atuação política desde a década de 1960, como é o caso das ações da Igreja Católica, com a criação de grupos de ação setoriais, tais como a Juventude Universitária Católica – JUC, a Juventude Operária Católica – JOC, a Juventude Estudantil Católica – JEC, e o fortalecimento do Movimento Estudantil e da Pastoral de Juventude, só para citar algumas.

O desafio de entender o segmento juvenil no Brasil vem se fortalecendo, e este esforço cobra dos órgãos governamentais posições e ações que caminhem no sentido de garantia dos direitos, e esta discussão assim como “este direcionamento que amplia a agenda – e os embates – no espaço público e favorece a generalização do uso da expressão *jovens como sujeitos de direitos*” (CASTRO et al, 2009, p. 18).

Ainda assim, é preciso reconhecer que no Brasil, desde 2005, vários esforços têm sido feitos no sentido de elaborar parâmetros e descobrir caminhos que permitam a construção de uma Política Nacional de Juventude. A Secretaria Nacional de Juventude tem feito constantemente apelos para que os diferentes ministérios, no planejamento e na execução das políticas setoriais, considerem as singularidades do público jovem, levando em conta suas estratificações etárias – de 15 a 17 anos, de 18 a 24 anos e de 25 a 29 anos –, assim como tem buscado parcerias com instituições de pesquisa e planejamento para o tratamento e a desagregação das informações estatísticas oficiais disponíveis, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre a juventude brasileira. (CASTRO et al., 2009, p. 22).

A criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em 2005 vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República veio ampliar os desafios antes expostos e propositar uma articulação entre os diferentes ministérios para que o está exposto na citação acima tenha maior intencionalidade dentro dos órgãos da administração federal.

Porém as intensas discussões e cobranças relacionadas ao contexto forçam o governo a elaborar e promulgar a Lei nº 12.852 em 05 de agosto de 2013, que “institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE” (BRASIL, 2013, p. 1).

De fato, é fundamental perceber que o tema juventude, apesar de ter sido tratado nos primeiros momentos com duas variantes específicas, a juventude como fase problemática e a juventude como fase preparatória, que estavam e ainda estão presentes em estudos direcionados a ela, foram sendo aprimorados devido a modernização da sociedade e a revolução científica ter modificado significativamente os padrões e a expectativa de vida no mundo. Neste sentido,

O debate sobre juventude, principalmente a partir das décadas de 1980 e 1990, trouxe o olhar da diversidade. Para além dos cortes etários, ou apesar deles, não se fala mais em juventude, mas em juventudes (Novaes 2007). Sem dúvida, é um caminho que contribuiu para fugirmos de um olhar homogeneizante. Helena Abramo (2007) nos traz, por exemplo, a importante reflexão sobre a associação entre juventude, educação e lazer, como uma construção socialmente informada. Para a autora, essa seria uma concepção que trata a juventude como aqueles que estão em processo de formação e que ainda não têm responsabilidades, principalmente por não estarem inseridos no mercado de trabalho. Com isto se exclui o jovem das classes trabalhadoras da concepção de juventude. Esta é uma contribuição importante para percebermos juventude como construção social [...] (CASTRO, 2012, p. 438).

É neste contexto de modernização das concepções que os marcos regulatórios das

políticas públicas para a juventude se fazem importantes para dar passos na direção de políticas que proporcionem à juventude brasileira novos horizontes e novas intencionalidades e não mais somente aquelas relacionadas às fases anteriormente descritas. É neste sentido também que se inserem as políticas para a juventude do campo.

Como já apresentado, as intencionalidades para a juventude camponesas devem ter suas especificidades, porém todas devem comungar para o que se determina nos princípios da lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, que instituiu o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE como segue:

Art. 2º O disposto nesta Lei e as políticas públicas de juventude são regidos pelos seguintes princípios:

- I - promoção da autonomia e emancipação dos jovens;
- II - valorização e promoção da participação social e política, de forma direta e por meio de suas representações;
- III - promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País;
- IV - reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares;
- V - promoção do bem-estar, da experimentação e do desenvolvimento integral do jovem;
- VI - respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva da juventude;
- VII - promoção da vida segura, da cultura da paz, da solidariedade e da não discriminação;
- VIII - valorização do diálogo e convívio do jovem com as demais gerações.

É neste sentido que o Estatuto da Juventude dá destaque às ações para os jovens do campo. No tocante à educação no campo destaca no artigo 7º parágrafo 5º que “A Política Nacional de Educação no Campo contemplará a ampliação da oferta de educação para os jovens do campo, em todos os níveis e modalidades educacionais”, o que se articula com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) fomentando a necessidade da educação escolar como impulsionadora dos princípios elencados anteriormente.

Outra área de extrema necessidade para os jovens do campo é a profissionalização e consequentemente a geração de emprego e renda. Neste sentido o Estatuto da Juventude apresenta no artigo 15, inciso VI “apoio ao jovem trabalhador rural na organização da produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais por meio das seguintes ações”:

- a) estímulo à produção e à diversificação de produtos;
- b) fomento à produção sustentável baseada na agroecologia, nas agroindústrias familiares, na integração entre lavoura, pecuária e floresta e no extrativismo

sustentável;

c) investimento em pesquisa de tecnologias apropriadas à agricultura familiar e aos empreendimentos familiares rurais;

d) estímulo à comercialização direta da produção da agricultura familiar, aos empreendimentos familiares rurais e à formação de cooperativas;

e) garantia de projetos de infraestrutura básica de acesso e escoamento de produção, priorizando a melhoria das estradas e do transporte;

f) promoção de programas que favoreçam o acesso ao crédito, à terra e à assistência técnica rural;

Outro destaque que podemos dar a este Estatuto é relacionado ao direito à cultura, sobre o que seu artigo 21 determina “O jovem tem direito à cultura, incluindo a livre criação, o acesso aos bens e serviços culturais e à participação nas decisões de política cultural, à identidade e diversidade cultural e à memória social” (lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013), e destaca particularmente para a juventude do campo no artigo 22 das competências do poder público, inciso “VIII - assegurar ao jovem do campo o direito à produção e à fruição cultural e aos equipamentos públicos que valorizem a cultura camponesa” (lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013).

Tendo-se por base as proposições defendidas pelo MST, as diretrizes apontadas no Estatuto da Juventude podem responder aos anseios de parte dos jovens do campo, dependendo do tipo de ação que será implementada e por quem. De forma pontual, a principal política direcionada aos assentamentos deve ser conduzida pelo governo federal a partir dos órgãos responsáveis pelo desenvolvimento do campo, principalmente o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)¹⁷ e o INCRA, porém não se eximindo a participação das esferas estaduais e municipais.

3.3 As diretrizes do Banco Mundial para a Juventude do Campo

O Banco Mundial criado em 1944, nasceu com o objetivo de dar estabilidade à economia mundial evitando novas crises e de sustento a ordem econômica e financeira. Ao longo das décadas de 1950 a 1980 sua atenção foi particularmente ajudar o desenvolvimento dos países e

¹⁷ O Ministério do Desenvolvimento Agrário – no governo do atual presidente do Brasil, Michel Temer, que assumiu oficialmente o país, em função do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, no dia 31 de agosto de 2016 – foi extinto sendo suas atribuições fundidas ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), constituindo o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA). A extinção do MDA sofreu duras críticas por todos que lutam pela democratização no campo, pois era o ministério que, apesar das controvérsias, desenvolvia as políticas inerentes à agricultura familiar e camponesa.

de início seu foco foi à reconstrução da Europa, destruída pela II Guerra Mundial.

As políticas de ajuste estrutural definidas para os países subdesenvolvidos durante os anos de 1980 serão “patrocinadas” por esta instituição, visto que foram feitas em forma de empréstimos que encareceram sobremaneira as dívidas dos países, já comprometidos com pagamentos de juros com compromissos assumidos durante a década de 1970.

A influência do Banco Mundial na política interna dos países tomadores de empréstimos ampliou-se profundamente na década de 80, nem tanto pelo volume de recursos e respectivas áreas de abrangência, mas, sobretudo pelas “condicionalidades” de cunho econômico e social impostas pelos chamados programas de ajustes estrutural. O Banco Mundial e o FMI tornaram-se os organismos responsáveis pela reestruturação econômica dos países endividados, que passaram a depender do aval dessas agências para ter acesso a outras fontes de crédito internacional. Tais políticas foram alvo de críticas de todo tipo: não só não teriam conseguido resolver o problema do endividamento dos países – e até agravá-lo –, mas também teriam sido as grandes responsáveis pelo aumento da pobreza, concentração de renda, desestabilização das economias nacionais, degradação ambiental. (SOARES, 2007. In: SOUSA & ARCARO, 2008, p. 3).

Os investimentos anteriores em infraestrutura nos países não foram suficientes para alavancar o desenvolvimento destes, visto que só encareciam suas dívidas e deixavam suas populações mais fragilizadas. É neste particular que a partir da década de 1990 o Banco Mundial passa a ter um foco diferenciado no patrocínio dos governos, principalmente da América Latina e conseqüentemente ao Brasil. Investir nas pessoas para alavancar o desenvolvimento e diminuir as mazelas sociais e econômicas. De acordo com Sousa & Arcaro (2008, p. 4).

Ênfase especial tem sido dirigida à educação, especialmente a educação básica, considerada fator de desenvolvimento e de erradicação da pobreza, motivo pelo qual, nos anos 90, foram implantadas reformas educacionais em toda a América Latina [...] O Banco Mundial também intensificou relações com outras agências de ajuda a países em desenvolvimento, retomou o diálogo com governos e passou a incentivar a participação de populações locais em projetos e o fortalecimento da “sociedade civil” [...]

É neste aspecto que as políticas do Banco Mundial vão ser pensadas para a juventude, visto que esta é a parcela que tem sofrido diversos tipos de mazelas sociais e econômicas, principalmente nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento dos continentes mais pobres do mundo. Cabe, pois, salientar que toda a determinação doravante explicitada neste tópico diz respeito ao jovem como capital humano, principalmente aqueles das classes mais pobres dos países que devem ter o investimento em suas habilidades individuais para que possam ser colocados como mão-de-obra no mercado de trabalho.

É importante destacar que na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente no ano de 1992, o tema juventude foi destacado no capítulo 25, no texto denominado juntamente

com a infância, orientando que os governos deem a devida atenção e investimento em políticas que possibilitem a juventude ser protagonista de um desenvolvimento mais sustentável, garantindo a estes um “futuro seguro e saudável, o que inclui um meio ambiente de qualidade, melhores padrões de vida e acesso à educação e ao emprego. Essas questões devem estar presentes no planejamento do desenvolvimento” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1995, p.369).

Para o Brasil, algumas iniciativas desde o início dos anos 2000 vão se consolidar com as propostas delineadas a partir do Encontro Vozes Jovens, no ano de 2004. Este Encontro foi promovido pelo Banco Mundial em parceria com organizações como a Escola Superior de Administração Fazendária (ESAF), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Agência Americana para o Desenvolvimento (USAID) e contou com a participação de mais de 100 entidades e organizações da sociedade que desenvolvem trabalhos com a juventude, e especialmente os jovens foram os protagonistas do Encontro.

Este encontro foi fruto das discussões estabelecidas na elaboração do CAS (Country Assistance Strategy), que foi elaborado pelo Banco Mundial juntamente com técnicos e a sociedade organizada, cujas diretrizes deveriam ser implementadas no período determinado. “Foi a partir da participação organizada de jovens nas consultas preparatórias do CAS (julho-outubro de 2003) que o Banco incluiu, pela primeira vez, o tema juventude no CAS do Brasil” (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 16).

O Encontro contou com a participação de jovens de todas as regiões do País, com seu perfil plural refletindo as áreas de atuação na juventude. Uma das intenções era colocar o ambiente juvenil em ritmo de concertação. Uma outra era fazer com que a diversidade não só fosse aceita, mas trabalhada como importante fator de diálogo para a construção de uma plataforma comum. (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 27).

O Encontro foi dividido por eixos de discussão e aprofundamento e ao final foram retiradas propostas de ação. Os eixos do encontro foram: educação e diversidade; direitos humanos: raça, etnia e gênero; cidadania e solidariedade; combate à exclusão; comunicação; empreendedorismo; empregabilidade; cultura, esporte e lazer; meio ambiente; competitividade global e responsabilidade social; violência e criminalidade; rede e desenvolvimento local.

Em se tratando especificamente para as políticas e discussões da juventude do campo, o que foi observado é que elas se encontram pulverizadas nas proposições gerais, não havendo o cuidado e a percepção do que defenderemos neste trabalho, de que a juventude do campo é uma parcela dessa juventude brasileira, e neste sentido necessita de uma intencionalidade

diferenciada no que diz respeito à sua vida e a sua sobrevivência.

Podemos destacar apenas nos eixos de empreendedorismo, empregabilidade e meio ambiente que de forma pontual se destacou o jovem do campo.

No eixo empreendedorismo, o destaque se deu para a criação de “[...] políticas nos três níveis de governo, com a priorização de ações para a população juvenil nos níveis municipais, estaduais e federal, contemplando a priorização de ações à população juvenil historicamente excluída, a exemplo das mulheres, negros, índios, jovens do meio rural, portadores de deficiências, entre outros” (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 68).

No tocante à Empregabilidade a proposição é “investir em programas de geração de trabalho e renda para a juventude do campo” (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 74), sendo que não há nenhum detalhamento da proposta e de como ela pode ser implantada no país, pois a geração de emprego e renda no campo está direta ou indiretamente ligada ao fortalecimento da agricultura.

No eixo Meio Ambiente, as proposições se deram no sentido de

Fomentar, instrumentalizar, formar e apoiar o empreendedorismo sustentável juvenil, utilizando pesquisas e o conhecimento tradicional local para melhor aproveitamento dos recursos naturais (agricultura familiar, extrativismo e pesca) [...] e Promover, fortalecer e ampliar a participação da população jovem, com especial atenção aos grupos rurais, populações tradicionais, indígenas e étnicos, nas instâncias formais de decisão sobre questões ambientais por meio de: Fórum, Redes, Seminários e Grupos Comunitários. (BANCO MUNDIAL, 2004, p. 82).

Outro documento de extrema importância para a juventude produzido pelo Banco Mundial é o “Informe Sobre o Desenvolvimento Mundial de 2007: o desenvolvimento e a nova geração”. Neste documento, o Banco Mundial faz o delineamento do pensamento da instituição sobre o papel da juventude no mundo contemporâneo e como devem ser tratadas as políticas para a nova geração em todo o mundo. Na mensagem o presidente do Banco Mundial afirma como nova missão do Banco Mundial no mundo o combate à pobreza.

No há habido tiempo mejor que el actual para invertir en los jóvenes que viven en los países en desarrollo: ése es el mensaje que trae el Informe sobre el Desarrollo Mundial del presente año, el vigésimo noveno de la serie. El número de habitantes de 12 a 24 años há llegado a 1.300 millones en todo el mundo, el mayor de la historia [...]

Los jóvenes de hoy son los trabajadores, empresarios, padres, ciudadanos activos y, de hecho, los líderes del mañana; y a causa de las decrecientes tasas de fertilidade, tendrán menos hijos que su padres cuando lleguen a la edad adulta [...] Todos los países ricos y pobres, necesitan aprovechar esta oportunidad antes que se agote por el envejecimiento de las sociedades. Si la aprovechan, podrán gozar de um crecimiento más rápido y reducir la pobreza aún más.

El presente Informe se examinan cinco fases fundamentales de la vida, que pueden contribuir a desencadenar el desarrollo del potencial de los jóvenes con políticas oficiales acertadas: aprendizaje, trabajo, mantenimiento de la salud, formación de familias y ejercicio de ciudadanía. En cada una de estas transiciones, los gobiernos necesitan no sólo incrementar directamente las inversiones sino además propiciar un entorno para que los jóvenes y sus familias inviertan en ellos mismos. En el Informe se identifican três direcciones de política para ayudar a los jóvenes a desarrollarse por sí mismos y contribuir al desarrollo de la sociedade: *ampliación de posibilidades, desarrollo de capacidades y oferta de segundas oportunidades*.

La inversión en la juventude contribuye poderosamente a la misión global del Banco de combatir la pobreza y es, al mismo tempo, un desafío para los gobiernos de todos los países, ricos y pobres [...] (BANCO MUNDIAL, 2006. p. XI).

De maneira geral esta mensagem simplifica o que vai se encontrar no informe, um documento extenso, de 284 páginas que apresenta experiências e discussões apontando as diretrizes para a política com a juventude defendida pelo Banco Mundial, e que se certa forma é incorporada pelo governo brasileiro.

O que se observa, novamente é a falta da discussão para a juventude do campo, que continua com suas necessidades pautadas pela visão geral do “ser jovem” inviabilizando a construção de uma identidade juvenil camponesa, principalmente em países que ainda têm uma grande parcela da população vivendo do campo, como no Brasil.

3.4 As políticas do MDA e do INCRA para juventude do Campo

As políticas adotadas para a juventude rural no Brasil, de certa maneira são pulverizadas em diversos ministérios e não somente naquele que é o responsável pela Reforma Agrária no Brasil, como é o caso dos Pontos de Cultura e do acesso ao Esporte e ao Lazer que estão dentro dos ministérios da cultura e do esporte. Vamos destacar três políticas adotadas no âmbito federal para o acesso às políticas públicas aos jovens do campo, destacando principalmente aqueles que estão inseridos nos Projetos de Assentamento de Reforma Agrária que são a Política de Acesso à Terra, a Política de Acesso ao Trabalho e à Renda e o PRONERA.

3.4.1 Políticas de acesso à terra

No tocante à política de Acesso à Terra, a juventude teve esquecida por quase todo o período de desenvolvimento desta política, pois os maiores detentores desse benefício sempre foram os adultos casados e até certo tempo os homens – hoje as mulheres já podem ser beneficiárias e tem o direito de ser cadastradas juntamente com o esposo, porém os jovens só

adquiririam este direito caso já estivessem na condição de chefe de família.

No II Plano Nacional de Reforma Agrária foi incluída a juventude camponesa como público alvo na Política Nacional de Reforma Agrária, onde destaca que:

No Brasil, as políticas de acesso à terra (universais) estão consubstanciadas nos programas do Plano Nacional de Reforma Agrária. Um dos pressupostos do II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA é a democratização do acesso à terra com medidas que ampliem o acesso aos atuais beneficiários e seus filhos e filhas, criando condições para sua viabilidade econômica. Este Plano é operacionalizado por meio de desapropriação de terras para reforma agrária, e por meio de financiamentos para aquisição de terra [...] O II PNRA também explicita a juventude rural como parte integrante de seu público e reconhece a necessidade de abordagens próprias e específicas dirigida às comunidades rurais tradicionais e à superação da desigualdade que afeta mulheres e jovens. (LIMA *et al.*, 2013, p. 24).

Desta forma uma iniciativa adotada desde 2013 foi à inclusão dentro das regras na política de Assentamentos Rurais da destinação de 5% dos lotes, em áreas com mais de vinte lotes, para os jovens entre 18 e 29 anos “sem considerar as regras gerais (tamanho da família, renda, residência e outros)” (LIMA *et al.*, 2013, p. 48), além de promover este acesso aos jovens “em caso de existência de lotes vagos em um assentamento” (LIMA *et al.*, 2013, p. 48).

Com relação ao financiamento a longo prazo, para a aquisição de terras, desde 2013 novas regras foram implementadas tanto como Programa de Combate à Pobreza Rural, como no Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar, assim como com a inclusão do programa Minha Primeira Terra destinado aos jovens entre 18 e 29 anos que pressupõe o acesso destes a financiamentos com juros de 1% ao ano, tendo que ter o candidato até 15 mil reais de renda anual e um patrimônio de até 30 mil reais, podendo o mesmo acessar um crédito de até 80 mil reais podendo contar com um prazo de 20 anos para pagamento, contando com três anos de carência para iniciar o pagamento do lote (LIMA *et al.*, 2013).

Essa política de acesso à terra pode ser discutida a partir da lógica governamental e a partir da lógica dos movimentos sociais, visto que a primeira modalidade elencada na citação anterior é a mais defendida pelos movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso à terra e contra o latifúndio, pois o Programa de Crédito Rural, segundo a visão de movimentos como o MST não mudam a estrutura agrária do país, além de favorecer a capitalização de grileiros de terras devolutas do país. A partir daí podem ser feitas duas perguntas para a reflexão acerca desta política adotada pelo governo: como ficarão os assentamentos se os jovens forem alçados em busca de novas terras para desenvolver o seu trabalho e garantir sua renda? Será que a política de fortalecimento dos assentamentos não estaria mais contemplada se possibilitasse a estes jovens desenvolverem atividades produtivas junto aos lotes dos pais e

também outras atividades que não só o manuseio com a terra?

No que concerne às respostas dos questionamentos anteriores podemos observar que existem algumas políticas pontuais destinadas à juventude, os filhos e filhas de assentados para o trabalho com a terra, que são desenvolvidas no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que “destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão-de-obra familiar por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas” (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2015, home-page).

Este Programa foi criado em 1995 e substituiu outros existentes até então especificamente para as áreas de Reforma Agrária, sendo que a princípio, somente o proprietário da terra – seja ela assentado ou pequeno produtor – tinha direito ao acesso sendo gradativamente, por conta das reivindicações ampliado para outros membros da família, como o público jovem, com a criação do Pronaf Jovem, no ano de 2004, e que tem como diretriz atender os jovens pertencentes às famílias de camponeses e agricultores familiares, que estejam na faixa etária entre 16 e 29 anos, obedecendo as seguintes regras do Banco Central (2015, home-page):

I - tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;

II - tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou, ainda, há mais de um ano, curso de ciências agrárias ou veterinária em instituição de ensino superior, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino;

III - tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pela SAF/MDA e pela instituição financeira;

IV - tenham participado de cursos de formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ou do Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo).

Desta forma o acesso ao crédito a partir das exigências estabelecidas na Lei de Criação do Pronaf tem afastado muitos jovens dessa política, pois elas não se coadunam com a realidade da maioria dos jovens filhos de assentados. A grande maioria das áreas de assentamento ou está distante de Escolas Técnicas, sejam elas Escolas Famílias Agrícolas (EFA's) ou Técnicas Formais como o caso dos Institutos Federais de Educação ou as próprias instituições de capacitação pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC). Particularmente no Maranhão a realidade se apresenta bastante difícil uma vez que as escolas de nível médio se encontram em sua grande maioria nas cidades.

3.4.2 O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

A exigência da formação educacional para o acesso ao Pronaf está ligada, de certa forma, à luta por uma Educação do Campo que se fortaleceu desde os anos de 1990, quando da realização da I Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo e a discussão por uma política de governo específica para a Reforma Agrária, que se constituiu no surgimento do PRONERA.

A segunda política pública que analisaremos e que atinge de forma significativa a juventude do campo e que são de áreas de assentamento é o PRONERA. Esse Programa tem sua base fundamentada a partir da necessidade de garantia de uma educação que contemple as realidades do campo e está prevista em diversas Leis e Decretos, como demonstra Camacho (2014, p. 411)

Em síntese, fazem parte da fundamentação legal relativa à Educação do Campo as seguintes leis: a ***Constituição da República Federativa do Brasil***, notadamente nos Art. 205, 206 e 207; o ***Plano Nacional de Educação*** – Lei n.º 10.172, de 09/01/2001; a ***Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*** (Lei n.º 9.394, de 20/12/1996), regulamentada pelo Decreto n.º 2.208, de 17 de abril de 1997; o Decreto 7.352/2010, de 04 de novembro de 2010, que —Dispõe sobre a política de Educação do Campo e o ***Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária*** art. 11-18; as Resoluções do Conselho Nacional de Educação relativas às normas para o Ensino Superior no Brasil, normas para os cursos Técnicos de Nível Médio e Graduação Tecnológica; a Resolução CNE/CEB n.º 01/2002 – ***Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo***; a Resolução CNE/CEB n.º 01/2006 –relativo à ***Pedagogia da Alternância*** (BRASIL/PRONERA, 2011).E acrescentamos, ainda, o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020 (PNE - 2011/2020).

Toda essa legislação foi ampliada a partir da observância dos índices de analfabetismo e de escolarização nas Áreas de Reforma Agrária apontadas pelos movimentos sociais do campo bem como pelo Censo da Reforma Agrária realizado no ano de 1997, quando foi dado o pontapé inicial da discussão da necessidade de uma política pública em âmbito nacional que pudesse amenizar e até reverter essa realidade. De início, o Programa contemplou especificamente a modalidade de ensino alfabetização e escolarização em séries iniciais, porém a partir do resultado da “I pesquisa nacional de Educação na Reforma Agrária” (SANTOS, 2012, p. 630) que apontou outra defasagem na formação escolar dos jovens e adultos assentados: a educação fundamental completa e o ensino médio. Para avançar neste sentido, o PRONERA ampliou seus objetivos e seu público alvo tendo novas intencionalidades. Desta forma, a partir deste momento podemos entender este Programa como, na visão de Santos (2012, p. 629) é considerada,

[...] uma política pública do governo federal, específica para a educação formal de jovens e adultos assentados da Reforma Agrária e do crédito fundiário e para a formação de educadores que trabalham nas escolas dos assentamentos ou do seu entorno e atendam a população assentada.

Os projetos educacionais do Pronera envolvem alfabetização, anos iniciais e finais do ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA), ensino médio profissional, ensino superior e pós-graduação, incluindo neste nível uma ação denominada RESIDÊNCIA AGRÁRIA.

O Programa funciona a partir da parceria entre o INCRA, Instituições de Ensino (sejam ela de nível médio ou superior, a depender do curso) e os movimentos sociais envolvidos.

Para que essa política pudesse vir a ser efetivada como uma política pública foi necessária uma série de pressões das organizações sociais do campo, de setores das universidades públicas envolvidas e, por que não dizer, de diversos setores de luta pela educação pública. A partir destas lutas é que em 2004 “pela força e amplitude de suas ações, o PRONERA passou a integrar o Plano Plurianual (PPA), do governo federal” (SANTOS, 2012, p. 631), ação que lhe dá mais poder e capacidade orçamentária para o desenvolvimento de políticas na área a que se destina.

Do momento de sua criação, em abril de 1998 até 2009, houve significativas negociações e pressões para que pudesse efetivamente ser considerado como uma política pública e não apenas um programa, pois em sendo apenas um programa sempre há risco de mudanças na sua concepção, a depender da ação e intenção dos governos em exercício. A necessidade de implantação do Programa como uma efetiva política pública é devido às conflitualidades existentes dentro do processo de instituição do mesmo. Segundo Santos (2012, p. 631)

Tais instrumentos ganham ainda maior importância quando se considera que se trata de uma política voltada para os camponeses e suas famílias, envolvidos em uma política correlata, a da Reforma Agrária, cujo tema carrega em si alto grau de conflitualidade e polêmica no âmbito do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. E os componentes desta conflitualidade afetam de maneira definitiva uma política educacional como o Pronera porque, em seus princípios, ele afirma a indissociabilidade entre os projetos educativos que se desenvolvem nas universidades, nas escolas técnicas e nas escolas do campo com estes sujeitos, e um projeto de desenvolvimento de campo que tem a Reforma Agrária como vetor.

O Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que institui o PRONERA como política pública dentro da educação do campo, aponta como objetivos:

- I -oferecer educação formal aos jovens e adultos beneficiários do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, em todos os níveis de ensino;
- II - melhorar as condições do acesso à educação do público do PNRA; e
- III - proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos.

Apesar de constituir uma política pública e fazer parte das resoluções dos órgãos governamentais o PRONERA tem como princípio, além do que já foi exposto, a importância da participação dos movimentos sociais do campo que estão presentes na organicidade das áreas de assentamentos e acampamentos na construção dos cursos a serem realizados.

O Pronera institui possibilidades de ressignificação do conteúdo e da metodologia dos processos de educação formal, por meio dos princípios básicos da participação e da multiplicação. A participação se materializa pelo fato de que a indicação das demandas educacionais é feita pelas comunidades das áreas de Reforma Agrária e suas organizações, que, em conjunto com os demais parceiros, decidirão sobre a elaboração, o acompanhamento e a avaliação dos projetos. (SANTOS, 2012, p. 631).

Neste sentido, o PRONERA desde sua criação tem possibilitado a inclusão no mundo educacional (da alfabetização à educação superior) de diversos jovens e adultos. Neste particular o destaque pode ser dado à inclusão de diversos cursos de nível superior para essa parcela da sociedade, visto que esse nível de ensino sempre esteve, ao longo do seu processo histórico da educação brasileira, muito distante das classes subalternas fato que tem suscitado muitas discussões e até embates jurídicos para a consolidação de diversas turmas, pois o processo é de luta e de classes, como foi o caso do curso de Medicina Veterinária que teve parecer do desembargador do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que designado para dar parecer ao processo acatou as razões para a realização do curso (SANTOS, 2012, p. 633) e que hoje serve como base para outros cursos que estão sub judice.

No capítulo referente à pesquisa deste trabalho traremos informações de como se constituiu o Pronera no Maranhão e qual a sua importância para a juventude dos assentamentos pesquisados, bem como a sua relação com o processo de inserção destes no trabalho e na garantia de renda.

3.4.3 O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Uma das últimas medidas adotadas pelo governo brasileiro com relação à juventude do campo foi a institucionalização do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural no dia 03 de maio de 2016, em consonância com o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013) e com a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006), mencionadas neste texto anteriormente.

O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural parte dos anseios dos movimentos e organizações sociais do campo, na perspectiva de dar maior dinamicidade à vida dos jovens do

campo e tem por objetivo conforme seu Artigo 1º “[...] integrar e articular políticas, programas e ações para a promoção da sucessão rural e a garantia dos direitos da juventude do campo [...]” (BRASIL, 2016, p. 01), o que já vinha sendo discutido e proposto havia vários anos.

Compreende-se por Sucessão Rural a continuidade de vida no campo e do resgate de valores tradicionais dos camponeses, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais que devido a diversos fatores ainda sofrem com a intensa migração, mesmo com a constante luta dos movimentos sociais. Neste particular a juventude é sempre uma parcela impulsionada a esta circunstância, em razão da falta de oportunidades de reprodução de sua vida no campo, o que só pode ser pensado com educação, cultura, lazer, trabalho e renda.

Os dados demográficos sobre a população brasileira evidenciam a continuidade do processo migratório campo – cidade nas últimas décadas. Entre os motivos indicados para a migração rural estão, de um lado, os atrativos da vida urbana, principalmente as oportunidades de trabalho remunerado – fatores de atração –, e, de outro, as dificuldades da vida no meio rural e da atividade agrícola – fatores de expulsão. Mas também atuam como fatores de retenção a segurança, em termos de moradia e alimentação, além de perspectivas e projetos de desenvolvimento da unidade de produção, com possibilidades de acesso a melhores níveis de renda e qualidade de vida. (CASTRO; AQUINO; ANDRADE, 2009, p. 243).

A partir do objetivo principal destacado no artigo primeiro, exposto acima, foram traçados diversos outros objetivos com destaque para o Artigo 5º, que diz “I - ampliar o acesso da juventude do campo aos serviços públicos; II - propiciar o acesso à terra e às oportunidades de trabalho e renda; e III - ampliar e qualificar a participação da juventude rural nos espaços decisórios” (BRASIL, 2016, p. 01). Estes objetivos sintetizam as reivindicações dos movimentos e valorizam a juventude como protagonista da vida no campo.

O Decreto aponta, ainda, que as diretrizes para a implantação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, Brasil (2016, p. 01) deve contemplar a:

- I - garantia dos direitos sociais e da juventude;
- II - garantia de acesso a serviços públicos;
- III - garantia de acesso às atividades produtivas com geração de renda e promoção do desenvolvimento sustentável e solidário;
- IV - estímulo e fortalecimento das redes da juventude nos territórios rurais;
- V - valorização das identidades e das diversidades individual e coletiva da juventude rural;
- VI - atuação transparente, democrática, participativa e integrada.

Ao final do Plano consta um anexo onde é exposto a partir dos objetivos, dois eixos, cada um apontando diversas metas a serem cumpridas. O primeiro eixo diz respeito ao acesso à terra e ao território e tem por objetivo “Ampliar o acesso de jovens solteiros e famílias de

jovens à terra, por meio da desapropriação por interesse social, no âmbito do Programa Nacional de Crédito Fundiário, e demais formas de obtenção de terras” (BRASIL, 2016, p. 4), apontando as seguintes metas:

Destinar 30% dos lotes da reforma agrária para a juventude rural, garantida a paridade de gênero. Percentual de jovens atendidos; Possibilitar a priorização da juventude no acesso à terra; Priorizar a destinação dos lotes retomados em assentamentos constituídos para jovens de famílias assentadas; Normatizar a transferência de posse dos lotes da reforma agrária para herdeiros; Ampliar o acesso da juventude ao Programa Nacional de Crédito Fundiário, garantindo que 50% dos contratos sejam celebrados por jovens; Regularizar as terras de jovens por meio das políticas de regularização fundiária; Normatizar a transferência de propriedade para herdeiros da agricultura familiar. (BRASIL, 2016, p. 04).

O segundo eixo trata da garantia do trabalho e da renda e tem dois objetivos: o primeiro de “ampliar e qualificar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, promovendo à inovação, a sustentabilidade, a geração e a disseminação de conhecimentos em sistemas de produção agroecológica” (BRASIL, 2016, p. 5) e aponta as metas a serem desenvolvidas de:

Atender 25% de jovens nas Chamadas de ATER e de Assessoria Técnica, Social e Ambiental - ATES, incluindo as específicas de mulheres e povos e comunidades tradicionais. Atender 80 mil jovens da agricultura familiar com ATER específica para a juventude rural, garantida a paridade de gênero. Garantir 30% de jovens nas equipes de extensão contratadas nas Chamadas de AT E R / AT E S. Capacitar, no mínimo, um agente de ATER por Estado para o tema do crédito para a juventude, preferencialmente do quadro técnico das empresas públicas de ATER. (BRASIL, 2016, p. 5).

O objetivo dentro da meta exposta anteriormente diz respeito a “Promover a organização produtiva da juventude rural por meio do fortalecimento do associativismo e cooperativismo, da agroindustrialização, do acesso ao crédito [...], da inserção em mercados públicos e privados, da diversificação das atividades e da garantia de trabalho decente” (BRASIL, 2016, p. 5) e traz como metas:

Ampliar o número de jovens com DAP, priorizando mulheres e povos e comunidades tradicionais. Realizar mutirões de emissão de DAP nos territórios rurais, priorizando os jovens. Promover o acesso da juventude às políticas públicas desenvolvidas no âmbito da DAP. Realizar premiação e divulgação de boas práticas da juventude na agroecologia. Garantir crédito de fomento para juventude no desenvolvimento de atividades produtivas de matriz agroecológica, como a diversificação da produção, os sistemas agroflorestais, os bancos de sementes crioulas, o cultivo fitoterápico, entre outras atividades. (BRASIL, 2016, p. 5)

Por fim, uma política que se presta a atender diversas áreas das políticas sociais não pode ser conduzida apenas por um órgão ou ministério, devendo ser conduzida por uma

amplitude de organismos e com a participação da sociedade organizada nos movimentos sociais. Neste sentido o Decreto 8.736/2016 institui o “Comitê Gestor do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, instância de caráter deliberativo, com a finalidade de orientar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação do Plano” (BRASIL, 2016, p. 02). De certo que este Plano em estado de constituição requer avaliação posterior para que seja medida sua aplicação dentro daquilo que propõe.

3.5 As Políticas para a Juventude do Campo no Maranhão

A área objeto de estudo deste trabalho está dentro do território maranhense, neste sentido se faz necessário uma análise das políticas de Governo do Estado Maranhão para uma aproximação do que se pretende nesta análise.

Observando a mesma metodologia utilizada até o momento (onde analisamos as políticas no geral e depois focamos no específico para o campo), faremos uma análise nas políticas públicas que estão dentro dos órgãos de governo relacionadas à educação e à geração de trabalho e renda. Neste sentido três secretarias de estado serão observadas: Secretaria de Estado da Educação, Secretaria de Estado para a Agricultura Familiar e a Secretaria de Estado da Juventude.

3.5.1 A Política de Educação do Campo

A educação do campo no Maranhão sempre andou em consonância com o que se pretendia para a educação no meio urbano. O Estado do Maranhão apesar da expropriação das terras dos trabalhadores, indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no censo de 2010 36,92% da população está em áreas consideradas rurais. Se levarmos em consideração que dos 217 municípios do estado muitos têm como principal as atividades agrícolas, poderíamos considerar esta população ainda maior.

De acordo com as proposições discutidas e em processo de implantação no Brasil o Maranhão passa a elaborar suas bases instrumentais para a consolidação de uma Educação do Campo.

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO MARANHÃO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Constituição do Estado do Maranhão de 1989 e na Lei Nº 9.394/1996, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; em

conformidade com a Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que institui diretrizes operacionais para a Educação Básica e a Educação Profissional nas escolas do campo e com a Resolução CNE/CEB nº 2/2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do campo; com o Decreto Federal nº 7.352/2010, que dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA e considerando o Parecer Nº147/2011 - CEE, deste Conselho, aprovado em Sessão Plenária hoje realizada [...] (MARANHÃO – CEE, 2011, p. 1).

Esta Resolução pode ser considerada para o estado como o principal avanço no que diz respeito à educação para os povos do campo, visto que até esta não existia uma legislação que contemplasse o atendimento a esta população e o que se tinha como educação em áreas rurais eram as determinações para a educação nas cidades.

A Resolução estabelece claramente no seu Art. 2º que escola do campo é “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente às populações do campo. ”

O artigo 5º da mesma Resolução apresenta de forma clara e concisa o que pretende atingir esta norma para a Educação do Campo.

I - destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais diversas formas de produção da vida: indígenas, afrodescendentes, quilombolas, agricultores familiares, extrativistas, quebradeiras de coco, rendeiras, pescadores artesanais, ribeirinhos, ciganos, artesãos, assentados e acampados da Reforma Agrária, entre outros;

II - tem como finalidade garantir a universalização do acesso e permanência, com qualidade, da população do campo à Educação Básica, em seus níveis e modalidades, consolidando a cidadania e possibilitando a dinamização das relações dos seres humanos com as condições da existência social e com suas realizações;

III - concretiza-se mediante a formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de infraestrutura, transporte escolar, materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, bibliotecas ou salas de leitura, área de lazer e esporte, conforme a realidade local;

IV - deve reafirmar o pertencimento étnico, elemento importante de construção da identidade histórico-cultural, no caso das comunidades quilombolas e dos povos indígenas, assegurado aos últimos o cultivo da língua materna na escola;

Já no que diz respeito à pedagogia adotada nas escolas do campo a resolução destaca que esta deve ter no seu projeto político-pedagógico a “justiça social, a solidariedade e o diálogo entre populações da área rural e urbana” (MARANHÃO, 2011, p. 02) e além deste destaque, apresenta que “a proposta curricular da Educação Básica na Escola do Campo deve contemplar a base nacional comum a ser complementada por uma parte diversificada exigida pela realidade do campo [...]” (MARANHÃO, 2011, p. 2).

Os métodos e formas de abordagens pedagógicas elaborados e conduzidos pelos

movimentos sociais que atuam nas escolas do campo também é destaque na Resolução 104/2011, e estabelece no seu Art. 9º que

As Escolas do Campo, em função da etapa ou modalidade da Educação Básica e Educação Profissional Técnica de nível Médio ofertadas e da especificidade do seu corpo discente, devem adotar preferencialmente: a Pedagogia do Exemplo (dos Indígenas), a Pedagogia da Resistência (dos Quilombolas), a Pedagogia da Alternância (das Escolas Famílias Agrícolas e Casas Familiares Rurais), a Pedagogia do Movimento (do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra – MST), a Pedagogia Ativa (das Escolas Ativas), a Pedagogia da Resposta (da Escola Magnificat). (MARANHÃO, 2011, p. 2).

Em relação à periodicidade das aulas e ao calendário escolar a Resolução confirma o que havia muito tempo era discutido pelos movimentos do campo de que deve haver uma adequação deste calendário às fases do ciclo agrícola e das condições climáticas, bem como à natureza do trabalho do campo de sua localidade, garantido o número de dias e horas letivas previstas na LDB (MARANHÃO, 2011, p. 2).

Outro marco regulatório para a educação no Estado do Maranhão foi a aprovação do Plano Estadual de Educação (PEE), lei 10.099 de, 11 de junho de 2014, que estabelece as diretrizes para a atuação do governo do estado no que diz respeito à melhoria das condições dessa política pública para todos os atores que dela fazem parte.

No que diz respeito à educação do campo a lei apresenta uma análise simplória do que vem a ser esta modalidade fazendo uma análise do que significou a educação para os povos do campo até o momento e referenda o que já dissemos anteriormente, de que o Maranhão ainda é considerado um estado agrário.

A educação em áreas rurais é historicamente marcada pela ausência de políticas educacionais que garantam no currículo escolar e na experiência da educação formal, as especificidades da realidade de crianças, jovens e adultos do campo. A maioria dos municípios maranhenses tem sua economia alicerçada em atividades tipicamente rurais, o que implica a necessidade de repensar a educação nessas regiões, considerando as suas características. (MARANHÃO, 2014, p. 12).

O PEE reafirma o que a Resolução nº 104/2011 estabelece como análises e prioridades no que diz respeito principalmente à metodologias e calendários diferenciados, visto que a realidade deve ser vista como elemento fundamental no estabelecimento destas iniciativas.

O PEE faz uma análise de todo o sistema de educação no Estado do Maranhão e aponta metas e estratégias a serem atingidas, porém mesmo sendo aprovado no ano de 2014, ele faz referência ao período de vigência em consonância “com as do Plano Nacional de Educação (2010-2020) num regime de colaboração mútua visando a superação dos desafios educacionais

da realidade maranhense”. (MARANHÃO, 2014, p. 3).

Sua meta 03 estabelece que até 2016 o sistema de ensino estadual deve ampliar o atendimento escolar à população de 15 a 17 anos (MARANHÃO, 2014, p. 16) e para a juventude do campo uma das estratégias de atuação para que esta meta seja atingida propõe que se deve

3.9 Fomentar a expansão das matrículas gratuitas de Ensino Médio integrado à educação profissional, observando-se as peculiaridades das populações do campo, das comunidades indígenas e quilombolas [...]

3.10 Garantir a oferta do Ensino Médio em escolas do campo com metodologias e estratégias adequadas à realidade das diferentes populações camponesas. (MARANHÃO, 2014, p. 17).

Já a meta 06 destaca o Ensino de forma integral em pelo menos 10% das escolas públicas e estabelece como estratégia para as escolas do campo que devam “atender às escolas do campo, de comunidades indígenas e quilombolas, na oferta de Educação Integral em Jornada Ampliada, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais” (MARANHÃO, 2014, p. 19).

A meta 09 do PEE destaca a elevação da escolaridade dos jovens acima de 18 anos principalmente aqueles que foram por muito tempo alijados do processo educativo.

META 9: Elevar a escolaridade média da população a partir de dezoito anos, de modo a alcançar no mínimo, dez anos de estudos no último ano de vigência deste PEE, para negros, indígenas, quilombolas, populações do campo, povos das águas e povos das florestas, comunidades tradicionais da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, com vistas à redução da desigualdade social. (MARANHÃO, 2014, p. 22).

Para que esta meta seja conseguida, no que diz respeito à educação do campo, as estratégias que podem ser destacadas são:

9.3 Estimular a diversificação curricular, integrando a formação à preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relação entre teoria e prática, nos eixos ciência, trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, adequando à organização do tempo e do espaço pedagógico.

9.4 Expandir a oferta gratuita de Educação Profissional por meio de parcerias com as entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculada ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados.

9.5 Apoiar os Centros Familiares de Formação por alternância na oferta de cursos de Ensino Fundamental com qualificação social e profissional e Ensino Médio Integrado à Educação Profissional na perspectiva da agricultura familiar, agropecuária, meio ambiente e outras áreas de interesse dos segmentos populacionais considerados.

9.8 Assegurar a construção de escolas adequadas à metodologia da alternância em

Casas Familiares Rurais, em Escolas Familiares Agrícolas, áreas de assentamento, quilombolas e comunidades rurais, bem como a cultura indígena para atendimento dos segmentos populacionais considerados.

9.10 Apoiar experiências de Educação do Campo em função das etapas e modalidade da Educação Básica e da especificidade de seu corpo discente, adotando preferencialmente: as Pedagogias do Exemplo, da Resistência, da Alternância, do Movimento, Ativa, da Resposta, dentre outras conforme estabelece a Resolução N° 104/2011-CEE/MA. (MARANHÃO, 2014, p. 22-23)

As metas 11 e 12 dizem respeito à educação profissional, tanto no segmento da educação de jovens e adultos como na educação básica, sendo que na primeira o desafio é chegar a 25% das matrículas de forma integrada e na segunda é “expandir a oferta de matrículas da Educação Profissional de nível médio em 60% no segmento público, até o final da vigência do PEE, assegurando a qualidade da oferta” (MARANHÃO, 2014, p.24).

12.1 Expandir as matrículas de educação profissional de nível médio, científica e tecnológica, levando em consideração a vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional.

12.2 Expandir a oferta de educação profissional de nível médio na modalidade de educação à distância utilizando a mediação tecnológica, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita.

12.3 Estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional.

12.4 Ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins da certificação profissional em nível técnico considerando o mundo do trabalho e a formação profissional para as populações do campo, comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades. (MARANHÃO, 2014, p. 24)

Percebe-se ao longo da descrição do PEE que as metas e as estratégias para a Educação do Campo fazem parte do contexto geral da educação no Estado do Maranhão, não compondo um item específico; apesar desta observância podemos dizer que os povos do campo não estão fora das proposições para o avanço educacional e que o PEE está em conformidade com a resolução aprovada ainda em 2011. No momento em que nos debruçamos sobre este estudo há um grupo de estudiosos representantes dos órgãos oficiais do Estado e das organizações sociais do campo elaborando as diretrizes operacionais para a Educação do Campo.

3.5.2 As Políticas de Fomento à Agricultura Familiar

O Estado do Maranhão pode ser considerado, como apontado neste trabalho, como um território agrário em que pese sua inclinação nos últimos anos para a introdução do processo

industrial, muito relacionado aos grandes projetos, e neste particular ao projeto Grande Carajás em um primeiro momento e aos projetos agroindustriais em um segundo momento. Muitos dos seus 217 municípios ainda sobrevivem do setor primário da economia, tendo então a agricultura um peso significativo na balança comercial do estado, isto fruto do processo de introdução dos projetos do agronegócio.

Ao longo de sua história o Maranhão teve na agricultura familiar o peso na produção dos bens destinados à mesa das famílias maranhenses, porém nos últimos anos esse setor tem sido atingido significativamente pelas políticas de incentivos ao grande negócio, deixando o pequeno produtor desprestigiado nessas políticas. Essa realidade se refletia na própria organização e articulação das diferentes categorias que compõem o setor agrário do estado através de uma única secretaria que tinha que dar conta de toda uma complexidade dentro de um estado que convive com as mais diversas populações no campo.

No tocante aos agricultores familiares, por diversas vezes órgãos responsáveis pela articulação da produção, da comercialização e do fomento foram extintos por iniciativas do próprio estado, como é o caso do Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA), órgão que tinha como premissa básica a regularização fundiária, visto que o conflito de terras no estado sempre esteve e está em estado latente.

Neste sentido, a partir do ano de 2015, para dar uma nova configurada nas relações sociais e econômicas no campo maranhense foi criada a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar (SAF), pela lei nº 10.205 de 23 de fevereiro de 2015, tendo como finalidade, de acordo com a medida provisória 184, de 02 de janeiro de 2015

A Secretaria de Estado da Agricultura Familiar tem por finalidade o desenvolvimento da agricultura familiar, o combate à pobreza rural, a facilitação do acesso ao crédito e aos instrumentos de assistência técnica, a inclusão social dos beneficiários dos processos de ordenamento e reordenamento agrário, a promoção da cidadania no campo, a regularização fundiária das terras públicas, a assistência técnica e extensão rural, a ampliação das oportunidades de capacitação profissional e de geração de trabalho e renda, como instrumentos de melhoria da qualidade de vida dos agricultores e familiares e de estímulo ao desenvolvimento rural sustentável do Estado. (MARANHÃO, 2015, p. 4)

A lei 10.205 estabelece o organograma da Secretaria e recria, com nova nomenclatura, diversos órgãos que já existiram no passado, e ainda tira poderes da secretaria de agricultura, dividindo os interesses entre o setor patronal e o setor dos povos do campo. As ações da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) estão divididas em políticas públicas, programas e ações de cidadania.

No tocante às políticas públicas a Secretaria desenvolve a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), o Programa Mais Produção, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Cadastro Ambiental Rural (CAR), o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), o Programa Mais Feiras, a Feira de Agricultura Familiar e Agrotecnologia do Maranhão (AGRITEC) e o Programa Mais IDH.

Em relação aos Programas a SAF desenvolve atividades que são vinculadas pelo seu organograma como direitos à cidadania, tais como: Programa Água Doce (PAD); Programa de Bibliotecas Rurais Arca de Letras; Programa Cisternas (segunda água) e o Programa Mini Bibliotecas, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

No que diz respeito aos Projetos, estão em desenvolvimento os Projetos de Agroindústria, os vinculados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que são os de geração de renda, os quintais produtivos e o SIG Fundiário.

Para compreensão de como funciona os programas coordenados pela SAF, elaboramos um quadro síntese que traz a ação do programa, o que ele é e quem pode acessar.

Quadro 2 – Síntese dos programas e ações da SAF

AÇÃO	O QUE É?	QUEM ACESSA
Assistência Técnica e Extensão Rural	É uma política pública que leva assistência técnica às propriedades rurais. Melhora os processos no trabalho e, conseqüentemente, a qualidade de vida dos agricultores familiares.	Agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos e outros) e assentados da reforma agrária e pescadores.
Programa Mais Produção	Promoção do adensamento das Cadeias Produtivas e Arranjos Produtivos Locais em diferentes escalas (pequenos, médios e grandes) agregando valor aos produtos maranhenses, gerando mais riqueza, emprego e renda.	Agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos e outros) e assentados da reforma agrária e pescadores, que atendam os seguintes critérios: DAP ativa; Experiência na atividade; Área para implantação da URP; Fonte hídrica; Ser domiciliado no município de abrangência da Cadeia Produtiva e Não ter sido beneficiado com fomento agrícola concedido pelos governos estadual ou federal nos últimos três anos.

		Assim como, entidades de Organizações da Sociedade Civil proprietária de agroindústrias familiares de pequeno porte funcionando de forma inadequada ao processo tecnológico de produção e as normas sanitárias.
Programa de Aquisição de Alimentos	O Programa compra alimentos produzidos pela agricultura familiar, com dispensa de licitação, a preços compatíveis com os praticados nos mercados locais, e os destina às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e àquelas atendidas pela rede socioassistencial e pelos equipamentos públicos de alimentação e nutrição (Restaurantes Populares, Cozinhas Comunitárias e Bancos de Alimentos). O PAA também contribui para a constituição de estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares e para a formação de estoques pelas organizações da agricultura familiar. Sua finalidade é promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.	Agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos e outros) e assentados da reforma agrária e pescadores.
Cadastro Ambiental Rural	É uma base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais. Embora caiba a cada Estado, através de seus órgãos ambientais, estabelecer o CAR, o Decreto nº 7.830/2012 criou o Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, que integrará o CAR de todas as Unidades da Federação, além de regulamentar o CAR.	Agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos e outros) e assentados da reforma agrária e pescadores.
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	O PNCF é composto de um conjunto de ações que promove o acesso à terra, a investimentos básicos e produtivos, que permite estruturar os imóveis rurais recém adquiridos. O Programa apoia-se nos princípios da participação, controle social, transparência e descentralização. O PNCF possui condições diferenciadas de acordo com a região e o público a ser atendido. O objetivo é facilitar o acesso à terra e aumentar a renda dos trabalhadores rurais.	Trabalhadoras e trabalhadores rurais sem-terra, jovens rurais ou agricultores com áreas insuficientes para a produção. O potencial beneficiário deve ter, no mínimo, cinco anos de experiência no exercício da atividade rural, nos últimos 15 anos.
Programa Mais Feiras	A instalação e modernização das Feiras é uma parceria entre o Governo do Estado, a Prefeitura, STTR e a Associação dos agricultores, onde cada um terá sua responsabilidade bem definida em todo o processo, desde a execução, supervisão, manutenção das instalações, valorização e preservação do investimento e gerenciamento de forma permanente.	Agricultores familiares e a sociedade das 19 regionais da AGERP e os 30 municípios do Mais IDH.

Feira de Agricultura Familiar e Agrotecnologia do Maranhão	A realização é feita através de parcerias do sistema SAF com a EMBRAPA, SEBRAE e Movimentos Sociais (FETAEMA, FETRAF, ACONERUQ, MIQCB, MST), com apoio das Prefeituras municipais, instituições públicas e privadas ligadas às atividades agropecuárias (Universidades, Instituições de financeiras de assistência técnica e extensão rural entre outras).	Agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos e outros) e assentados da reforma agrária e pescadores.
Programa Mais IDH	O Programa Mais IDH foi criado pela Lei nº 10.322 de 24.09.15, que dispõe sobre a criação do programa de transferência de renda na agricultura familiar no âmbito do Estado do Maranhão.	Inicialmente, 3 mil famílias de Agricultores familiares distribuídas nos 30 municípios do “Plano Mais IDH”, que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza.
Programa Água Doce	O Programa Água Doce (PAD) visa o estabelecimento de uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para o consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis para atender, prioritariamente, as populações de baixa renda em comunidades difusas do Semiárido.	Agricultores familiares, povos e comunidades quilombolas presentes na região do Semiárido.
Programa Bibliotecas Rurais Arca das Letras	O Programa foi criado para incentivar a leitura no meio rural por meio da implantação de bibliotecas e formação do Agente de Leitura e fornecimento de acervo. Os livros são colocados em móveis, chamados de arcas, que contam com cerca de 200 obras, selecionadas para contribuir com o trabalho, a pesquisa e o lazer das populações que vivem no campo. Os exemplares são escolhidos de acordo com a indicação e demanda das famílias atendidas. Os acervos são formados por literatura infantil, para jovens e adultos, além de livros didáticos e especializados. As bibliotecas são instaladas na casa de agentes de leitura (escolhidos voluntariamente) ou nas sedes de uso coletivo (associações Comunitárias, pontos de cultura, igrejas), de acordo com a escolha da comunidade e disponibilidade dos agentes.	População de comunidades rurais de áreas de assentamentos, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, povoados tradicionais e Escolas de Formação por Alternância.
Programa Cisternas (Segunda Água)	A cisterna telhadão é a melhor solução custo-benefício em relação às outras alternativas de combate à escassez de água no estado, pois propicia o acesso descentralizado à água para o consumo humano e para a produção das famílias beneficiadas. A cisterna multiuso tem esse nome porque a área de coleta de chuva que a abastece é constituída pelo telhado de uma cobertura multiuso, que pode ser utilizada ainda como aprisco, depósito de ração ou feno, abrigo de máquina forrageira, armazenamento de grãos, galinheiro ou	Agricultores familiares de baixa renda atingidas pela seca ou falta regular de água, com prioridade para povos e comunidades tradicionais.

	pocilga. Além do consumo humano, a depender do regime pluviométrico de cada região, parte da água armazenada poderá ser utilizada para a dessedentação dos animais, ou destinada à irrigação de uma pequena horta, suficiente para abastecer a família de verduras e legumes. Sua capacidade para armazenar é de 25 mil litros de água.	
Minibibliotecas Embrapa em parceria com o programa Arca das Letras	A MINIBIBLIOTECA é uma tecnologia gerada pela EMBRAPA que tem por objetivo, incentivar a leitura e facilitar o acesso à informação tecnológica para as comunidades rurais. O acervo traz informações tecnológicas, as quais podem contribuir para melhorias de práticas agrícolas do público da agricultura familiar. Além dos livros técnicos, traz também acervo do Programa Arca, contendo livros de Literatura, Português, História, Artes, Dicionário da Língua Portuguesa, entre outros.	Os projetos devem ser apresentados em nome de organização social, como exemplo: Sindicatos, Colônia de pescadores, Cooperativas, Instituto, entre outros.
Projetos Agroindústrias	O Programa Agroindústria tem o objetivo de apoiar a agroindustrialização dos produtos oriundos da agricultura familiar, na aquisição de produtos pelos mercados consumidores com a melhoria da qualidade dos produtos, viabilizando a comercialização nos mercados locais e institucionais (PAA, PNAE, Merenda escolar).	As entidades proprietárias de agroindústria que já foram financiadas por recursos públicos (federal, municipal e estadual) que esteja paralisadas ou funcionando inadequadamente.
Projetos Produtivos de Geração de Renda	A Secretaria de Estado da Agricultura Familiar – SAF em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES está trabalhando com o edital de chamada pública nº 009/2016, oriundo do contrato de Concessão de Colaboração Financeira não reembolsável nº 11.2.11.70.1/ BNDES no valor de R\$ 24.0000,00 que serão liberadas em quatro parcelas, onde já foi liberado a 1º parcela de 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Os editais têm importância fundamental, pois objetiva selecionar e apoiar a execução de projetos voltados ao fortalecimento e à estruturação de empreendimentos econômicos coletivos de comunidades de baixa renda no Estado do Maranhão, com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações locais, a partir do aumento do emprego e da renda.	Cooperativas de produção e/ou comercialização e associações de produtores (as) familiares, de extrativistas e representativas de povos e comunidades tradicionais, legalmente constituídas nos Municípios Maranhenses.
Projeto Quintais Produtivos	Os quintais são uma das formas mais antigas de manejo da terra. Esses sistemas consistem em uma combinação de espécies florestais, agrícolas, medicinais e ornamentais, algumas vezes associados à pequena criação de animais domésticos, ao redor da residência.	Agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais (indígenas, quebradeiras de coco babaçu, quilombolas, ribeirinhos e outros) e assentados da reforma agrária e pescadores, e/ou através de ofício da Secretaria Municipal

	O projeto Quintal Produtivo, pode ser executado de forma individual ou grupal (8 a 10 famílias) no seu próprio quintal ou numa área comum a todas as famílias. A metodologia aplicada é a participativa, consistem no aprender fazendo, os agricultores familiares beneficiários recebem toda orientação e capacitação de forma coletiva, porém, no ato de desenvolver as atividades os mesmos têm consciência que cada beneficiário cuida de seu quintal.	da Agricultura Familiar do Município, quando existir.
Projeto SIG-Fundiário	A SAF com o apoio da Fundação Ford executa o projeto Fortalecimento dos Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais no Maranhão, através de ações de regularização fundiária e de valorização econômica da sociobiodiversidade do estado. Onde são desenvolvidos dois componentes: 1) implementação de um banco de dados e um Sistema de Informações Geográficas que agrega informações fundiárias e agrárias; 2) fortalecimento da economia do extrativismo praticado por povos e comunidades tradicionais no estado.	As partes interessadas nos processos como: órgãos fundiários do poder público municipal e estadual, sistema judiciário, sociedade civil organizada, a partir de critérios pré-definidos.

FONTE: Elaborado pelo autor a partir de informações coletadas junto à SAF, 2017.

A SAF é uma secretaria de Estado recente e por isso mesmo em processo de construção. Seus programas e projetos estão de certa maneira coadunados com as necessidades das comunidades rurais e dos municípios que estão em estado de fragilidade social e econômica, porém a observação, a partir do que nos propomos em analisar neste trabalho, é que a mesma comete os mesmos equívocos em relação à juventude. Apenas quando se trata do acesso ao Crédito Fundiário, que de forma geral é a mesma política adotada pelo MDA/INCRA em âmbito federal, é que se expressa a categoria jovem.

O município Açailândia dentre as ações apresentadas tem participado das ações referentes à Assistência Técnica, o Mais Produção, ao Programa de Aquisição de Alimentos, o Cadastro Ambiental Rural, o Mais Feiras, os Quintais Produtivos, as Agritec's e em implantação os projetos de Agroindústrias.

Existem, é perceptível, para a juventude diversas possibilidades de participação nestes programas e projetos que possam alavancar sua melhoria de renda e consequentemente sua qualidade de vida, mesmo que esta não seja o beneficiário direto das ações determinadas. No capítulo seguinte passaremos a análise específica destes programas nos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista e de que forma a juventude tem se articulado para sua participação.

3.5.3 Política para a Juventude no Maranhão

O processo de criação de uma secretaria de Estado que contemple as discussões e necessidades da juventude no Estado do Maranhão, iniciou-se no ano de 2007, quando o então governador Jackson Lago, que governou o estado entre 2007 e 2009, modifica o perfil da secretaria de Esporte e Lazer, introduzindo nesta a responsabilidade sobre a juventude e passando a ter uma nova nomenclatura: Secretaria de Estado do Esporte e Juventude.

Em dezembro de 2010, foi adotada uma medida provisória nº 082 de 14 de dezembro, que criou a Secretaria Extraordinária da Juventude e logo em janeiro do ano de 2011 o decreto nº 27.212, de 03 de janeiro de 2011, que estabelece a finalidade desta secretaria.

[...] Cabe à Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude articular junto às Secretarias de Estado a formulação, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de juventude do Estado, assim como dos programas, projetos e atividades específicos que concorram para a promoção, desenvolvimento e elevação da qualidade de vida e do resgate da cidadania da juventude maranhense. (MARANHÃO, 2017, p. 1)

Através da medida provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015, a Secretaria Extraordinária de Juventude é dada continuidade, visto que o decreto de sua criação se extinguiu em dezembro de 2014. Nesta medida provisória percebe-se que mesmo a intencionalidade de criação de um espaço de articulação da juventude ainda não se dá a contento, pois se estabelece no § 3º do artigo 62 da medida provisória que:

As Secretarias de Estado Extraordinárias da Juventude e da Igualdade Racial não dispõem de orçamento próprio e de quadro de pessoal efetivo e funcionam com suporte técnico e operacional da Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular. (MARANHÃO, 2015, p. 8).

Os programas desenvolvidos por esta secretaria devido ao artigo exposto não são exclusividade da mesma, por isto não se estabelece um orçamento próprio para a pasta. A SEEJUV, que tem por missão “fomentar Políticas Públicas que garantam os direitos, a elevação da qualidade de vida e o resgate da cidadania da juventude maranhense [...]” (GOVERNO DO MARANHÃO) nestes últimos dois anos tem atuado em diversos projetos e programas de acesso para a juventude, articulados com as demais secretarias de estado.

Em pouco mais de dois anos de gestão, as ações do Governo do Estado beneficiaram cerca de 70 mil jovens em todo o Maranhão. São mais de 30 ações e projetos, trabalhando de forma transversal envolvendo as mais diversas secretarias do governo que interagem conjuntamente para viabilizar o amplo Programa de valorização da Juventude Maranhense. (MARANHÃO, 2017, p. 1).

Destacam-se entre os principais programas da secretaria e que podem ser encarados como sua vitrine: Programa CNH Jovem, Aulões do ENEM, Projeto Geração Ciência, Tuor Jovem cidadão, Caravana Estudantil, Democratização do acesso ao Estatuto da Juventude, Parceria com Ministério da Defesa.

Elaboramos um quadro para a sistematização das políticas realizadas por esta secretaria para a observação do que se coaduna com este trabalho que são as políticas para a juventude do campo.

Quadro 3 – Ações da Secretaria de Juventude

PROJETO/PROGRAMA	AÇÃO
Programa CNH Jovem	Realizado em parceria com o Detran, a ação permite que jovens de 18 a 21 anos, que tenham cursado o Ensino Médio em escola pública, possam obter a primeira Carteira Nacional de Habilitação totalmente gratuita, nas categorias A (moto), B (carro) ou AB (moto e carro). Na primeira edição em 2015, 2 mil jovens foram beneficiados e em 2016 foram 3 mil selecionados, sendo 50% delas destinadas aos inscritos no programa com melhores pontuações no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) realizado no ano anterior, e as outras 50% serão distribuídas através de sorteio realizado pela caixa econômica federal, até o momento o programa beneficiou 5 mil jovens em todo estado.
Aulões Enem	Coordenado pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (Secti) é outra importante iniciativa que auxiliam os jovens a revisarem seus conhecimentos para o. Em 2015, as mega revisões ocorreram em 16 cidades, beneficiando mais de 15 mil jovens, e em 2016, com a parceria e mobilização da Seejuv, os Aulões ocorreram em 65 municípios;
Projeto Geração Ciência	Parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão - FAPEMA, o programa disponibilizou bolsas de Iniciação Científica para os jovens e para os professores que coordenaram os projetos de pesquisa, com investimento de R\$ 1 milhão para financiamento de pesquisa científica e tecnológica para alunos do Ensino Médio, Educação Indígena e EJA. Em 2016 foram selecionados 47 projetos com 47 professores e 188 estudantes;
Tuor Jovem Cidadão	Realizado em parceria com outras secretarias estaduais e municipais, este projeto tem como objetivo propiciar acesso aos equipamentos culturais do estado, como museus, teatros, bibliotecas, etc. Em 2016 foram realizadas onze edições, com 50 jovens em cada, beneficiando mais de 500 jovens em 2016, tendo sido três edições com jovens das cidades de Bacabeira, Rosário e São João do Sóter.
Caravana Estudantil	Teve como objetivo estimular o protagonismo dos estudantes da Rede Pública Estadual e orientá-los para a criação de grêmios estudantis nas escolas. Com o tema “A juventude do Maranhão pede passagem”, a Caravana contou com a participação de cerca de vinte mil estudantes do Ensino Médio. Durante dois meses a caravana estudantil percorreu as 19 Unidades Regionais de Educação, a Secretaria de Estado da Juventude participou da mesma com duas oficinas, (protagonismo juvenil e gênero e diversidade), onde atendeu um público de mais de 2,5 mil jovens, levando informações de suma importância para que o jovem torne-se protagonista de

	sua história. O encerramento da 1ª edição da caravana estudantil foi no dia 02 de dezembro na cidade de Imperatriz.
Democratização do acesso ao Estatuto da Juventude	O Estatuto da Juventude é um projeto de lei nº 12.852, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude. Ao longo destes dois anos de gestão foram distribuídos cerca de 30 mil exemplares por meio de oficinas de protagonismo juvenil em diversos espaços, além da disponibilização na sede da Seejuv.
Parceria com Ministério da Defesa	Durante o ano de 2015 a Secretaria da Juventude firmou parceria com o Ministério da Defesa, onde realizou o Projeto Rondon em janeiro de 2016 em uma edição especial, apenas com estudantes maranhenses em cinco municípios do plano mais IDH do Governo do Estado ¹⁸ .

Fonte: Elaborado pelo autor, a partir de dados coletados junto à Secretaria Estadual de Juventude – SEEJUV

Pelo fato desta secretaria atuar como complementar nas ações de outras secretarias, mediante o que está exposto neste texto, sobre a sua possibilidade de execução de políticas públicas ela tem desenvolvido um trabalho preferencialmente de articulação da juventude para a realização de políticas públicas que são inerentes a outras competências.

A Secretaria de Estado Extraordinária da Juventude – SEEJUV, em parceria com demais instituições governamentais, secretarias e coordenações municipais de juventude, tem realizado várias ações que visam o empoderamento do protagonismo juvenil, cumprindo assim com a sua finalidade de articular junto às demais secretarias de estado o estudo, a formulação, a implementação, a coordenação, o acompanhamento e a avaliação das políticas públicas do Estado [...] (MARANHÃO, 2017, p. 1).

Em função das iniciativas da SEEJUV é que fora realizado, em parceria com o MDA, um seminário para discussão do Plano Estadual de Juventude e Sucessão Rural, que é parte integrante das proposições do Plano Nacional de Juventude que já foi apresentado neste capítulo.

No que tange a juventude Rural, a Seejuv realizou um grande seminário com participação de jovens dos onze territórios da cidadania em parceria com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário, como fruto deste seminário a Secretaria de Estado da Juventude está na fase de elaboração do plano estadual de juventude e

¹⁸ O Programa mais IDH do Governo do Maranhão é uma ação junto aos 30 municípios com menores IDHM's no Estado e envolve diversas secretarias de Estado e Autarquias estaduais (Secretaria de Estado de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDES, da Secretaria de Estado de Articulação Política e Assuntos Federativos – SEAP, Secretaria de Estado de Saúde – SES, da Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, Secretaria de Estado de Agricultura Familiar – SAF, Secretaria de Estado de **Trabalho** e Economia Solidária – SETRES, Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano – SECID, Secretaria de Estado da Igualdade Racial, Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA e o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC), que forma o comitê gestor, coordenado pelo governador do Estado Flávio Dino. Esse programa foi proposto após a divulgação do IDHM's de 2013 que mostrou o Maranhão com 20 municípios com os piores índices de Desenvolvimento Humano entre os 100 piores do Brasil.

sucessão rural, seu processo de construção tem como base as demandas levantadas pelos jovens, por ser um plano amplo que trabalha a transversalidade tendo em vista que as demandas elencadas perpassam por diversos setores, tais como, saúde, educação, agricultura familiar, qualificação profissional, esta intersetorialidade do plano, fez com que Seejuv reunisse com diversas secretarias para assim trabalhar as responsabilidades inerentes a cada pasta. (MARANHÃO, 2017, p. 3).

Percebe-se então, na mesma linha do que viemos discorrendo nos tópicos acima, que para a juventude rural não existem programas, projetos ou ações específicas dentro da secretaria em destaque, o que não impede os jovens do campo de participarem das proposições destacadas na tabela acima. De forma pontual a única ação efetiva tem se dado a partir da discussão do plano estadual de sucessão rural, que não conseguimos ter acesso ao que vem sendo produzido.

Este trabalho, como dito em tópicos anteriores, tem uma fundamentação consoante com o pensamento do MST. Neste sentido, o tópico seguinte, fará uma análise de como a discussão sobre a juventude foi se dando ao longo da história deste movimento e de que forma a sua atuação geral beneficia o público jovem nos assentamentos.

3.6 Pensamento do MST sobre a juventude

Para a análise da concepção do MST sobre a juventude, tem-se como referência os documentos, historicamente construídos por este Movimento. Neste sentido, inicia-se pelo Programa Agrário, construído em 1984, que contempla as linhas gerais para a Reforma Agrária no Brasil; o Documento Básico Consolidado do MST, de julho de 1994, que incorpora e amplia os vários documentos elaborados pelo Movimento desde a sua criação (Documento Básico – 1989/1993; MST - Um Movimento de Massa – outubro de 1990; Construindo os Núcleos – abril de 1992; Acertando o Passo – setembro de 1992; Políticas de Alianças – janeiro de 1993; Políticas de Finanças – julho de 1993; Entendendo a Realidade para Acertar a Prática – julho de 1993; O Papel do Jornal Sem-terra – 1988; Manual dos Núcleos – outubro de 1990; O que queremos com as escolas dos assentamentos – junho de 1991; A política de relações internacionais; A Cooperação Agrícola nos Assentamentos – fevereiro de 1993); o Programa de Reforma Agrária do MST, elaborado em 1995; o Livro Construindo o Caminho, de 2001; o Programa Agrário, de 2005; e o Programa Agrário, este aprovado no VI Congresso Nacional do MST¹⁹, em 2014, bem como as diversas linhas políticas dos setores de atuação do MST.

¹⁹ O Congresso Nacional do MST é realizado de cinco em cinco anos, com assentados e acampados de todo o país onde o Movimento de organicidade. É no Congresso que se definem as principais linhas políticas para a

Nos estudos realizados percebe-se que as questões relacionadas à juventude no campo são destacadas nestes documentos de forma pontual, não havendo no primeiro momento, um coletivo que trate de forma mais específica das questões referentes a este público nos assentamentos e acampamentos. E, claro, considera-se a relevância dos debates contidos nos referidos estudos, mas destaca-se que o tema da juventude ainda não constituía debate mais profundo no MST o que vai ocorrer apenas após a realização dos encontros de jovens na Unicamp.

Os encontros massivos de jovens foram realizados durante os anos de 1999 e 2002, contava com a participação da juventude dos assentamentos e acampamentos de todo o país onde o MST têm presença organizativa. Nestes encontros discutiam-se a conjuntura nacional e temas relacionados às demandas dos jovens do campo, além de momentos culturais. Apresentaremos no decorrer deste tópico os desdobramentos políticos e organizativos oriundos destes encontros.

Como dissemos anteriormente, os encontros foram os momentos de definição da necessidade de uma atuação mais consistente para com a juventude, obviamente isso não implica em afirmar de antemão que não existia por parte do MST a preocupação com os jovens assentados e acampados, pois verificamos também que a própria constituição histórica da organização se deu a partir da juventude. Muitos dos atuais dirigentes, no início da organização, eram bastante jovens e talvez por isso este segmento tenha crescido com bastante vigor e firmeza, características próprias desta fase da vida. Mas observa-se que as propostas de ações para a juventude estão fragmentadas nas diversas espaços de discussão internas do Movimento.

Tal compreensão é ponto de análise do próprio MST, pois de acordo com o documento elaborado por seu Coletivo Nacional de Juventude (CNJ) em 2007, “a discussão sobre os jovens não é um tema novo para a organização, mas esse debate hoje é feito de forma mais específica e sistematizada” (CNJ, 2007, 04). Para o coletivo de juventude,

O início da nossa discussão de juventude de forma mais específica foram os encontros de jovens feitos na UNICAMP de 1999 a 2002, que reuniram muitos jovens do MST de todos os estados onde estávamos organizados e a partir desses encontros se intensificou o trabalho com a juventude nos estados e bons frutos foram colhidos pelos estados a partir desses encontros. (CNJ, 2007, p. 5)

O Coletivo Nacional de Juventude é fruto, principalmente desse processo de organização dos encontros massivos de jovens e posteriormente das diversas discussões nas

instâncias nacionais do Movimento – coordenação nacional, direção nacional – bem como em encontros realizados especificamente para pensar o trabalho com a juventude no MST.

[...] foi na instância da coordenação nacional, que em 2006 na reunião de Goiânia que definimos prioridade trabalhar com a juventude, a princípio na relação com os movimentos e organizações que trabalham com a juventude nas principais cidades do nosso país [...] a origem do coletivo de juventude do MST remete a realização do Seminário de Juventude da CMS em junho de 2006 que fizemos com todas as organizações e movimentos que construíam essa articulação e os Seminários de Juventude da Via Campesina que foi realizado em 2006 e 2007 ambos na ENFF. (CNJ, 2005. p. 7).

Não se tem ainda, neste momento de criação do coletivo, aprofundamento das linhas políticas de trabalho com juventude camponesa, mesmo sendo esta beneficiada com algumas das linhas gerais de atuação dos setores do Movimento, pois é público-alvo de atuação em diversas atividades do MST, como por exemplo, nos cursos de formação política, nas marchas nacionais e estaduais, no desenvolvimento de atividades de comunicação e propaganda e nos diversos cursos que o MST realiza conjuntamente com as universidades e escolas de ensino médio através do Pronera e de outras parcerias tanto em escalas nacional, como estaduais e regionais.

Pode-se perceber que o MST a partir da leitura dos documentos, tem duas orientações gerais para o trabalho com os jovens. A primeira diz respeito às questões internas da organização, o pensamento revolucionário que o Movimento defende que é de se construir uma sociedade liberta do capitalismo e construção de uma sociedade em que todos os cidadãos possam viver com dignidade, onde a terra conquistada deve ser o espaço primordial de moradia, trabalho e convivência social. Esta concepção é apregoada nos seus mais diversos espaços de formação político-ideológica, tanto nos assentamentos, como nas escolas de formação, e de forma muito particular em suas atividades de formação como os cursos, encontros e mobilizações. A segunda se dá a partir da preocupação com o externo ao Movimento e à própria sobrevivência desta juventude, e que está relacionada às questões vinculadas principalmente à educação, ao trabalho e à renda, e porque não dizer a aspectos complementares ao próprio momento da vida juvenil que é a cultura, o esporte e o lazer.

[...] nossa juventude vê ameaçada sua condição de sobrevivência e reprodução cultural, com falta de acesso à educação, tecnologias, trabalho e renda, cultura, esporte e lazer. A Reforma Agrária popular passa pela construção de força real e protagonismo da juventude camponesa, nas tomadas de decisões, nos processos organizativos e nas lutas. (MST, 2017, p. 3).

O que se expressa na citação acima e as duas lógicas destacadas no parágrafo anterior, estão permeadas de ideologias e estão intimamente ligadas ao momento histórico de vida que cada jovem passa. As questões relativas ao processo de capacitação para o trabalho têm ganho uma dimensão muito grande na organização, preparar o jovem para que este tenha condições técnicas, sociais e econômicas de permanecer em sua comunidade, melhorando a sua sobrevivência e a de seus familiares na própria comunidade, garantindo a reprodução social e cultural do campo, com valores não capitalistas nas suas relações.

Nesse sentido, o PRONERA – já destacado neste texto – é uma das políticas públicas para o campo de fundamental importância no que tange à formação profissional desta juventude. Para isto, no entanto, destaca-se o papel do MST, que propõe, organiza e ajuda a coordenar diversos cursos realizados em articulação como o Programa, juntamente com o INCRA e diversas universidades de todo o país, nas mais diversas áreas do conhecimento, para filhos e filhas de assentados e/ou acampados. São cursos como magistério, técnico em agropecuária, técnico em saúde comunitária, técnico em administração em cooperativa, técnico em comunicação popular, pedagogia, direito, agronomia, letras, história, geografia e ciências agrárias.

Essa relação do pensamento do MST sobre o papel da juventude camponesa com a prática do Movimento apresenta-se completamente dialética, visto que, mesmo não tendo a *priori* às linhas políticas delineadas, não é por isso que a organização se furta em desenvolver o seu trabalho. Muito pelo contrário, é no trabalho que a organização passa a sentir a necessidade de elaboração dessas linhas políticas.

É a partir da constituição do Coletivo Nacional de Juventude do MST, em junho de 2007, que as propostas começam a ser definidas e ficar mais claras, e os objetivos mais delineados, o que permitiu compreender qual deve ser o papel que os jovens assentados e acampados necessitam desempenhar na construção da Reforma Agrária no país.

Para o Movimento Sem-terra, os jovens devem empunhar a bandeira da Reforma Agrária como sinônimo da construção de uma sociedade diferente. Para isso é necessário que se empenhem na construção de um instrumento de articulação forte, que represente as reais necessidades dos jovens, tanto rurais, como urbanos. Para o MST, a problemática da juventude perpassa os limites agrários.

Sabendo da nova natureza na nossa luta pela reforma agrária e quem são os nossos inimigos a nossa juventude do MST tem a tarefa e o dever histórico de contribuir com a nossa organização na massificação dos nossos acampamentos, no desenvolvimento dos assentamentos e na relação com as outras forças sociais que atuam na sociedade

para que possamos construir um modelo de território rural, mas também uma nova sociedade. (CNJ, 2007. p. 4).

A proposta para a juventude do MST, a partir do acúmulo de discussão que foi sendo realizado, é composta de ideias de que é necessário que o Estado implante políticas públicas direcionadas aos jovens do meio rural para que estes possam permanecer no campo e suprimir o ideal do urbano, que é colocado a todo o instante pelos diversos meios informacionais.

O Movimento quer mostrar para a juventude que para ela viver bem, com educação, saúde, trabalho, renda e dignidade, não é necessário que este se afaste do seu convívio, da sua comunidade; que no campo pode-se viver bem, com qualidade de vida, desde que nos seja dada as condições. (Dirigente Estadual do MST, entrevista realizada em janeiro de 2016).

O Coletivo Nacional de Juventude entende que somente serão atendidos os anseios dos jovens, tanto do campo, como da cidade, se estes se movimentarem, por isso no documento “Juventude do MST: pontos para o debate” (CNJ, 2007), estão pontuados diversos temas ou bandeiras de lutas que podem aglutinar a juventude e fazer com que esta seja o sujeito principal nas mudanças que o país precisa, tais como:

Educação pública gratuita de qualidade e popular; Acesso ao trabalho e à renda como forma de garantir uma certa autonomia aos/as jovens; Arte e cultura como forma de valorizar a cultura nacional e popular [...]; Lutar pelo acesso aos bens de esporte e lazer para a juventude do campo e da cidade; Lutar pelo acesso a comunicação como forma de combater o monopólio dos meios de comunicações privados no nosso país [...] Colocar as discussões de Classe, Raça, Juventude e Gênero, mas sem perder de vista o debate estratégico geral da construção de uma sociedade socialista mais justa e igualitária; Debater e combater a violência e a criminalização da pobreza no Meio Rural e Urbano, entendendo que ela é resultado da exploração capitalista no mundo; Luta Anticapitalista e Anti-imperialista como forma de colocar nessa bandeira a possibilidade de a juventude aliar sua pauta mais específica com a pauta maior de luta de todas as forças sociais para que a juventude não fique isolada no seu “Gueto”. (CNJ, 2007, p. 7).

Estas proposições de ações para a juventude, sintetizam aquilo que dissemos mais acima, que o MST tem buscado clarear o papel da juventude camponesa no sentido do pensar politicamente, profissionalmente e socialmente para a juventude dos assentamentos e acampamentos.

Ainda no documento “Juventude do MST: pontos para o debate” (CNJ, 2007), foram apresentados os principais desafios e tarefas para o fortalecimento do Coletivo, bem como para o amadurecimento das linhas políticas de atuação com a juventude no Movimento. As tarefas apresentadas ainda no ano de 2007 eram:

Retomar o trabalho de base e de massificação da luta pela terra; Contribuir na formação política da nossa base social e do conjunto dos nossos militantes e dirigentes fortalecendo o programa nacional da juventude da classe trabalhadora; Consolidação de práticas que levem em conta novos valores: construir novos valores que façam um contraponto aos valores da sociedade capitalista, construindo no dia-a-dia valores socialistas e humanistas, de solidariedade, respeito, companheirismo que orientem a nossa prática diária; Construção das Assembleias Populares nos estados e nos municípios [...]; Criação de brigadas de agitação e propaganda [...] como uma ferramenta da classe [...] uma brigada permanente, que estude e se aproprie das técnicas e aprendizados históricos de AgitProp; [...] os coletivos e setores, educação, formação, comunicação, cultura, produção, juntos com o coletivo de juventude tem a tarefa de pensar internamente a nossa juventude. (CNJ, 2007, p. 8)

Da criação do Coletivo no ano de 2007 até os dias atuais o principal desafio do MST foi fortalecer o entendimento da necessidade da construção das linhas políticas para o trabalho com o público jovem em todos os lugares aonde o Movimento tem desenvolvido ações.

Na construção de seu projeto de Reforma Agrária Popular, o Movimento defende o trabalho sistemático com a juventude, que deve cumprir um papel estratégico para o fortalecimento da agricultura camponesa e dos territórios conquistados fruto de muitas lutas contra o latifúndio no país representado atualmente pelo agronegócio. Porém de acordo com o MST (2016, p. 4)

[...] ainda não resolvemos o problema do trabalho no campo para a juventude, por dois fatores principais: o primeiro é que o agronegócio tem a hegemonia do campo e com isso o trabalho se torna precarizado, prioriza as máquinas agrícolas e expulsa a juventude do campo. O segundo é que a reforma agrária está paralisada, que gera empregos no campo, a falta de política públicas estruturantes. Esses fatores implicam em uma saída em massa da juventude de nossos assentamentos em busca de emprego nas cidades. É fato que nossa juventude em sua maioria não retira seu sustento da agricultura, uma parte depende dos pais por não terem o lote próprio, outros optam por não trabalhar diretamente na agricultura. Resolver o problema do trabalho e renda é urgente e necessário. Isso deve ser colocado não como problema mais como um desafio para nossa proposta de reforma agrária popular.

Essa Reforma Agrária Popular, que vem sido construída, a partir dos anos de luta e resistência dos movimentos sociais de camponeses e camponesas e encabeçada pelo MST, é uma proposta diferente daquilo que até hoje se pensou do ponto de vista governamental para o campo no Brasil. Neste sentido, de acordo com o MST (2013, p. 149)

Essa proposta de reforma agrária reflete parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira para construir uma nova sociedade igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável. Desta forma, as propostas de medidas necessárias devem fazer parte de um amplo processo de mudanças na sociedade e, fundamentalmente, da alteração da atual estrutura de organização da produção e da relação do ser humano com a natureza, de modo que todo o processo de organização e desenvolvimento da produção no campo aponte para a superação da exploração, da dominação política, da alienação ideológica e da destruição da natureza. Isso significa valorizar e garantir trabalho a todas as pessoas como condição à emancipação humana e à construção da

dignidade e da igualdade entre todos e no estabelecimento de relações harmônicas do ser humano com a natureza.

Esta proposta de reforma agrária popular, é pontuada a partir de diversas mudanças que se fazem necessárias no campo, dentre elas: o uso e controle das terras, a questão da água como fonte de vida, a organização da produção, um novo modelo tecnológico, o manejo sustentável da água e irrigação, uma nova política agrícola pública, a educação no campo, a industrialização e o desenvolvimento da infraestrutura social. Para o MST (2013, p. 163) “para a realização desse programa de reforma agrária, deve-se implementar mudanças imediatas na forma de funcionamento das instituições públicas que atuam na agricultura e em todos os ministérios relacionados com os serviços públicos para o meio rural”.

A participação da juventude na construção dessa proposta de reforma agrária popular é de fundamental importância, pois os jovens cumprem um papel político importante dentro dos assentamentos, por estes serem uma parcela desta população que devem ser atingidas com todas essas mudanças propostas neste programa.

No programa, a construção das linhas políticas bem como da organicidade dos coletivos de juventude é atualmente o ponto chave dentro da organização da juventude do MST, para que a partir desta organização possa-se traçar ações que fortaleçam a pertença da juventude à classe trabalhadora camponesa, principalmente através da educação e do trabalho. Essa organicidade deve estar da base às instâncias de decisões regionais, estaduais e nacional e não deve ser descolada da articulação com todos os setores do MST.

4 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS CALIFÓRNIA E NOVA CONQUISTA NO MUNICÍPIO AÇAILÂNDIA-MARANHÃO

Os Assentamentos Califórnia e Nova Conquista são frutos da mesma luta pela terra ocorrida durante os anos de 1996 e 1997. Como foi descrito na primeira seção deste trabalho, o Maranhão passou por um processo de intensa grilagem de terras e de crescimento do latifúndio no século XX, notadamente a partir da década 1930, mas com forte crescimento dessa concentração a partir da década de 1970. Essas duas características de ocupação do campo maranhense empurrou os camponeses para as cidades que passavam a surgir, como foi o caso de Açailândia na década de 1970 e de outras que começavam a se destacar, como a cidade de Imperatriz, localizada a 70 quilômetros de Açailândia.

4.1 O processo inicial de ocupação

Na madrugada do dia 25 de março de 1996 um grupo de aproximadamente 300 famílias ocupou a Fazenda Califórnia, situada à margem da BR 010, Km 275 no município Açailândia. As famílias montaram acampamento próximo à sede da fazenda, que estava abandonada. No terceiro dia após a ocupação as famílias sofreram à ação da Polícia Militar do Maranhão que detinha uma ordem de despejo e de reintegração de posse ao proprietário. De acordo com um dos ocupantes e hoje assentado, “não houve repressão policial, pois os acampados não demonstraram reação” (in: MASCENA, 1998).

Após a ação policial, todos os que se encontravam no acampamento foram levados para um acampamento provisório, construído com lonas e palhas de palmeira de babaçu. Esse acampamento foi construído na entrada do Assentamento Itacira (BR-010), a 30 quilômetros da cidade de Imperatriz, com o apoio da comunidade.

Sáimos com destino ao Acampamento Criminosa, onde ficamos por 90 dias na beira da estrada BR 010, passando pelas piores condições de sobrevivência, morando em barracos de lona preta ou de palhas, sem nem uma assistência governamental, mas tivemos sempre o apoio dos grupos organizados, entidades e sindicatos. (MASCENA, 1998, p. 40).

A falta de terras para trabalhar, junto ao trabalho de articulação do MST fez com que o

acampamento provisório aumentasse intensamente, chegando a contar com disposição para a luta de cerca de 820 famílias.

Com essa ocupação em forma de pressão conseguimos cadastrar mais famílias, ficando um total de 820, naquele desconforto, como o Incra estava demorando com a negociação propôs nos transferir para uma área da União que não era suficiente para assentar todas as famílias. Protestamos e resolvemos reocupar a fazenda novamente, ficando desta vez do lado de fora na beira da estrada Belém-Brasília, e de lá se foi mais 30 dias sem nem uma solução. (MASCENA, 1998, p. 40).

As negociações com o Incra do Maranhão sempre foram morosas e isto fazia com os acampados, que já estavam desde o início na luta e os demais que foram se agregando, comesçassem a traçar novas metas. A proposta era a necessidade de reocupar a Fazenda Califórnia, porém após várias discussões os ocupantes chegaram ao consenso de mudar o acampamento para a frente da fazenda, enquanto se mantinham as negociações com o Incra, para definir o deslocamento das famílias para uma área de terras da União, destinada para desenvolvimento de projetos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, que se encontrava abandonada, sendo que parte dela servia para treinamento do Exército.

A partir daí, inúmeras negociações foram feitas com o Incra, resultando na apresentação de uma área conhecida como Sudam, por ter sido definida para investimentos da Sudam. Segundo informações do Plano de Recuperação dos Assentamentos (PRA) (2008), a área com um território de 23.324,07 hectares estava sendo utilizada para treinamento do 50º Batalhão de Infantaria de Selva. Em maio, um grupo de setenta famílias ocupou uma parte da área conhecida como Jacaré, mesmo após a área ter sido negociada, formando assim a primeira agrovila do futuro assentamento, vila que recebeu o nome de Nova Vitória. Como estratégia para apressar as negociações, o MST decidiu reocupar a fazenda Califórnia e reforçar a ocupação da área da Sudam, e as famílias foram divididas de acordo com a capacidade das duas áreas. Conforme informações das lideranças do assentamento Califórnia, a ocupação foi feita no dia 14 de julho de 1996, parte dos acampados ocuparam novamente a fazenda Califórnia e mais de 500 famílias ocuparam a área da Sudam. (TAVEIRA, 2014. p. 112).

Na área da fazenda Califórnia com as famílias dentro da área era necessário garantir a sobrevivência destas e como as negociações para desapropriação da área junto ao INCRA, estavam muito lentas foi proposto um acordo entre as partes envolvidas (Incra, fazendeiro e as famílias) para que fosse permitido, enquanto se resolvia o processo, o acesso a uma área para fazerem as roças. Este acordo foi então acertado e o procedeu-se a delimitação da área, onde foi construída a primeira Vila e o início dos trabalhos nas roças.

Já na área da Sudam, a realidade era mais dinâmica, pois como a área é mais extensa, precisou haver uma reorganização das famílias que se deslocaram para a ocupação em agrovilas

para que pudessem ficar mais próximas dos lotes.

Na área já negociada com o Incra foram ocupados mais quatro pontos, formando as Vilas Nova Conquista, Sudelândia, Macaúba e Conquista da Lagoa, formando ao todo cinco agrovilas, pois a Vila Nova Vitória foi ocupada primeiro. No total, o assentamento ficou com 503 famílias. Essa divisão entre as vilas se deu pela necessidade de alocarem famílias em toda a extensão do assentamento, pois a área ultrapassava 23 mil hectares. Essas vilas passaram a fazer parte de um único assentamento, o Projeto de Assentamento Açaí, criado em setembro de 2006, num processo relativamente rápido se comparado à conquista de outros assentamentos. (TAVEIRA, 2014, p. 113).

O Assentamento Califórnia foi formado pela desapropriação das áreas das fazendas Califórnia, Califórnia I, Divisor IV e Califórnia II, no dia 24 de janeiro de 1997, sua área total compreende um total de 4.150,0908 hectares de acordo com o PRA (2008) e o Assentamento Açaí, pela desapropriação da área da Sudam no dia 27 de setembro de 1996, com uma área de 23.324,0700 hectares, de acordo com o PRA (2008), sendo, por isso dividida em cinco Agrovilas (Nova Conquista, Nova Vitória, Sudelândia, Conquista da Lagoa e Macaúba) tendo cada uma, dinâmica e organicidade completamente diferentes, visto que as Agrovilas se autoganzam, por isso o MST, que por alguns anos ajudou na articulação e organização interna de todas as agrovilas trata cada uma separadamente como se fossem Projetos de Assentamentos distintos. Considerando este processo de luta e constituição dos assentamentos Califórnia e Açaí é que escolhemos estes dois territórios como objeto de estudo. A definição da agrovila Nova Conquista, se deu pelo fato de atualmente ser a comunidade que ainda tem um trabalho consistente do MST, pois as demais havia muito tempo não comungam com as diretrizes do movimento.

4.2. Caracterização socioeconômica do Assentamento Califórnia

O Assentamento Califórnia localiza-se a treze quilômetros da cidade de Açailândia, sede do município, e sua agrovila, local de moradia das famílias, está localizada à margem direita da BR-010 sentido Belém-Brasília. Essa localização, acrescida da iniciativa de grandes empresas na região, como é o caso atualmente da Suzano Papel e Celulose S/A, que detém a plantação de eucalipto para a produção da celulose na cidade de Imperatriz, faz com que a agrovila do assentamento tenha sido ponto de referência para a construção de moradias, tanto para trabalhadores das empresas como para parentes de assentados.

Figura 1: Vista Lateral da Entrada do Assentamento Califórnia



Fonte: MASCENA. Pesquisa de Campo, março de 2017

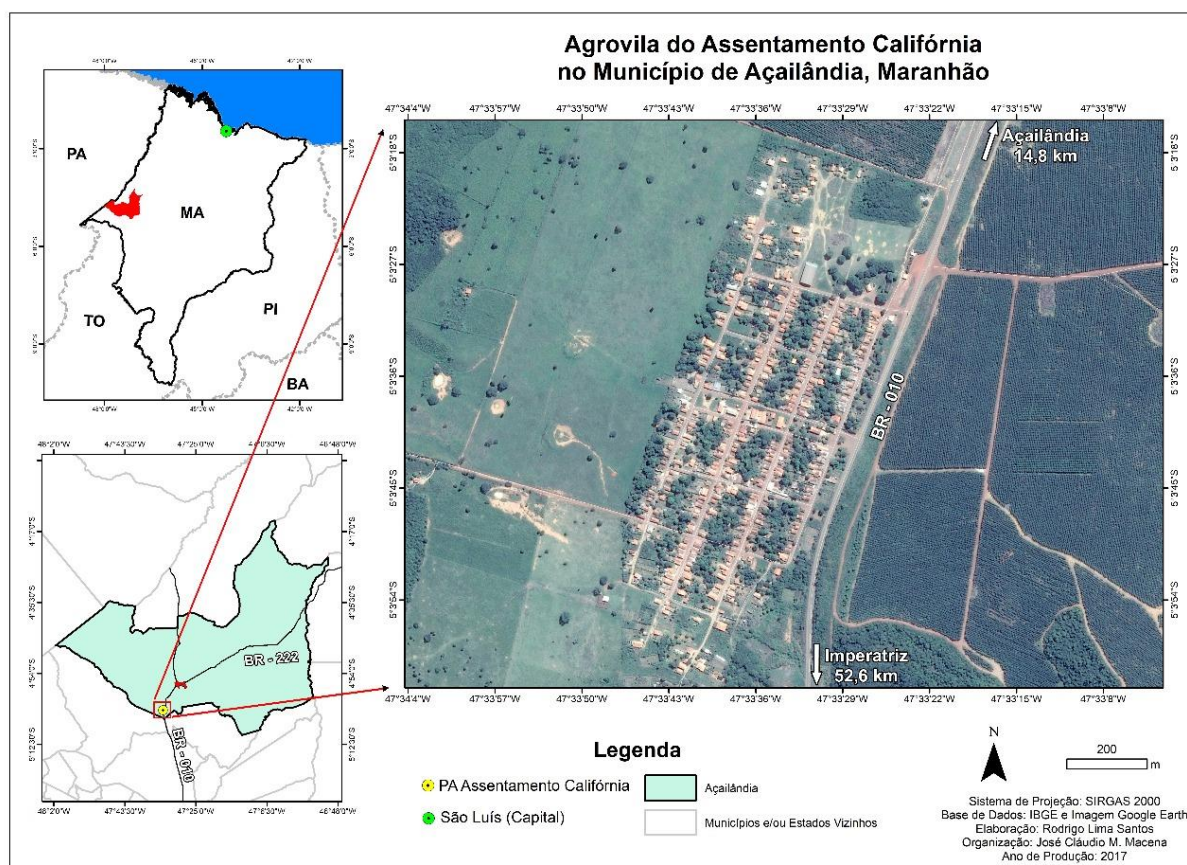
A partir do ano de 1998 as famílias, então assentadas àquela época, começaram a receber os benefícios aos quais têm direito todo o beneficiário da Reforma Agrária. De acordo com o PRA (2008, p. 116-117),

Em 1998 os assentados (as) obtiveram acesso ao crédito Fomento no valor de R\$ 1.080,00/família, totalizando R\$ 195.480,00, este valor foi investido na compra de um caminhão, no intuito de melhorar o transporte dos produtos agropecuários oriundos dos lotes, na construção de uma casa de farinha, máquina de pilar arroz e uma forrageira, restando ainda o valor de R\$ 600,00 para cada família. Ainda no ano de 1998 a comunidade do assentamento acessou o crédito Habitação no valor de R\$ 2.500,00 por família [...] Após a criação da Associação dos Agricultores do P.A Califórnia o projeto de Custeio Agrícola foi elaborado através de convênio do Governo Federal, Projeto LUMIAR, no valor de R\$ 2.000,00 em 1997. Em 1998, foi iniciado o PROCERA (Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária) no valor de R\$ 9.500,00 por família, financiados pelo Banco do Brasil e pelo Bando do Nordeste do Brasil. Com o PROCERA as famílias acessaram em média um valor inicial de R\$ 7.500,00, em crédito a ser investido no trabalho agropecuário, entretanto, não atingiram o teto máximo do projeto, fazendo em seguida seu Complemento, no valor de R\$ 2.000,00, assim completando o valor de R\$ 9.500,00.

Os assentados posteriores às datas mencionadas no excerto acima também beneficiados. Sabemos que os valores mudaram ao longo dos anos, porém devido aos limites desta pesquisa, não foi possível verificar quais os valores recebidos por beneficiário, pois não conseguimos identificar quais seriam eles.

O Assentamento Califórnia como dito anteriormente, localiza-se a treze quilômetros de Açailândia e é um território atualmente cercado por monocultivo de eucalipto da empresa Suzano Papel e Celulose. A seguir o mapa que localiza a comunidade e seus arredores.

Mapa 4 – Localização geográfica do assentamento Califórnia



Fonte: Elaboração – Prof. Me. Rodrigo Lima (2017)

A organização do Assentamento foi coordenada pelo MST, que desde o processo inicial da luta pela conquista da terra esteve presente em todos os momentos de discussão, acompanhando as necessidades da comunidade. Para o MST, a luta pela terra é apenas uma parte da luta pela Reforma Agrária verdadeiramente democrática, pois a mesma só poderá acontecer quando os trabalhadores tiverem todas as condições objetivas e subjetivas de viver com dignidade na terra que conquistaram, e neste sentido a reforma agrária “[...] se insere na luta da classe trabalhadora pela construção de relações sociais de produção que eliminem a exploração, a concentração da propriedade privada, a injustiça e as desigualdades [...]” (MST, 2014. p. 33)

A organização interna dos assentamentos organizados pelo MST se inicia com a divisão das famílias em núcleos para facilitar a discussão dos principais problemas e posteriormente vão sendo criados, a partir das habilidades e vontades dos agricultores os setores que fazem parte da organicidade interna do MST, tais como Educação, Formação, Saúde, Comunicação, Frente de Massas, Cultura e Gênero. As discussões realizadas nos núcleos vão pontuando as necessidades mais emergenciais para a comunidade. Durante vários anos os setores foram organizados dentro da comunidade como base de organicidade do MST, sendo que atualmente alguns não estão mais em funcionamento. Atualmente os setores de maior articulação e que tem representantes são o de educação, formação e produção.

As conquistas vão se dando lentamente e sempre fruto de pressão junto aos órgãos governamentais municipais, estaduais e federais. Duas necessidades básicas para a comunidade só foram tendidas no ano de 1999: o acesso à educação e à saúde.

[...] a comunidade do assentamento no ano de 1999 manteve contato com a prefeitura de Açailândia para o requerimento da implantação de uma escola na agrovila, após um árduo processo de negociação conseguiram com que o prefeito, após audiência com deputados, autorizasse o funcionamento da escola com a implantação das séries iniciais e acompanhamento de dois professores. [...] Após sua criação estes se dirigiram à secretaria de saúde para levar as reivindicações do assentamento por melhores condições e acesso à saúde na comunidade. Uma das principais exigências era o atendimento médico e materiais de primeiros socorros. Em junho de 1999 veio o primeiro médico com uma equipe de saúde e a disponibilidade de medicamentos para as famílias. (PRA, 2008, p. 63).

A escola que hoje atende alunos de toda a educação básica foi construída no ano de 2002 e é uma parceria entre a prefeitura municipal e o governo do estado do Maranhão, tendo aulas nos três turnos (matutino, vespertino e noturno), é coordenada por professores do próprio assentamento e por outros profissionais que são funcionários de carreira do município e do estado e atendem a escola. As imagens 2 e 3 que se seguem mostram a parte frontal e interna de parte da escola.

Figura 2 – Vista frontal da Escola Assentamento Califórnia



Fonte: MASCENA. Pesquisa de Campo março 2017

Figura 3 – Vista interna da Escola Assentamento Califórnia



Fonte: MASCENA. Pesquisa de Campo, março 2017.

A escola funciona nos turnos matutino e vespertino atendendo aos alunos da educação infantil até o nono ano e no turno noturno o Ensino Médio, que funciona como anexo do Centro de Ensino Lourenço Antônio Galleti que é uma escola localizada na cidade Açailândia. O corpo administrativo e pedagógico da escola no tocante ao ensino fundamental é composto por: Uma diretora, um coordenador pedagógico, dois secretários, dois agentes de portarias, duas merendeiras, duas zeladoras, duas promotoras de leitura, duas cuidadoras de crianças especiais, três educadoras infantis, Sete professores dos anos iniciais (1º ao 5º ano), sete professores dos anos finais (6º ao 9º ano).

No que trata da parte do Ensino Médio, que começou a ser inserido na comunidade em 2005, como funciona como anexo, existe um gestor eleito pela comunidade que também acumula a função de coordenador pedagógico e conta com o trabalho de seis professores que se dividem na ministração das disciplinas do currículo. Dos seis professores que atuam nessa etapa da educação básica apenas um mora no Assentamento, quatro moram em Açailândia e um em Imperatriz.

Percebe-se que a inserção de profissionais ligados à concepção de educação do MST e à educação do campo está presente no segmento do ensino fundamental e que tem possibilitado uma maior articulação entre as diferentes concepções pedagógicas e que pode ampliar os horizontes educativos para além do processo ensino-aprendizagem na escola. De acordo com entrevista realizada com a coordenação da escola em fevereiro de 2017,

Há na escola uma forte intervenção política e pedagógica no sentido de promover uma consciência de classe desde as crianças até aos jovens, mesmo acreditamos que isso não é suficiente, porém é o que a escola pode e deve fazer no sentido de garantir o sentimento de pertença à classe trabalhadora camponesa.

No que concerne à educação do Ensino Médio, pelo fato da coordenação está com um profissional que participa da militância do MST, existe uma articulação com os professores para que estes tenham uma visão diferenciada do ensino na comunidade, visto que os mesmos são de experiências do urbano, porém muitos destes profissionais já estão trabalhando a mais de três anos na escola o que facilita a organização e dinâmica do trabalho com os jovens.

A formação educacional é em grande parte, responsável pela garantia da mística camponesa e do trabalho camponês. É neste espaço de descoberta que as crianças e posteriormente os jovens podem se identificar como classe e ajudar na busca de alternativas para sua comunidade no tocante ao processo socioeconômico.

Outro grande desafio da comunidade foi à luta pela saúde. Através da constituição do

coletivo de saúde do MST na comunidade que foi sendo constituído desde o início da formação do Assentamento. Este coletivo, que se articula com o setor de saúde estadual e nacional, teve como primeira grande tarefa, a responsabilidade de articular a luta pela saúde preventiva através de palestras e reuniões, principalmente com as mulheres o que se transformou na iniciativa de constituição de uma horta comunitária medicinal “que atende a casos mais simples através da administração de xaropes e purgantes” (PRA, 2008, p. 75).

Uma segunda grande tarefa do coletivo de saúde foi a articulação da luta pela saúde curativa através da proposição e efetivação de um posto de saúde na comunidade. Este posto de saúde que se iniciou apenas como um ponto de apoio aos profissionais que vinha da cidade hoje funciona diariamente como uma Estratégia de Saúde da Família – ESF, e conta com uma técnica e um técnico de enfermagem, uma assistente de saúde, um enfermeiro que fazem o acompanhamento todos os dias da semana e um médico que atende em dois dias. Além desses, a comunidade conta com o acompanhamento de duas agentes de saúde que fazem o mapeamento semanal de todos os casos que requerem acompanhamento.

Abaixo, imagem frontal do Posto de Saúde, no dia em agentes de endemias realizavam a vacinação dos cães e gatos da comunidade.

Figura 4 – Vista Frontal do Posto de Saúde Assentamento Califórnia



Fonte: MASCENA. Pesquisa de campo março de 2017.

De certa forma o atendimento à saúde na comunidade tem sido satisfatório segundo a representante do posto, visto que muitas comunidades não têm o mesmo privilégio, por exemplo, de ter um médico duas vezes por semana, sendo que é muito mais fácil o deslocamento da população do Assentamento para a sede do município de que outras comunidades mais distantes.

Observamos que a estrutura do Assentamento é fruto de dois movimentos conectados: o primeiro a organização interna dos assentados e um segundo a disposição para ir à luta por seus direitos. Porém esta organização atualmente passa por diversos problemas. A saída de lideranças ou o distanciamento destas da luta conjugado com a grande mobilidade populacional dificulta uma maior compreensão do processo de luta e afastam os novos moradores desse processo, principalmente no que diz respeito à luta pautada pelo MST.

Hoje a organicidade se dá mais por conta de representações de entidades do próprio assentamento. Por exemplo, presidentes ou representantes de associações do assentamento, das duas igrejas, no caso a Católica e Assembleia de Deus, por seriam as pioneiras no assentamento. Representação da Escola, do postinho de saúde, que antigamente era o “coletivo de saúde” E assim, a gente se reúne periodicamente, mas quando estamos com algum problema. (Liderança 1 – Assentamento Califórnia. Entrevista realizada em fevereiro de 2017).

Com o passar do tempo os assentados foram se distanciando do foco do MST hoje o número de famílias que apoiam de forma mais consistente já são a minoria, outras tantas eventualmente apoiam e ainda tem um grupo que não aceita. Essas relações dificultam as ações do MST limitando o avanço da luta mesmo assim, ainda é possível mobilizar. (Liderança 2 – Assentamento Califórnia. Entrevista realizada em fevereiro de 2017).

Ao longo de vinte anos de história a comunidade foi adquirindo novas conquistas estruturais para o Assentamento, fruto das lutas pautadas pelo MST ou pelas entidades representativas dos assentados. Além da escola e do posto de saúde a Agrovila do Assentamento é abastecido hoje com energia elétrica trifásica, água distribuída em todas as residências a partir de poços artesianos, as ruas são pavimentadas com asfalto na parte mais antiga da vila, torre para telefonia móvel, campo de futebol, quadra poliesportiva, comércios de diversos tipos, além de uma vida social intensa com igrejas, bares e clubes de festas.

Abaixo imagens que apresentam parte da realidade estrutural das ruas do Assentamento Califórnia

Figura 5 – Ruas do Assentamento Califórnia



Fonte: MASCENA. Pesquisa de Campo, março 2017.

Apesar de todo o avanço estrutural na comunidade, de acordo com as lideranças entrevistadas esta estrutura, ainda não é satisfatória para uma vida com maior dignidade. Em entrevista realizada com as lideranças, perguntamos se a estrutura do Assentamento é satisfatória para uma vida digna. De acordo com as lideranças, é não, porque:

[...] os assentados precisam de mais estruturas para continuar o sonho de ficar totalmente independente na sua terra, trabalhando na sua terra e vivendo exclusivamente dela. É necessária água nos lotes. Já existe alguns poços, entretanto, foram cavados por eles mesmos. Alguns assentados se organizaram em Pequenos Grupos e fizeram os poços. Mas, a grande maioria ainda não tem lá água nos lotes. Precisa ainda de escoamento da produção para a cidade; precisa de mercado garantido para os produtos. Para isso, no assentamento de um modo geral a grande necessidade é essa. E ainda acrescento, o fato de jovens terem que sair daqui para estudar fora porque não tem um colégio de Ensino Médio específico para ensino médio. Os moradores jovens e adultos que estudam que no ensino médio estudam na escola do assentamento, um anexo de uma escola de ensino médio da cidade. Ou seja, com um projeto político-pedagógico de uma de uma escola da cidade, totalmente diferente da realidade camponesa. (Liderança 1 – Assentamento Califórnia. Entrevista realizada em fevereiro de 2017).

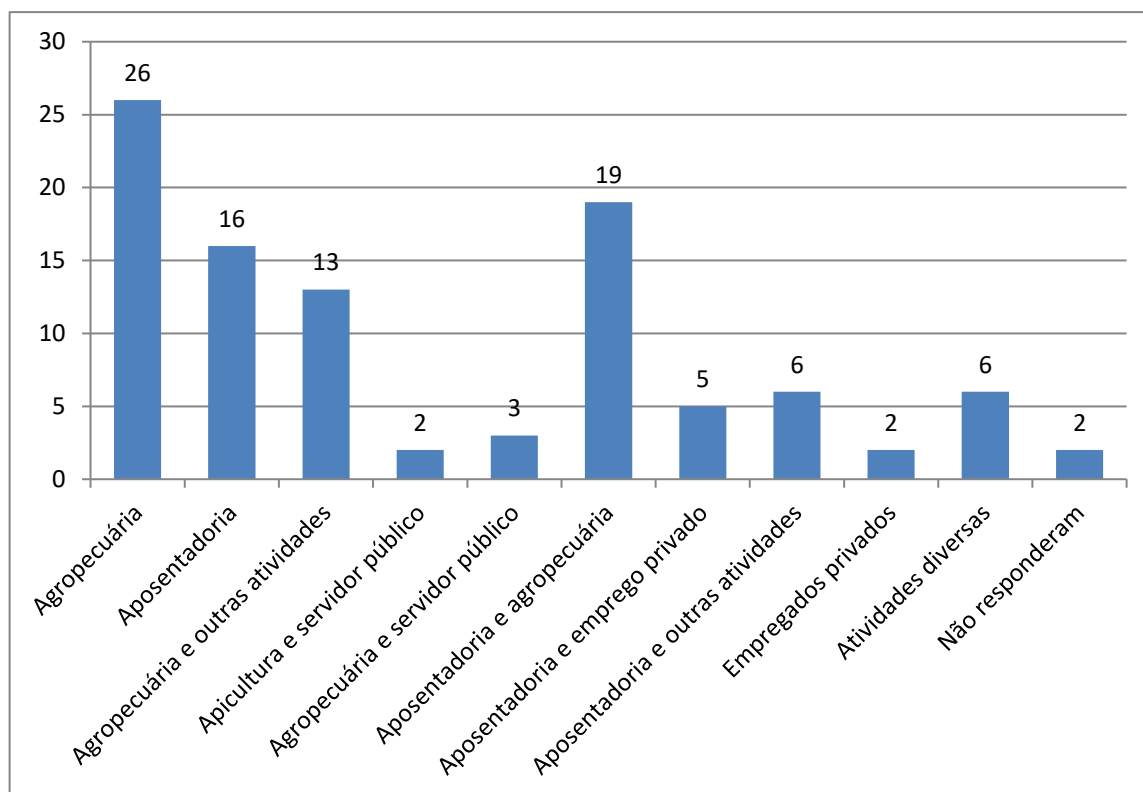
[...] o projeto de assentamento é composto de uma agrovila e das áreas de produção...enquanto a agrovila tem característica urbana com 100% pavimentada,

distribuição de água de boa qualidade e em quantidade satisfatória, rede de energia trifásica, rede de telefone fixo e móvel, internet via rádio posto de saúde com técnicos de enfermagem semana toda, enfermeiro e médico duas vezes por semana, escola do ensino infantil, fundamental e médio, comércio de alimentos e outras necessidades relativamente bom, uma quadra poliesportiva... ,no entanto, nas áreas de produção fica um descaso, estrada de chão, pessimamente conservada ou quase sem condições de tráfego, não tem suprimento de água (a não ser uns poucos poços particulares) sem acompanhamento técnico e sem acesso à tecnologia atual de produção tanto vegetal como animal. (Liderança 2 – Assentamento Califórnia. Entrevista realizada em fevereiro de 2017).

Uma realidade extremamente preocupante do ponto de vista da organicidade do Assentamento é o crescimento desordenado tanto do ponto de vista populacional como do ponto de vista territorial da Agrovila. Esse crescimento desordenado se dá devido à localização do Assentamento ser de fácil acesso para a cidade de Açailândia, pela vinda de pessoas para o trabalho nas carvoarias ao lado da vila e para o trabalho nas empresas terceirizadas da Vale e hoje da Suzano Papel e Celulose e ainda do crescimento das famílias dos filhos de assentados que vão construindo novas residências, como nos conta uma liderança que participou de todo o processo.

[...] a população de agregados e familiares está em um nível comparado aos dos assentados. Partes são famílias resultado dos desdobramentos das famílias remanescentes da ocupação, outros são amigos de assentados e uma quantidade significativa de famílias são de pessoas que simpatizarão com o assentamento por esta muito próximo (13km do centro de Açailândia) e ter ótimo acesso e a infraestrutura da agrovila, proporcionar conforto que a maioria dos bairros da sede do município não oferece. Muitos dessas pessoas vendem sua força de trabalho para assentados e proprietários de lotes, são prestadores de serviço público, o que não deixa de ser positivo, todavia, a maioria dessas pessoas estão apenas usufruindo dos benefícios disponibilizados aos assentados e baixo preço de moradias e ainda interfere negativamente no processo de politização da comunidade, pois, normalmente esses não compreendem o papel e a importância do MST e da luta. (Liderança 2 – Assentamento Califórnia. Entrevista realizada em fevereiro de 2017).

Do ponto de vista da dinâmica econômica das famílias no Assentamento Califórnia, são diversas as atividades desenvolvidas pelas famílias na comunidade, sendo que em sua grande maioria tem a base na agropecuária porém desenvolvem ou recebem outros benefícios. O destaque é para o crescimento da produção de hortaliças que são vendidas nas feiras de cidades próximas e para um grande número de pessoas aposentadas e pensionistas. De acordo com dados obtidos com cem famílias assentadas, atualmente as atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias como principais não sua obtenção de renda se organizam de acordo com o que mostra o gráfico abaixo:

Grafico 1 – Perfil das Atividades Econômicas Principais das Famílias Assentadas

Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado às famílias assentadas (fevereiro 2017)

Ao analisarmos os dados auferidos pela pesquisa percebemos que a realidade econômica do assentamento é muito dinâmica, não se tendo na comunidade apenas o trabalho na agricultura ou na pecuária o que de certa forma tem contribuído para a melhoria dos padrões de vida das famílias assentadas e também daquelas que vivem na comunidade e não são beneficiários da Reforma Agrária. Ao passo que a comunidade obtém mais acesso aos serviços públicos, isso gera renda através dos postos de trabalho adquiridos pelos próprios familiares dos assentados e que por sua vez amplia a possibilidade de comércio e de outras atividades econômicas no Assentamento.

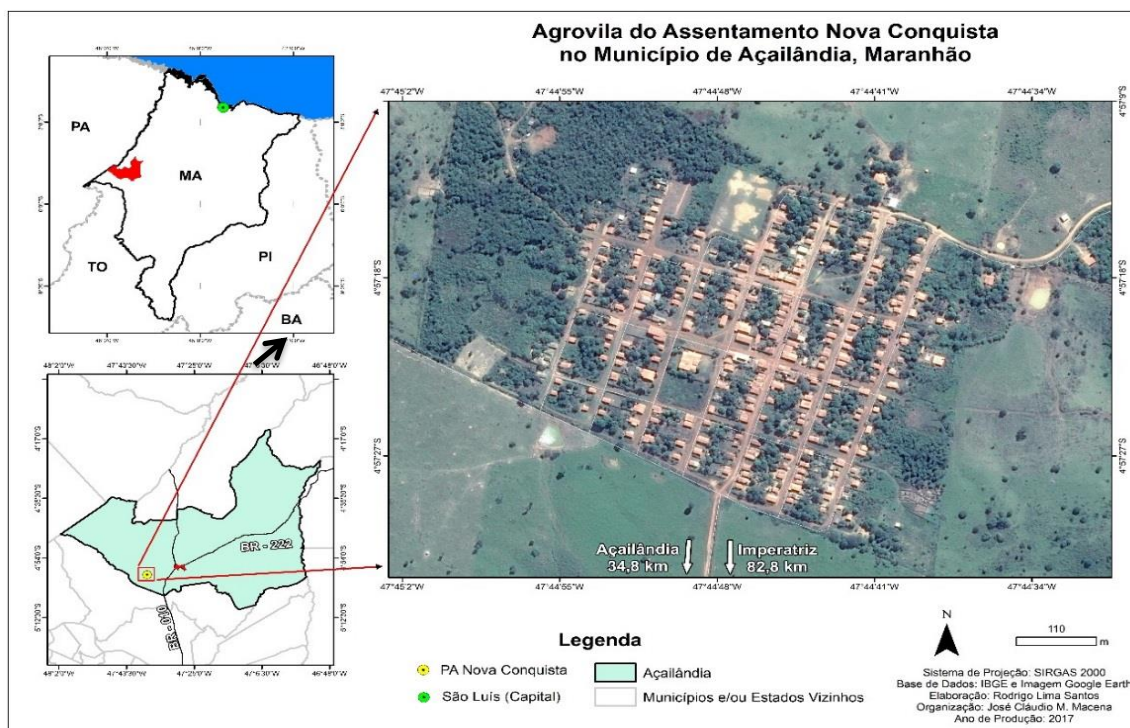
Porém como foi latente durante a descrição das questões estruturais do Assentamento Califórnia, é preciso avançar muito mais do ponto de vista estrutural, tanto na Vila do Assentamento como na parte destinada aos lotes de produção para que o campo possa responder de forma significativa seu destino de produzir alimentos.

4.3. Caracterização socioeconômica do Assentamento Nova Conquista

Como descrito anteriormente, a comunidade Nova Conquista é uma das cinco comunidades inseridas dentro do P.A. Açaí, tendo vida social, política, cultural e econômica própria, assim como todas as outras agrovilas do Projeto de Assentamento. Isso se dá pelo processo de inserção na luta que se foi formando diferente e pelas pessoas que se dispuseram a manter vínculos também diferenciados com o MST, por isso os assentados não se veem como um único Assentamento. No período de criação do assentamento açaí foram cadastradas 521 famílias, sendo que destas 169 ficaram na localidade onde foi construída a Vila Nova Conquista, que denominares a partir de então de Assentamento Nova Conquista.

A imagem abaixo localiza o Projeto de Assentamento Açaí dentro do município, é importante destacar que a parte da Agrovila Nova Conquista fica na ponta sudoeste, indicada por uma seta.

Mapa 5 – Localização Geográfica do Assentamento Açaí



Fonte: Elaboração – Profº Me. Rodrigo Lima, 2017

O Assentamento Nova Conquista localiza-se a trinta e sete quilômetros da cidade de Açailândia, sede do município, sendo que se percorre oito quilômetros sentido Norte-Sul pela

BR-010 e entra a direita sentido Leste-Oeste, numa estrada vicinal percorrendo vinte e nove quilômetros até a agrovila do Assentamento. Essa estrada que liga a BR-010 ao município de Rondon no estado do Pará, é uma rodovia estadual, porém até o momento não tem recebido o devido cuidado – assim como outras por todo o Maranhão –, não é pavimentada o que dificulta a mobilidade dos transportes aumentando o tempo para se percorrer. Para quem não dispõem de transporte próprio, a alternativa é são dois ônibus, que trabalham em dias alternados e um micro-ônibus, que fazem linha saindo do assentamento pela manhã e voltando meio dia, sendo que este trajeto de 30 quilômetros, entre a agrovila e a BR-010, dura em torno de uma hora e da entrada até cidade Açailândia em torno de vinte minutos.

Essa estrada vez por outra passa por recuperação realizada pela administração do municipal e/ou do governo estadual ou pela empresa que controla a plantação de Eucalipto, atualmente a Suzano Papel e Celulose (dentro dos limites por onde passam os caminhões que recolhem a madeira). Da mesma forma que o Assentamento Califórnia, os moradores da Nova Conquista também sofrem os impactos advindos da implantação dos projetos de silvicultura na região, principalmente do Eucalipto. Toda essa região no município de Açailândia é pretendida pela Suzano para o desenvolvimento desta atividade.

No ano de 1998, assim como aconteceu no Assentamento Califórnia, os assentados começaram a receber os primeiros benefícios estruturais que segue a criação de um Projeto de Assentamento: crédito alimentação, crédito fomento, crédito habitação e posteriormente o crédito para a produção, aquela época ainda o Procerá, que hoje se denomina de Pronaf.

A organização deste Assentamento também teve e tem a participação do MST, que acompanha a dinâmica de desenvolvimento da comunidade e ajuda na articulação da luta por melhorias das condições de sobrevivência das famílias.

As vilas Nova Conquista e Nova Vitória construíram uma trajetória mais articulada à organização do MST, enquanto as vilas Macaúba e Sudelândia desde sua origem se distanciaram do MST e das discussões coletivas do assentamento, enquanto que a Vila Conquista da Lagoa tornou-se mais distante dos processos organizativos. Os presidentes das associações desde cedo assumiram um poder considerável nas decisões dos moradores das vilas. De modo geral os assentados não continuaram a organização dos núcleos de famílias e coletivos orientados pelo MST optando pelas associações tradicionais como forma de organizar o assentamento [...] As cinco vilas fazem parte legalmente do assentamento Açai, o Projeto de Assentamento é um só, no entanto, o cotidiano delas transcorre como se fossem cinco assentamentos diferentes, principalmente pela distância geográfica entre elas e pela dificuldade de acesso pelas estradas vicinais, o que dificulta uma articulação entre as famílias assentadas. (TAVEIRA, 2014, p. 114-115).

Atualmente na Nova Conquista a organização social dos camponeses é feita através da

participação das pessoas voluntariamente em setores do MST, nas igrejas de diversas denominações, na organização da educação, na organização da saúde, nos grupos de jovens, nos grupos de cooperativas e nas associações dos produtores rurais.

O Assentamento está organizado através da associação de agricultores, a associação de mulheres, a cooperativa, o coletivo de educação. (Liderança 1 – Assentamento Nova Conquista. Entrevista realizada em fevereiro de 2017)

Através das igrejas: Assembleia de Deus, Igreja Católica e Igreja Adventista do 7º Dia e de outras representações com: a cooperativa COOMARA, Associação de Agricultores, Associação de Mulheres, Associação de Moradores e Coletivo de Educação. (Liderança 2 – Assentamento Nova Conquista. Entrevista realizada em fevereiro de 2017).

O MST como já foi dito neste texto, contribuiu com a organização da luta na comunidade e isso se faz atualmente de acordo com uma das lideranças da comunidade, através dos “debates na comunidade acerca das lutas por direitos. Na dinâmica da escola que busca em suas ações cultivar a identidade Sem Terra”. Além dessa perspectiva o movimento se faz presente também, de acordo liderança do MST em entrevista realizada em fevereiro de 2017,

Através da luta pela melhoria da produção agropecuária buscando permanentemente a mudança da matriz tecnológica atual pela matriz produtiva de base agroecológica, pela oferta de educação de qualidade e pela formação intelectual em todos os níveis dos assentados e filhos de através do PRONERA, PROCAMPO [...].

A presença do MST junto às diversas lutas que pautaram a comunidade, foi sempre destaque no fortalecimento da comunidade: a luta pela escola; a luta por saúde; a luta por estrada, tanto no que diz respeito a que dá acesso da BR ao assentamento, como as ruas da comunidade e as que dão acesso aos lotes de produção; a luta por energia elétrica de qualidade e a luta pela água, pois a região é muito complexa quando se trata do abastecimento natural, através de rios, riachos ou córregos, ou que necessitou sempre da construção de poços artesianos, principalmente aonde é construída a agrovila.

Mesmo com toda a intencionalidade da luta por melhores condições de vida, a situação estrutural na comunidade deixa mazelas para sua população. Perguntados sobre se a estrutura do Assentamento é satisfatória para uma vida digna, as lideranças foram enfáticas em afirmar que essa estrutura ainda deixa muito a desejar, pois

[...] o assentamento já conseguiu garantir algumas estruturas fundamentais para a qualidade de vida da população tais como moradia, escola, eletrificação, posto de saúde, rede de distribuição de água. No entanto ainda permanece muitas necessidades para que as famílias de fato vivam com dignidade, dentre tais necessidades podemos destacar pavimentação e saneamento básico na agrovila, melhoria das estradas de acesso e vicinais, políticas públicas que contemple os anseios e perspectivas para a juventude e as mulheres e incentivo financeiro e tecnológico para a produção. (Liderança 1 – Assentamento Nova Conquista. Entrevista realizada em fevereiro de

2017).

Em parte. Apesar de existir os serviços públicos essenciais como escola, posto de saúde, energia, telefonia, água e estrada; todos eles precisam ser, de alguma forma, melhorados ou ampliados, a exemplo da nossa escola que necessita de forma urgente de uma quadra poliesportiva. (Liderança 2 – Assentamento Nova Conquista. Entrevista realizada em fevereiro de 2017).

Essa situação da infraestrutura da comunidade é representativa quando observamos as condições das ruas da agrovila, que sofrem desde dois anos com a falta de conservação pelo poder público, o que podemos perceber ao observamos as fotos abaixo:

Figura 6 – Ruas do Assentamento Nova Conquista



Fonte: MASCENA. Pesquisa de campo, julho de 2017

Como é perceptível além do mato que toma conta de boa parte das ruas da comunidade o processo erosivo é muito forte nesta localidade devido a comunidade ter sido construída numa

área de bastante declividade, além do solo ser extremamente pobre com grande poder erosivo. Durante a realização desta visita a comunidade aguardava a vinda das máquinas que estavam trabalhando na melhoria da estrada principal para amenizar o desgaste das ruas, pois as mesmas em alguns trechos não conseguem mais possibilitar o trânsito de carros maiores, como os ônibus que fazem o transporte de passageiros e as vans que levam as crianças de outras comunidades para a escola do Assentamento.

Durante todo o processo de luta alguns todos os setores organizativos do MST foram articulados e bastante atuantes no desenvolvimento da comunidade. Dentre esses setores iremos destacar nesta parte do texto três em particular: o setor de educação, o setor de saúde e o setor de produção.

No que diz ao processo de luta pela educação dentro da comunidade o Setor de Educação do MST na Nova Conquista tem se mostrado bastante atuante desde a origem do assentamento. A luta pela educação e pela escola sempre foi uma constante na pauta de reivindicação da comunidade e após diversos embates, no ano de 2000 foram construídas com recursos do Incra, duas salas de aula que seriam destinadas para o ensino fundamental de 1ª a 4ª série, sendo ampliada para a 5ª e 6ª séries²⁰. As outras séries foram sendo colocados nos anos posteriores, sendo que em 2003 iniciou-se o ensino médio e foi feita a reconstrução da escola, com novos espaços pedagógicos e administrativos.

20

Atualmente estas séries correspondem do 2º ao 7º ano.

Figura 8 – Vista externa e interna da Escola Assentamento Nova Conquista



Fonte: MASCENA. Pesquisa de campo julho de 2017.

Atualmente a Escola Municipal Ozziel Alves funciona com todos os segmentos da educação básica, do infantil ao 5º ano no turno matutino, do 6º ao 9º ano, no turno vespertino e EJA no turno noturno; também no turno noturno como já destacado anteriormente funciona o ensino médio (1º ao 3º ano) como anexo II da Escola Lourenço Antônio Galletti, com sede em Açailândia. De acordo com o coordenador do ensino médio durante entrevista realizada no mês de março de 2017, “a primeira turma iniciou em 2003 e hoje já temos as três séries, com um total de 52 alunos. A escola atende além do assentamento, outras comunidades próximas”.

A construção de um espaço que pudesse comportar os alunos de todos os segmentos sempre foi um dos focos da luta do coletivo de educação do Assentamento. Atualmente a luta está pautada na construção de um novo prédio que possa ser destinado ao ensino médio, para que este possa ter vida própria e garantir a estrutura necessária aos alunos deste segmento de ensino. A outra questão que diz respeito à luta pela educação no Assentamento Nova Conquista é a articulação entre a vida do campo com a pedagogia adotada pelos profissionais da educação. Neste sentido ainda falta avançar muito neste sentido, pois,

A escola Oziel Alves tem sempre buscado trabalhar dentro dos princípios do MST e da Educação do Campo. Porém o que tem impedido desse trabalho avançar eu diria que não é a falta de conhecimento dos princípios, mas dispor em coloca-los em prática. Percebemos que muitos só reconhecem o coletivo quando querem resolver seus problemas individuais. (Representante da escola do Assentamento Nova Conquista. Entrevista realizada em fevereiro de 2017).

Porém esse processo da busca constante por uma pedagogia que articule a vida escolar com o cotidiano é um dos grandes pilares de organização do coletivo de educação. De acordo com entrevista realizada com a representante da escola, este movimento dialético de atuação da educação tem sido melhorado quando, dentre os profissionais que atuam na escola praticamente todos são moradores da comunidade que conhecem a realidade e então passam a atuar sobre ela.

A dinâmica que a escola vem desenvolvendo busca fortalecer a formação política desde as séries iniciais. Podemos destacar o momento de formatura em trazemos presente a simbologia do MST, as noites culturais, os seminários temáticos, as ações que trazem presentes o cultivo a memória da história de luta dos trabalhadores, bem como os lutadores e lutadoras do povo [...] todos os educadores e educadoras da escola são efetivos e tem graduação, pós graduação e tem um educador que já está cursando mestrado [...] neste sentido um quadro qualificado com certeza influencia positivamente no processo ensino-aprendizagem. (Representante da escola do Assentamento Nova Conquista. Entrevista realizada em fevereiro de 2017).

Ficou constatado pelo levantamento feito à coordenação da escola que o Pronera foi crucial para a formação de boa parte destes profissionais que atuam na escola, seja em nível de magistério (ensino médio) como na graduação superior. Iremos explorar essa relação da formação desses profissionais ainda mais à frente quando tratarmos da relação educação e trabalho para a juventude do Assentamento.

Como foi dito o ensino médio funciona como um anexo da escola que fica na sede do município e neste sentido segue as orientações gerais da escola, por isso em se tratando da parte pedagógica deste segmento perguntamos ao coordenador da escola como é realizado o trabalho tanto da coordenação pedagógica como dos professores, se há uma diferenciação do calendário e diretrizes programáticas diferentes, visto à realidade distinta do campo para a cidade. De acordo com o coordenador do ensino médio,

É semelhante. A diferença que trabalhamos também a questão da formação política com eixos temáticos ligados ao conteúdo. Eixos mais gerais e também eixos mais ligados à realidade dos assentamentos (movimentos sociais e sua importância na efetivação das lutas sociais, soberania alimentar, agrotóxicos). Enfim, dentro do possível desenvolvemos apresentações culturais com esse olhar crítico que aprendemos na pedagogia do MST. O ingrediente diferente é

isso, tentamos desenvolver nas aulas e projetos uma visão mais crítica da sociedade. (Representante da escola do Assentamento Nova Conquista. Entrevista realizada em fevereiro de 2017).

Neste particular já começamos a perceber uma complexidade no tocante ao princípio educacional e que foge à regra das diretrizes operacionais para a educação do campo, pois de acordo com esta a educação do campo deve ser ligada à realidade do cotidiano do aluno para que este possa ser protagonista de seu aprendizado. Como descrito na Resolução Nº 2, de 28 de Abril de 2008, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do campo.

Art. 7º A Educação do Campo deverá oferecer sempre o indispensável apoio pedagógico aos alunos, incluindo condições infraestruturais adequadas, bem como materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto, em conformidade com a realidade local e as diversidades dos povos do campo, com atendimento ao art. 5º das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo.

§ 1º A organização e o funcionamento das escolas do campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições.

Esta situação de desconformidade entre as diretrizes operacionais para a educação do campo e a realidade objetiva da educação não é uma particularidade do Assentamento Nova Conquista, mais se faz presente em todas as comunidades rurais do estado, pois como apresentamos no plano estadual de educação ainda não se construiu uma pedagogia diferenciada para os povos do campo. Pontuaremos outras considerações sobre a relação da educação com o cotidiano dos jovens no assentamento mais à frente no texto.

A luta por educação de qualidade e que preze pelos princípios da vida no campo e que consiga relacionar esta vida no campo com a dinâmica da sociedade é um sonho que se faz presente nas principais diretrizes tanto do MST como em outras instituições.

Seguindo então com as condições estruturais do Assentamento, outra luta marcante foi pelas condições da saúde da população da comunidade. Esta luta se deu sempre articulada com o setor de saúde do MST, a partir da formação do coletivo de saúde dentro da comunidade Nova Conquista a partir dos anos de 1999. Essa luta se com a chegada de uma profissional de saúde que veio para trabalhar na educação porém devido já ser também concursada na saúde só poderia vir trabalhar na escola se conseguisse sua transferência para uma unidade de saúde. De acordo com esta pessoa – que se tornou militante do MST nos primeiros momentos no coletivo de saúde e posteriormente na educação,

Pra mim vir pra cá teria que ter o posto de saúde. Em 1999 quando chegamos aqui já tinha o posto de saúde construindo só que não tinha funcionalidade. Em tudo que eu cheguei e vi o posto construído, reuni algumas mães [...] aí a gente foi na secretaria de saúde, levei umas quatro pessoas e fomos pra reivindicar a abertura do posto [...] Neste período não tinha nem coletivo de educação e nem de saúde [...] esses coletivos só vão se estruturar bem depois [...] em 2002 foi criado o coletivo de saúde e de educação [...] (Entrevista realizada no dia 06 de julho de 2017).

Após a abertura do posto de saúde e a criação do coletivo a organização passou a ser mais programada com a participação de muitas pessoas, principalmente as mulheres, que se dividiam nas tarefas de produção de medicamentos fitoterápicos e na produção no hortomedicinal, dá mesma forma como se dava no Assentamento Califórnia, pois era um desafio do MST naquele momento o avanço na saúde preventiva e a garantia da saúde curativa.

[...] nessa época o coletivo de saúde ainda estava bem efervescente [...] funcionou muito tempo [...] daí veio a pastoral da criança que se inseriu dentro do coletivo e foi feito um trabalho bem legal nessa época [...] muitas mulheres, eram umas trinta mulheres [...] fabricavam remédios pra verme [...] tudo no fitoterápico [...] o horto medicinal que a gente construiu aqui atrás do posto, era um coletivo muito legal [...] as mães e os jovens [...] era mais as mães e os jovens, os pais não se envolvem nisso não [...] (Entrevista realizada no dia 06 de julho de 2017).

A realidade da articulação entre o setor de saúde do MST e o coletivo dentro do assentamento tomou rumos diferentes e segundo a assentada em entrevista realizada no dia 06 de julho de 2017, “hoje esse coletivo já está totalmente [...] não existe mais o coletivo de saúde. Essa realidade da perda da organicidade é devido à própria dinâmica populacional dos assentados, pois muitas lideranças deixaram o assentamento, outras se dedicaram a outras questões e outra situação é a própria situação das características do posto de saúde.

[...] quem tá coordenando o posto de saúde aqui perdeu toda característica nossa [...] hoje esse posto de saúde funciona totalmente com outras pessoas de outras comunidades que é lá do quilômetro 30 [...] a gente sente assim que foi uma perda nossa [...] terminou o posto ficando nas mãos de pessoas estranhas, fora do contexto, fora do movimento. (Entrevista realizada no dia 06 de julho de 2017).

Apesar desta complexidade entre a organização interna do assentamento e a direção do posto de saúde, apresentada pela entrevistada, a mesma afirma que o funcionamento diário está se dando de forma satisfatória, porém a mesma aponta problemas, que não são oriundas da situação de comando, e sim da situação do próprio funcionamento da saúde no município e no estado, o que se estende para a comunidade. O posto funciona como Programa de Saúde da Família e conta com um quadro de oito profissionais: 1 médico (clínico geral), 1 enfermeiro, 1 técnico em enfermagem, 1 zeladora, 1 vigia, 1 auxiliar administrativo e 2 agentes de saúde; dos

profissionais que atuam no posto, somente o médico não é concursado.

Figura 9 – Vista frontal e interna do posto de saúde da Nova Conquista



Fonte: MASCENA. Pesquisa de campo julho de 2017.

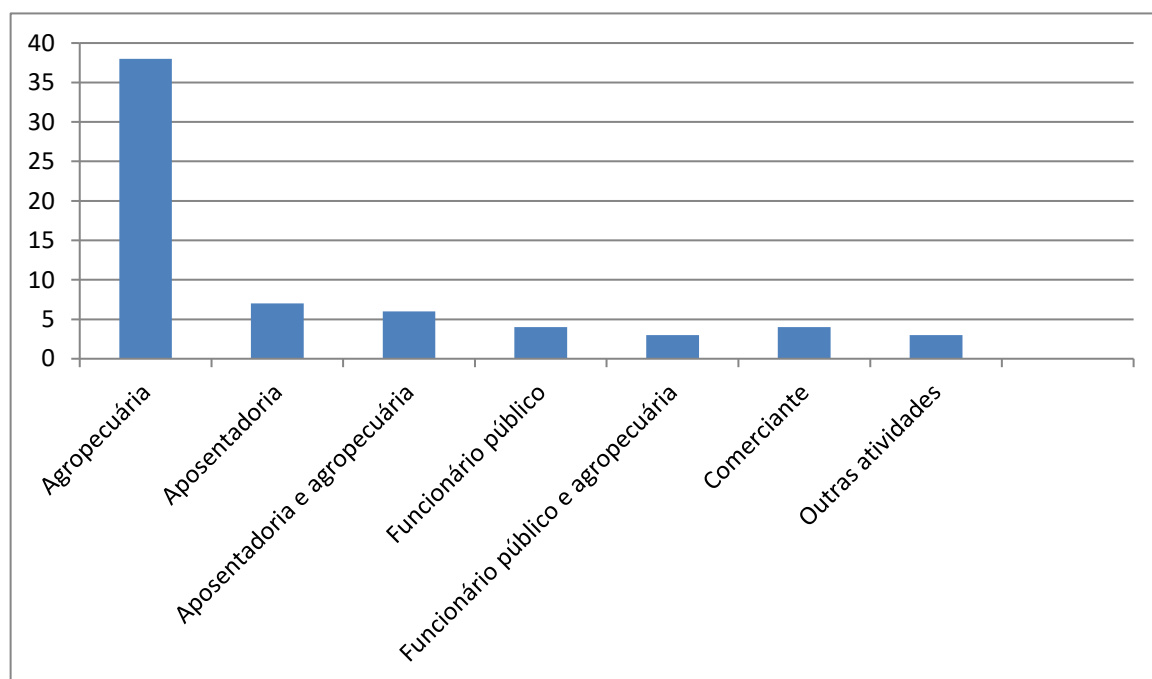
Existe um atendimento diário no posto, que fica aberto de segunda a sexta-feira das oito as doze e das duas as cinco. O atendimento médico se dá uma vez por semana, todas as segundas feiras, dia em que o enfermeiro, pois o mesmo mora na sede do município. Durante os outros dias é feito o atendimento básico porque “qualquer atendimento de maior complexidade deve ser encaminhado pra rua”, de acordo com a coordenação do Posto de Saúde, em entrevista realizada em maio de 2017. Observamos que o prédio tem uma estrutura muito boa com dez salas para atendimento médico, enfermaria de observação, procedimentos básicos, recepção, triagem, administração, mais segundo a coordenação faltam medicamentos para os atendimentos básicos, para exames de prevenção, remédios na farmácia básica.

O outro setor do MST que teve uma presença marcante foi o de Produção, que articulava no primeiro momento as reivindicações por crédito, mas também trabalhava com a organização nas associações de produtores através, tanto da ajuda na constituição das entidades representativas dos trabalhadores e trabalhadoras, como também na formação política, para que os assentados pudessem entender melhor a organização produtiva e se desafiassem a construir um processo de cooperação no trabalho.

Do ponto de vista econômico o Assentamento vive basicamente da Agropecuária com destaque para o manejo do gado de leite, da criação de pequenos animais (porcos e galinhas principalmente) e da própria agricultura com o plantio de milho, arroz, mandioca e feijão. Além

disso, algumas famílias sobrevivem também do cultivo de hortaliças. Algumas famílias sobrevivem de empregos no Laticínio que fica próximo à comunidade, outras possuem pequenos comércios na vila e outras são funcionários do município, principalmente na educação e na saúde, como está destacado no gráfico abaixo a partir do levantamento feito com 65 famílias assentadas.

Gráfico 2 - Perfil das Atividades Econômicas Principais das Famílias Assentadas



Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado às famílias assentadas (fevereiro 2017)

Com já fora destacado neste texto, a criação de gado é uma atividade econômica muito significativa no município Açailândia e isto tem de certa forma se consolidado também nas áreas de assentamento, pois é uma forma de trabalho que exige menos esforço físico do camponês em detrimento da produção agrícola, além do tempo despendido com essa atividade ser também muito menor do que a agricultura. Praticamente todas as famílias constantes do gráfico 2 que tem estão relacionadas à produção agropecuária possuem criação de gado leiteiro e esse fato, conjugado com os já apresentados fizeram que um laticínio se instalasse ao lado da comunidade e mantém essa relação com o assentamento, tanto na compra do leite produzido pelas famílias, como oferecendo empregos para os familiares dos assentados e os outros moradores da agrovila.

Durante todo esse período de vida do Assentamento foi havendo uma perda na produção agrícola e um fortalecimento da pecuária, porém, de acordo com uma liderança do assentamento isto parece está tendo consequências desastrosas, pois

[...] a situação do leite é uma situação que o cara só faz pra comer [...] por conta de que o preço do leite não tem estabilidade, assim no período que tem bastante leite, que seria o período do cara ganhar dinheiro o leite baixa o preço, porque eles ficam refém dos laticínios privados [...] então muitos produtores, teve muitos que já saiu do ramo do leite [...] quem mexe com leite não dia de folga, todo dia você tem que tirar e se tu for calcular o custo de produção com custo benefício num dá essas coisas não, só dá mesmo por cara sobreviver e as pessoas comprando muito caro as coisas de sobreviver, as coisas de comer (feijão, arroz, essas coisas) porque não produz, não tão produzindo, então tem muitas pessoas que já tão pensando, inclusive alguns já tão mudando, voltando a plantar alguma coisa. (Liderança 1 - Entrevista realizada no dia 05 de julho de 2017).

A dependência tecnológica e comercial é o grande gargalo dos camponeses desta região do Maranhão, pois não há por parte do Estado o incentivo à produção independente desta relação com o grande mercado e esta realidade se torna presente tanto no que tange à produção na pecuária como a produção na agricultura. A lei da oferta e da procura se estabelece como o principal fio condutor da relação entre camponeses e capitalistas. Neste sentido o fortalecimento da agricultura camponesa e a sua relação com o mercado deve ser fortalecida como única alternativa para sua sobrevivência no campo.

E neste sentido que ao longo desses vinte anos de criação do Assentamento Açaí muitas famílias já saíram da comunidade, seja por causa dos problemas oriundas da infraestrutura que não dá as devidas condições para que uma família sobreviva no campo, seja por diversas outras situações, como exemplo os filhos precisarem estudar e a comunidade não ter as condições necessárias para que este prossiga nos estudos (L 1 – Nova Conquista). Quando da elaboração do Plano de Recuperação do Assentamento no ano de 2008, elaborada pela equipe de Assistência Técnica, no Assentamento Açaí a realidade quanto ao número de famílias que ainda permaneciam era bem complexa, pois após a aplicação dos questionários “verificou-se que o número de famílias cadastradas era igual a 521 quando o assentamento foi criado, sendo que hoje aproximadamente 45% destas famílias que corresponde a 234 já venderam seus lotes” (PRA, 2008). O número de assentados se refere ao P.A. Açaí, onde está localizado o que denominamos de Assentamento Nova Conquista. Essa é uma realidade que compromete a luta pela Reforma Agrária, porém, é uma realidade que precisa ser discutida no que tange as políticas adotadas para os camponeses permanecerem no campo, foco desta pesquisa, que envolve principalmente a juventude.

No que diz respeito ao Assentamento Nova Conquista pelo levantamento feito durante o processo da pesquisa essa realidade se aprofundou desde a elaboração do relatório da equipe de Assistência Técnica. Atualmente das 169 famílias que eram cadastradas pouco mais de 1/3 permanecem como tal, sendo que o restante das famílias são moradores que tem ou o direito de explorar o lote comprado por alguém, ou são compradores que ainda não possuem o cadastro de beneficiário da Reformam Agrária.

Essa realidade da mobilidade populacional, que é menor do que no Assentamento Califórnia, também causa complicações do ponto de vista organizativo da comunidade. Muitas pessoas que vem para a Vila não fizeram e nem fazem parte da luta pela conquista da terra, muitos vêm em função de outros aspectos.

Muitos em função do grau de parentesco (irmão, primo sobrinho, etc.) outros em função da presença de um laticínio em funcionamento nas proximidades da agrovila com o objetivo de trabalhar no mesmo e outros por trabalharem nas fazendas próximas. (LNC 2. Entrevista realizada em fevereiro de 2017).

Essa vinda de forma aleatória modifica a realidade da comunidade e influenciam de diversas formas o cotidiano da mesma, de acordo com uma liderança da comunidade, principalmente no tocante à “organicidade do assentamento, pois, a maioria não se envolvem [...] demonstram muito desprezo pela coletividade e pelos ideais do MST, desarticulam as discussões com facilidade, não se envolve nos problemas do assentamento”.

A realidade demonstrada das questões socioeconômicas dos dois assentamentos Califórnia e Nova Conquista são bastante parecidas, pois os mesmo fazem parte de uma mesma realidade, a partir de diversas concepções de desenvolvimento econômico e social que sempre foi estabelecida nesta Unidade da Federação brasileira, fruto do seu processo histórico e que se perpetua por dezenas de anos, mesmo com uma nova administração estadual, os vícios governamentais, sociais e empresariais ainda não foram superados. No próximo capítulo então relacionaremos todo esse processo que viemos trabalhando até aqui com a dinâmica da vida dos jovens nestas duas comunidades oriundas da luta pela terra a partir de uma visão da Reforma Agrária Popular defendida pelo MST.

5 JUVENTUDE, EDUCAÇÃO E TRABALHO: A COMPLEXIDADE DA PERMANÊNCIA NO CAMPO

Como descrevemos no capítulo anterior a situação socioeconômica das famílias assentadas nos assentamentos Califórnia e Nova Conquista fazem parte de um contexto maior do que somente as comunidades ou a questão do campo. São questões que perpassam toda a complexidade histórica, cultural e econômica do estado do Maranhão, em sua trajetória de desenvolvimento, a partir de diversas visões antagônicas aos interesses das diversas classes sociais, porém que privilegiaram os interesses dos coronéis, durante o processo de colonização; dos grileiros e latifundiários, dos interesses dos industriais e do Estado, quando foi fortemente suscitado a participar deste processo durante os séculos XVII e XVIII e mais intensamente, partir da segunda metade do século XX, com os grandes projetos de desenvolvimento, com destaque para o Programa Grande Carajás. Seguindo então neste pensamento, a classe trabalhadora, que podemos entender dividida em diversos segmentos sempre fora colocada em segundo plano e dentro dessa a classe camponesa, como uma das categorias dentro dos povos do campo. Sendo assim a luta pela Reforma Agrária tem se tornado necessária e um ponto nevrálgico nas análises sociológicas, históricas e geográficas, visto que ela tem de responder à resolução de muitas necessidades e que, porém, essas respostas não estão apenas dentro do contexto das comunidades que são oriundas da luta pela democratização da terra, mas, dentro de uma situação de compreensão a serviço do que e aquém as políticas de Estado devem servir.

Neste capítulo iremos abordar como o segmento considerado juventude tem percebido essa luta pela Reforma Agrária a partir da questão objetiva da relação trabalho e renda, sendo coadjuvante neste processo a escolarização e a formação profissional destes.

O capítulo está dividido em 4 partes, considerando a análise dos dados coletados a partir dos questionários aplicados com às famílias beneficiárias da Reforma Agrária; dos questionários aplicados com os jovens, alunos do ensino médio na perspectiva da percepção desta juventude em relação ao seu pertencimento à classe camponesa, o seu lugar de vivência e o processo de trabalho e renda; da análise do Pronera como uma política pública de inclusão no processo de aprendizagem e na capacitação profissional e os seus desdobramentos na vida tanto do jovem atendido pelo programa quanto da comunidade; e na última parte, uma análise e cruzamento do que foi percebido ao longo da pesquisa em relação ao processo de trabalho e da renda como um desafio da juventude das duas comunidades pesquisadas. Durante todo o texto apresentaremos a percepção das lideranças dos assentamentos quanto à dinâmica de vida

dos jovens assentados e mais precisamente nesta última parte relacionaremos o que foi conseguido obter junto a essas lideranças quanto aos desafios e perspectivas dessa juventude. Para ter um recorte e uma visão mais específica optamos por trabalhar apenas com os jovens que são filhos e filhas das famílias que são beneficiárias da Reforma Agrária²¹. Essa escolha se deu pelo fato de que é objetivo também desta pesquisa, identificar como a Reforma Agrária – com todas as suas complexidades – consegue envolver os filhos e filhas dos assentados no processo social e econômico dos assentamentos, discutindo seus desafios e suas perspectivas, e o futuro desses assentamentos caso esses jovens estejam à parte do processo

Para melhor compreensão das pessoas envolvidas no processo de coletas de dados iremos nomeá-las a partir das seguintes siglas: Liderança Escola Califórnia (LEC), Liderança Escola Nova Conquista (LENC), Representante Saúde Califórnia (RSC), Representante Saúde Nova Conquista (RSNC), Liderança Califórnia (LC), Liderança Nova Conquista (LNC) – como foram duas lideranças em cada assentamento, receberam a numeração 1 e 2 após a sigla –, Aluno Ensino Médio Califórnia (AEMC), Aluno Ensino Médio Nova Conquista (AEMNC), Coordenação Coletivo Juventude (CCJ), Jovem Pronera Califórnia (JPC), Jovem Pronera Nova Conquista (JPNC) – os jovens receberam numeração de 1 a 5 após a sigla – e Liderança Movimento Sem Terra (LMST).

5.1 O olhar da família sobre o cotidiano da juventude

Após o levantamento de dados que estão no capítulo 4 demos início à parte específica da pesquisa com o questionário que foi aplicado junto às famílias dos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista, sendo que já dissemos anteriormente, que as condições impelem muitos a deixarem a comunidade e neste sentido, durante o processo de recolhimento destas informações, foi perceptível a ausência de muitas famílias beneficiárias de reforma agrária em suas comunidades. Muitas famílias hoje vivem nos assentamentos sem o seu direito de assentada, pois não possuem o seu cadastro junto ao INCRA, porém assumiram os lotes de outras que retornaram para a cidade²². Essa entrevista foi realizada apenas com aquelas que consideramos

21

Famílias beneficiárias da Reforma Agrária são aquelas que estão com seus direitos adquiridos junto ao Incra, ou seja, possuem o cadastro junto ao órgão governamental.

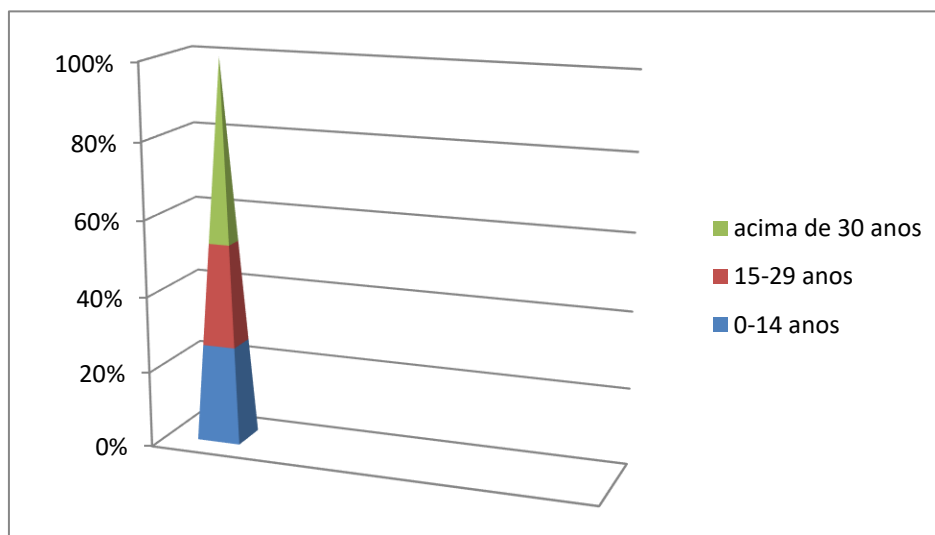
22

As próprias lideranças destas comunidades, não tem controle sobre a entrada e saída de famílias, seja aquelas

as beneficiárias da reforma agrária. O número de famílias entrevistadas foi de cem no Assentamento Califórnia e sessenta e cinco no Assentamento Nova Conquista. Durante toda a primeira parte e em alguns casos nas partes seguintes procuramos fazer as análises sempre após a apresentação dos gráficos, dos quadros e das tabelas dos dois assentamentos para facilitar o entendimento comparativo das situações postas. A ideia foi fazermos uma contextualização da situação objetiva da juventude quanto à educação, o trabalho e a renda, a partir da fala de seus familiares. O que pese o pensamento do entrevistado a visão da juventude será detalhada mais à frente onde relacionaremos os dados apresentados até o momento com as suas convicções e ou necessidades.

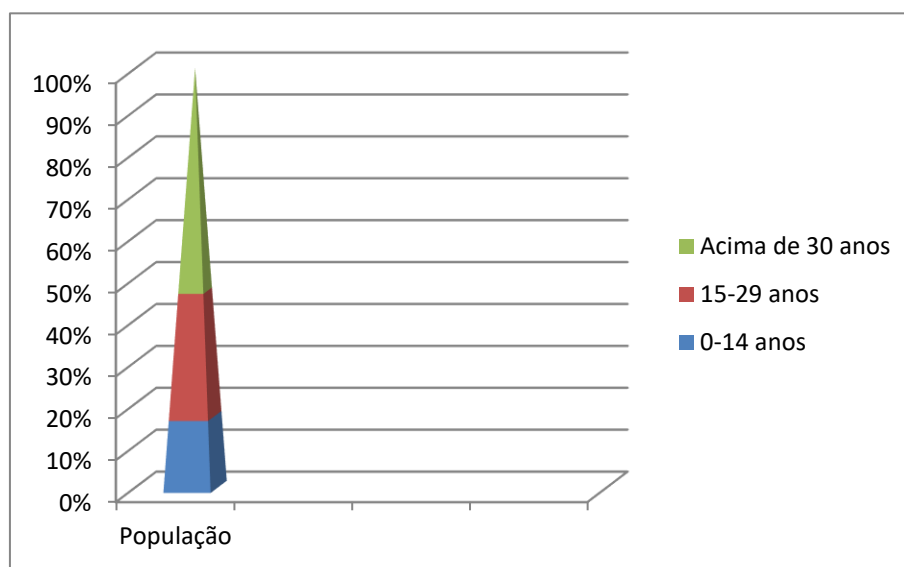
Os gráficos a seguir mostram o percentual de pessoas nas três faixas etárias escolhidas para a análise – 0 a 14 anos, 15 a 29 anos e acima de 30 anos. Os gráficos 3 e 4 apresentam a distribuição dos entrevistados por faixa etária. Para essa análise populacional foram incluídos apenas os pais, as mães, os filhos e as filhas, a partir da escolha do recorte populacional que estabelecemos para a análise.

Gráfico 3 – Perfil etário das famílias participantes da pesquisa - Assentamento Califórnia



Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado às famílias assentadas (fevereiro 2017)

Gráfico 4 – Perfil etário das famílias participantes da pesquisa - Assentamento Nova Conquista

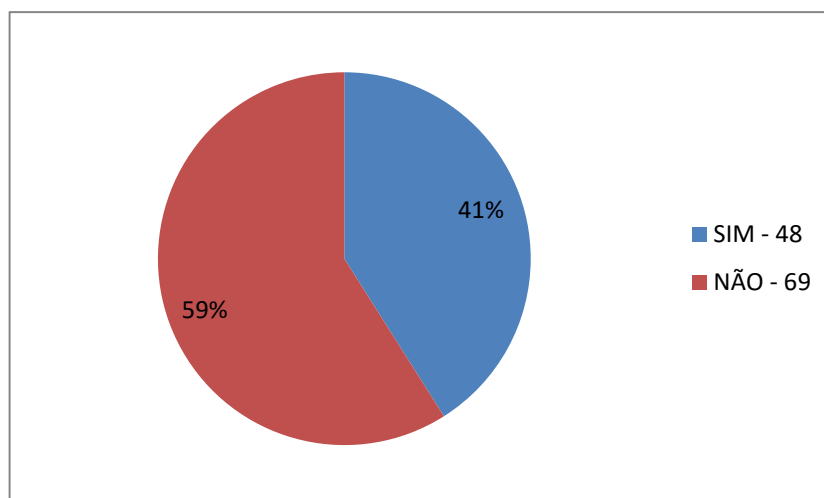


Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado às famílias assentadas (fevereiro 2017)

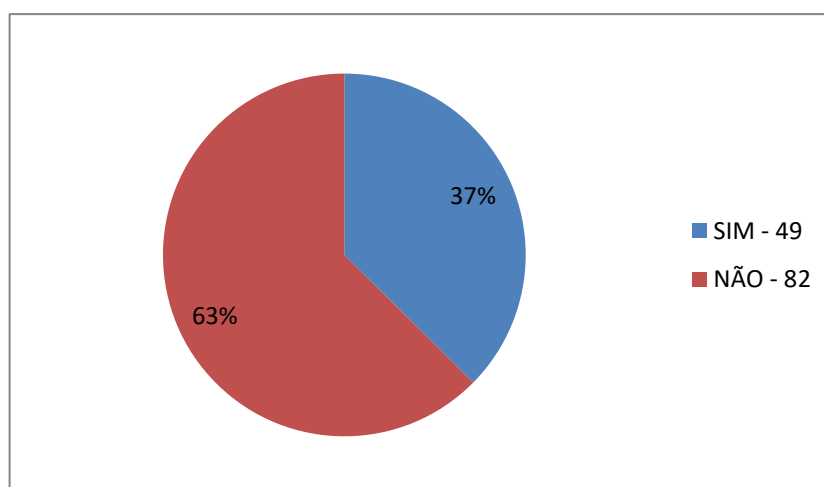
A quantidade de pessoas das famílias que responderam o questionário são, no Assentamento Califórnia é de 466 pessoas, sendo que destas, 90 estão na faixa etária entre 0 e 14 anos, 131 entre 15 e vinte e nove anos e 234 são pessoas acima de 30 anos. Já no Assentamento Nova Conquista o total é de 408 pessoas, sendo que 69 são de crianças entre 0 e 14 anos, 122 são os jovens de 15 a 29 anos e 217 estão acima de 30 anos.

Esses números mostram um relativo equilíbrio populacional entre os dois assentamentos, mesmo com o número de famílias diferenciados e ainda apresentam um número percentual de jovens relativamente iguais: No Califórnia 28,1% das famílias são jovens e no Nova Conquista 29,9% estão dentro da faixa etária compreendida para o estudo.

A parte seguinte da pesquisa inicia a análise qualitativa desses jovens e de como seus familiares tem esse olhar sobre eles. Os gráficos 5 e 6 apresentam a distribuição dos jovens quanto à inserção na escola, por assentamento.

Gráfico 5 – Jovens inseridos no processo educacional Assentamento Nova Conquista

Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado às famílias assentadas (fevereiro 2017)

Gráfico 6 – Jovens inseridos no processo educacional Assentamento Califórnia

Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado às famílias assentadas (fevereiro 2017)

No Assentamento Nova Conquista dentre os jovens que não estudam 25 já concluíram o ensino médio e não conseguiram prosseguir nos estudos, 03 já concluíram o ensino superior e os demais as famílias relacionam a três situações: a falta de interesse, devido ao trabalho e ao casamento. Já dentre os que estudam, 11 ainda estão no nível fundamental, 22 fazem o ensino médio e 12 estão em cursos superior; ainda temos a situação de 01 que faz cursinho pré-vestibular e 02 que estão em especialização *Latu Sensu*. Dos jovens que estudam 26 estão na escola do assentamento e 22 fazem seus estudos fora da localidade de moradia; esta situação

do estudo fora do Assentamento está mais relacionada aos jovens que fazem algum curso superior, pois, não existem cursos para essa etapa de escolarização na comunidade. Além destes dos cursos superiores também os que fazem especialização e cursinho estão fora do seu local de moradia, porém há ainda 07 jovens que escolheram cursar a educação básica fora do Assentamento por acreditar que a escola da cidade lhe oferece melhor condição de aprendizagem.

No Assentamento Califórnia, 26 dos que não estudam porque já terminaram o ensino médio e ainda não conseguiram oportunidades de prosseguimento no ensino superior, 30 jovens, de acordo com suas famílias não tem interesse e 26 famílias não responderam esse questionamento. Com relação aos que estudam 09 jovens ainda se encontram no ensino fundamental, 32 fazem o ensino médio e 08 estão no ensino superior. Deste quantitativo que estudam apenas 08 estão fora da comunidade, e são apenas os alunos que fazem alguma graduação superior devido à inexistência de cursos de educação superior oferecidos no assentamento.

Podemos perceber então que em relação aos jovens que não estudam ou que estudam fora não está relacionada com a falta de escola na comunidade pois, nas duas localidades existe a oferta de toda a educação básica. Ainda assim de acordo com o coordenador da escola do Assentamento Califórnia

Há certo desinteresse por parte dos jovens no que se refere a sua formação, isso porque a formação do ensino médio ofertado aqui não aponta para nem perspectiva concreta sobre possibilidade de trabalho, ou quando trata da educação voltada para a fixação deste jovem no meio rural a insatisfação ainda é maior, isso devido as poucas condições estruturantes de trabalho que este percebe junta a sua família. (CE1 Entrevista realizada em março de 2017).

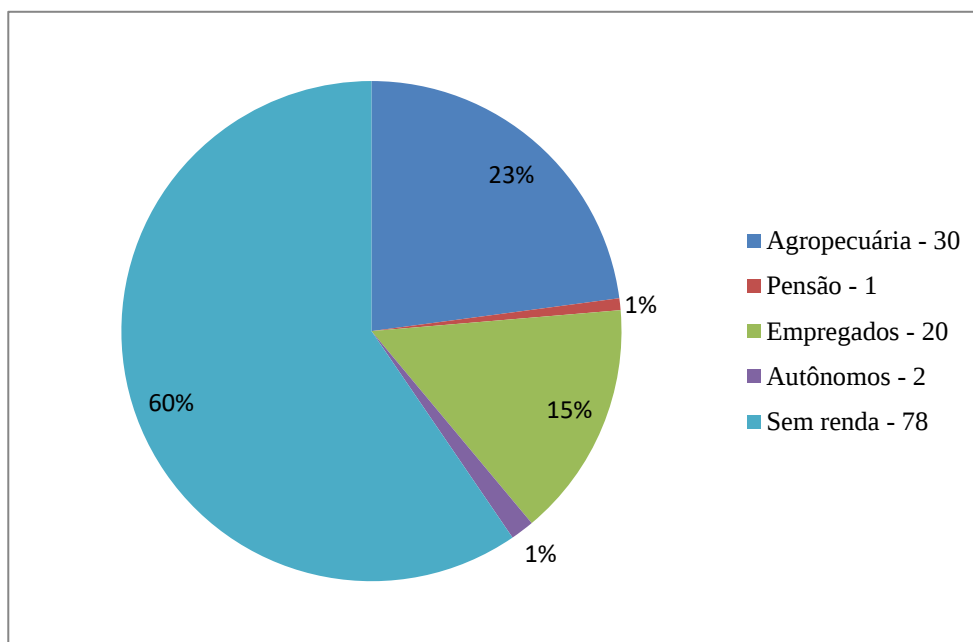
De certo modo ainda precisa se avançar muito mais no tocante à educação para os jovens do campo, possibilitando uma maior articulação entre o saber científico e o saber popular e o seu cotidiano. Essa relação educação e trabalho será ponto de discussão neste capítulo mais à frente, porém de antemão é importante perceber que a juventude precisa ver perspectiva quanto à sua formação pessoal e profissional.

Neste sentido, quando tratamos do trabalho e da renda a situação é extremamente dicotômica, pois o trabalho no campo como já apontamos em análise anterior é feito por toda a família, neste sentido os jovens do campo, sempre trabalham, seja ajudando nos serviços domésticos, seja no processo produtivo, visto que o “modo camponês de fazer agricultura não está separado do modo de viver da família” (CARVALHO & COSTA, 2012, p. 26-27). Sendo,

então, um sujeito que participa do trabalho familiar, a problemática a ser questionada em relação aos jovens assentados é a necessidade de participação dos mesmos na composição da renda para o seu sustento e, em alguns casos, para ajudar a compor a renda familiar. A pergunta, então direcionada às famílias foi: Qual a atividade desenvolvida pelos jovens entre 15 e 29 anos para obtenção de renda?

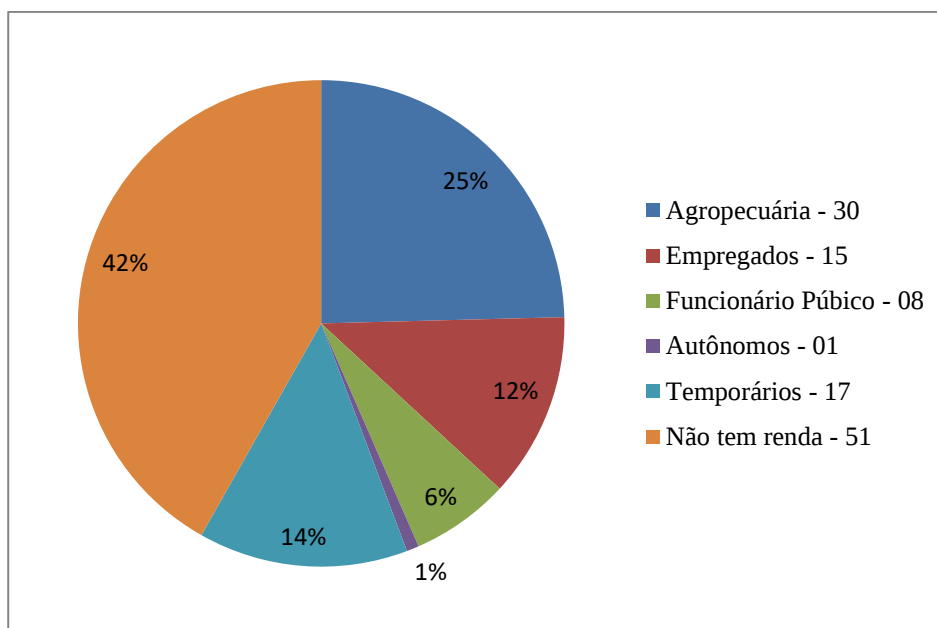
Em relação ao desenvolvimento de trabalho remunerado, os jovens dos assentamentos Califórnia e Nova Conquista desenvolvem as atividades que estão demonstradas nos gráficos 7 e 8. O que destacamos neste gráfico, a partir das respostas das famílias aos questionários corresponde especificamente a renda individual do jovem, pois como já destacamos neste parágrafo o trabalho familiar camponês insere toda a família, porém o jovem, pode nesta perspectiva ter o seu próprio sustento, seja dentro da unidade familiar, seja em outros espaços de trabalho, por isso aparecerá uma categoria, que colocamos no questionário propositalmente, sobre o jovem sem renda, que no transcorrer das explicações após os gráficos definiremos com melhor precisão.

Gráfico 7 -Atividade desenvolvida para obtenção de renda – Jovens do Assentamento Califórnia



Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado às famílias assentadas (fevereiro 2017)

Gráfico 8 - Atividade desenvolvida para obtenção de renda – Jovens do Assentamento Nova Conquista



Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado às famílias assentadas (fevereiro 2017)

Na categoria agropecuária que é a atividade eminentemente agrária e neste sentido é a atividade que engloba o trabalho na agricultura e na criação de animais, e nestes dois assentamentos com destaque para o gado bovino, os jovens desenvolvem seu trabalho junto à sua família, ou seja, no lote dos pais, porém este obtém a garantia de uma renda própria.

A categoria dos empregados compete aqueles que trabalham para alguma empresa próxima ao assentamento ou na cidade Açailândia. É unânime a observação familiar de que jovens que desenvolvem trabalho fora do assentamento, o fazem porque não encontram emprego na comunidade. Este aspecto será analisado nesta pesquisa, pois remete a uma análise sobre os motivos da indisponibilidade ou dificuldade de realização do trabalho no campo pelo jovem, que prefere estar oferecendo sua força de trabalho para os empresários capitalistas.

Na categoria dos autônomos estão aqueles jovens que garantem o seu sustento trabalhando por conta própria no assentamento, com pequenos negócios, principalmente na prestação de serviços mecânicos; já na categoria de temporários estão aqueles que desenvolvem trabalhos de diversas formas, porém não tem essa renda como fixa, sendo que este trabalho depende das demandas que são colocados no assentamento, nas comunidades próximas e nas empresas que desenvolvem trabalho na região. O que recebe pensão não foi possível apurar que tipo de pensão seria esta, porém esta pensão é paga pelo Instituto Nacional de Serviço Social (INSS);

Na categoria de servidor público o destaque é para o Nova Conquista e está relacionada aos jovens oriundos que após a conclusão do ensino médio ou superior, em sua grande maioria pelo Pronera – que iremos destacar em seção própria – realizaram concurso público e desenvolvem suas atividades na escola da comunidade, sendo que dos oito que estão nesta categoria apenas um trabalha fora da comunidade, porém é também egresso de curso do programa mas, na parte de agropecuária.

Por último, como destacamos na apresentação dos gráficos aparece a categoria dos jovens sem renda. Em primeiro lugar para o melhor esclarecimento desta categoria, é plausível lembrar que nossa inquietação nesta pesquisa é sobre as condições que fazem com que os jovens deixem as suas comunidades. Como é comum o trabalho na agricultura camponesa se faz no conjunto da família, neste sentido todos os membros participam do processo de reprodução social e econômica. A categoria dos jovens sem renda é no sentido de pensarmos que estes jovens, mesmo desenvolvendo um trabalho, não possuem uma renda própria, individual que garanta a sua sobrevivência, sendo que o que produz é vinculado à toda renda familiar. Os jovens que vivem nesta condição específica, só tem acesso à renda quando, a partir de suas necessidades básicas (roupas, calçados, alimentação, dentre outras) lhe é repassada em formas de produtos. Isto é comum, visto que o montante da renda familiar camponesa não garante uma divisão equitativa aos membros da família sendo que todos participam desta divisão no acesso aos bens de consumo adquiridos pela família, seja na alimentação, no vestuário e nas demais necessidades básicas.

Para que se tenha o melhor entendimento, porque o jovem não tem renda, apresentamos quatro situações que podem ou não corroborar com o que explicitamos nos parágrafos anteriores. Os jovens não têm renda porquê? 1) só estudam; 2) trabalham junto com a família e a renda não é composta individualmente (ou seja não é sua); 3) não conseguem trabalho dentro do Assentamento e; 4) não conseguem trabalho fora do Assentamento. A partir dos questionamentos apresentados a situação é o que se apresenta no quadro abaixo:

Tabela nº 01 - Situação dos Jovens que informaram não possuir renda

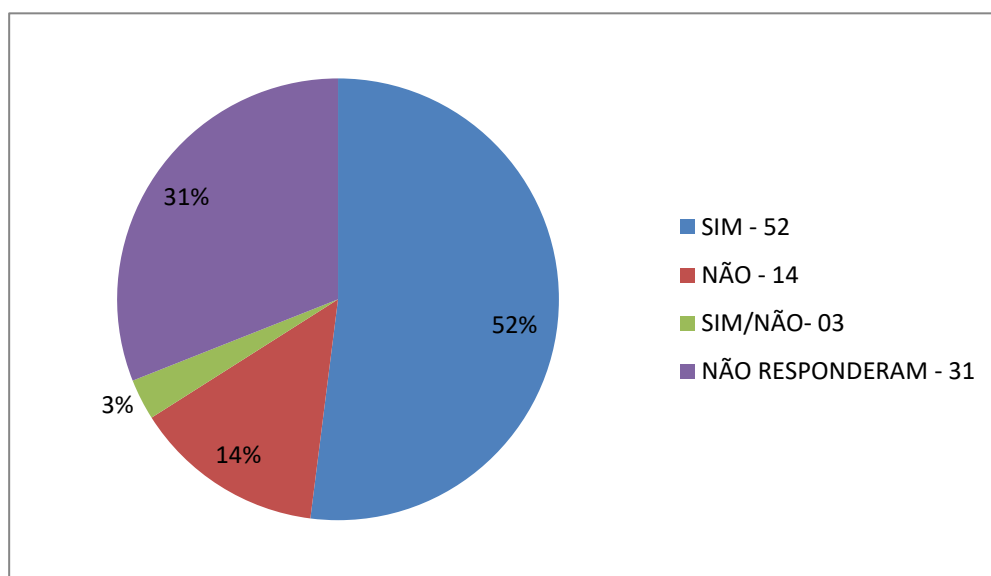
MOTIVO	ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA	ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA	TOTAL
Só estudam	21	17	38
A renda é familiar	38	34	72
Não conseguem trabalho no Assentamento	05	0	05
Não conseguem trabalho fora do Assentamento	0	0	00
Não responderam	14	0	14

Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado às famílias assentadas (fevereiro 2017)

O quadro demonstra que existe um número significativo de jovens que não tem renda porque somente estudam e um número muito maior do que trabalham junto com a família. Das famílias entrevistadas no Assentamento Nova Conquista, dos 34 jovens que a renda é familiar, 17 sinalizaram que ainda trabalham com a família, porém seu objetivo é arrumar um emprego. A questão do trabalho, do emprego e da renda é o ponto de discussão central deste trabalho, por isso ele será abordado de forma a ir se dando a visão de como é esta compreensão junto às famílias e aos jovens dos Assentamentos.

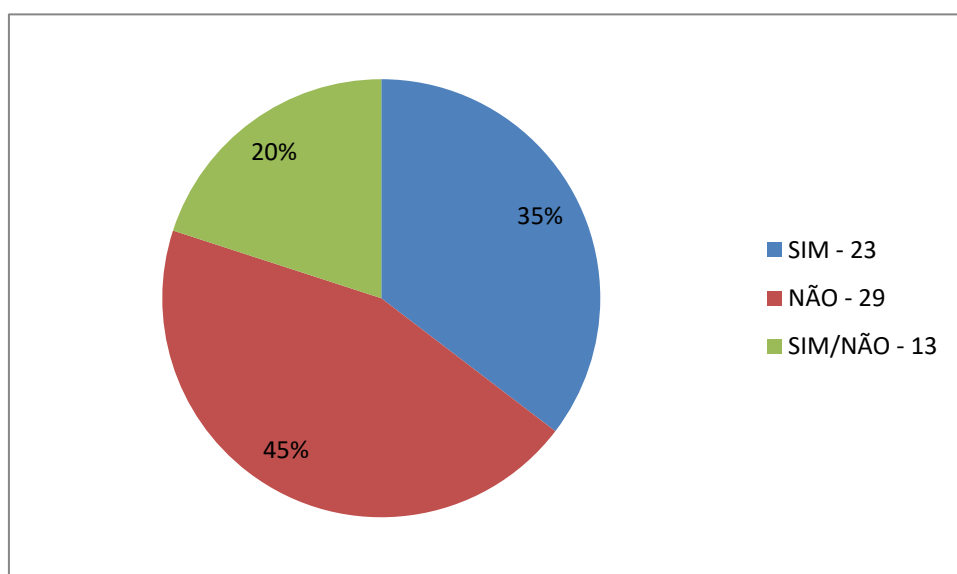
A partir das questões pontuais sobre o acesso a educação e a obtenção de renda, perguntamos às famílias sobre a satisfação da juventude em estar nos Assentamentos. A pergunta “Você acha que os jovens estão satisfeitos em permanecer no Assentamento? Por quê?” Embora seja a percepção de quem está sendo entrevistado, ou seja os familiares do jovens, embora subjetiva se justifica nosso trabalho pois pode trazer a percepção de quem “está de fora” do problema, ou seja não diz respeito ao sujeito da pesquisa propriamente dito, o jovem assentado, mas ao contexto familiar e da comunidade em que está inserido. Isso porque se não há um gostar dos jovens em permanecer em sua comunidade, isso pode se refletir no cotidiano familiar e da comunidade. Os gráficos abaixo mostram o quantitativo dos que acham sim e dos que acham não e posteriormente mostraremos o porquê dessa opinião.

Gráfico 9 – Percepção das famílias sobre o querer ficar dos jovens no Assentamento Califórnia



Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado às famílias assentadas (fevereiro 2017)

Gráfico 10 – Percepção das famílias sobre o querer ficar dos jovens no Assentamento Nova Conquista



Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado às famílias assentadas (fevereiro 2017)

O que leva uma pessoa a permanecer ou não em um lugar são fatores que estão estritamente ligados a suas escolhas ou fatores externos ao seu querer. No quadro abaixo

destacaremos, o porquê dos jovens sair ou ficar, a partir da observação dos seus familiares. Muitos familiares tiveram uma resposta dupla, por isso a categoria sim/não, pois eles acham que os jovens querem ficar, porém devido a diversos fatores pretendem sair; não tem uma opinião formada acerca do questionamento.

Quadro nº 04 - Motivação da juventude em ficar ou sair de acordo com a opinião das famílias dos Assentamentos

ASSENTAMENTO	SIM PRINCIPAIS MOTIVOS	NÃO PRINCIPAIS MOTIVOS
CALIFÓRNIA	Por ser um lugar calmo (08) Por conta da segurança (06) Por estar perto da família (10) Lugar bom pra viver (18)	Porque os jovens de hoje são acomodados só querem as coisas mais fáceis e não querem trabalhar no lote dos pais; Porque é lugar parado para eles; Porque não gostam de dizer que moram no assentamento. Alguns jovens têm vergonha de dizer que vive por aqui; Porque aqui é um lugar bom para pessoas idosas que quer sossego mais esse povo novo quer lugar mais movimentado; Ficam aqui por não ter para onde ir; Ficam porque não tem coragem de ir trabalhar em outro lugar. Não tem conhecidos e nem parentes para ficar nas casas; Não gostam de ficar no assentamento; Porque não tem como trabalhar e não tem nada para distrair o jovem; A opção que tem aqui pros jovens é casar cedo principalmente quem não tem nenhuma condição; Porque a maioria dos jovens não querem mais trabalhar na terra só em firmas; Falta muitas coisas; Porque não tem trabalho e nem cursos de amplos conhecimentos
NOVA CONQUISTA	Por ser um lugar calmo (04) Lugar bom pra viver (7) Fonte de renda (04)	Falta de emprego (12); Porque não tem incentivo à produção pela juventude e escolar; Porque não tem desenvolvimento pros jovens e eles ficam tudo parado; Pela falta de estudo superior e trabalho assalariado; Pela falta de estudo após o ensino médio e trabalho assalariado; Pela falta de trabalho e algumas vezes estudo; Pela falta de alguns aspectos como trabalho e ensino superior e ainda lazer além de bares; Pela falta de oportunidade de emprego e estudo; Por conta da situação com o ensino médio no campo que é esquecido diante das autoridades; Pela falta de atividades de lazer; Por conta das turbulências no ensino, principalmente o médio; Por falta de melhorias e acréscimo na educação e pela falta de trabalho; Faltam oportunidades; Porque o assentamento não oferece as condições de trabalho, de lazer e estudo; Porque a grande maioria quer morar aqui mas o assentamento não oferece condições pro jovem permanecer aqui.

Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado às famílias assentadas (fevereiro 2017)

Fizemos a tentativa de aproximar as respostas das diversas famílias, porém em grande parte dos casos devido às respostas serem extremamente diversas – mesmo entendendo que na interpretação podemos perceber o que é o motivo – optamos por colocar a fala na íntegra do entrevistado. Essa situação se deu muito mais quando eles vão explicar porque os jovens não gostam de ficar, existe uma série de nuances nestes aspectos que passamos a comentar.

De acordo com as respostas de sim, do querer ficar pela juventude, o sentimento segurança e tranquilidade na grande maioria das falas, tanto no Assentamento Califórnia como no Assentamento Nova Conquista, além da pertença ao lugar, ao seu espaço de convívio e de moradia. De acordo com Santos (1996, p.152) “cada lugar é a sua maneira, o mundo” (SANTOS, 1996. p.152).

O espaço construído resulta da história das pessoas, dos grupos que nele vivem, das formas como trabalham, como produzem, como se alimentam e como fazem/usufruem do lazer. Isto resgata a questão da identidade e a dimensão de pertencimento [...] compreender o lugar em que vive, permite ao sujeito conhecer a sua história e conseguir entender as coisas que ali acontecem. Nenhum lugar é neutro, pelo contrário, é repleto de história e com pessoas historicamente situadas num tempo e num espaço, que pode ser o recorte de um espaço maior, mas por hipótese alguma é isolado, independente. (CALLAI, 2002, p. 84-85).

Além dos motivos apresentados, outros motivos apareceram nas falas dos entrevistados, tais como: porque já se acomodaram com o lugar; pois todos os jovens vêm sempre aqui; porque é necessário que os jovens estejam no assentamento com emprego ou com estudo eles tem que ficarem aqui; por opção própria; porque o intuito dos jovens é permanecer no assentamento; o que falta é um incentivo do governo.

Desta forma, a partir da dialética do lugar este também pode ser entendido como empecilho para uma vida com mais possibilidades de presente e de futuro. Isto pode ser percebido principalmente quando analisamos o cotidiano dos jovens no campo. Neste particular, quando os familiares dizem que não, em relação ao querer ficar dos jovens nos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista, o fazem devido ao fato da reprodução social destes, e como apresentado no quadro acima, apesar de complexidade das respostas, podemos perceber que em sua grande maioria as respostas remetem ao mundo do trabalho e a existência ou inexistência de emprego, estudo e lazer.

Já foi destacado anteriormente que o acesso à educação nos dois assentamentos investigados não é, do ponto de vista da oferta, uma problemática. O que se tem atualmente no tocante a essa política pública é uma luta pela aplicação de uma metodologia que reflita sobre o cotidiano da população do campo e possa ser pedagogicamente inserida dentro do cotidiano

dos jovens destas localidades, além do que a necessidade de prosseguimento nos estudos impele a juventude a deixarem seu lugar de moradia.

Em relação à problemática da falta de emprego, a grande questão resulta, como está destacado na fala de um dos entrevistados “[...] Porque a maioria dos jovens não querem mais trabalhar na terra só em firmas”²³ Outra entrevista destaca que “a grande maioria quer morar aqui mas o assentamento não oferece condições pro jovem permanecer aqui”. Esses dois excertos sintetizam o sentimento geral das famílias com relação aos motivos pelos quais os jovens querem sair do assentamento: a falta de emprego. Por um lado, o jovem não quer trabalhar na terra, no lote dos pais, esta situação está relacionada, principalmente, às condições de trabalho que são postas na agricultura camponesa, que, mesmo com toda a luta das comunidades, ainda estão muito no trabalho da agricultura tradicional, que despende muita força física e pouca tecnologia e ainda por cima não garante uma rentabilidade satisfatória, então o querer ficar na terra está colado as condições de trabalho, que estes jovens veem no campo e no dia a dia de seus pais e familiares, os impelindo a buscar outras situações. Uma nova forma de produzir ou uma nova matriz tecnológica ou organizativa da produção, pois o trabalho árduo, que foi enfrentado pelos avós e pais desta nova geração não é bem quista por essa nova geração, que observa a evolução do mundo e quer que esta também esteja ao seu alcance. Neste sentido a alternativa ao emprego, à venda da força de trabalho é a “alternativa mais viável” para a grande maioria.

[...] há a desvalorização do trabalho agrícola, quando afirmam que no campo não há trabalho. Essa desvalorização permeia a juventude que não tem se identificado com o trabalho na roça e, assim, tem migrado para as cidades a procura de outras oportunidades. Essa concepção de trabalho, no entanto, apresentada por esta representação é algo que não está alheio à sociedade capitalista a qual estamos inseridos, tendo em vista que esta é imagem repassada pelos meios de comunicação, onde, o sistema capitalista apresenta para os sujeitos e em especial aos jovens rurais através da TV e também da escola uma imagem da cidade como um espaço de crescimento financeiro através do trabalho do emprego assalariado. (PINTO, 2016. p. 68).

Esta situação do trabalho no campo é um ponto de interrogação bastante presente dentro das análises nos movimentos sociais do campo, que buscam superar o atraso tecnológico através de novas formas de produzir, que, segundo o programa de Reforma Agrária Popular, defendido pelo MST, deve

[...] estar pautado na reorganização da produção agrícola brasileira e deve vir

²³

O termo firma quer dizer uma empresa que realiza um determinado trabalho, principalmente aquelas do setor extrativista ou industrial.

acompanhada por um novo sistema de planejamento e tecnologias orientadas pelo enfoque ecológico e participativo, adequando-se à reforma agrária, às unidades camponesas de produção, buscando aumento da produtividade em equilíbrio com o meio ambiente. (MST, 2013. p. 154).

Para os movimentos sociais do campo e para os camponeses o trabalho na agricultura tradicional é muito desgastante, além de não conseguir ter os produtos em condições de garantam a sustentabilidade seja familiar – a renda, seja a ambiental, pois o trabalho nas formas tradicionais afeta o meio ambiente por utilizarem técnicas como a queimada, por exemplo, precisa ser superado. Neste sentido dentro das discussões das novas formas de produzir o destaque é para a produção agroecológica, que garante a sustentabilidade ambiental e uma melhor produtividade, e para que isto se efetive é necessário uma grande articulação entre os atores que participam da luta no campo, incluído também o Estado, que deve garantir uma política agrícola pública, “como a garantia de preços rentáveis para o agricultor e a agricultora, crédito rural, seguro rural, assistência tecnológica, armazenamento e fomento à transição e consolidação da produção agroecológica” (MST, 2013, p. 157)

Ainda no tocante à questão em discussão, a localização dos Assentamentos dentro do município, também é uma condicionante na indução às respostas de Sim ou Não. Ao observarmos as respostas percebemos que na fala dos entrevistados do Assentamento Califórnia não existe essa preocupação com a saída, pois os jovens podem morar no Assentamento e estudar na cidade, ou ter um emprego na cidade e morar no Assentamento, porque a agrovila do Assentamento fica numa localização privilegiada em relação ao centro da cidade, podendo esta ser considerada, um bairro da cidade de Açailândia, devido a facilidade que existe do deslocamento desde o assentamento. Existem – o que os moradores costumam chamar – os táxis lotação, que fazem o transporte dos moradores durante todo o dia, além dos transportes que fazem o percurso entre Imperatriz e Açailândia, em intervalos de tempo muito pequenos. Alguns moradores dizem que é mais fácil o deslocamento da agrovila Califórnia para o centro de Açailândia do que propriamente os moradores de alguns bairros da área urbana do município, devido o transporte público urbano ser deficiente.

Já no Assentamento Nova Conquista, quando o jovem decide ter um emprego fora de sua comunidade, a não ser na fábrica de derivados de leite que fica próxima, ele precisa sair do assentamento, e dessa mesma forma acontece quando ele escolhe estudar em outra instituição de ensino, da educação básica, ou precisa avançar seus estudos na formação superior.

Desta forma, a última questão apresentada às famílias, no que diz respeito a sua

observação sobre a juventude no Assentamento, busca relacionar o que nos diz a questão explorada anteriormente com a visão do que estes acham que são os principais problemas que fazem com o jovem deixe o campo. A pergunta direcionada: “Em sua opinião, o que mais têm contribuído para que os jovens deixem o Assentamento? ”

Como esta questão foi aberta, isto é, as pessoas disseram livremente o que pensam sobre esta questão. Na sua grande maioria as respostas foram extremamente objetivas onde apontam o que acham ser o ponto crucial do problema. Iremos demonstrar no quadro a seguir quais foram os principais problemas auferidos pelas respostas dos entrevistados.

Quadro nº 05 - Opinião das famílias sobre o que motivo os jovens a deixarem a comunidade.

ASSENTAMENTO	MOTIVOS
CALIFÓRNIA	✓ Falta de empregos (apareceu em 61 entrevistas); ✓ Busca de melhorias nos estudos (apareceu em 13 questionários) ✓ Falta de incentivos do governo (apareceu em 06 questionários) ✓ Indisposição para o trabalho na terra (apareceu em 04 questionários) ✓ Falta de lazer (apareceu em 03 questionários) ✓ Acesso às modernidades (apareceu em 01questionário) ✓ O Assentamento não tem nada para animar os jovens (apareceu em 02 questionários) ✓ Não existe motivo para sair (apareceu em 02 questionários)
NOVA CONQUISTA	Falta de emprego (apareceu em 59 questionários) Busca de melhorias nos estudos (apareceu em 30 questionários) Indisposição para o trabalho na roça (apareceu em 01 questionário) Lazer (apareceu em 01 questionário)

Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado às famílias assentadas (fevereiro 2017)

No Assentamento Califórnia, das 100 entrevistas realizadas, 61 responderam que a falta de emprego tem um peso significativo para a saída dos jovens do Assentamento, segundo as repostas dadas pelos familiares. Em algumas situações o entrevistado apontou duas ou mais condições, que induzem à saída do jovem, porém quando ele apontou apenas uma condição, a falta de emprego aparece em 36 questionários, nos remetendo então ao entendimento desta problemática, da mesma forma como foi apresentada já na questão anterior.

Três falas dos entrevistados no Assentamento Califórnia, sintetizam o que foi

apresentado no quadro acima: “Falta de emprego, falta de estudo e também porque a maioria não quer trabalhar na roça”, “Falta de atenção, ação dos governantes voltada para os jovens” e a “falta de mais estudos, terminam o ensino médio e pronto ficam sem opções de estudo”.

Já no Assentamento Nova Conquista as respostas apesar terem sido muito mais amplas, ou melhor não serem tão objetivas, o grande motivo apontado para saída dos jovens da comunidade também foi a falta de emprego. Na resposta de quem também apontou o Estudo como o elemento contribuinte da saída, isso não se dá na educação básica, mas em cursos profissionalizantes, cursinhos pré-vestibulares e na educação superior, pois a educação básica, mesmo em 02 questionários ter sido destacada como fraca, é oferecida em todos os segmentos, desde a educação infantil ao ensino médio, como já apresentamos em discussões anteriores. Apresentamos então algumas falas que podem sintetizar o que fora apurado na devolutiva da última questão do questionário geral destinados às famílias do Assentamento Nova Conquista no mês de fevereiro de 2017.

Falta de políticas públicas que envolvam os jovens para trabalhar e estudar no campo. Vontade de sair do campo com ilusão que a cidade é melhor. Outros estão indo atrás de emprego e trabalho.

Desemprego. Porque emprego aqui é só o laticínio ou a escola, se tivesse uma cooperativa seria bom.

Se deixaram é porque não gostaram daqui, porque aqui é o melhor lugar para viver. Na cidade a gente vive trancado.

Desemprego. Porque o assentamento não está preparado para conceder emprego pros jovens que se formam e mesmo eles querendo ficar aqui se veem obrigados a sair e encontrar emprego na cidade e ainda assim é difícil encontrar.

De certa forma, a conclusão que se tem nesta perspectiva de análise, a partir da observação das famílias em relação aos anseios da juventude e de que existem as vontades e desejos de uma grande parcela dos jovens nas duas comunidades de permanecer em sua comunidade, porém as condições objetivas de sobrevivência vão empurrando estes jovens, cada vez mais distantes de sua reprodução social no seu lugar de vida, ou seja, ou campo.

Dizer que os jovens querem permanecer no campo soa como poesia, ficção, utopia. Dados estatísticos, estudo de caso, têm validado ou negado essa afirmação [...] existem muitos jovens que sonham com a cidade, que querem sair do campo, mas também há jovens que desejam ficar, e ainda aqueles que querem permanecer, mas se sentem empurrados a migrar pelas suas condições de vida e os que ficam porque não tiveram ainda oportunidade de sair. (SALES, 2006, p. 144).

Sales (2006, p. 144) onde ela destaca que em sua pesquisa sobre a juventude, não é possível somente a partir dos números comprovarem cientificamente, pois como a realidade é dinâmica é necessário em cada estudo observar as nuances de cada questão. Foi o que tentamos

fazer até aqui, apresentando problemáticas e analisando-as em contrastes nos dois assentamentos estudados. De certo modo existem questões que são extremamente relacionadas à dinâmica do ficar ou do sair da juventude, como o que foi destacado, principalmente nas questões mais finais das entrevistas, tais como a questão do emprego e do prosseguimento nos estudos, que iremos nos debruçar ainda mais pontuadamente neste trabalho.

Neste sentido com relação ao trabalho e ao emprego e ainda fazendo esta relação com o pertencimento destes jovens como categoria camponesa, analisamos na próxima seção as respostas dos jovens assentados. Fazem parte dos sujeitos deste grupo de análise os jovens que estão inseridos na educação escolar, na última etapa da educação básica, o ensino médio. Escolhemos este público, por entender que este é um momento crucial de transição e de tomadas de decisão por parte do sujeito.

5.2 Juventude e identidade camponesa na contraposição do ficar ou sair: o que pensam os jovens estudantes

O pensamento da juventude que se encontra no último ciclo da educação básica é fundamental numa análise que pretende entender os rumos que os jovens querem tomar em suas vidas, pois é nesta que se decide o caminho a seguir da profissionalização, mesmo escola estando inserida na realidade camponesa, de certo não garante que esta juventude tenha sua inclinação profissional para a vida no campo. Este é o grande desafio deste tópico, observar a compreensão dos jovens estudantes sobre o cotidiano dos assentamentos, sua pertença à classe camponesa e os seus anseios pessoais.

As Escolas Municipais Oziel Alves Pereira e Antônio de Assis, dos Assentamentos Nova Conquista e Califórnia, respectivamente, recebem o ensino médio no turno noturno e funcionam como anexo Centro de Ensino Lourenço Antônio Galleti, com sede do município Açailândia. Como destacamos no capítulo quatro deste trabalho esses anexos têm sob sua coordenação, professores moradores da localidade, sendo que no Assentamento Nova Conquista apenas um professor não é morador da localidade, se deslocando de Açailândia para ministrar suas aulas e no Assentamento Califórnia, dos seis professores, apenas um – o mesmo que assume a coordenação – é morador da comunidade.

Temos um público de 50 alunos do ensino médio no Assentamento Califórnia, sendo 22 estão no 1º ano, 16 no 2º ano e 12 no 3º ano. Esses jovens são filhos e filhas de assentados, de

moradores da comunidade, que não são assentados e de comunidades vizinhas ao assentamento. Já os alunos do Assentamento Nova Conquista são 23 alunos no 1º ano, 23 alunos no 2º ano e 06 alunos, no 3º ano. Da mesma forma estes alunos são filhos e filhas de assentados, de moradores que não são assentados e de comunidades vizinhas ao Assentamento.

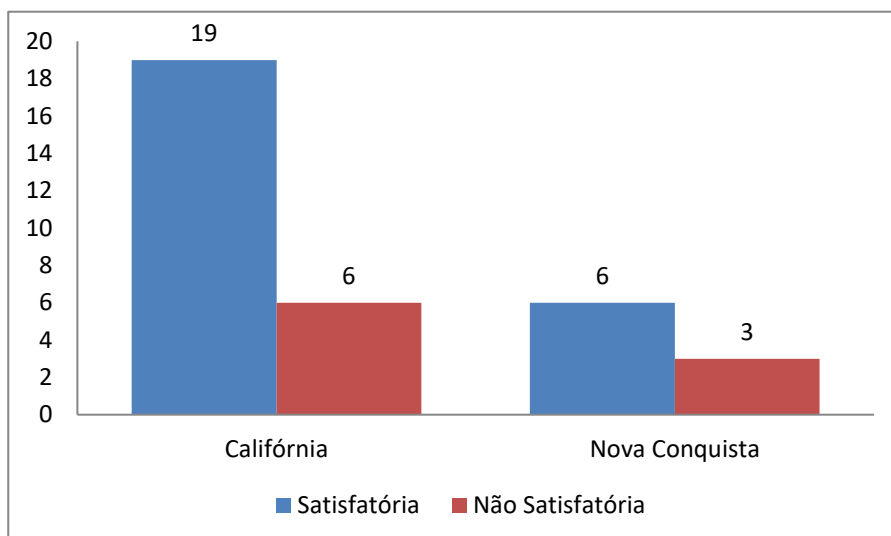
Os questionários foram distribuídos para todos os alunos do ensino médio nas duas escolas, que tiveram a oportunidade de refletir sobre as questões e devolvê-las. Após o recolhimento das respostas foram separados os alunos em duas categorias: a primeira diz respeito aos filhos e filhas dos assentados, que no questionário chamamos de beneficiários da Reforma Agrária e a segunda relacionada aos alunos e alunas que são moradores de comunidades vizinhas ou que mesmo morando no Assentamento não são filhos ou filhas de assentados. Já foi esclarecido que este trabalho pretende uma análise a partir das famílias que são assentadas ou beneficiárias da Reforma Agrária, mesmo tendo clareza que em outro estudo toda a comunidade pode ser objeto da análise, este prefere um recorte menor, para que se tenha apurada a relação entre a luta pela terra e a continuidade das famílias no território conquistado.

Dos 52 alunos, do ensino médio no Assentamento Nova Conquista, 26 responderam ao questionário da pesquisa, sendo que destes apenas 09 são dependentes de beneficiários da Reforma Agrária. Já no Assentamento Califórnia 37 alunos responderam ao questionário e destes 22 são beneficiários da Reforma Agrária. Passaremos então a análise das respostas dos jovens educandos que responderam aos questionários.

Do grupo de alunos que serão analisados no Assentamento Califórnia, 09 estão cursando o 1º ano, 07 estão no 2º ano e 06 são alunos do 3º ano. No Assentamento Nova Conquista 05 entrevistados estão no 1º ano, 02 está no 2º ano e 02 no 3º ano.

A terceira pergunta do questionário – já que as duas primeiras foram de qualificar o entrevistado – diz respeito à satisfação do jovem em está no Assentamento. A questão era: O que você pensa da vida no campo? como uma resposta fechada se era satisfatória ou não satisfatória; o entrevistado tinha essas duas possibilidades de resposta e mais a possibilidade de dizer o porquê. O termo satisfatório foi colocado no sentido de que ela possa pensar sobre se sua reprodução social está sendo atendida pelo que se oferece na comunidade.

Seguem abaixo os gráficos que se os jovens consideram que suas demandas são atendidas ou não, no sentido do que já explicamos acima.

Gráfico 11 – Nível de atendimento as demandas da juventude nos Assentamento

Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado aos estudantes (março 2017)

Como podemos observar o gosto da juventude com a vida no Assentamento é muito elevado em se tratando dos jovens da agrovila Califórnia (86,37%) e mediano nos da Nova Conquista (66,67%). A satisfação em estar no campo para os jovens estudantes do ensino médio no Assentamento Califórnia está ligada a tranquilidade, a segurança, as dificuldades enfrentadas na cidade que são maiores do que no campo, a possibilidade de garantia de renda através da agricultura; destes elementos apresentados a tranquilidade e a segurança foi o mais destacado na fala dos jovens, porque “aqui no campo tenho a tranquilidade que a cidade não me dá de andar com tranquilidade, de poder plantar e colher ser independente”.

No Assentamento Nova Conquista os jovens que destacaram ter um nível de contentamento com a vida no campo não conseguiram ser bem precisos naquilo que o fazem estar nesta condição, porém o que conseguimos observar foi que duas questões perpassam as respostas dos mesmos: a primeira diz respeito ao trabalho, a possibilidade de obter renda na agricultura e o segundo, também a tranquilidade e a segurança, da mesma maneira que os jovens do Assentamento Califórnia. Para um jovem do Assentamento Nova conquista a vida no campo é ideal porque é “onde a gente pode plantar e colher alimentos saudável, uma vida tranquila onde você tem com que sobreviver”, e outro jovem diz que “é porque no campo podemos sair para qualquer lugar e não tem quase assaltos mais o principal é que podemos criar animais e bichos”.

A rejeição dos jovens com relação à vida no campo destacada na fala *ipsis litteris* dos jovens, é para os jovens do Assentamento Nova Conquista,

Porque ao terminar o ensino médio, até mesmo durante os estudos os jovens não veem oportunidades de emprego ou de continuação dos estudos na comunidade,

Porque pode ter até o ensino médio completo mas pode não ter faculdade ou até mesmo trabalho.

Porque a questão de empregos é bem difícil e para se deslocar para a cidade tá bem difícil também.

E para os jovens do Assentamento Califórnia,

Porque fica muito difícil para o estudante porque não tem um curso para fazer para os estudantes de um futuro melhor.

Não temos um governo para nos ajudar nos momentos difíceis temos que trabalhar sujeito a tudo apenas pelo pão de cada dia.

Porque não ter benefícios para as pessoas trabalhar para ajudar a sua família.

De forma geral a percepção que tivemos é de que há um gosto de estar no assentamento pelos jovens estudantes, porém algumas situações nas questões principalmente que dizem respeito à sua formação profissional e o exercício dessa formação como geradora de renda, fazem muitos já irem pensando na possibilidade da busca de outras alternativas. Esta situação fica mais explícita quando analisamos a questão seguinte.

A quarta questão, a pergunta está direcionada as intenções ou planos profissionais para os jovens, neste sentido perguntamos: Quais são as suas intenções ou planos para a vida profissional? Esta questão é primordial para obtermos uma visão de como a juventude pensa o mundo do trabalho e de que forma ele quer se inserir neste; se a partir do seu modo vida camponês ou dentro da lógica de mercado, conduzida pelo sistema capitalista.

Nos Assentamento todos os jovens apontaram a vontade de continuar os estudos no ensino superior ou, em casos isolados, fazer um curso técnico-profissionalizante de nível médio. No quadro abaixo destacamos a pretensão profissional da juventude.

Tabela 02 – Intenção de formação profissional da juventude

ASSENTAMENTO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL PRETENDIDA	QUANT.
CALIFÓRNIA	Direito	04
	Medicina	03
	Veterinária	02
	Arquitetura	01
	Administração	01
	Enfermagem	02
	Não destacou	06
NOVA CONQUISTA	Medicina	02
	Direito	01
	Não destacou a formação	06

Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado aos estudantes (março 2017)

Destaca-se na análise desta questão é a de que o sonho do ensino superior, que havia bastante tempo não era uma realidade dos povos do campo, hoje já é visível. A inserção da juventude no mundo escolar, abre-lhe os horizontes de possibilidades e o leva a perceber que ele é capaz, que ele pode alcançar sua formação pessoal e profissional, na área em que desejar fazer. Tanto no Califórnia, como no Nova Conquista, a presença do MST, no fortalecimento à escolarização, a formação na educação básica e no nível superior, através do chamamento de muitos jovens para participar de cursos ligados ao Pronera é outro provocador na perspectiva apresentada pelos jovens, como veremos especificamente no tópico que trataremos da análise desta política.

Antes de aprofundarmos a questão é importante apresentar os resultados da questão seguinte, visto que ela ajuda a pensar, o sentimento de pertencimento dos jovens à sua comunidade e à própria classe camponesa. A pergunta foi com relação a seu local de moradia, o que pensam os jovens entrevistados. O quadro abaixo demonstra a visão dos jovens nas comunidades pesquisadas em relação a esta questão.

Tabela nº 03 – Aonde os jovens pretendem morar e trabalhar no futuro

	NOVA CONQUISTA	CALIFÓRNIA
Pretende continuar trabalhado e morando no Assentamento	02	04
Pretende continuar somente morando no Assentamento e trabalhando fora	02	09
Pretende ir embora do assentamento em busca de outras alternativas	05	09

Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado aos estudantes (março 2017)

Em primeiro lugar é importante saber que a juventude hoje busca se capacitar através do ensino superior ou de outros cursos profissionalizantes, pois só assim podem se empoderar e conquistar sua independência, no sentido mais amplo da palavra. O quadro sobre o que o jovem pensa em relação a sua formação profissional, nos mostra o desafio pelo qual a juventude do campo está disposta a encarar, pois a grande maioria das profissões sonhadas por esta, até pouco tempo atrás somente os jovens da cidade, filhos de classe média alta, poderiam cursar. Como já dissemos alguns paradigmas foram sendo quebrados, através da luta pela Reforma Agrária, pois está é mais ampla do que somente a obtenção do direito à terra.

A questão a ser tratada aqui é de que forma este jovem poderá fazer a relação entre a sua formação profissional e seu pertencimento como filho ou filha de camponês, pertencente a uma comunidade fruto da luta pela terra. De certo modo nos parece um tanto óbvio a resposta quando nos deparamos com o que estes jovens pensam em relação à sua presença física em sua comunidade, como nos mostra o quadro XX.

Se ampliarmos a análise do quadro observamos que quando se trata da observação apenas do local de moradia, para os jovens do Assentamento Nova Conquista o percentual é praticamente igual entre os que pretendem ficar e os que pretendem sair. Já no Assentamento Califórnia a realidade é um pouco diferente neste quesito moradia, pois os que pretendem ficar morando na comunidade tem um número maior (13 jovens).

Com relação ao trabalho a perspectiva é um tanto quanto mais desafiante, pois dos 22 jovens entrevistados no Assentamento Califórnia 18 estão dispostos a desenvolver suas atividades profissionais fora da comunidade. Já no Assentamento Nova Conquista dos 09 jovens entrevistados 07 dizem querer desenvolver sua atividade profissional em outro lugar. Ao

confrontarmos as profissões escolhidas pelos jovens com o seu espaço de trabalho, fica claro essa quantidade de jovens que pretendem sair das suas comunidades, pois o campo, apesar se agradável, tranquilo e seguro, oferece poucas oportunidades para o trabalho de muitas destas profissões. Neste sentido ao analisarmos aonde os jovens desejam desenvolver suas atividades profissionais, independente do seu local de moradia, esta realidade se torna confrontante com o que se defende na luta pela Reforma Agrária, que de acordo o MST (2013, p. 150) um de seus objetivos é “garantir condições de melhoria de vida para todas pessoas e oportunidades iguais de trabalho, renda, educação, moradia e lazer, estimulando a permanência no campo, em especial a juventude”.

O objetivo destacado ao final do parágrafo anterior só poderá ser implantado nos Assentamentos, em qualquer parte do país, se houver uma conjugação de esforços entre todos os responsáveis pelo desenvolvimento da Reforma Agrária (governo federal, governos estaduais e municipais, movimentos sociais e a própria população destes territórios), porém, de acordo com o MST (2013, p. 165),

O Estado deve mudar sua natureza atual. Deverá ser gerido democraticamente, com ampla participação das massas e buscando sempre o bem comum. Deverá haver um novo nível de colaboração e complementariedade entre os governos federal, estadual e municipal na gestão das instituições públicas para viabilizar as mudanças necessárias.

Neste sentido, de dar maiores condições à população do campo, e pensando no papel do Estado como gestor das políticas públicas é que fizemos a seguintes pergunta aos estudantes entrevistados: que projetos você conhece que é desenvolvida para a juventude do assentamento pelo governo federal, estadual ou municipal? Foi apresentado no capítulo 2 deste texto, algumas políticas públicas para a juventude do campo, no que tange principalmente à educação, o trabalho e a renda. A pergunta que ora iremos apresentar as respostas, são no sentido de perceber, se o que está previsto nos programas e projetos de governo realmente chegam aos jovens assentados, neste destaque, aos jovens dos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista.

Para os jovens do Assentamento Nova Conquista o conhecimento deles sobre essas políticas é praticamente inexistente: 06 disseram não ter conhecimento de nenhuma política oferecida pelos poderes públicos; 01 referiu-se às políticas em geral, tais como saúde, educação e apontou o próprio assentamento; 01 destacou as máquinas que são oferecidas pelo município para ajudar na preparação da terra e 01 destacou as viagens para as faculdades. Este último está relacionando à presença do Pronera junto à comunidade como já destacamos anteriormente.

No Assentamento Califórnia foi unânime a fala dos jovens sobre não haver nenhum projeto destinado à juventude da comunidade, de acordo com a fala de um deles “Não, tem nenhum projeto, o governo não se preocupa nem com a juventude muito menos com os assentados”. Na avaliação geral dos jovens o que é oferecido pelo governo federal para a juventude do campo é muito pouco e ainda por cima de difícil acesso, um exemplo é o Pronaf jovem que tem uma exigência estúpida para acessá-lo, além da ineficiência dos agentes financeiros que não se preparam para essa modalidade de crédito e “nem querem fazer, porque acham que é um crédito impagável” (LC2, entrevista realizada, em julho de 2017).

As iniciativas mais perceptíveis, e que na verdade é uma exigência da própria Constituição Federal, é o acesso à educação. Não é uma política à parte exclusiva e destinada à juventude. Neste particular temos o Pronera, que foi e é uma luta dos movimentos sociais do campo em prol de uma educação de qualidade e diferenciada para os povos do campo, onde podemos perceber a presença como beneficiários os jovens, desde o ensino médio ao ensino superior.

Devido à participação do MST em todo o processo organizativo dos Assentamentos desde a primeira ocupação, se tornava necessário um questionamento acerca de sua atuação junto à juventude. Então na pergunta de número sete fizemos o seguinte questionamento: Que atividades você conhece que é desenvolvida para a juventude do assentamento pelo Movimento Sem Terra?

Quadro nº 06 – Atividades desenvolvidas pelo MST para a Juventude dos Assentamentos

ASSENTAMENTO	INICIATIVAS/ATIVIDADES
CALIFÓRNIA	✓ Organização do grupo de teatro. ✓ Organização de grupos de discussão ✓ Grupo Resistência Campesina da Juventude da Califórnia – RECAJUCA. ✓ Organização de juventude para participação na luta por direitos no Assentamento e fora dele. ✓ A indicação de jovens para participar de cursos fora do Assentamento.
NOVA CONQUISTA	✓ Grupos de Cultura (teatro, música e dança). ✓ As noites culturais. ✓ A luta por Educação. ✓ Só a luta pela educação de boa qualidade que ainda não tem ✓ Encontros e atividades diversas do MST

Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado aos estudantes (março 2017)

De acordo com as respostas presentes nos questionários, tanto no Assentamento Califórnia como no Nova Conquista, as iniciativas do MST para a juventude dentro do Assentamento estão muito vinculadas à própria dinâmica organizativa do movimento, isto é, a organização da juventude dar-se-á no sentido de buscar a inserção dos jovens no processo de luta, através dos processos formativos. Além disso, as lideranças do movimento no Assentamento, principalmente as ligadas ao setor de educação fazem um acompanhamento aos jovens e buscam dentre aqueles os que poderão em determinados momentos saírem para os cursos do Pronera ou de outro programa de capacitação em nível médio ou superior, bem como aqueles que irão participar de oficinas, cursos de formação de lideranças, encontros do MST ou outras atividades ligadas à própria dinâmica da luta. Dos jovens entrevistados 10 jovens na Califórnia e 04 na Nova Conquista, disseram não ter conhecimento de nenhuma atividade do MST no Assentamento.

O grupo Resistência Campesina da Juventude do Assentamento Califórnia – RECAJUCA, é um grupo que foi criado a partir da participação dos jovens no Acampamento Pedagógico na curva S, local onde foram assassinados os 19 Sem Terra no município Parauapebas, estado do Pará. A tarefa dos jovens que participaram do Acampamento era de, ao chegar nas suas comunidades, iniciar o processo de organização dos jovens. Este grupo se reúne esporadicamente para discutir e encaminhar tarefas do Assentamento e do MST.

A organização da juventude do MST no Maranhão, como grupo de discussão e instância organizativa, é um dos mais recentes desafios, que se dá paulatinamente à organização da juventude em escala nacional. De acordo com um dos coordenadores do coletivo de juventude no Maranhão,

O coletivo de juventude no Maranhão é uma estrutura nova dentro da organização. Pois, ganha corpo nos últimos dois anos. Existem atualmente os coletivos de juventude nos assentamento e acampamentos, estão presentes nas cinco regionais do estado. Existe a organização local, e desta organização local se compõe a coordenação regional. Da coordenação regional são elencados um homem e uma mulher para compor a coordenação estadual. E da coordenação estadual são nomeadas duas pessoas para a coordenação nacional para representar o estado do Maranhão. Vale destacar, que todos estes jovens que compõem o coletivo de juventude, devem estar ligados há algum setor no movimento, seja na área da educação, saúde, produção, cultura, comunicação e assim por diante. (CCJ - Entrevista realizada em julho de 2017).

Percebemos, então, que o coletivo de juventude é um grupo que deve estar presente nas diversas áreas de discussão das políticas dentro do MST, pois este, segundo o próprio

entendimento do MST, deve ser um grupo para estimular a participação da juventude em busca de direitos coletivos, pois os direitos necessários à juventude são dispersos nos diversos outros setores da organização, pois

O coletivo de juventude, diferente dos demais coletivos ou setores, não organiza somente tarefas, organiza sujeitos. É fundamental que estabeleça relação com todos os setores de forma a acompanhar e formar militantes para o todo do movimento. O coletivo de juventude precisa ser esse espaço que organiza a juventude, o seu espaço de participação na política, que se preocupa com as questões específicas desse sujeito e junto da organização posicione-o na luta concreta [...] (MST, 2016, p. 6).

Desta forma, em determinados momentos fica imperceptíveis as políticas de interesses exclusivo da juventude nos assentamentos, tanto pelo o que se coloca no fragmento anterior como por aquilo que já detalhamos no tópico que trata do pensamento do MST sobre a juventude, que se traduz na dificuldade de pensar políticas exclusivas para essa faixa etária, pois no pensamento geral da sociedade – e o MST não está fora deste contexto – quando se pensa as políticas para a sociedade, nela já se induz que estão incluídas como beneficiários a juventude.

Perguntados sobre o que eles consideram que precisa mudar para a juventude do Assentamento, os jovens apontam diversas questões, como destacado no quadro.

Quadro nº 07 – O que deve melhorar no Assentamento para a Juventude

POLÍTICA PÚBLICA	ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA	ASSENTAMENTO CALIFÓRNIA
EDUCAÇÃO	Metodologia de Ensino: ir além das aulas. Melhora a estrutura física da escola Possibilitar melhor acesso ao ensino superior	Cursos profissionalizantes Construção de uma nova escola
TRABALHO	Não houve nenhuma opinião em relação a esta questão	Mais oportunidades (essas oportunidades estão vinculadas de acordo com as falas na vinda de cursos de capacitação ou profissionalização)
CULTURA	Trazar atividades para a comunidade	Investir em grupos de dança, de teatro.
LAZER	Construção de uma praça	Construção de uma praça
ESPORTE	Construção de uma Quadra de Esportes	Projeto de futebol Reformar a quadra poliesportiva
SAÚDE	Deve melhorar o atendimento diário	Deve melhorar o atendimento diário
INFRAESTRUTURA	Melhorar as ruas Acesso à internet	Uma delegacia de polícia

Fonte: Pesquisa de campo realizada em março de 2017.

De certa maneira, o que os jovens pensam em relação às possibilidades de melhorias para eles na comunidade está vinculado com outras questões que já foram abordadas no transcorrer deste trabalho. A fala de um dos entrevistados reflete esta situação quando ele diz na resposta à pergunta que: “Na nossa comunidade deveria melhorar os projetos para os nossos jovens, pois por isso não quero continuar morando aqui pois não quero que meus filhos cresçam aqui porque não vão ter benefícios”. O único estranhamento nesta questão foi em relação ao trabalho e a renda, pois não houve nenhuma manifestação com relação a isto no Assentamento Nova Conquista.

A última questão deste questionário para os jovens estudantes do ensino médio foi solicitar que eles escrevessem sobre seu cotidiano, como é a vida no assentamento onde vivem. Uma questão bastante aberta onde eles puderam dar suas opiniões sobre as suas impressões com relação ao cotidiano.

Na grande maioria das falas as problemáticas se repetiram no que já viemos pontuado ao longo do trabalho no sentido do pertencimento ao lugar, no sentido da falta de oportunidades de trabalho, emprego e renda e no sentido da capacitação profissional.

Do ponto de vista do pertencimento ao lugar de moradia e a relação com a segunda e tranquilidade, os jovens dizem que

O assentamento é um bom lugar bom de viver tanto como os idosos e os jovens, bom para os idosos que é um lugar bem tranquilo, e para os jovens que é bom para fazer várias brincadeiras que nós quiser, o assentamento não está bem do jeito eu os jovens queria, mais um dia eu sei que irá melhorar só para a melhor se Deus quiser. (AEMC. Entrevista realizada em março de 2017).

A vida no assentamento é boa, por que é um lugar tranquilo onde todos se conhecem e se respeitam. (AEMC. Entrevista realizada em março de 2017).

A vida no assentamento, temos uma escola um campo de futebol, para que lá nos distraímos com os amigos jogando uma pelada, o ensino não é tão avançado mais é muito bom. A vida nos proporciona um local onde não tem tanta violência, drogas. Temos um local para plantar, criar animais, na rua não temos como criar animais e nem plantar nada porque os quintais são todos de cimento. (AEMC. Entrevista realizada em março de 2017).

Percebemos que os jovens se sentem bem em viver nos Assentamentos, porém para estes ainda precisam melhorar algumas situações, pois

[...] precisamos de algo a mais, tipo um projeto para a juventude, ou uma praça para o assentamento. (AEMC. Entrevista realizada em março de 2017).

Precisa mais coisas para a melhoria, como por exemplo um prédio para escola do ensino médio. AEMC. Entrevista realizada em março de 2017).

No assentamento precisa muitas coisas em comum como os esportes, um posto de saúde melhor, uma escola mais avançada nos estudos etc. (AEMC. Entrevista

realizada em março de 2017).

Como eu já falei o assentamento precisa de um lugar para onde a juventude possa ir se divertir como uma praça que não tem que devia ter. Já que não tem a vida aqui fica chata a noite não tem para onde sair, as ruas do assentamento também são cheias de buracos, a iluminação é ruim a metade do assentamento é escura e sem falar também nas estradas que vai para a cidade que já não tem mais praticamente né? E.. é isso a vida aqui de alguns. (AEMNC. Entrevista realizada em março de 2017).

Com relação à problemática do trabalho, do emprego e da renda, apesar de ser o que mais foi colocado como a grande dificuldade dos jovens dos Assentamentos, este não foi colocado nas falas finais destes. O que eles destacam é a necessidade de projetos para a juventude, que possam agrupar estudo e trabalho no sentido de capacitação e profissionalização.

Para uma observação mais ampla do pensamento sobre a juventude, ouvimos algumas lideranças que pontuaram quais suas impressões em relação aos jovens e o que para elas são os pontos de estrangulamento no ficar ou sair da comunidade. Isto apontaremos no próximo tópico a partir da análise do Programa Nacional de Educação em Áreas de Reforma Agrária – PRONERA, que já destacamos suas diretrizes gerais no capítulo dois, suas implicações positivas e negativas para os jovens dos Assentamentos ora pesquisados com relação à problemática do trabalho, emprego e renda

5.3 O Pronera e a formação de jovens para o mundo do trabalho: As experiências dos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista

A educação escolar brasileira se articulou sempre com o pensamento do colonizador ou das classes dominantes. Nesta evolução pouco se percebeu a intenção de desenvolver o nível escolar da população como uma forma de crescimento do ser humano, mais muito se observou que a intencionalidade sempre foi o aumento da riqueza e de renda daqueles que detinham o poder político e econômico. O Brasil se constitui como um país agrário-exportador durante seus 430 anos e seu processo de educação escolar nunca prioriza a capacitação dos que produzem no campo. Somente nos últimos anos do século XX e nos primeiros do século XXI, com a luta de movimentos sociais é que a educação para os povos do campo vem sendo pautada na perspectiva de mudanças de paradigmas, contrapondo a ideia de educação rural para uma nova, que seja ofertada para os camponeses, quilombolas e comunidades tradicionais dentro de sua cultura e história. Com essa luta surgem diversas experiências positivas como é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA – proposto por movimentos do campo e transformado em política do Estado brasileiro e que tem fortalecido a educação para os

camponeses dando oportunidades de se capacitarem em níveis básicos, como é o caso da alfabetização, até em cursos de graduação e Pós-Graduação. Neste tópico queremos mostrar como o Pronera foi e é articulado nos Assentamentos objetos deste trabalho e de que forma este tem contribuído para a formação profissional dos jovens destas comunidades.

Como já destacado na segunda seção, a institucionalização do PRONERA em nível nacional, foi uma luta dos movimentos sociais do campo que passou a ser articulado em todos os estados da federação brasileira. Muitos movimentos sociais do campo e instituições de ensino aderiram a esse programa no estado do Maranhão, como é o caso em destaque para o MST.

Os jovens são selecionados a partir de suas habilidades e necessidades dentro os moradores dos Assentamentos com a anuência das comunidades, das famílias e do MST em todas as áreas de Assentamentos no Maranhão. Os cursos como já foram também destacados anteriormente são na formação profissional em nível médio, na formação superior, tanto bacharelado como licenciaturas e ainda em Pós-Graduação (*Latu Sensu e Stricu Sensu*).

Dentre os participantes dos cursos apontados acima temos os jovens dos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista, pois como já destacamos anteriormente, a educação nos níveis fundamental e médio não é mais um problema destas duas comunidades; a problemática se dá quando pensamos a formação para o trabalho, tanto no nível da educação básica como superior.

Do ponto de vista pedagógico os assentamentos ainda sofrem com a problemática da articulação dos saberes camponeses, do calendário urbano e da pedagogia também urbanizada. Por isso a formação no Pronera é implantada a partir de uma pedagogia voltada aos camponeses, com conteúdo e tempos diferenciados das escolas urbanas. Na opinião de um dirigente do Assentamento Califórnia “não adianta na opinião termos somente o prédio da escola no Assentamento, é necessário termos uma prática pedagógica diferenciada” (entrevista realizada em fevereiro de 2017).

Neste sentido o Pronera foi e continua sendo significante para a formação de jovens que atuam nessas comunidades. Desde a sua implantação como programa no Maranhão e a nível nacional, participaram de cursos a nível de escolarização diversos jovens e adultos e a nível de profissionalização dezessete jovens no Assentamento Califórnia e trinta e cinco no Assentamento Nova Conquista, como se apresenta no quadro abaixo:

Tabela 04 – Participantes dos cursos do Pronera - Assentamento Nova Conquista

CURSO	HOMENS	MULHERES	MODALIDADE (NÍVEL)
PEDAGOGIA	01	03	Superior
AGRONOMIA	01	-	Superior
LETRAS	01	03	Superior
MAGISTÉRIO	02	03	Médio
SERVIÇO SOCIAL	01	01	Superior
HISTÓRIA		01	Superior
TÉC. AGROPECUÁRIA	04	02	Médio
ARTES	-	01	Superior
TÉC. SAÚDE	02	-	Médio
DIREITO	01	01	Superior
ESPECIALIZAÇÃO EM DIVERSAS ÁREAS	04	02	Pós-Graduação Latu sensu
MESTRADO EM AGROECOLOGIA	01	-	Pós-Graduação Stricto Sensu
TOTAL	18	17	

Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado aos egressos do Pronera (julho 2017)

Tabela 05 – Participantes de Cursos do Pronera: Assentamento Califórnia

CURSO	HOMENS	MULHERES	MODALIDADE (NÍVEL)
PEDAGOGIA	02	-	Superior
AGRONOMIA	-	01	Superior
LETRAS	02	-	Superior
MAGISTÉRIO	01	01	Médio
COMUNICAÇÃO	01	-	Superior
HISTÓRIA		01	Superior
TÉC. AGROPECUÁRIA	01	01	Médio
TÉC. SAÚDE	-	01	Médio
DIREITO	01	-	Superior
RESIDÊNCIA AGRÁRIA	02	02	Pós-Graduação

Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado aos egressos do Pronera (julho 2016)

Para a fundamentação deste tópico responderam ao questionário, quatro egressos dos cursos no Assentamento Califórnia e seis no Assentamento Nova Conquista. Estes egressos são de cursos diferentes. No Califórnia foi entrevistado (1 de pedagogia, 1 de Agronomia, 1 de Comunicação Social e 1 de Direito), já no Nova Conquista foram entrevistados (1 de Técnico em Agropecuária, 1 Licenciada em História, 2 de Técnico em Saúde Comunitária, 1 de Pedagogia e 1 que fez Técnico em Agropecuária e agora está fazendo o curso de Direito). Pretendemos analisar as respostas a partir do conteúdo das mesmas, fazendo sempre a relação entre do pensamento destes, ora articulando dois ou mais pensamentos e ora fazendo o apanhado geral daquilo que foi destacado pelos mesmos.

A primeira questão levantada para os entrevistados foi com relação importância do Pronera para os camponeses. Nesta questão a primeira interpretação a partir das respostas ao questionário é que este programa surge como uma primeira tarefa de corrigir as distorções no processo educacional para os povos do campo, que sempre foram ao longo da história brasileira, que nunca foram prioridades, e neste sentido, no limiar do século XXI ainda temos um grande

percentual de pessoas analfabetas, semianalfabetas, além daqueles que não mesmo com a escolarização não conseguem acessar o ensino fundamental e o ensino médio. Os jovens entendem que “o direito a educação, em todos os seus níveis, é um direito universal a quem dela necessitar” (JPC2 – pesquisa de campo, fevereiro de 2017), por isso este Programa, se não consegue resolver essas distorções educacionais no campo, pelo menos tem contribuído para diminuir esse problema.

Ainda com relação à primeira questão os jovens são unânimes em afirmar que o Pronera surge como uma oportunidade de conclusão dos estudos, seja em nível médio ou superior direcionado para áreas específicas de atuação nas comunidades, a partir da capacitação em cursos que dizem respeito ao trabalho técnico na terra – técnico em agropecuária, agronomia, veterinária, dentre outros – ou naqueles que tem um cunho mais social ou educacional – magistério, pedagogia, serviço social e as licenciaturas. Como destaca uma fala,

[...] com a chegada do Pronera no ano de 1998 o campo começou a ter uma nova cara, pois o jovem passou a ter mais oportunidades de estudo para sua formação e profissionalização, sendo que, deste modo, depois de formado terá mais elementos para contribuir com seu assentamento sejam eles como educadores das escolas dos assentamentos ou de qualquer outro modo dentro de sua área de formação. Desta forma contribuindo também para a permanência do jovem no campo. (JPC4. Pesquisa de campo, fevereiro de 2017).

Do ponto de vista da oportunidade de profissionalização o grande destaque do Pronera foi a articulação com o ensino superior. Esta modalidade de ensino durante todo o seu transcurso no Brasil, não foi facilitada à classe trabalhadora, das cidades e do campo, porém é no campo é as disparidades se apresentam com maior destaque, visto que com as novas modalidades de acesso ao ensino superior através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), O Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Financiamento do Ensino Superior (FIES), tendeu a popularizar mais o acesso às universidades do país e os jovens das áreas urbanas tem conseguido adentrar os muros destas instituições. No campo, apesar das modalidades de acesso também serem ofertadas, visto que estas são para todos que se inscreverem, existe uma especificidade que é a distância entre a comunidade – local de moradia do jovem – e o espaço de estudos, que são as unidades de ensino superior ou os campi da universidade.

Neste sentido o Pronera, através da articulação dos movimentos sociais com as instituições de coordenação deste programa e representantes das universidades por todo o país, veio buscar suprir esta lacuna, que é o acesso aos jovens, ao ensino superior. De acordo com as considerações dos jovens ouvidos através dos questionários, este é um ganho significativo para

os camponeses, pois “proporcionou oportunidades para a juventude camponesa que com certeza muitos não teriam como ingressar e se manterem em uma universidade no modelo tradicional” (JPNC4 – trabalho de campo, julho de 2017). Além disso, muitos cursos ofertados, são de extrema ligação com a burguesia brasileira, como o curso de Direito, do qual já destacamos as primeiras lutas para a sua conquista.

Por último ainda relacionando a o primeiro questionamento feito através do questionário surge a questão do enraizamento destes jovens às suas comunidades, possibilitando a estes a oportunidade de se capacitar e viver em sua comunidade, não precisando buscar outras alternativas fora do seu lugar de moradia. Com relação a esta situação, de acordo com as considerações de um dos jovens “[...] é possível afirmar que uma maior importância do Pronera para os jovens assentados diz respeito a permanência destes no espaço onde produz e reproduz sua existência” (JPC1 – pesquisa de campo, fevereiro de 2017), ainda por cima de acordo com outro destaque, de que “o pronera tem uma importância maior para a juventude pois permite a ela estudar sem afastar seu vínculo com o campo” (JPC2 – pesquisa de campo, fevereiro de 2017).

Estas duas últimas considerações dos jovens, faz uma relação com o que indagamos na segunda questão do questionário aplicado aos egressos dos cursos vinculados ao Pronera, no que diz respeito à pedagogia adotada nestes e de que forma isto se articula com o cotidiano das pessoas que estão vinculadas a eles.

Na formulação das diretrizes operacionais para a educação do campo em seu art. 5º diz que “As propostas pedagógicas das escolas do campo, respeitadas as diferenças e o direito à igualdade [...] contemplarão a diversidade do campo em todos os seus aspectos: sociais, culturais, políticos, econômicos, de gênero, geração e etnia”. Ainda observando o que diz o Art. 7º § 2º “As atividades constantes das propostas pedagógicas das escolas [...] poderão ser organizadas e desenvolvidas em diferentes espaços pedagógicos [...]” existem proposições diferenciadas quanto à pedagogia adotada pelos cursos do Pronera. Desta forma o nosso segundo questionamento para os entrevistados diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, dentro de uma lógica que preze pela articulação saberes locais e saberes científicos.

Esse alinhamento saberes científicos, saberes locais ou populares, se dá basicamente adotando o método da pedagogia da alternância, que é uma modalidade de ensino desenvolvida desde a bastante tempo pelas Escolas Famílias Agrícolas, cujo percussores foram os franceses sendo adotada nas diversas escolas do campo, que tem o mesmo vertente das francesas, assim

como no MST, que adotou esta forma de ensino-aprendizagem, ainda nos seus cursos de formação política e o estendeu para os cursos do Pronera, dos quais tem uma participação significativa na formatação dos diversos cursos espalhados pelo Brasil a fora.

A grande maioria dos cursos formais do PRONERA são realizados no método da pedagogia da alternância, a qual oferece uma formatação de ensino com períodos/etapas intensivas de ensino, que ultrapassam a carga horária diária de cada período de ensino oferecida, de forma a diminuir o período de meses de duração com vistas a possibilitar que o educando permaneça em sua comunidade em igual período de tempo, dando continuidade à sua inserção social e comunitária e aos estudos no âmbito prático. (JPC4. Pesquisa de campo, fevereiro de 2017).

Este método utiliza os termos tempo-escola e tempo-comunidade para diferenciar cada espaço e momento do processo de estudo dos que realizam os cursos. O tempo-escola é aquele aonde o aluno ou aprendente, está indo para os espaços de formação com a participação direta dos professores no processo de discussão dos conteúdos, e o tempo-comunidade é o momento em que o estudante, voltando para a sua comunidade realiza os trabalhos das disciplinas, aliando os conhecimentos adquiridos no processo do tempo-escola com o cotidiano de sua comunidade. Nas considerações de um dos egressos dos cursos que responderam ao questionário

É justamente essa pedagogia que faz a diferença. Nessa parceria com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, tudo torna-se mais concreto e com a cara da classe trabalhadora. Características que na prática outros cursos não nos oferecem. Vivemos no Pronera aquilo que trabalha a Pedagogia das competências, a Pedagogia do oprimido, a Pedagogia socialista, que juntas trazem o sujeito como capaz, com conhecimentos e experiências, que pode contribuir com a luta social e política, sujeitos que são autores fundamentais no processo de construção da sociedade. Essa Pedagogia envolvida pelos movimentos sociais repolitizam todo o curso, dando-o características ímpares. (JPNC3. Pesquisa de campo, julho de 2017).

A educação do Campo é uma filosofia e uma conjugação de esforços para que a educação possa vir a ser tratada na lógica da relação entre saber produzido pelo indivíduo e saber elaborado cientificamente, ou seja, “A educação é uma prática humana direcionada por uma determinada concepção teórica” (LUCKESI, 1994. p. 21) neste sentido para o público do qual estamos falando deve ser utilizado o saber do povo junto ao saber apropriado e sistematizado pela humanidade, o que de certa forma não ocorria, pelo menos para os camponeses, pois estes eram privados do conhecimento e quando este chegava era permeado de realidades que não a sua. Para Luckesi (1994, p. 21) “a prática pedagógica articulada com uma pedagogia, que nada mais é que uma concepção filosófica da educação. Tal concepção ordena os elementos que direcionam a prática educacional”. É neste sentido que, do ponto de vista da pedagogia adotada nos cursos estas parecem refletir este ideário a partir das opiniões

presentes nos questionários. Isto se deve à própria formatação dos cursos e a sua condução, por membros das organizações e de professores comprometidos com um ensino diferenciado. A forma de organização dos cursos em etapas – tempo/escola e tempo/comunidade – é uma articulação entre a teoria e prática, além de possibilitar que esse educando esteja inserido no processo produtivo de sua comunidade bem como na vida cotidiana da mesma.

A educação, como diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/96, no título que trata dos princípios e fins da educação nacional, “tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, por isso a formatação dos cursos do Pronera, coordenados pelos movimentos sociais do campo, aponta para uma direção que possibilite os docentes a ter uma visão mais ampla da realidade. Desta forma a questão três do questionário aplicado aos egressos dos cursos suscita destes a importância dos cursos para a formação individual e profissional de cada um, visto que a formação individual ela é para o todo da vida e a formação profissional vai atacar de certa maneira sua inserção no mercado de trabalho.

Apresentaremos no quadro abaixo os principais destaques nas respostas ao questionário, destacando o que é foi mais importante para a formação pessoal em uma coluna e o que eles destacam como significativo na formação profissional em outra coluna. Em nossa visão a escolha de apresentar esses elementos em um quadro facilita perceber como cada um dos participantes se vê após o término dos cursos, pois este sentimento muito vezes não conseguiríamos transmitir apenas descrevendo o que foi exposto nos questionários das respostas.

Quadro 08 – Importância do Pronera para a vida dos jovens

ASSENTAMENTO	IMPORTÂNCIA PESSOAL	IMPORTÂNCIA PROFISSIONAL
CALIFÓRNIA	“Uma clara e crítica compreensão da realidade política e social, facilitando minha atuação política como educador camponês, como militante das causas sociais e construindo como um ser humano com sólidas bases, de formação socialista. (JPC1) “[...] ajudou a fortalecer um entendimento da sociedade e ter uma leitura mais qualificada das coisas ao entorno da gente. (JPC2) “[...] o curso fez de mim uma pessoa com mais compreensão de mundo” (JPC3) “Convicção de onde estou vivendo e atuando” (JPC4)	“[...] me abriram possibilidades de adquirir conhecimentos técnicos/profissionais que me ajudaram na consolidação de uma carreira no magistério de forma muito satisfatória. (JPC1) “Na vida profissional ele abriu outras opções de renda. E não necessariamente precisa-se abandonar a comunidade para avançar na vida profissional. ” (JPC2) “[...] o conjunto de informações adquiridas no decorrer do curso, fizeram de mim e pronta para exercer uma profissão com conhecimentos técnicos e senso crítico. (JPC3) “[...] sinto uma diferença profissional entre os demais profissionais do direito devido ter minha vivência e origem nos movimentos sociais do campo e na luta pela reforma agrária. Nossa atuação profissional, em toda e qualquer situação, sempre leva em consideração o aspecto social da demanda, colocando sempre o aspecto da dignidade humana em primeiro lugar, e reconhecendo os direitos sociais das pessoas mais socialmente vulneráveis como prioridade no debate jurídico. (JPC4)
NOVA CONQUISTA	“[...] me tornou uma pessoa mais crítica”. “[...] sem essa formação seria uma pessoa sem acúmulo de vida e alienada”. (JPNC2) “Pessoalmente sou hoje uma pessoa mais consciente do meu ser mulher, profissional, formada, crítica, com autonomia para ver, ouvir, falar, percebendo a importância do ato de participar da vida da comunidade, inferindo, contribuindo sempre que necessário”. (JPNC3) “A formação educacional que tenho hoje me possibilitou muitos avanços na minha vida pessoal, pois o conhecimento que obtemos durante a longa jornada de estudo no decorrer da vida nos possibilita crescer e desenvolver-se cada vez mais como ser humano e compreender a vida de uma forma diferente, de uma forma mais ampla”. (JPNC4) “O conhecimento educacional possibilitando assim mais oportunidade de um desenvolvimento profissional”.	“[...] me tornou uma profissional melhor, capaz de desenvolver um trabalho com mais qualidade no campo que é o lugar onde atuo. (JPNC1) “[...] também tem contribuído financeiramente apesar não exercer a profissão diretamente pois trabalho em outra área. Mais que sem minha formação não teria esse acúmulo que facilita minha vida. (JPNC2) “Profissionalmente me possibilitou mais estabilidade e segurança tanto no que se refere ao emprego como no que diz respeito ao exercício da docência em si, não dizendo que me ensinou a ensinar, mas me dando um embasamento teórico sobre a dimensão humana, me fazendo reconhecer que todos somos detentores de saberes e saberes diferentes, com isso vejo meus educandos me preocupando com a educação que ofereço a eles, me preocupo com os diferentes sujeitos da sala de aula, da comunidade”. (JPNC3) “Na vida profissional, formação de nível médio pelo Pronera, Técnico em

	(JPNC5)	Agropecuária, não obtive muito êxito devido a falta de assistência técnica nas áreas dos assentamentos por falta de apoio do governo nos programas de ATES. Quando surgem oportunidades é para se deslocar para outra região para trabalhar em outros estados a favor do agronegócio em grandes empreendimentos agrícolas mas essa prática não condiz com meus princípios, pois para mim o agronegócio é o que destrói a sociedade e constrói a desigualdade. (JPNC4)
--	---------	---

Fonte: Autor – pesquisa de campo através de questionário realizada em fevereiro e julho de 2017.

Na leitura das considerações postas pelos egressos dos cursos podemos perceber em linhas gerais, que do ponto de vista da questão pessoal a grande importância foi a de que estes no transcorrer dos cursos adquiriam uma capacidade analítica da realidade e o desenvolvimento de um senso crítico sobre as diferentes realidades vivenciadas na sociedade em suas diversas escalas de análise; esta possibilidade é estritamente ligada à própria formatação dos cursos, como já descrevemos anteriormente, que coloca o estudante como protagonista do seu aprendizado a partir do *locus* de sua atuação – o assentamento.

No tocante a formação profissional, as interpretações são bastante variadas, que vai desde aquele que já exercia uma profissão e o curso veio para lhe trazer maiores conhecimentos a cerca desta atividade que ele já desenvolvia e lhe possibilitou uma melhor atuação profissional, como também para outros que mesmo saindo com uma formação profissional, ainda não conseguiram desenvolve-la, seja em sua comunidade, seja em outros espaços. Porém apesar da consideração sobre a dificuldade de atuação em sua área, é consenso que com a conquista da formação profissional se pode almejar novos horizontes, sendo um cidadão ativo em sua comunidade ou mesmo fora dela e garantindo sua independência financeira, não esquecendo sua relação com a terra, mais fazendo de sua formação uma ferramenta na luta por um campo mais propício para a vida em sociedade. Esta situação da relação entre a formação profissional e o pleno exercício de suas atividades será uma das questões discutidas com aqueles que responderam o questionário e está exposta mais à frente, ainda nesta seção.

Quando suscitamos nos questionários a importância do Pronera e a forma como a sua pedagogia é pensada, provocamos uma série de indagações que nos leva a perceber a que público este programa está sendo ofertado e de que forma ele está sendo ofertado. Desta forma o desenvolvimento dos educandos, deve perpassar a sua condição de existência na sociedade,

ou seja, a pertença à sua classe social. Neste sentido, como os cursos do Pronera, são destinados a pessoas ligadas especificamente a áreas de Reforma Agrária, deve se pensar que estes cursos devem possibilitar para os docentes uma visão ampla do que significa o mundo rural, onde se conflitam, dentre outras coisas, as diversas visões de desenvolvimento do campo, além dos modos de vida diferenciados.

De certa forma, a partir das respostas das três questões anteriores é que se faz necessário uma outra interrogação. Baseados em tudo o foi discutido até aqui, os cursos do Pronera têm conseguido criar ou fortalecer a identidade camponesa nos jovens?.

Podemos de início indagar o que significa essa identidade, neste sentido pensar que identidade pode ser comum aos trabalhadores e trabalhadoras deste país? Que identidade unifica os camponeses e as camponesas no Brasil? Ousamos dizer que o que unifica os trabalhadores e os camponeses são três elementos principais: o trabalho, a luta cotidiana e a cultura. O trabalho como elemento produtor da vida, aquele que impulsiona a sociedade na construção de sua existência; a luta cotidiana, pois nossa sociedade foi e é construída no contraditório e isso leva os pobres ou os detentores apenas da sua força de trabalho, a cada dia buscarem sua sobrevivência e a cultura por serem esses os grandes produtores da história desta sociedade.

Desta forma alguns jovens defendem que sim, que os cursos do Pronera ajudam a fortalecer a identidade camponesa nos estudantes, pois

[...] sua pedagogia ainda é a que melhor respeita e vivencia o sentido de ser, fazer parte do processo de construção da sociedade como um todo e o ser camponês. Tudo que é vivenciado, as relações de grupo, a organização das turmas, o que é ensinado, o quadro de professores que contribuem com esse momento de formação – as místicas, trabalhos práticos, tempo comunidade e tempo escola, tudo influencia, tudo contribui, forma, prepara, educa e diz a que veio o Pronera. E principalmente porque o Pronera está aberto e envolvido a movimentos sociais que juntos compartilham princípios, concepções e pedagogias que influenciam na educação e somam na formação humana dos sujeitos aqui intitulados de jovens, “jovens camponeses”. (JPNC3 – Pesquisa de campo, julho de 2017).

O que se expressa na fala deste jovem, se relaciona com o que pode ser entendido e defendido pelo MST, nos seus princípios de formação permanente. Todo o processo construtor do ser social Sem Terra é permeado de formação (na ocupação, no acampamento, nas atividades produtivas, na educação) e tem como foco a construção da identidade Sem Terra. A formação política e ideológica do MST tem como objetivo central desvelar nos camponeses e nas camponesas o seu papel enquanto indivíduo construtor desta sociedade e para isso a necessidade da tomada de consciência de classe. Para Mauro Iasi (1999, p. 17) a primeira forma de

consciência “seria o processo de representação mental (subjetiva) de uma realidade concreta e externa (objetiva)”, neste momento o indivíduo passa a perceber-se como parte integrante de um todo.

O novo indivíduo ao ser inserido no conjunto das relações sociais, que tem uma história que antecede a do indivíduo e vai além dela, capta assim, um momento abstraído do movimento. A partir daí busca compreender o todo pela parte – ultra-generalização – o que consistirá, como veremos, em um dos mecanismos básicos de sua primeira forma de consciência. (IASI, 1999, p. 17).

Se faz necessário entender que o Pronera não é um curso de formação política-ideológica, porém é ofertada a uma classe social, que ao longo da história sempre sofreu as todo o tipo de mazelas sociais. Neste sentido é importante identificar como nos afirma um dos jovens que “considerando que o Pronera é oferecido para as pessoas do campo, a maioria dos jovens que vão para os cursos já possuem uma identidade camponesa porém, tem também aqueles que fortalecem essa identidade durante o processo” (JPNC1 – Pesquisa de campo, julho de 2017). Isto que é exposto por esta fala é considerado o entrelaçamento do que vem a ser a importância do programa com as formas de condução dos cursos, pois estes estão para contribuir no avanço qualitativo da vida no campo, melhorando o pertencimento daqueles que estão no processo de aprendizagem com a sua comunidade. Não se pretende formar profissionais apenas para o mercado de trabalho, pretende-se formar “sujeitos ativos” para atuar no mercado de trabalho, principalmente dentro das comunidades, numa visão mais crítica de como funciona esta sociedade.

Podemos então concluir que na fala dos jovens, com relação ao questionamento em discussão que os cursos do Pronera, não criam a identidade camponesa nos jovens, pois estes ao entrarem nos cursos já trazem consigo esta identidade. Os cursos ajudam a fortalecer a identidade camponesa, pois ao saírem destes cursos,

[...] é possível perceber uma identidade diferente no sentido da permanência da pertença desses jovens no que se refere a questão camponesa, pois os cursos do Pronera além de garantir a formação teórica, técnica, também desperta a construção dessa identidade e assim é possível perceber na juventude que sai dos cursos do Pronera uma identidade mais fortalecida no que se refere a compreensão e a construção de uma identidade camponesa efetivamente. (JPC1 – Pesquisa de campo, fevereiro de 2017).

É claro pois, seguindo a linha de raciocínio de uma das considerações que “[...] depende do curso e do perfil da pessoa, podendo ser potencializado conforme o grau de interesse do jovem”. É nesta perspectiva em se tratando dos assentamentos em questão, que a formação do

MST cumpre um papel fundamental neste processo, pois procura despertar nos sujeitos o seu pertencimento como sujeito do campo, pertencente a uma classe social.

Essa questão que viemos trabalhando até aqui é um pré-requisito para ajudar no entendimento do que queremos com o questionário aplicado aos jovens egressos do Pronera: analisar a influência do Programa no desenvolvimento dos assentamentos e mais particularmente como tem sido a absorção destes estudantes na comunidade no tocante a inserção individual na obtenção da renda, através de seu trabalho, dentro da formação que lhes foi ofertada.

Para recapitular, falamos na primeira questão sobre a importância do Pronera, onde todos foram unânimes em defender o Programa como fundamental para os camponeses; discutimos a diferenciação do ponto de vista pedagógico, que articula a vida na comunidade com a vida enquanto estudante, dentro da pedagogia da alternância, possibilitando ao estudante não se desvincular de sua comunidade, fato que não aconteceria em um curso regular devido a distância entre as comunidades e os centros de ensino – médio ou superior; destacamos a importância para o desenvolvimento pessoal e profissional, onde percebemos nas devolutivas da questão, que para eles o crescimento foi muito positivo nas duas realidades; identificamos dentro do curso o fortalecimento dos estudantes como camponeses; e por fim chegamos ao último questionamento, que para nós é essencial no trabalho, pois como já dissemos acima, reflete aqui que pretendemos investigar. Neste sentido perguntamos aos egressos dos cursos do Pronera: Como o seu assentamento tem absorvido a juventude que saem dos cursos, do ponto de vista do trabalho, da renda e da militância?

Optamos aqui, trabalhar com um quadro das respostas dos nove questionários, para que consigamos identificar o que de mais importante surgiu nas resoluções. Após a apresentação do quadro pontuaremos as considerações. Apesar da questão suscitar também, a questão da militância dos egressos dos cursos não destacaremos esse processo no quadro, pois algumas respostas são muito longas; nos fixaremos no que tange à questão do trabalho, do emprego e da renda.

Quadro 09 – A relação entre os cursos do Pronera e a inserção dos jovens no mercado de trabalho

ASSENTAMENTO	OPINIÕES DOS JOVENS
NOVA CONQUISTA	“O assentamento onde vivo tem bastante pessoas formadas pelo Pronera e o assentamento sempre deu bastante apoio nesse sentido. A maioria dessas pessoas ingressam na escola e outros vão contribuir no MST”. (JPNC1) “Muito pouco devido ter muito jovens formados e o assentamento não ter espaços de trabalho que seja remunerado suficiente e falta de recursos financeiro para a permanência desse jovem trabalhando no próprio lote. Fazendo com que ele busque emprego em empresas do agronegócio fora do assentamento”. (JPNC2) “Este tem sido um dos pontos negativos e que deve ser caso de estudo e pesquisa investigativa, não somente para apontar o óbvio, mas para buscar saídas... Depois dos cursos muitos ou a maioria dos jovens ficam sem opção de trabalho e assim, sem uma renda, o que é evidente pois os assentamentos não tem estrutura para atender a demanda de jovens formados, que não desejam ir para a roça no toco trabalharem e obterem uma renda muito baixa que não supre suas necessidades. Então, a saída para grande parte destes é ir para a cidade, tentar conquistar uma vaga de emprego no comércio ou em empresas. Os jovens estão migrando para a cidade e não é porque querem, a juventude camponesa está migrando e é por falta de condições dignas de trabalho para se manter no campo ao lado da sua família. Quanto a questão da militância, tenho visto uma realidade dura e difícil, pois os jovens assentados, como dito antes, são de família pobre e precisam de uma renda para ajudar a família a sobreviver diante da miséria em que a classe trabalhadora vive. Assim, militar tem sido cada vez mais uma tarefa de poucos” (JPCN3). “Essa talvez seja a crítica que tenho sobre o Pronera e sobre o campo, pois para mim somente na área de formação de educadores o Pronera e o assentamento conseguem manter esse jovem no campo, nas demais áreas de formação não tem como inserir estes jovens no mercado de trabalho e fazer com que eles permaneçam no assentamento, não há mercado de trabalho no campo para sua área de formação tendo assim que se deslocarem para grandes centros urbanos e assim perdendo sua identidade camponesa. O assentamento que vivo absorve bem os educadores para trabalhar na escola, as outras áreas de estudantes formados pelo Pronera se veem obrigados a sair do assentamento e ir para cidade em busca de trabalho para que possa ter uma renda para viver”. (JPNC4) “Péssimo, pois a maioria dos jovens quando formados não tem uma oportunidade de emprego no assentamento assim sendo os mesmos vão em busca de emprego nas cidades onde na maioria das vezes o curso oferecido pelo MST e PRONERA fica em vão”. (JPNC5)
CALIFÓRNIA	“É possível dizer que 100% dos jovens conseguiram uma formação técnica ou superior através do Pronera estão envolvidos em algum trabalho na comunidade ou próximo a ela e assim de certa forma tendo uma renda garantida para si e para sua família e partes desses jovens de alguma forma ao mesmo tempo desenvolve uma atividade mais sistematizada de trabalho e produz sua renda, consegue de alguma forma atuar como militante na organização do MST ou em outras formas de organização da luta. Assim é possível afirmar que tanto o assentamento, como o MST de forma mais geral tem conseguido absorver os jovens, os adultos, os educadores, as pessoas que de modo geral têm participado ou tem uma inserção nos cursos de formação pelo Pronera”. (JPC1) “Essa absorção não tem sido fácil devido falta de alternativa para que os formados se insiram de fato na comunidade após o curso e de forma a colocar na prática o aprendizado. Observo que o curso que tem um resultado de inserção mais prático, são os das áreas de educação, devido haver bem mais espaço para

	uma atuação profissional. Todos os formados de certa forma acabam ajudando na renda familiar, alguns inseridos em trabalhos dentro do assentamento e outros mesmo, trabalhando fora a formação profissional tem ajudado na renda das famílias. É importante lembrar que de fato a casos que formados abandonam por completo a comunidade. Mas isso não é generalizado”. (JPC2) “De modo geral todas as pessoas que passaram por uma formação do Pronera são bem aceitos pelo trabalho que desenvolvem no PA Califórnia e que a maioria conseguiu se estabilizar financeiramente seja pela formação do Pronera ou por consequência da mesma”. (JPC3) “Quanto a absorção desses profissionais, ainda carecemos muito de uma organização para tanto. Esse envolvimento profissional em favor das comunidades tem sido uma iniciativa, ou mesmo um desafio, enfrentado por cada estudante, com algumas exceções, como: professores envolvidos em coletivos de educação do MST e profissionais da área agrônômica, que se envolvem com atividades das associações e do setor de produção do MST. Por outro lado, nas formações de natureza jurídica, por exemplo, não temos como absorver esses profissionais, senão de forma indireta. Pois somos compelidos a assumir funções fora da comunidade para garantir subsistência própria, além de experiência e especialização técnica, e só assim ter possibilidade de contribuir. (JPC4)
--	---

Fonte: organizado pelo autor a partir do questionário aplicado aos egressos do Pronera (julho 2016)

Esta última questão abordada no questionário tem uma relevância fundamental para a análise da política pública do Pronera, visto que um dos seus objetivos é “proporcionar melhorias no desenvolvimento dos assentamentos rurais por meio da qualificação do público do PNRA e dos profissionais que desenvolvem atividades educacionais e técnicas nos assentamentos” (BRASIL, 2010), levando em consideração que o campo sempre esteve dependente de muitos profissionais alheio a diversas problemáticas vivenciadas no campo. Porém mesmo o programa oferecendo as formações necessárias e diferenciadas, esses jovens que se formam veem sua atuação em suas comunidades como preocupantes, pois os assentamentos não oferecem as condições materiais para que estes desenvolvam o seu trabalho e garantam a sua sobrevivência.

A capacidade de absorção dos jovens egressos dos cursos do Pronera, dentro de seus assentamentos vai se diferenciar quando da formação que esse jovem recebeu. De certa maneira no que diz respeito à formação para a atuação na educação, percebemos que esta é a mais destacada dentro dos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista, pois como as duas comunidades tem um processo de luta e conquista em relação à educação básica, as escolas, através de concursos e seletivos, conseguem inserir todos aqueles jovens ou adultos que passaram pelos cursos do Pronera.

Quanto às outras formações técnicas, como, Engenharia Agrônômica, Técnico em Agropecuária, Direito, Serviço Social, Técnico em Saúde Comunitária, Veterinária, dentre

outras, apesar de serem fundamentais para o desenvolvimento dos assentamentos, não conseguem serem geradoras de renda para os jovens dentro de suas comunidades, pois essas comunidades não possuem capacidade financeira, forçando muitos destes jovens a terem de buscar alternativas em outros espaços, seja no campo ou na cidade.

Neste sentido, a problemática da geração de renda para a juventude do campo, não se encerra com a consolidação do Pronera, ainda se faz necessário o compromisso de todos os envolvidos no processo de construção da Reforma Agrária no Brasil, que consiga propiciar aos beneficiários dos projetos de assentamento, sua reprodução social e econômica.

As lacunas que perpassam a relação entre formação profissional, a geração de renda e a inserção no mercado de trabalho, apontadas nos questionários dos jovens egressos dos cursos do Pronera, serão melhor abordadas no tópico seguinte, onde faremos a relação do que se expôs ao longo deste capítulo, como sendo o trabalho e o emprego, o grande vilão do processo emigratório dos jovens dos assentamentos Califórnia e Nova Conquista.

5.4 A problemática do trabalho, do emprego e da renda com impulsionadora da migração campo-cidade

O mundo do trabalho para o camponês maranhense, ainda continua pautado em duas grandes frentes. A primeira a utilização de grande força física, para as etapas do processo produtivo, seja na agricultura ou na criação de animais. Na agricultura, a limpeza do terreno, através da retirada da vegetação, a manuseio com a terra e as sementes, o trato com as culturas durante sua germinação e crescimento, a colheita e estocagem, além do processo de comercialização, são as etapas que exigem muito trabalho e cuidado; na pecuária o trato com os animais, requer também cuidado permanente; e a segunda, a utilização em todo esse processo da força de trabalho familiar, tanto no que diz respeito ao trabalho na agricultura, como no trabalho doméstico.

Mesmo vivendo no século XXI onde as tecnologias produtivas estão extremamente avançadas a realidade do campo maranhense é ainda baseada na agropecuária tradicional. Esta realidade provoca duas situações: a primeira é que do ponto de vista econômico, o camponês não consegue acompanhar a produtividade média da região, o que faz com este tenha ao longo dos últimos anos, visto a produção agrícola, apenas como um complemento de sua renda, sendo forçado a buscar outras alternativas de sobrevivência. E a segunda é a desmobilização da

juventude, pois a mesma observando a luta incessante dos seus pais, não veem no campo a saída para os seus problemas financeiros. Tudo isso tem se tornado extremamente preocupante. Para a liderança do MST,

Na conjuntura que nós vivemos, e essa conjuntura não é de agora, já tem muito tempo isso, a situação pela qual está passando as famílias assentadas nos assentamentos, por todas as questões né, por falta de políticas mais efetivas e tal, que de fato possibilite a família ter um patamar econômico né, que ela consiga viver, então o futuro que eu vejo pros assentamentos, olhando aqui a partir do nosso, assim, não é um futuro muito bom, na perspectiva que a gente quer com a reforma agrária né, não é bom. Primeira questão: Nos assentamentos, e aqui o nosso também na perspectiva que vai, ele vai virar um assentamento de velhos, porque a mão de obra ativa, a juventude as pessoas, como a falta de uma perspectiva econômica aqui, o cara tem de sair fora pra trabalhar, pra ganhar dinheiro, então o que que vai ficando, vai ficando só as pessoas que não tem mais como trabalhar né, fica na terra, e qual é a tendência disso aí né, a tendência é que os pais fica aqui, os velhos fica aqui né, a terra ele já não tem mais força pra lidar com a terra, a mão de obra sai, ele fica sozinho com a terra, a terra vai ficar sem produção, sem produtividade, e a tendência vai ser mais tarde a família se desfazer desse lote. (LMST. Entrevista realizada em julho de 2017).

Esta realidade apresentada se faz presente nos Assentamentos Califórnia e Nova Conquista, pois quando se trata de trabalho e geração de renda a grande maioria dos jovens, praticamente descartam o trabalho no campo como alternativas para sua sobrevivência, apesar de muitos ainda garantirem sua renda básica através deste trabalho, estes têm a convicção de que o emprego formal, é a saída para a sua questão financeira. Pudemos perceber esta situação durante todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa. O que leva os jovens a pensarem assim? De acordo com uma liderança do assentamento Nova Conquista tudo isso se relaciona com as condições objetivas de produção e com o passo seguinte que é a comercialização dos produtos.

Não dá prá produzir na terra, nas condições rudimentar que se produz hoje. Antigamente, até no período que cheguei aqui o cara botava dez linhas de roça e garantia essas dez linhas, hoje não consegue mais. Não existe uma política de garantia de comercialização. O cara produz com a maior dificuldade e não garante a comercialização [...] o cara não tem incentivo nenhum pra produzir, porque no ano que ele aumenta a produção dele ele vai sentir dificuldade para comercializar [...] o cara vai vender barato porque não tem uma política de agregação de valor também [...] não existe agroindústria nos assentamentos [...] não dá pro cara concorrer no mercado lá fora se o produto dele não for um produto melhorado, selecionado, empacotado, embalado, essa coisa toda [...] (LMST. Entrevista realizada em julho de 2017).

As mudanças nos paradigmas produtivos no campo, no que diz respeito ao mundo camponês e mais especificamente aqueles que vivem nas áreas de assentamentos rurais, devem ser repensadas. Uma remodelagem produtiva que deem aos jovens novos horizontes no tocante

ao trabalho no campo é fundamental para que os assentamentos tenham uma progressão social e econômica e se constituam como um território digno para todos que vivem e trabalham nele. O MST tem apostado e defendido o processo agroecológico como uma matriz produtiva que pode ser encarada pelos jovens na perspectiva de garantia de sua sobrevivência.

No entendimento das famílias, das lideranças e dos próprios jovens, a situação do trabalho e da renda é a principal problemática para a saída da juventude em busca de alternativas para o seu sustento. Esta situação é um ponto de estrangulamento quando se trata do princípio educativo adotado nas escolas, pois as mesmas procuram introduzir no processo educativo, desde os primeiros anos de aprendizagem a questão do pertencimento como classe camponesa, porém a realidade objetiva, como destaca a liderança do MST, se mostra muito cruel, nesta perspectiva.

O primeiro sentimento que a gente tem, enquanto educador, enquanto liderança do assentamento, é assim um sentimento de que a gente tá fazendo um trabalho né, que não é um trabalho a toa que a gente tá fazendo mais tem hora que a gente sente a sensação que a gente tá chovendo no molhado, entendeu, por exemplo na escola a gente trabalha com os meninos desde pequeninhos essa questão da pertença ao lugar que ele mora, ao campo, de cultivar a identidade camponesa dele, a permanência do jovem no campo, estudar não pra ir pra cidade, estudar não pra sair do campo, estudar pra ficar no campo, a partir do conhecimento que ele se apropriar eles melhorar a vida no campo né, esse é o princípio da educação, da educação do campo, e aqui na nossa escola a gente segue esse princípio, de superar essa visão da supremacia da cidade sob o campo [...] só que ai a gente faz esse trabalho na escola, mais as condições reais, as condições, as perspectivas oferecidas pra juventude ela vai contraria a isso, eles vão arrebentar o que a gente faz, eles vão se contrapor a isso, porque o jovem escuta tudo isso lá na escola, entendeu, mais quando ele olha pra realidade dele, ele não enxerga possibilidade pra isso [...] como é que eu vou ficar aqui no campo, trabalhando lá na roça mais meu pai, nas condições mais rudimentares possíveis, e eu não consigo, trabalhando aqui com ele, não vou conseguir garantir minha própria auto sustentação [...] sinto muito mais não vou poder ficar no campo dessa forma [...] posso ter toda a pertença do mundo, e eles tem né, mais as condições reais vão dizer o contrário: aqui tu não vai conseguir sobreviver não. Ai muitos vão e muitos voltam. Quando eles vão a primeira vez, e eles se deparam com aquela situação de que lá tá o bom, lá na cidade ou onde quer que eu vá, quando eles vão pra lá que se deparam com essa situação eles voltam, e eles dizem que aqui é melhor do que lá. (LMST. Entrevista realizada em julho de 2017).

A realidade de permanência, como local de moradia, se diferencia entre as duas comunidades pesquisadas. Como já destacado, a vila do Assentamento Califórnia, se localiza geograficamente confortável para que os moradores desta localidade possam desenvolver suas atividades na cidade Açailândia e como em outras localidades próximas, o que não é viável para aqueles que moram no Assentamento Nova Conquista, pois a mobilidade não é mais difícil, ou seja a migração pendular é mais presente na Califórnia, do que na Nova Conquista. O contexto apresentado pelo dirigente do MST, que é morador do assentamento Nova Conquista, mas que

desenvolve sua militância no município de Açailândia, e por isso é conhecedor da realidade dos assentamentos da região, deve ser aplicado também à Califórnia, mesmo esta sendo diferenciada nos aspectos que apontamos no parágrafo anterior.

A juventude, em função do processo de formação desenvolvido pela escola e também pelo MST, consegue perceber a diferença de morar e viver numa comunidade rural, longe das problemáticas vivenciadas pelos moradores das cidades, com destaque para a violência urbana, que cresce consideravelmente na região. Os jovens são praticamente unânimes em dizer que gosta do assentamento “porque é tranquilo, e que as coisas são perto de casas” (AEMC, entrevista realizada em março de 2017), “é uma vida calma, tranquila, boa pra viver” (AEMNC, entrevista realizada em março 2017).

A luta dos camponeses, vivenciada nos últimos anos, tem sido a principal forma de garantia de conquistas para aplicação das políticas públicas e neste sentido a presença do MST nos assentamentos como organizador e articulador das pautas de reivindicações é de fundamental importância, porém esta presença chega num limite de sua atuação. De acordo com a liderança do MST em entrevista realizada em julho de 2017

O MST o que a gente não conseguiu avançar, porque é assim, o que o MST, a tarefa do MST no sentido de resolver essa situação aí, seria organizar o povo para garantir as políticas que atendesse essa situação. Mais aí assim, o MST, faz todo o debate, que eu falei antes da permanência dos jovens, que a terra ela tem que dar conta de produzir, a família viver com dignidade né, mais a gente não consegue avançar, até por conta, não é nem uma questão do MST, é uma questão de conjuntura política, a gente não consegue avançar com os governos. Nós tem feito muita coisa, a gente tem os projetos, tem as ideias as propostas, tudo, as vezes a gente chega a discutir isso com governo, chega a demandar, mais bem daí pra frente a gente não avança, trava.

No que diz respeito a esta organização, o coletivo estadual de juventude, vem cumprindo um papel de articulador dos jovens, para que este busquem compreender as contradições da realidade e possam de forma organizada intervir nelas. São diversas as atividades desenvolvidas por este coletivo em todo o estado.

Nestes espaços se desencadeiam os seminários, cursos de formação política, encontros locais, regionais, estaduais e nacionais. Participação nas demais instâncias do movimento social e inserção nas tarefas do dia a dia luta. Sendo que um dos principais objetivos do coletivo de juventude é auto organizar a juventude, seja nas escolas ou em outros espaços dentro das áreas. (CCJ, entrevista realizada em julho de 2017)

A organização da juventude é fundamental para que esta possa pautar suas demandas e se organizarem para que estas possam ser implementadas, visto que a participação da juventude nas lutas gerais dos assentamentos sempre foi importante em todo o processo de construção das

comunidades, porém suas necessidades, não estavam pautadas, como é o caso do trabalho e da renda, como impulsionador da permanência destes no campo.

A organização do coletivo, tanto nas áreas de assentamento como em escala estadual apresenta algumas dificuldades, de acordo com a liderança estadual do coletivo de juventude,

Sabemos que a juventude é por natureza uma fase transitória, então logo é dinâmico o processo. No entanto, as maiores dificuldades estão relacionadas à falta de lideranças jovens, processos organizativos com continuidade, permanência da juventude no campo, acesso da juventude as ferramentas e instrumentos que possibilite o desenvolvimento social, intelectual, cultural e demais dimensões do ser jovem. (CCJ, entrevista realizada em julho de 2017).

Neste aspecto das dificuldades, no que diz respeito ao que discutimos com relação ao trabalho e a renda, é que o coletivo, nos mais diversos espaços, que vai desde a sua organização nacional aos assentamentos, ainda não conseguiu definir a sua linha de atuação, ficando a discussão no geral das discussões dentro dos setores responsáveis por sua condução.

Na verdade, como este processo é novo, tanto nacional como estadual, existe muitos limites ainda. Mas, o que de concreto existe é a construção de processos formativos, que possibilite a formação da juventude para melhor contribuir. Para além disso, a juventude já participa da produção e da geração de renda nos espaços do movimento, muitos de maneira muito tímida e outros em escalas mais alargadas. (CCJ, entrevista realizada em julho de 2017).

Esta realidade, do ponto de vista organizativo do coletivo estadual de juventude, no que diz respeito à pauta de discussão sobre o trabalho e a renda é estendida para os assentamentos, pois é ponto pacífico dentre todos os que são ouvidos, que o grande problema da juventude no campo é a falta de perspectiva financeira, que faz com que eles, quando tem as possibilidades passem a pensar em deixar suas comunidades em busca de emprego, principalmente nas cidades próximas.

Por fim, podemos tecer alguns comentários na conclusão deste capítulo que estão lincadas e inter-relacionadas no desenvolver desta pesquisa e que são pontos de convergências, pois não diagnosticamos divergências, apenas complementações no que dizem os participantes da pesquisa. Podemos sintetizar esses comentários em três aspectos:

O primeiro diz respeito ao sentimento de pertencimento da juventude às suas comunidades. Neste aspecto é perceptível que a juventude tem uma relação harmoniosa com a vida na comunidade. Esta juventude vê o campo como seu espaço de relação e convivência e tem a convicção de que o espaço das comunidades são muito mais garantias de tranquilidade, do que os espaços urbanos. Neste sentido grande parte dos jovens do Assentamento Califórnia

optam em morar na comunidade, mesmo exercendo atividades profissionais na cidade Açailândia ou em outras localidades próximas, pois como já destacamos a mobilidade se torna fácil. Já os jovens do Assentamento Nova Conquista ao preferirem morar em sua comunidade sabem que se deparam com a distância para a realização de outras atividades profissionais, a não ser aqueles que trabalham no laticínio próximo, ou em trabalhos temporários.

O segundo diz respeito ao processo educacional nos assentamentos. Hoje podemos afirmar que nas duas áreas pesquisadas o acesso à educação não é mais um problema, visto que as escolas oferecem a educação básica, que vai desde a pré-escola até o ensino médio. Além disso a articulação da comunidade para o ingresso dos jovens nos cursos oferecidos pelo Pronera, tem sido outra vertente da formação escolar e profissional, garantido um número significativo de pessoas capacitadas e que desenvolvem suas atividades profissionais dentro das comunidades, neste particular se destacam aqueles formados nas licenciaturas, que hoje são os professores e professoras das escolas. Hoje a luta pela educação nos assentamentos é na busca da qualidade e de uma pedagogia que se volte realmente aos problemas do campo.

O terceiro aspecto é no tocante ao trabalho e a renda. Neste temos de dividir o comentário em partes. 1) Mesmo com o processo de formação escolar ou profissional, devido a pouca capacidade financeira ou estrutural, os assentamentos não garantem a geração de renda para os jovens, que dependem em muitos casos, de terem de trabalhar em outros espaços; 2) Os jovens não veem na agricultura a saída para os seus problemas financeiros. Não houve um questionamento ao longo da pesquisa de campo sobre esta situação, porém o que dá para perceber analisando os diversos questionários respondidos, tanto pelas famílias, como pelos próprios jovens, exposto no tópico segundo deste capítulo, é que o trabalho na agricultura é árduo, sendo encarado apenas como uma atividade sazonal, ou seja, no momento em que estes jovens puderem mudar de atividade, irão fazê-lo; 3) Outra perspectiva com relação a esta problemática é a falta de incentivos por parte dos órgãos governamentais no intuito de mudanças de matrizes produtivas que atraíssem a juventude, tais como a agroecologia e a instalação de agroindústrias nos assentamentos, que possam suprir essa lacuna da falta de emprego do ponto de vista formal; 4) Como o trabalho no campo maranhense é a partir de uma agropecuária tradicional, esta não gera uma renda mensal que consiga garantir a sobrevivência das famílias, a não ser em uma das atividades que hoje é a mais desenvolvida nos Assentamentos do município Açailândia – o gado de leite, os jovens optam em serem empregados, pois mesmo nas relações trabalhistas mais complexas, a garantia do salário é a visão imediata que estes tem.

Por fim, acreditamos ser um dos grandes desafios da Reforma Agrária a articulação entre os desafios gerais da consolidação deste processo de democratização de acesso à terra e as condições objetivas de sobrevivência nesta terra, com a realidade específica da juventude, que devem ser pensados como os sucessores de seus familiares na sobrevivência do campesinato. Isto requer por parte de todos os envolvidos neste processo, dos órgãos governamentais, passando pela organização dos movimentos sociais do campo, em particular o MST e a organização das famílias assentadas, uma priorização no debate, que compete a uns e na consecução de políticas públicas de afirmação da juventude como protagonista da vida no campo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos estas considerações finais retomando a problemática da questão agrária brasileira, pois de certo modo, esta situação ainda é um dos principais pontos de tensão entre as classes sociais do país. O controle e o uso das terras ainda estão concentrados nas mãos da elite agrária, relegando aos povos do campo, a condição de submissão às políticas adotadas pelo governo brasileiro, seja no tocante à política agrária, seja em relação à política agrícola. Desse modo, a pesquisa dissertativa realizada teve por objetivo analisar as políticas públicas para a juventude do campo como impulsionadoras da permanência e continuidade desta no campo a partir da análise dos assentamentos Califórnia e Nova Conquista, no município Açailândia, Estado do Maranhão. Os objetivos específicos da pesquisa foram de: fazer um levantamento das políticas públicas relativas à demanda da juventude do campo em destaque para o trabalho e a educação; identificar os desafios e perspectivas da juventude dos assentamentos em relação à sua inserção no processo produtivo; verificar se o modo de vida urbano influencia os jovens a deixarem suas comunidades em busca de estudo e emprego; identificar nos assentamentos estudados de que forma são planejadas ações que possibilitem a permanência e continuidade dos jovens no campo e analisar as propostas para a juventude dos Assentamentos de Reforma Agrária, defendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra.

Como foi apresentado na seção dois a situação da questão agrária brasileira atual, remete-nos a pensar o processo de distribuição das terras no Brasil, desde a consecução da colônia até os dias atuais. O Brasil ainda se faz desigual quando tratamos da distribuição de terras para os camponeses. Ao nosso ver, a partir do que foi exposto nesta seção, essa situação pode ser entendida a partir de três premissas: 1) como fruto do processo histórico de acumulação primitiva no controle das terras, de que teve suas bases nas capitanias hereditárias e nas sesmarias, sendo que aqueles que podiam ter o direito à posse eram os outorgados pela metrópole; 2) a partir das legislações agrárias que foram elaboradas, sempre pela própria classe concentradora do capital e que privilegiou a concentração de terras pelos detentores do capital, com destaque para a Lei de Terras de 1850 e o Estatuto da Terra de 1964, este último, apesar de ter sido elaborado a partir dos anseios dos camponeses, fora deturpado, visto que sua implementação se deu no início da ditadura militar em 1964 e não conseguiu atacar o que de mais graves se pensava naquele momento que era a concentração de terras; e 3) por uma falsa ideia de desenvolvimento trazida pela elite brasileira, que desconsidera a distribuição de terras, inviabilizando uma melhor de distribuição de riqueza e de renda para os povos do campo.

Essa mesma lógica de controle e uso das terras foi se fazendo no território maranhense, como descrito na seção dois, pois a sua constituição se deu *pari passu* ao processo que se desenhou em escala nacional, embora em cada unidade da federação tenhamos as particularidades inerentes ao seu processo de constituição do território.

Neste processo de ocupação do espaço maranhense, destacamos duas questões extremamente pertinentes no tocante à concentração de terras: 1) o processo de grilagem, realizado por quem tinha dinheiro e força, que expulsavam os camponeses e as comunidades indígenas de suas terras de origem; 2) a institucionalização do latifúndio a partir dos anos de 1966, quando chega ao poder José Sarney e faz o seu plano de desenvolvimento para o Maranhão, estabelecendo uma política de terras que vai privilegiar os grandes grupos econômicos que, a partir de então, puderam com o aval do estado adquirir grandes propriedades que de certo modo ficaram apenas como reserva de valor, relegando aos pobres do campo à condição de posseiros, arrendatários ou assalariados nas fazendas; e 3) ao desenvolvimentismo exacerbado que acompanhou os governos maranhenses a partir dos anos de 1970, pautado numa industrialização fantasiosa, trazendo mazelas para o campo, pois muitos dos espaços agrários foram ocupados para dar suporte às empresas através da produção de matérias-primas para esse processo industrial, como é o caso da produção de eucalipto, além de neste mesmo desenvolvimentismo o Maranhão entrar como produtor de *commodities* para exportação, e neste particular a produção da soja e a pecuária são os exemplos mais emblemáticos dessa situação. Essa situação vai fazer do Maranhão uma das unidades federativas do Brasil com o maior índice de concentração de terras do país.

É dentro desta condição de ocupação do espaço e do processo desenvolvimentista que se destacam as lutas dos povos do campo. Num primeiro momento a luta contra o processo de grilagem extraoficial, conduzido pelos coronéis latifundiários e apoiados em diversos casos pelo aparato de segurança do estado e, num segundo momento, o processo de grilagem oficial a partir da promulgação da Lei de Terras do Maranhão de 1969.

A luta inicial contra a grilagem vai possibilitar a organização dos trabalhadores em ligas de camponeses e posteriormente na formatação do movimento sindical rural do Maranhão, que será extremamente importante para o que se fez no Brasil a partir da década de 1970, ajudando na construção de organizações camponesas que irão combater a crescente concentração de terras e de recursos para a política agrícola brasileira. Neste particular das organizações sociais que vão sendo constituídas está o MST, como destacado na seção dois, que surge na década de 1980 como fruto das lutas herdadas por todos os camponeses no país, e no Maranhão este

surgimento não seria diferente, pois fora conduzido nos seus primeiros passos por lideranças que havia muito tempo participavam do processo de disputas no campo maranhense.

A luta do MST no Maranhão não difere da luta em escala nacional, pois com suas particularidades, o território maranhense é o espaço privilegiado de atuação do capital – como já dissemos antecipadamente – para a produção de matérias-primas e commodities de exportação, e neste sentido a concentração de terras e as políticas voltadas para o campo, foram privilegiando nestas duas questões.

O surgimento do MST no Brasil vai dar uma nova cara à luta pela terra, que não se pautou mais apenas na desconcentração fundiária, mas na luta pela democratização das políticas públicas para o campo, tanto quantas forem necessárias para a sobrevivência de quem nele vive e trabalha. É neste sentido, privilegiando a discussão do desenvolvimento do campo, para os povos do campo, que o Movimento vai propor novos significados para Reforma Agrária no Brasil.

É importante destacar, que nestes mais de trinta anos de existência do MST, juntamente com outras diversas organizações que lutam em favor dos povos do campo, que já houve um avanço no tocante à democratização do acesso à terra e nos incentivos agrícolas para os camponeses, porém, esses avanços ainda não foram o suficiente para a reorganização do espaço agrário brasileiro e maranhense, pois ainda existem diversas lacunas a serem preenchidas, tanto do ponto de vista produtivo, como do ponto de vista social. Do ponto de vista produtivo, urge a necessidade de mais subsídios para a agricultura camponesa e uma mudança nos padrões produtivos e, do ponto de vista social, a inserção de todos nesse processo, como é o caso da juventude do campo.

Como foi referido no texto desta dissertação, na subseção 2.6, a Reforma Agrária deve ser encarada como uma grande modificação do trato não só das questões relativas à posse da terra como também no que diz respeito à reprodução da vida social e econômica daqueles que fazem o território camponês. Neste sentido algumas problemáticas da questão agrária, que sempre foram presentes nestes territórios, ainda continuam fazendo parte da realidade dos camponeses. Desta forma, os jovens são em sua grande maioria atingidos pela não consecução de políticas que lhes permitam desenvolver sua vida cotidiana em suas comunidades, pois a Reforma Agrária, proposta pelo MST e diversas outras organizações do campo, deveria cumprir esta função.

Podemos perceber que no tocante às políticas públicas para a juventude do campo, estas

se constituíram ao longo dos últimos anos, muito tímidas, pois não apontaram saídas verdadeiras para as mazelas sociais que estes jovens enfrentam, como foi apresentado na seção três. Podemos afirmar que, em geral, as políticas apontadas para a juventude do campo sempre foram relacionadas com a especificidade das famílias, neste sentido entendemos que elas não suprem a necessidade dos jovens camponeses, pois os jovens carecem de outras possibilidades de vida e trabalho e aí se insere a geração de emprego e renda no campo. A juventude não pode e não quer viver dependente de seus pais ou familiares e por isso a busca por alternativas de renda é o grande fomentador da migração dos assentamentos para outros espaços, seja para as cidades ou para o desenvolvimento de atividades no campo em outras comunidades.

No processo de consolidação dos Assentamentos, acompanhados pelo MST a formação da juventude é uma estratégia utilizada para que a mesma possa perceber sua importância como protagonista da Reforma Agrária e tenha a construção do pertencimento à classe camponesa como uma ferramenta para que os Assentamentos possam se desenvolver economicamente e socialmente. É fundamental a participação da juventude na construção das comunidades, visto que estes serão os sucessores de seus familiares.

Para a juventude dos Assentamentos Nova Conquista e Califórnia, existe uma certeza, que é a de que a sua comunidade é o melhor lugar para se viver. Neste sentido este pertencimento vem sendo construído nestes dois territórios, e a educação escolar desde os primeiros anos, até o segmento do ensino médio, intercalado com o processo formativo oferecido pelo MST, tem sido fundamental para este intento. Porém este pertencimento e a vontade de estar nos Assentamentos se defronta com uma problemática que pode se traduzir como a mais complexa, que é a relação com o trabalho, o emprego e a renda. Como explicitado no capítulo cinco, não há por parte da juventude uma rejeição ao ser camponês, ela vê a sua vida no campo como satisfatória, porém essa identidade se confronta com o seu pensamento enquanto a reprodução de sua vida socioeconômica.

A forma como no Estado do Maranhão foi tratando a agricultura praticada pelos camponeses em todo o processo histórico não tem contribuído para que os jovens vejam a agricultura ou a pecuária como a saída para a sua sobrevivência, pois os modos de se produzir na terra ainda exigem muito esforço físico com pouca obtenção de resultados financeiros. Os jovens dos assentamentos Califórnia e Nova Conquista, querem ter processos de geração de renda, diferenciados daqueles que seus pais e familiares estão inseridos. O processo educacional, o acesso ao mundo virtual, e a relação com outros mundos – a cidade –, despertam nestes jovens a construção de novos horizontes.

O jovem do campo, e neste particular dos Assentamentos Nova Conquista e Califórnia, desejam se capacitar, seja em cursos de nível médio ou superior e desenvolver a sua formação. Porém, como as comunidades não oferecem espaço de trabalho que consiga absorver esta juventude e possibilitar à mesma uma vida econômica satisfatória, muitos saem em busca dessas condições. De certo podemos perceber que aqueles jovens que conseguirem galgar uma formação profissional, a depender daquela que escolherem, terá involuntariamente que deixar o seu local de moradia para conseguir ter uma resposta de auto sustentação, e de certo modo aqueles jovens que não conseguirem se capacitar é que serão os que darão sustentação ao trabalho no campo, perpetuando a ideia de que o trabalho no campo é realizado por quem não consegue crescer profissionalmente, é o lugar do atraso.

O debate sobre a juventude que procuramos realizar nesta pesquisa necessita ser ampliado, visto que os problemas que esta categoria do campo vive, não sarem oriundos apenas no próprio campo, mas a partir de uma visão de país e de sociedade que havia muito tempo foi sendo criado em todos os espaços, seja governamental ou da própria sociedade.

Nesse sentido, o foco das inquietações se estende à juventude do campo em sua condição protagonista da resistência camponesa. Destacamos na pesquisa realizada as condições dos jovens dos assentamentos investigados com o intuito de refletir em torno dos desafios e perspectivas desta categoria nos últimos tempos, procurando relacionar o que é local com aquilo que se faz em escala estadual, nacional e global, com destaque à relação entre a organização das famílias e a relação com o MST.

A pesquisa não é um fim em si mesma, por isso carece de ser continuada aprofundando as discussões das diversas indagações presentes no transcorrer da dissertação. A pesquisa serviu, também, para fortalecer as convicções de que os desafios da Reforma Agrária vão além da conquista da terra, mas também da conquista da liberdade de serem protagonistas dos seus destinos e neste sentido se torna importante a organização qualitativa dos jovens camponeses. Sabemos que as conquistas para os camponeses, e neste particular para a juventude, só vêm por meio da luta e das mudanças de paradigmas que perseguem a classe camponesa.

Por fim, durante o processo de realização da pesquisa nos deparamos com uma dificuldade para ampliação do público analisado que foi a grande mobilidade que tem se dado nos últimos anos pelas famílias assentadas, como destacamos na seção quatro. As condições de vida nas duas comunidades pesquisadas têm feito com que muitos dos camponeses e camponesas que foram assentados nos primeiros anos, abandonem os seus lotes e se aventurem novamente nas cidades da região. Os novos camponeses que assumem o seu lugar ainda não

são considerados assentados e isto foi um complicador no momento da coleta de informações.

Além da situação de abandono, muitas famílias mantêm o seu lote no assentamento, porém passaram a viver na cidade, vindo à comunidade somente aos finais de semana, ou seja, para algumas famílias o assentamento é o lugar de passeio, ou a chácara como alguns costumam se referir.

É mister entender que esta situação das famílias tem a ver em alguns casos com a própria condição de inserção dos filhos, tanto no que diz respeito ao processo educacional, como ao processo do trabalho, do emprego e da renda. É claro como foi destacado também na seção quatro, a educação básica, não tem sido mais um problema nestas duas comunidades, pois com a luta dos assentados e assentadas a oferta do ensino fundamental e médio, mesmo com algumas dificuldades é garantida a todas as crianças, jovens e adultos.

Concluimos então que a relação do trabalho no campo, a busca de emprego formal e a pouca perspectiva de renda têm sido o grande gargalo da juventude desses dois assentamentos, pois como destacamos na seção cinco, os jovens ainda veem o trabalho no campo como penoso e sofrido, pois as tecnologias que estão à disposição da sociedade não chegam até os camponeses devido os mesmos não disporem de capital para o investimento, e ainda por cima os créditos ou subsídios para o desenvolvimento da produção são escassos. Desta forma os jovens não veem perspectivas no trabalho do campo, optando pela busca do emprego formal ou informal, seja na própria comunidade, nas comunidades vizinhas e/ou nas cidades próximas.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo. *Modernização da Agricultura*. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ALENTEJANO, Paulo. *Terra*. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ALENTEJANO, Paulo. *Trabalho no campo*. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A Questão do Território no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.
- ARCANGELI, Alberto. **O Mito da Terra: uma análise da Pré-Amazônia maranhense**. São Luís: UFMA/PPPG/EDUFMA, 1987.
- ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz: Ética, 2009.
- AZAR, Zaibra Sabry. **A Concentração Fundiária como Centralidade da Questão Agrária no Maranhão**. In: V Jornada Internacional de Políticas Públicas: Estado, Desenvolvimento e Crise do Capital. UFMA: São Luís, 2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br>. Acesso em 20 de julho de 2015.
- BANCO MUNDIAL. Informe sobre el desarrollo mundial 2007. El desarrollo y la nueva generación. Bogotá – Colômbia: Banco Mundial em coedición com Mayol Ediciones S.A., 2006.
- BANCO MUNDIAL. **Vozes Jovens: Um Olhar das Organizações e Movimentos de Juventude sobre o Brasil do Século XXI**. Brasília-DF: Gráfica Brasil, 2004. Disponível em: www.bancomundial.org.br. Acesso em 20 de Setembro de 2016.
- BARBOSA, Zulene Muniz. **Maranhão, Brasil: lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo**. São Luís: Editora Euma, 2006.
- BORGES, Fragmon Carlos. *Origens Históricas da Propriedade da Terra*. STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional 1500 – 1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005. p. 259-281.
- BRASIL, Decreto nº 8.447, de 06 de maio de 2015. **Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm. Acesso em 09 de junho de 2017.
- BRASIL, Decreto nº 8.736, de 04 de maio de 2016. **Dispõe sobre o Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural. Diário Oficial da União, seção 1, nº 84 de 04 de maio de 2016**. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/>. Acesso em 21 de julho de 2016.
- BRASIL, Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013. **Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 21 de julho de 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de

1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.352 de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.** Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil. Acesso em: 22 de julho de 2016.

BRASIL. Decreto nº 8.447, de 06 de maio de 2015. **Dispõe sobre o Plano de Desenvolvimento Agropecuário do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8447.htm. Acesso em 09 de junho de 2017.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Paradigmas em disputa na educação do campo.** 2014. 800p. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista, *Campus* Presidente Prudente-SP.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

CANUTO, Antônio. *Comissão Pastoral da Terra (CPT)*. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. **Terra, Trabalho e Poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão Contemporâneo.** São Paulo: ANNABLUME, 2013.

CARVALHO, Carlota. **O Sertão: subsídios para a História e a Geografia do Brasil.** 3. ed. rev. e ampl. Teresina: EDUFPI, 2011.

CARVALHO, Horácio de; COSTA, Francisco de Assis. *Agricultura Camponesa*. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Horácio de; COSTA, Francisco de Assis. *Campesinato*. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Horácio Martins & COSTA, Francisco de Assis. *Agricultura Camponesa*. In:

CASTRO, Elisa Guaraná. *Juventude do Campo*. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Jorge Abrahão; AQUINO, Luseni Maria C.; ANDRADE, Carla Coelho. **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 2009.

CATANI, Afrânio Mendes. **O que é Capitalismo.** 33 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho; ROCHA, Herivelto Fernandes. *A atualidade da Reforma Agrária Brasileira: diversidades das políticas de obtenção de terras, dos camponeses e tipos de assentamentos rurais*. In: VINHA, Janaína Francisca de Sousa; COCA, Estevan Leopoldo de Freitas; MANÇANO, Bernardo Fernandes (orgs). **DATALUTA: questão agrária e coletivo de pensamento.** São Paulo: Outras Expressões, 2014.

COLETIVO NACIONAL DE JUVENTUDE. **Juventude no MST: Pontos para o Debate.** São Paulo: MST, 2007.

DURANS, Cláudia Alves. **Limites do sindicalismo e reorganização da luta social: um estudo das experiências de ferroviários e metalúrgicos maranhenses.** São Luís: Edufma, 2008.

FEITOSA, Antônio Cordeiro & TROVÃO, José Ribamar. **Atlas Escolar Maranhão: espaço geo-histórico e cultural.** João Pessoa-PB: Editora Grafest, 2006.

- FERNANDES, Bernardo Mançano. **A Formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- FERRAZ, Ferraz. **O movimento camponês no Bico do Papagaio: sete barracas em busca de um elo**. 2. Ed. Imperatriz, MA: Ética, 2000.
- FRANKLIN, Adalberto. **Apontamentos e Fontes para a História Econômica de Imperatriz**. Imperatriz/MA: Ética, 2008.
- FRANKLIN, Adalberto. **Breve história de Imperatriz**. Série Ciências Humanas. Imperatriz: Ética, 2005.
- FRANKLIN, Adalberto. **Manoel da Conceição, sobrevivente do Brasil**. Imperatriz: Ética, 2014.
- GAIOSO, Raimundo José de Sousa. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Coleção São Luís 1 - Sudema. Reedição do original de 1818. São Luís: Livros do Mundo Inteiro, 1970.
- GISTELINCK, Frans. **Carajás: Usinas e Favelas**. São Luis: Minerva, 1988.
- GONÇALVES, Maria de Fátima da Costa. **A Reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.
- GOENDER, Jacob & ALMEIDA, Josué de (Trad.). **Manual de Economia Política**. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961. Disponível em: www.marxists.org/portugues/tematica/livros/manual/index.htm. Acesso em: 05 de janeiro de 2017.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *As três frentes da luta de classes no campo brasileiro*. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional 1500 – 1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *As três frentes da luta de classes no campo brasileiro*. In: STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional 1500 – 1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 35-79.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (coleção geografia e adjacências)
- IMESC. **Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: período 2010 a 2014**. São Luís: IMESC, 2005.
- INCRA, Instrução Normativa nº 15, de 30 de março de 2004. **Dispõe sobre o processo de implantação e desenvolvimento de projetos de assentamento de reforma agrária**. Disponível em: www.incra.gov.br. Acesso em 13 de julho de 2016.
- Instituto Cultivar. Revista Formigueiro. Instituto Cultivar: São Paulo, 2017.
- KONDER, Leandro. **O que é Dialética**. Coleção Primeiros Passos. 20ª Ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- LIMA, Suzana Maria Valle et al. **Juventude Rural e as Políticas e Programas de Acesso à Terra no Brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem rural**. Brasília: MDA, 2013.
- MARANHÃO. Conselho Estadual de Educação (CEE). Resolução nº 104/2011, de 25 de Agosto de 2011. Estabelece normas para a Educação Básica e a Educação Profissional Técnica de nível médio nas Escolas do Campo do Sistema Estadual de Ensino do Maranhão, e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Maranhão (suplemento).

MARANHÃO. **Governo e MST dão largada para a 2ª fase da jornada de alfabetização Sim Eu Posso**. Disponível em: <http://www.sedihpop.ma.gov.br>. Acesso em: 10 de junho de 2017.

MARANHÃO. Lei nº 10.099, de 11 de junho de 2014. **Aprova o Plano Estadual de Educação do Estado do Maranhão e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Maranhão (suplemento).

MARANHÃO. Lei nº 10.205, de 23 de fevereiro de 2015. **Dispõe sobre a criação da Secretaria de Estado de Agricultura Familiar – SAF**. Diário Oficial do Estado do Maranhão (suplemento).

MARANHÃO. Medida Provisória nº 184, de 02 de janeiro de 2015. **Dispõe sobre a estrutura orgânica da Administração Pública do Poder Executivo do Estado do Maranhão e dá outras providências**. Diário Oficial do Estado do Maranhão (suplemento).

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Tradução: Reginaldo Sant’Anna. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MASCENA, José Cláudio Monteiro. **Reforma Agrária e Juventude: reflexões sobre a situação dos jovens do Assentamento Califórnia**. 1998. 66 f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Geografia) – Centro de Estudos Superiores de Imperatriz, Universidade Estadual do Maranhão, Imperatriz.

MEIRELES, Mário M.. **História do Maranhão**. 4 ed. revista. Imperatriz: Ética, 2008.

MENDONÇA, Sônia Regina. **A Classe Dominante Agrária – Natureza e Comportamento 1964-1990**. Coleção: A Questão Agrária no Brasil São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007. (Questão Agrária no Brasil, v.5).

MENDONÇA, Sônia Regina. *Estado*. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MITSUE, Morissawa. **A História da Luta Pela Terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOLINA, Mônica Castagna. *Políticas Públicas*. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 9 ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **A juventude Sem Terra e a Reforma Agrária Popular** (texto de subsídio em construção para debate. MST: São Paulo, 2016).

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Construindo o Caminho**. São Paulo: MST, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Documento Básico do MST**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 1994.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O Brasil Precisa de Reforma Agrária: As propostas dos movimentos sociais e as “promessas e compromissos do governo Lula”**. *Caderno de Formação nº 36*. São Paulo: MST, março/2005.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa Agrário do MST - VI Congresso Nacional do MST**. São Paulo: MST, 2014.

- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. *Proposta de Reforma Agrária Popular do MST*. In: STÉDILE, João Pedro (org.). **Debate sobre a situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000**. (Coleção A questão agrária no Brasil). São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Revista Formigueiro**. Ano 1. Ed. 1. São Paulo: MST, 2017.
- OLIVEIRA, Carlos Roberto de. **História do Trabalho**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- PEDROSA, Luis Antonio Câmara. **A questão agrária no Maranhão**. São Luis, mimeo, s/d.
- PEREIRA, Mônica Cox de Britto. *Revolução Verde*. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *A Questão Agrária e a Revolução Brasileira*. STÉDILE, João Pedro (Org). **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional 1500 – 1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005. p. 79-87.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Rio de Janeiro: Ática, 1993.
- RODRIGUES, Auro de Jesus. **Introdução a Ciência Geográfica**. São Paulo: Avercamp, 2008
- SALES, Celecina de Maria Veras. **Criações Coletivas da Juventude no Campo Político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.
- SANDRONI, Paulo. **Dicionário de Economia do Século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- SANTOS, Clarice Aparecida. *Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária*. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- SANTOS, Deylanne & ASSIS, Jhene. **Piquiá de Baixo: história de lutas e resistências**. In: Revista Não Vale, III edição. Açailândia-MA: Justiça nos Trilhos, 2016/2017.
- SANTOS, Deylanne & ASSIS, Jhene. **Piquiá de Baixo: história de lutas e resistências**. In: Revista Não Vale, III edição. Açailândia-MA: Justiça nos Trilhos, 2016/2017.
- SANTOS, Milton & SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SENAR-MA. **Panorama da bovinocultura maranhense e os desafios da administração rural**. Disponível em: <http://senar-ma.org.br/>. Acesso em: 08 de junho de 2017.
- SILVA, Sislene Costa da. **Legado de Violações**. In: Revista Não Vale, II edição. Açailândia-MA: Justiça nos Trilhos, 2014/2015.
- SOUZA, Regina Magalhães & ARCARO, Nicolau Tadeu. **O Banco Mundial e o investimento na Juventude Brasileira**. Psicologia Política, Vol 8, nº 16. Pp 251-270. Jul-Dez 2008.
- STÉDILE, João Pedro (Org). **A Reforma Agrária e a Luta do MST**. Petrópolis: Editora Vozes, 1997.
- STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora Universidade UFRGS, 2002.
- STÉDILE, João Pedro. *História da Questão Agrária no Brasil*. In: _____ (Org). **A Questão Agrária no Brasil: Programas de Reforma Agrária 1946 - 2003**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005. p. 9-16.

STÉDILE, João Pedro. *Introdução*. In: STÉDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil: O debate tradicional 1500 – 1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro. *O latifúndio*. In: SADER, Emir (Org.). **Os Sete Pecados do Capital**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

STÉDILE, João Pedro. *Questão Agrária*. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, João Pedro. *Reforma Agrária*. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STEDILE, João Pedro. Renda da Terra. In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TAVEIRA, Marizângela Ribeiro. **O Cerco da empresa Suzano no Assentamento Califórnia e Vila Sudelândia: resistência frente ao agronegócio**. 2014. 162 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Instituto Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém.

VINHAS, Moisés. *Problemas Agrário-camponeses do Brasil – 1968*. In: STÉDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária no Brasil (vol. 1): o debate tradicional: 1500-1960**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

CALIFÓRNIA E NOVA CONQUISTA

1. Quantidade de pessoas da família (mesmo os que estiverem fora do Assentamento) _____
Se alguém mora fora, qual o motivo?

2. Faixa etária de pessoas da família: 0 a 14 anos () 15 a 29 anos () acima de 30 anos ()

3. Quantas pessoas moram na residência que não fazem parte do núcleo familiar: _____

4. Qual a Faixa Etária dessas pessoas: 0 a 14 anos () 15 a 29 anos () acima de 30 anos ()
Qual o grau de parentesco? _____

5. Com relação à Educação Escolar, os jovens entre 15 a 29 anos:
Estudam: Sim () Não () Se não estudam, porque?

a) Se estudam, em que nível estão?

Fundamental () _____ Médio () _____ Superior () _____

b) Onde estudam: No Assentamento () Fora do Assentamento ()

Se estudam fora do Assentamento, por quê?

6. Com relação ao trabalho:

a) Qual a atividade principal desenvolvida pela família para obtenção da renda:

b) Qual a atividade desenvolvida pelos jovens entre 15 a 29 anos para obtenção de renda?

c) Se os jovens não tem renda, qual o motivo?

Só estudam () trabalham junto com a família e a renda não é individual () Não conseguem trabalho dentro do Assentamento () Não conseguem trabalho fora do Assentamento ()

d) Essa atividade desenvolvida pelos jovens é dentro ou fora do Assentamento? Se for fora por quê?

7. Você acha que os jovens estão satisfeitos em permanecer no Assentamento? Por quê?

8. Em sua opinião, o que mais têm contribuído para que os jovens deixem o Assentamento?

CALIFÓRNIA E NOVA CONQUISTA

- 1) Como se dá a organicidade do Assentamento atualmente?
- 2) O MST foi o movimento que historicamente contribuiu com a organização da luta na comunidade. Como atualmente o Movimento tem participado da vida do assentamento?
- 3) A estrutura do Assentamento é satisfatória para uma vida digna? Por quê?
- 4) Os serviços públicos prestados à comunidade têm contribuído para o desenvolvimento da mesma? Por quê?
- 5) Além dos assentados, beneficiários da Reforma Agrária, moram na comunidade outras pessoas? Por quê?
- 6) Caso a resposta seja sim na questão anterior, essas pessoas influenciaram de que maneira o cotidiano do Assentamento?
- 7) Descreva como você observa o cotidiano da Juventude do Assentamento.
- 8) As respostas dadas as perguntas 3 e 4 influenciam na vida da Juventude na comunidade?
- 9) Que iniciativas existem na comunidade que priorizem a juventude no tocante à educação, ao trabalho e a renda?
- 10) Você percebe alguma influência externa na vida dos jovens do Assentamento? Destaque as principais.
- 11) Quais são os principais desafios da juventude do Assentamento Califórnia?

DO ASSENTAMENTOS CALIFÓRNIA E NOVA CONQUISTA

1. A escola atende os alunos em que segmento?
☐ Educação Infantil? A partir de que ano: _____
☐ fundamental? Quais séries? _____
☐ Médio?
☐ Outros? Quais? _____

OBS: colocar um X onde houver atuação da Escola

2. Como é composto o corpo administrativo e pedagógico da escola?
3. Do ponto de vista governamental de quem é a responsabilidade pela Escola?
4. Os alunos estão dentro da sua faixa de idade para as séries? Explique.
5. Quais os princípios que orientam o trabalho pedagógico da Escola? Quais os empecilhos para o desenvolvimento deste trabalho?
6. A escola conhece as Diretrizes Operacionais para a Educação do Campo?
7. Qual a orientação para o trabalho nas escolas do campo em âmbito dos governos estaduais e municipais?
8. Como é elaborado o PPP da escola?
9. Quais as principais dificuldades encontradas na formação dos jovens?
10. Quais os principais avanços obtidos pela escola na formação dos jovens?
11. De que forma a Educação Escolar pode contribuir para o amadurecimento da juventude na construção de sua pertença como camponês?
12. Na sua percepção como se dá a relação da juventude do assentamento com o mundo externo a ele (assentamento)?
13. Quais experiências extra-curricular ou curricular você poderia destacar na formação da juventude pela escola na comunidade?
14. Como é a relação da escola com os cursos oferecidos pelo Pronera?
15. De que forma os cursos do Pronera têm contribuído com o avanço da educação no assentamento?

ESCOLAS DOS ASSENTAMENTOS CALIFÓRNIA E NOVA CONQUISTA

1. Em qual série você está? 1º ano () 2º ano () 3º ano ()
2. A sua família é beneficiária da Reforma Agrária? Sim () Não ()
Quem? _____

OBSERVAÇÃO: Beneficiário da Reforma Agrária são as famílias consideradas assentadas, quem tem cadastro no Incra. As outras famílias moradoras da comunidade utilizamos o termo agregados.

3. O que você pensa da vida no campo?
É satisfatória () Não é satisfatória ()
Por quê?
4. Quais são as suas intenções ou planos para a vida profissional?
5. Com relação ao seu local de moradia no futuro:
() Pretende continuar trabalhando e morando assentamento
() Pretende continuar somente morando no assentamento e trabalhando fora
() Pretende ir embora do assentamento em busca de outras alternativas
6. Que projetos você conhece que é desenvolvida para a juventude do assentamento pelo governo (federal, estadual ou municipal)?
7. Que atividades você conhece que é desenvolvida para a juventude do assentamento pelo Movimento Sem Terra?
8. O que poderia melhorar na comunidade para a juventude?
9. Escreva um pequeno texto (pode ser de apenas um parágrafo) em que você descreva como é a vida no assentamento, tentando qualifica-la. Ou seja, faça um breve comentário sobre as suas impressões sobre a vida no Assentamento.

OBS: responda essa questão no verso da folha e fique à vontade para escrever. Obrigado.